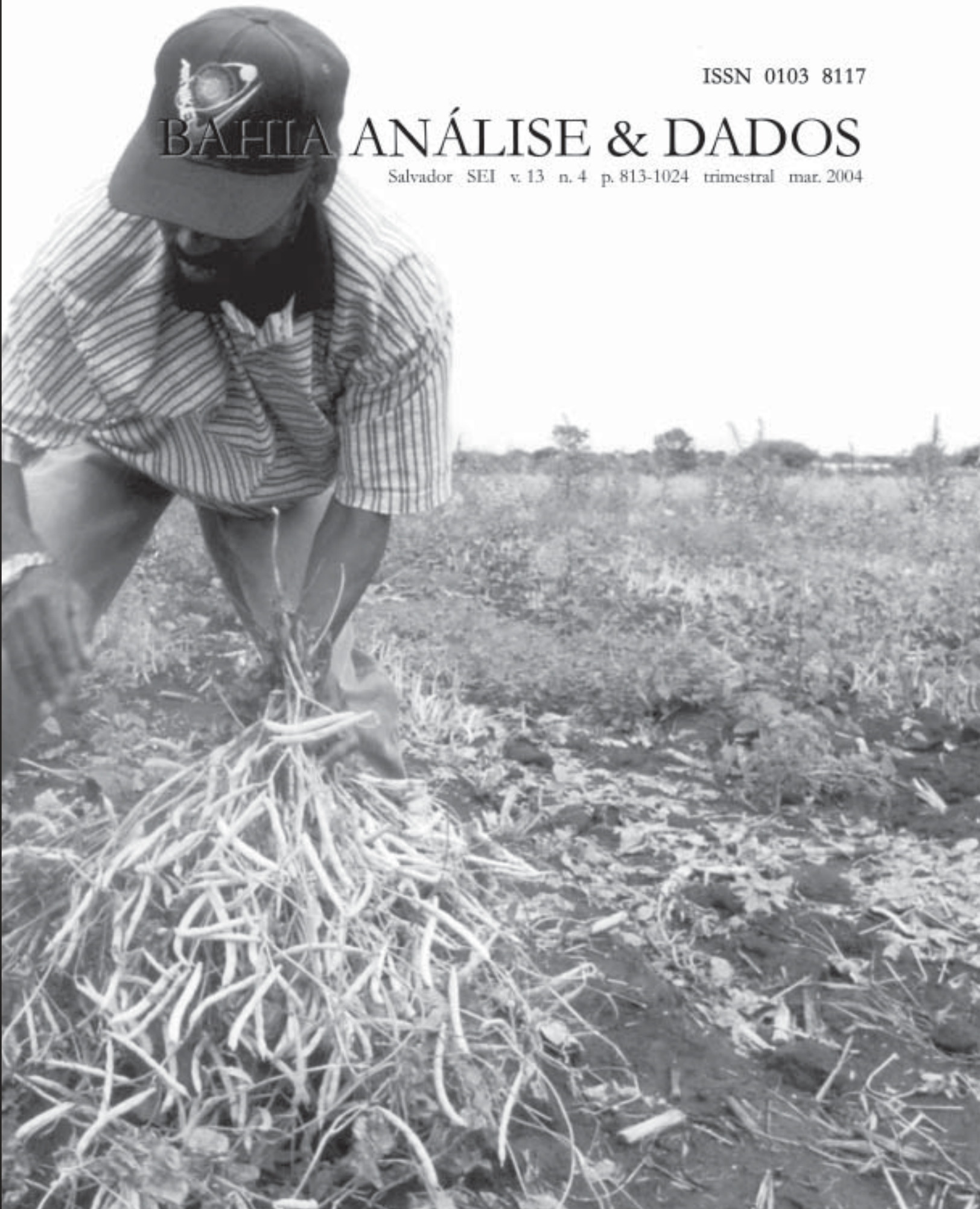
ISSN 0103 8117

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Salvador SEI v. 13 n. 4 p. 813-1024 trimestral mar. 2004



Governo do Estado da Bahia
Paulo Ganem Souto

Secretaria do Planejamento – SEPLAN
Armando Avena

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Junior

Gerência de Análise Conjuntural
Luiz Mário Ribeiro Vieira

Gerência de Estudos Econômicos
Gustavo Casseb Pessoti

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory.*

Conselho Editorial
André Garcez Ghirardi, Ângela Borges,
Angela Franco, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall,
Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto,
Edmundo Figueirôa, Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto,
Eduardo Pereira Nunes,Fernando Cardoso Pedrão,
Guaraci Adeodato de Souza, Inaiá Carvalho,
José Célio Silveira Andrade, José Eli da Veiga, José Ribeiro
Soares Guimarães, Lino Mosquera Navarro, Luiz Antônio Pinto
de Oliveira, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira,
Mauro Eduardo Del Grossi, Moema José de Carvalho Augusto,
Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Paulo Gonzalez,
Renata Proserpio, Ricardo Carneiro, Ricardo Lima,
Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu,
Vítor de Athayde Couto, Vítor de Athayde Couto Filho

Editor
Celso Lopes Serpa

Coordenação Editorial
Alynson dos Santos Rocha
Ana Cleusa Serra Mesquita

Normalização
Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

Revisão de Linguagem
Dina Beck

Coordenação Gráfica
Dadá Marques

Fotos
Alceu Elias, Ana Mônica Hughes,
Manoel França

Capa
Humberto Farias

Editoração
Nando Cordeiro

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.
v. 13
n. 4
Trimestral
ISSN 0103 8117

1. Planejamento econôminco - Bahia. 2. Políticas públicas. 3. Conjuntura econômica. 4. Agronegócio. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

CDU 342.7 (05)

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador – Bahia
Fone: (0**71) 3115-4823/3115-4704
Fax: (0**71) 3371-1853
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

SUMÁRIO

Apresentação 817

As transformações rurais do capital no Brasil 819
Fernando Pedrão

EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO AGRO BAIANO

Agropecuária baiana: transformações e impactos 835
Vitor de Athayde Couto Filho

Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa 851
João Aurélio Soares Viana

Reestruturação da cacauicultura 869
Marc Dufumier, Mathilde Rénard, Naomi Noël, Vitor de Athayde Couto

CADEIAS AGROINDUSTRIAIS: COMPETITIVIDADE, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

Competitividade da cadeia agroindustrial de frango de corte
do Recôncavo Sul da Bahia 889
Warli Anjos de Souza

Agroindústria de leite e laticínios da bahia: inserção e reestruturação da atividade 907
Alynson dos Santos Rocha

Agricultura familiar e pluriatividade no semi-árido baiano 921
Ricardo Luciano Souza

DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

Do território produtivista ao território multifuncional 933
Gustavo Bittencourt Machado

Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar
no Oeste baiano: de colonos a *neo-farmers* 951
Amílcar Baiardi

Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia:
uma análise regionalizada da década de 90 969
Vitor de Athayde Couto Filho

Uma análise do Programa Cédula da Terra no estado da Bahia 991
Alicia Ruiz Olalde, Geraldo Sampaio Costa, Ana Maria Mascarenhas Eloy Canto

Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural:
o caso da região do Extremo Sul baiano 1005
Márcia da Silva Pedreira

Indice Geral 1019

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos anos 1990 e mantendo-se nos anos 2000, a agropecuária desponta como o segmento de expressivo dinamismo dentro da economia brasileira. Além das condições climáticas e preços favoráveis para as principais *commodities* agrícolas, os recordes de produção e produtividade das lavouras, as exportações crescentes – sobretudo de grãos e carnes – contribuem à participação significativa da agropecuária nos resultados do Produto Interno Bruto e da balança comercial do país, revelando a força das atividades ligadas ao campo.

No entanto, a constatação desse dinamismo econômico contrasta com a permanência – e até mesmo o agravamento – de muitos problemas no campo. Questiona-se os impactos sócio-ambientais que acompanham os progressos das lavouras e criações de cunho empresarial, em particular, seus impactos sobre os recursos naturais, devido ao uso intensivo de agroquímicos; sua capacidade de gerar empregos e sua participação nas questões agrárias, a exemplo da concentração fundiária.

A agropecuária baiana, reproduzindo o comportamento do quadro nacional, passa por mudanças estruturais e tecnológicas estimuladas pela abertura da economia, novas demandas internas e externas de alimentos e matérias-primas agrícolas, consolidação de diferentes áreas produtoras e cadeias produtivas, tais como a produção de grãos, a avicultura, a agroindústria de leite e laticínios e a caprino-ovinocultura. Paralelamente, assiste-se às transformações de lavouras tradicionais, a exemplo da cacauicultura, com suas crises recorrentes e os novos desafios a serem enfrentados por um segmento importante dentro da agropecuária do estado. Todavia, em grandes áreas, ainda persiste o atraso econômico, sendo a manutenção das populações nesses espaços um desafio às políticas estaduais de desenvolvimento.

Nesta edição da **Revista Bahia Análise & Dados**, com o tema “Agro Baiano”, analisa-se diversos aspectos da agropecuária estadual, considerando sua evolução, transformações e impactos. Desse modo, são objeto de estudo as características de algumas cadeias agroindustriais (condições de competitividade e inter-relações com o cenário nacional e internacional) e questões relacionadas ao desenvolvimento rural (ocupação da mão-de-obra agrícola, agricultura familiar, inserção do semi-árido e relações com o meio ambiente). Com esta edição, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia espera contribuir para o debate sobre o agro na Bahia, fornecendo subsídios para as futuras decisões dos agentes públicos e privados e atendendo também aos demais estudiosos e interessados nessa temática, sem pretender, obviamente, esgotar a discussão do tema.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

As transformações rurais do capital no Brasil

Fernando Pedrão[*]

Resumo

O debate em torno da questão rural ressurge sob a pressão de novos movimentos de expansão do grande capital, que se organiza para produzir mercadorias padronizadas com maior densidade de capital. Define-se uma lógica da reprodução do capital baseada em empreendimentos, que se avaliam em termos de duração dos equipamentos e que contrasta com uma lógica da sobrevivência, com que operam pequenos produtores de diversos tipos. Não há como reduzir a complexidade do meio econômico rural aos termos de projetos de curto e médio prazo. Frente a novas questões que se abrem, é preciso recompor os elementos históricos da análise, com seu conteúdo de relações de classe.

Palavras-chave: transformações do capital, mobilidade do trabalho, padrões tecnológicos, perspectiva microeconômica vs. perspectiva histórica

Abstract

The contest around the rural issue comes back under the pressure of new movements derived from big capital expansion. It organizes itself to produce commodities with more capital density. From there, appears one logic of capital reproduction, based on undertakings to be appraised in terms of the lifetime of equipment, comparing with one logic of survival, on which operate little producers of various kinds. The complexity of rural economy cannot be reduced to the terms of short and medium run projects. Facing the new issues of rural expansion of capital, it is necessary to redress the historical elements of analysis, with their class relation content.

Key words*: changes in capital, labor mobility, technological patterns, microeconomic view vs. historical prospect.*

PRELIMINARES

O debate sobre a questão rural no Brasil torna-se especialmente espinhoso, porque se realiza num momento em que se consideram esgotadas as possibilidades de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo e em que se verificam as limitações de um movimento de desenvolvimento através de uma inserção subordinada no capitalismo avançado. As margens dentro das quais alguns países se movem, nessa condição de economias subindustrializadas ou subcapitalizadas, não alteram o essencial, que é a reprodução na condição de economias dependentes. A agricultura já foi desqualificada como um setor atrasado e, a economia rural, desconsiderada por representar uma visão unilateral do capital modernizador. Os fatores de mudança da produção rural atingem, igualmente, a agricultura. No entanto, o país continua dependendo majoritariamente das suas exportações de produtos do meio rural, convive com uma rápida concentração do capital no segmento rural exportador e encontra-se com uma profunda e crescente diferença entre sua economia rural próspera e sua economia rural estagnada. Nesse contexto, acentuam-se as diferenças entre a perspectiva da produção rural do grande capital e as condições e perspectiva da produção de pequeno capital, que são, geralmente, identificadas com produção famili-

[*]Livre docente da UFBA, Diretor Geral do Instituto de Pesquisas Sociais, Professor da Faculdade Integrada da Bahia e da Universidade Salvador. fcpedrao@terra.com.br

ar. Mais que nunca, há um véu verbal sobre as contradições rurais da formação de capital no país, assim como se ocultam as diferenças de condições de incerteza e de risco com que convivem os diversos participantes do sistema produtivo. A aparente solidez da análise econômica ortodoxa apenas encobre uma simplificação que deixa de lado os conteúdos essenciais do problema.

No desenvolvimento rural do capital, distingue-se a mecânica do processo do capital, com seus processos de produção, e seu sentido de finalidade, com seus fundamentos e suas conseqüências na estruturação social e nas condições de participação dos diversos grupos nos resultados da produção. Alguns conceitos, tais como os de modernização, tecnificação e mecanização, tornam-se mais expressivos quando são situados em uma ou outra dessas duas perspectivas. A disputa em torno do significado de desenvolvimento rural e de sua fundamentação na agricultura será uma discussão superficial ou profunda, segundo se reporta aos movimentos do capital, ou registra apenas seus efeitos finais nas formas de produção que se realizam no meio rural.

Há uma abordagem de análise que se situa a partir dos interesses do grande e do pequeno capital; outra, que assume a perspectiva dos interesses de grupos sociais de moradores e pequenos produtores; e, uma outra ainda, que vê a questão rural como parte dos movimentos da economia em seu conjunto, com suas implicações na composição do capital e na distribuição da renda. Este ensaio coloca-se nesta última perspectiva, procurando estabelecer os elementos centrais das transformações do capital na esfera rural e examinar as tendências vigentes dessas transformações.

AS CONDIÇÕES DA CAPITALIZAÇÃO NO CAMPO

A palavra campo sempre irritou os representantes do capital, desde as guerras camponesas do século XVI e desde que a modernização urbana mostrou seus pés de barro. Questiona-se se há camponeses e o que significa a expressão camponês na variedade de ambientes rurais das Américas. Nesse continente, há uma compreensão desse termo por parte daquelas sociedades que têm antecedentes em sociedades pré-ibéricas e, outra, que se formou nas sociedades novas, que se reportam apenas à memória da formação de propriedades rurais e de produção capitalista desde o século XIX. No extremo, de um lado estão o Peru e o México e, de outro, a Argentina e o Uruguai. O Brasil ocupa uma posição intermediária, com ingredientes dos dois tipos, e com uma enorme dificuldade de construir uma visão da totalidade da questão rural.

Hoje o debate se renova, com novos símbolos e novos artifícios de linguagem. Desde a década de 1980, o desempenho da economia rural nas exportações do Brasil e a persistência de tensões sociais em torno da propriedade e do controle da terra reacenderam o debate em torno da questão rural, obrigando a ligar a atualidade dos questionamentos à recuperação de seus elementos essenciais. Trata-se de como a sociedade em seu conjunto percebe a questão rural e de como ela entende o papel da dimensão rural na formação social. A questão rural não interessa somente ao componente rural da sociedade, senão que é um aspecto essencial das transformações da sociedade em seu conjunto, conduzido pelas transformações do capital no campo, e que se realiza mediante transformações das condições de trabalho na produção rural.

O esclarecimento dos movimentos do capital na esfera rural é uma parte essencial da explicação do processo do capital no Brasil, com sua combinação de problemas de país avançado e de país atrasado. Combinam-se, aqui, problemas da organização local da produção com os da produção internacionalizada. A produção de mercadorias agrícolas sempre foi uma das principais bases da economia internacional, mas a nova internacionalização do capital, na segunda metade do século XX, moveu-se sobre a economia rural a partir de alterações da produção industrial, que procurou controlar o mercado de insumos e de equipamentos agrícolas, bem como o mercado de consumo da população rural. A nova internacionalização do capital moveu-se de determinados modos específicos na economia rural, ampliando a participação do capital mercantil internacional que, antes, se limitava a algumas poucas mercadorias, tais como cacau, fumo e fibras. Trata-se de mercantilização de terras, de captação de novas

mercadorias e de controle da agregação de valor aos produtos do agro, que são realizados por interesses de fora do ambiente rural, cada vez mais sob controle de bancos. A visão financeira, logicamente, contrasta com a noção de permanência que acompanha alguns elementos essenciais da combinação rural-agrícola, tais como a formação de bosques, o melhoramento de solos etc. A nova agricultura empresarial cria um campo sem árvores, coberto de monoculturas de ciclo curto, determinando a necessidade de outros segmentos de produção rural que respondam pelo suprimento de alimentos variados. A grande questão relativa a como se alimenta a população brasileira, que foi solenemente ignorada durante o período colonial, continua a ser tratada como um objetivo tolerado, mas que não interfere nas decisões relevantes de aplicação de capital na produção rural.

A grande questão relativa a como se alimenta a população brasileira, que foi solenemente ignorada durante o período colonial, continua a ser tratada como um objetivo tolerado, mas que não interfere nas decisões relevantes de aplicação de capital na produção rural

Trata-se de interesses em conflito e não só de diferenças entre soluções técnicas. Os diferentes pontos de vista refletem interesses, tradição, cultura, modos de vida. Entre uma visão ruralista – dos proprietários de terras –, e uma visão agrarista – dos trabalhadores –, há uma diferença entre perceber interesses de grande e de pequeno capital e perceber uma lógica de acumulação de capital e uma lógica de sobrevivência dos que moram no ambiente rural. Há uma percepção interna da questão, que é a da própria sociedade rural, e uma percepção externa, que se forma nos demais segmentos da sociedade. A visão socialmente predominante desse campo de problemas reflete o contexto de conflitos e ajustes da sociedade brasileira frente ao binômio modernização - exclusão social, que compreende componentes rurais e urbanos, bem como as inter-relações entre essas duas esferas da sociedade. A presunção, por parte de alguns setores da sociedade brasileira, de que a identidade rural desaparece, submersa na urbanização, ou inserida numa pseudo-urbanização, aparentemente ignora os modos como a subordinação e a exclusão rural se reproduzem e ampliam, nos movimentos do capital neste país, assim como, aparentemente, presume que o mundo rural ficou reduzido à expressão dos modos operacionais e ideológicos do capital no campo. No entanto, a reprodução de modos gerais de controle do trabalho, na esfera rural, combina empreendimentos tecnicamente muito modernos com empreendimentos rudimentares e com uma exploração incontrolada do trabalho, cuja manifestação extrema são novas situações de escravização de trabalhadores, que se descobrem a cada dia. Os projetos mais modernos de agricultura irrigada funcionam num sistema que se sustenta à base de precarizar o trabalho dos "bóia fria" e de prevenir quaisquer mecanismos de permanência dos trabalhadores no campo. É um sistema infenso ao aparecimento de camponeses!

Os fluxos e refluxos da concentração de terras e a mobilidade negativa de grandes contingentes de população do campo testemunham contra essa simplificação da problemática rural que, certamente, não se resume ao mundo dos negócios. Cruzam-se os objetivos de acumulação com o fato de que moram pessoas no meio rural, antes que se esclareça se estão em povoados ou dispersas no campo. Inúmeros exemplos de projetos de produção moderna repetem-se no mesmo ponto, de considerarem como irrelevantes os moradores do campo e de considerarem que podem dispor dos recursos naturais por separado da sociedade rural.

Na segunda metade do século XX, a expansão do capital no campo mudou de forma, passando a combinar a expansão quantitativa linear, na forma de incorporação de terras, com uma expansão qualitativa, na forma de adensamento de capital, de agregação de valor aos produtos, no sentido da agricultura para a agroquímica. A revitalização da agricultura familiar faz-se, basicamente, a partir da abertura de novos canais de acesso à comercialização, ensejados pelo grande capital, e de transbordamento de efeitos positivos da urbanização. Integrantes de grupos urbanos de rendas elevadas compram terras e tornam-se pecuaristas. A diversificação da economia rural surge como um efeito conjunto dessas alterações do mercado e de captação de efeitos de ace-

leração da demanda regional, causados pela renda paga pelo grande capital. Não há como tratar dos diversos processos que se instalam no meio rural por separado dos movimentos gerais do capital no campo que, ao incidirem na valorização das terras, terminam por situar os termos em que se organiza o mercado de terras e em que se pré-determinam os espaços com que contam os pequenos capitais envolvidos na formação de capital de base rural.

No Brasil, em geral, esse movimento tendeu à unificação do mercado de terras, que ainda está muito longe de se completar, mas que já é uma realidade que se infere, através de compras de grandes propriedades, desde a década de 1970, por interesses industriais, até migrações inter-regionais de produtores e até a formação de um importante mercado de investimentos rurais para lazer. Os movimentos de expansão da fronteira agrícola, absorvidos para produção de cereais para exportação e para pecuária, criaram, de fato, uma nova economia primária monocultora, assim como revigoraram os velhos produtos agrícolas, especialmente a cana-de-açúcar. É revelador que a produção canavieira tenha dado lugar ao aparecimento de novos produtores oligopolistas e que tenha se estendido em novos territórios, como um grande complexo agroindustrial exportador, a partir do impulso dado pela produção de álcool, mas constituindo-se, principalmente, como setor exportador.

Nesse contexto, os agronegócios passam a representar a perspectiva dos interesses do capital no campo, enquanto a produção familiar veio a representar um conjunto de tipos de produção e uma escala de capital que se identificam com interesses sociais, basicamente porque representam uma ocupação estável e certas margens de distribuição da renda. Essas duas situações gerais de produção completam-se com a presença de grupos sociais, cada vez mais numerosos, que sobrevivem em modalidades economicamente inviáveis de produção familiar, complementada com extrativismo e com um grande número de trabalhadores em condições incertas de ocupação e com baixas remunerações. É uma nova estruturação de classes, com uma classe de capitalistas geralmente ausentes, com um proletariado rural transformado em morador de cidades, com uma nova classe tecnocrática, de gerentes e especialistas, e com variadas formas de comércio, que se distribuem entre pequenos povoados e cidades do interior.

Nesse ambiente polarizado, a reforma agrária às vezes aparece como uma política social para distribuição de renda e, outras vezes, como uma proposta de política de produção de alimentos e de produtos de baixa capitalização em geral, devendo resolver os problemas alimentares dos próprios produtores. São duas abordagens parciais e insuficientes do problema, que impedem que se perceba a reforma agrária em sua verdadeira situação, como um processo ligado a movimentos de concentração e desconcentração da propriedade fundiária e que se realiza durante e frente a movimentos de muito maior escala de concentração fundiária e de mobilidade da propriedade fundiária entre produtores solventes e insolventes. Na realidade, a reforma agrária tem sido um processo que varia de significado ao longo do tempo, com efeitos variáveis para os diversos interesses do capital (RANGEL, 1962). A reforma agrária cria novos grupos de produtores: alguns economicamente viáveis e competentes, que tendem a se consolidar como produtores; e outros que não alcançam essa viabilidade e voltam a repetir o quadro de pobreza crítica e instabilidade. A reforma agrária insere-se no contexto dos modos agrários de produção e cria novos grupos de produtores, que dependem dos circuitos de comercialização e financiamento e de desenvolver uma capacidade de internalizar a capacidade de produzir. Assim, entra no contexto da formação das classes sociais e tem de ser explicada segundo as regiões onde se realiza.

A reforma agrária cria novos grupos de produtores: alguns economicamente viáveis e competentes, que tendem a se consolidar como produtores; e outros que não alcançam essa viabilidade e voltam a repetir o quadro de pobreza crítica e instabilidade

Ao entender que as transformações rurais do capital resultam em criação de classes sociais e em debilitamento de classes estruturadas, é preciso situar os movimentos de reforma agrária como parte

das transformações do capital no país, com conseqüências econômicas, sociais e políticas, que se alteram ao longo do tempo. Qual a relevância da reforma agrária no México, na Venezuela, no Equador ou no Chile, onde constituiu um objetivo de política durante pelo menos dez anos? Quais tipos de agricultura são criados pela reforma agrária e será que eles se mantêm em sua forma inicial, ou desenvolvem seus modos próprios de se transformarem?

Esta análise impõe que se distinga duas lógicas de produção rural, que interagem através do mercado de terras e que têm um efeito conjunto no mercado de trabalho. Desde logo impõe-se superar a visão preliminar do problema, que percebia os efeitos imediatos da transformação rural no mercado de trabalho, por isso entendendo que se tratava apenas de um movimento unilateral de saída de pessoas do campo. Tal saída aparecia, primeiro, como êxodo do campo para a cidade e, depois, como um movimento de população dos pequenos centros para os grandes centros. Em todo caso, esse seria um movimento unilateral, cujo destino final seriam as regiões mais ricas do país. Adiante, viu-se que esses movimentos são mais complexos que isso e que há fluxos de migrantes das regiões mais ricas para regiões pobres e marginalizadas, onde os migrantes são portadores de novos projetos agrícolas.

A simplicidade da análise das migrações reflete uma visão factual dos problemas rurais que, ora, focaliza seus aspectos físicos, ora, vê seus aspectos econômicos imediatos, mas que se abstém de examinar a situação histórica da questão rural, que a insere nos movimentos do capital e do trabalho e no quadro da formação institucional do país em seu conjunto. No entanto, essa questão é parte dos problemas de mobilidade do trabalho nas transformações do capital, em que as migrações são apenas os aspectos externos, ou terminais, de problemas de mobilidade, que envolvem a expulsão de trabalhadores do sistema de produção e sua capacidade de se deslocarem em busca de outras alternativas de inserção. A análise demográfica das migrações teve que ser substituída por uma análise socioeconômica da mobilidade do trabalho, cujos fundamentos são a complexidade da questão rural e as contradições rurais da acumulação de capital.

A questão rural é duplamente complexa: porque representa a relação entre os riscos da produção e a incerteza da natureza e porque compreende a relação entre a composição do capital e as condições de mobilidade do capital e do trabalho. A sociedade toma conhecimento das incertezas naturais através dos conflitos sociais que, logicamente, são sempre mais agudos naqueles ambientes onde se convive com pobreza generalizada.[1]

A compreensão da complexidade da questão rural difunde-se na década de 1970, com a identificação do complexo agroindustrial e com o reconhecimento da tendência geral ao aprofundamento do capital nos segmentos mais lucrativos da economia rural, que seriam aqueles ligados à modernização da comercialização e que receberam recursos de fundo público. Note-se que os efeitos da expansão de interesses de grande capital no campo já tinham sido examinados por Ignácio Rangel,[2] na década de 1950, e tinham sido objeto de estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) na década seguinte.[3] No entanto, os movimentos de extensão do capital no campo não podem ser simplificados a ponto de serem confundidos com movimentos gerais indiferenciados

[1] Para sustentar essa observação, cabe comentar que os principais capitais da produção açucareira nordestina têm, seguidamente, se deslocado para realizarem investimentos no Sudeste do país, onde os custos do trabalho são mais elevados, tanto em outros setores de serviços, tais como hotelaria, como em empreendimentos de alta capitalização na própria produção açucareira.

[2] RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

[3] Citam-se trabalhos feitos por equipes mistas do ILPES com a FAO, do BID com a FAO, de programas da FAO em países latino-americanos, com a participação de nomes como os de Jacob Schatan, Jacques Chonchol, Plínio de Arruda Sampaio, Solon Barraclough e José Gomes da Silva, que manejaram doutrinas econômicas da formação da economia rural, desde os trabalhos de Chayanov. Observa-se, além disso, que o confronto entre uma perspectiva mais "economista" e outra mais "antropológica" vinha, desde a década de 50, entre uma simplificação tecnicista operada pela economia neoclássica, que veio a ser representada, principalmente por Theodore Schultz, e uma corrente surgida na velha União Panamericana, que reduzia a América Latina a expressões culturais. A reivindicação de uma perspectiva histórica da questão apareceria, desde a abordagem da CEPAL à de outras instituições, como o Instituto de Economia da Universidade da República do Uruguai. Corresponderia a uma visão histórica. O confronto apareceria, claramente, em torno da concepção de camponês ou de campesinato, que o modernismo tecnicista consideraria equivalente a pequeno produtor (BERNARDO SORJ, 1988), enquanto a perspectiva histórica reivindicaria a consistência do camponês como homem permanente do campo e veria o campo como uma referência histórica que fundamenta a expansão e as contradições do capitalismo (ARTURO WARMAN, 1988). A emergência das contradições rurais, em países como a Colômbia, o Equador e a Bolívia, mostrou que a simplificação neoclássica tornou-se um anacronismo precoce, em sua defesa de modelos de eficiência financeira.

de capital. Há nisso todo um componente da formação sociocultural do país, de seus valores e de seu sentido de garantia de patrimônio, que tem de ser tomado em conta. Mas é um argumento a ser incorporado à explicação do movimento central do capital, e não é uma explicação substitutiva daquele.

No essencial, a revelação da complexidade da economia rural leva à conseqüente identificação dos interesses que se projetam no meio rural, desde interesses do grande capital, que realiza grandes investimentos e que se expande sobre as cadeias produtivas de agroindústria, até os interesses de capitais de pequeno e médio porte, que se modernizam sobre patrimônio já constituído, ou que se expandem em mercados regionais ou locais, e, finalmente, interesses locais que se organizam para sobreviver e ampliar sua renda familiar, com alguma margem de acumulação. A expansão do capital no campo representa um realinhamento dos interesses incorporados na economia rural e, logicamente, um realinhamento da posição da economia rural na formação do capital em seu conjunto.

A expansão do grande capital no campo define-se, desde a década de 1950, com a produção industrializada de sementes híbridas e com a expansão dos interesses industriais na venda de equipamentos à agricultura, junto com um uso maciço de combustíveis.[4] O modelo de produção industrializada em larga escala com oferta ilimitada de combustíveis tornou-se a marca distintiva da etapa final da segunda revolução industrial, quando a renovação tecnológica extravasou do setor industrial para os demais setores produtivos. Houve uma desidentificação das transformações da economia rural com os interesses e com as condições de emprego e renda da população rural. O estilo de modernização agrícola que se difundiu pelo mundo, a partir da análise econômica neoclássica da agricultura, toma como tacitamente comparáveis os usos de recursos naturais e de equipamentos industriais, e considera que os custos sociais do desgaste de recursos não-renováveis podem sempre ser representado mediante tarifas.[5]

O pressuposto de que as questões gerais da economia rural podem ser tratadas mediante critérios de análise microeconômica significa, antes de tudo, que se pressupõe completa equivalência entre os diversos participantes da economia rural, que é, justamente, a principal observação de que a análise econômica marginalista, em suas diversas versões, não registra as implicações da condição de grande e de pequeno capital, no modo como operam os diversos interesses envolvidos na produção rural. Reconhecer que se trata de uma combinação de oligopólio com produção de mercado aberto leva, naturalmente, a questionar como se dá a relação entre a esfera oligopolizada e a esfera de produção em mercado aberto.

Os debates que se desenvolveram sobre a questão rural na América Latina, na segunda metade do século XX, revelaram conflitos de interesse em termos do controle da modernização, com a participação, direta e indireta, de órgãos internacionais e com uma mobilização de forças sociais que representam comunidades até agora desconsideradas, tais como indígenas e comunidades empobrecidas em geral. Há uma mudança significativa em relação ao quadro que prevaleceu até a década de 1960, no relativo à representação de interesses de grupos que ficaram à margem dos projetos de modernização, tais como os projetos de irrigação e de modernização da pecuária.

É preciso ter claro que a maior parte das políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil tem sido realmente políticas de valorização da pecuária e de abertura de terras para criação extensiva, desde os tempos da colônia. A destruição dos povos indígenas foi causada em grande parte por esse objetivo de interesses econômicos e políticos, que foi revalidado no Estado Novo, justamente, por uma política de expansão e melhoramento do rebanho bovino. Desde então, a pecuária tem sido um poderoso fator de formação de renda, mas tem sido, também, o principal

[4] A presunção de que se trabalha com oferta ilimitada de combustíveis a baixos preços é um dado essencial desse modelo agrícola industrialista, que se tornou a referência da produção mecanizada. A restrição energética, especialmente na forma de custos dos combustíveis, levou a rever o modelo de produção industrializada em suas bases, além da crítica ecológica desse modelo. Mas não furou o bloqueio representado pela ortodoxia neoclássica, que continuou a olhar a questão rural como um problema sociológico de um problema técnico que se resolve em termos de otimização de investimentos.

[5] No caso mais dramático, que é o do Rio São Francisco, proliferam investimentos de grande capital que, além de usarem esse recurso sem pagamento algum, no essencial se apropriam com poder de monopólio de um bem escasso, privando de opções aos possíveis pequenos usuários.

motor do desmatamento e da expulsão de posseiros e outros, com seu baixo efeito multiplicador de emprego. E a renovação da pecuária tem se feito mediante uma combinação de expansão de área ocupada e de melhoramento dos rebanhos, com integração do mercado e do sistema de comercialização. A perspectiva pecuarista da produção rural focaliza estratégias de uso de recursos que priorizam a produção de forragens, junto com técnicas de uso concentrado de recursos, comparado com técnicas de pequena irrigação e uso especializado de recursos, mais compatíveis com um povoamento mais racional dos espaços rurais. A formação de complexos agropecuários, através da integração da produção com rebanhos de animais de grande porte e com animais de pequeno porte, modificou essa regra em boa parte, por ter aumentado em muito o valor adicionado sobre os produtos finais, mas, certamente, persiste o problema básico da contradição entre os interesses em torno dos diversos modelos de ocupação de terras.

É preciso entender, portanto, que a composição do capital, na esfera da produção rural, está pré-condicionada pelas opções de aplicação de grandes capitais, que têm todas as condições técnicas e operacionais para organizarem-se em quaisquer dos grandes setores da economia

A COMPOSIÇÃO DO CAPITAL NA PRODUÇÃO RURAL

Na esfera rural convivem diversas formas de produção, antigas e recentes – para não chamar de modernas –, que têm diferentes capacidades de absorver componentes do capital constituído em momentos anteriores da formação do sistema produtivo. Cada uma delas opera com uma composição média de capital, que é a composição compatível com as condições de reprodução dos capitais incorporados nesse setor. Por exemplo, a composição do capital na velha produção fumageira não se parece em nada com a da produção fumageira moderna, principalmente pelo tipo de qualificações das pessoas que nela trabalham. Mas a maior diferença está no tipo de conhecimento que se reconhece como qualificação para os fins da produção fumageira. Grande parte do que se reconhece como qualificação no trabalho no meio rural vem de uma visão industrial da produção rural, que procura reduzi-la aos parâmetros de uso do tempo e de tarefas equalizadas, que não se aplica ao meio rural e que não são desejáveis nele.

Nas transformações da economia rural distinguimos dois níveis de intervenção do capital, que são os do capital financeiro que controla a produção e o do capital incorporado na produção rural. As transformações da produção rural resultam de modificações nesses dois níveis, com o capital financeiro estabelecendo as opções de composição dos investimentos no capital incorporado na produção. O controle bancário da produção rural e a mercantilização das terras impuseram a lógica do grande capital, através do controle da comercialização da produção agrícola, assim como do controle dos garimpos pela grande mineração e do controle da silvicultura pela indústria de papel e celulose. Há, portanto, grandes traços da produção rural a serem tomados como as alavancas da pequena produção e como condicionantes das iniciativas dos pequenos produtores.

É preciso entender, portanto, que a composição do capital, na esfera da produção rural, está pré-condicionada pelas opções de aplicação de grandes capitais, que têm todas as condições técnicas e operacionais para organizarem-se em quaisquer dos grandes setores da economia.[6] No Brasil há inúmeros exemplos de uma elevada capacidade de diversificação dos capitais de médio e de grande porte, que resultou numa proliferação de empresas de pequeno e de médio porte, principalmente no setor de alimentos. No entanto, é preciso reconhecer que se trata de um segmento de mercado que tem crescentes dificuldades para se sustentar, dado o controle de matérias-primas e insumos difundidos em geral por parte das grandes empresas.

A operação do grande capital é adicionalmente

[6] Algumas informações recentes, veiculadas pela imprensa, dão conta de grandes operações desse tipo, tais como a venda dos interesses agroindustriais do grupo Perez Companc, da Argentina, a interesses brasileiros, seguida da aplicação dos recursos do mesmo grupo Perez Companc no setor de alimentos no Brasil.

apoiada pelo sistema de pesquisas e pelos programas de obras públicas. A integração dos sistemas de pesquisa de base e de pesquisa aplicada entre as universidades públicas e os programas especiais financiados pelo governo tornou-se poderoso componente do fundo público, que subvenciona a produção rural em geral, mas com uma diferença essencial, entre passar tecnologia dominada para os empreendimentos do pequeno capital e da agricultura familiar em geral e desenvolver as pesquisas de base que subsidiam o grande capital absorvendo seus custos de pesquisa.

Tudo isso converge para criar um diferencial entre grandes e pequenas empresas no relativo à capacidade de lidar com incerteza e risco, o que significa sua capacidade de identificar riscos e de externaliza-los, isto é, de transferi-los para a sociedade em seu conjunto, bem como de planejar suas atividades para compatibilizar riscos e lucros. Na operação da produção rural na América Latina, é notório que um aspecto fundamental tem sido a capacidade de transferir o capital investido, entre aplicações sem futuro e aplicações em que há novos horizontes de lucro. Em atividades primárias simples, tais como a produção de bananas, a fruticultura, tem sido necessária uma capacidade de deslocar a produção entre tipos de banana, ou entre frutas, para atender a condições operacionais do mercado, antes que para atender requisitos de qualidade.

Deslocar-se entre tipos de aplicação significa a mobilidade do capital, qual seja, sua capacidade de se deslocar entre atividades e de conseguir reunir o trabalho qualificado necessário para realizar novos empreendimentos com novas tecnologias. Para seus empreendimentos, os capitalistas dependem de encontrar trabalhadores com as qualificações necessárias e disponíveis nos momentos oportunos que, entretanto, não são qualificados por eles. Como a mobilidade do capital depende, portanto, da mobilidade do trabalho, podemos nos aventurar a considerar que, aqui, se reproduz uma situação análoga à da relação entre senhor e escravo.[7]

Assim, há um novo movimento de consolidação de grandes empresas que operam mediante a exploração de conjuntos de empresas de diversos tamanhos e voltadas para segmentos relativamente especializados do mercado. É o que acontece, por exemplo, no setor de laticínios, onde convivem empresas com variadas modalidades de integração e que participam lado a lado em alguns segmentos de mercado, entretanto, com diferente capacidade de se ampliar. Os oligopólios extraem vantagens decisivas de sua capacidade de financiar produtores e de controlar a comercialização de alguns produtos escolhidos. No essencial, as maiores empresas, que são internacionais, escolhem fornecedores, controlam a comercialização e impõem uma certa lista de produtos de consumo de massa, mediante estratégias de comercialização.

A maior diferença entre essas empresas e outras empresas nacionais que operam com produtos similares é a composição do capital, onde as multinacionais têm maior flexibilidade para condicionar seus projetos industriais à sua estratégia financeira e comercial. Há uma questão relativa à composição do capital na produção rural, que se situa na relação entre a densidade do capital no campo e o sentido de finalidade dos usos do capital. No estilo de produção rural, afinado com a perspectiva ruralista de grande capital, chega-se a perfis de grandes concentrações de equipamento, monoculturização e uso concentrado de água, em grande irrigação, que se comparam com as variantes de uma perspectiva agrarista, que se materializa na proliferação de pequenos negócios.

TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO RURAL

As transformações do capital na esfera rural, no Brasil, revelam as contradições próprias de um sistema produtivo em mutação, que opera simultaneamente com uma parte integrante da economia globalizada e conduzida pelos modos operacionais do grande capital, e com outra parte que se reproduz nos modos de uma produção tradicional, dependente, subalternizada. Aparentemente, não há razão alguma para supor que o componente de economia globalizada substituirá o componente de economia tradicional. Pelo contrário, as observa-

[7] Isso significa rever a suposta independência de decisão sobre opções de tecnologia, que se descobre que consiste em diferentes e variantes margens de autonomia de decisão, com que os gestores do capital operam, segundo sua capacidade de controlar o trabalho. O controle do trabalho aumenta junto com a diminuição da contratação de trabalhadores, que alimenta o exército de reserva de trabalhadores, tanto dos mais qualificados como dos menos qualificados.

ções do que tem acontecido levam a entender que o componente internacionalizado opera com um conjunto de vantagens que são dadas justamente pela presença do componente tradicional. O sucesso do componente moderno deriva, em grande parte, da permanência do componente tradicional, do mesmo modo como a formação da indústria foi beneficiada pela existência de colônias e de produção artesanal e manufatureira. A modernização conduzida pelo segmento internacionalizado é secundada pela produção capitalista estruturada no mercado interno e basicamente na esfera regional. A questão rural revela-se como um campo de conflito, entre os interesses que são parte da produção internacionalizada e os da produção local, onde há certas margens de mobilidade entre as duas esferas, mas elas não se fundem. E o controle da modernização enfeixa o controle da terra e o do trabalho, resumindo as condições em que a produção rural participa dos movimentos mais amplos da transformação do capital.

A esfera internacionalizada ocupa apenas uma pequena parte dos recursos incorporados na esfera rural, mas depende dos baixos preços do trabalho da produção rural, que são garantidos, justamente, pela esfera de trabalho não internacionalizado que, a rigor, é o trabalho constrangido a funcionar apenas pela luta pela sobrevivência

A questão essencial, que se revela quando se ultrapassam os aspectos formais e superficiais da produção rural, é que ela é um campo de conflitos e ajustes de interesses, entre os capitais integrados na produção internacionalizada e a produção que se estrutura na esfera local. A esfera internacionalizada ocupa apenas uma pequena parte dos recursos incorporados na esfera rural, mas depende dos baixos preços do trabalho da produção rural, que são garantidos, justamente, pela esfera de trabalho não internacionalizado que, a rigor, é o trabalho constrangido a funcionar apenas pela luta pela sobrevivência.

A produção rural no Brasil tem se desenvolvido com uma participação crescente da esfera internacionalizada do capital, combinada com a reprodução de um componente denominado de tradicional, que reúne uma variedade de formas dependentes de produção, que se formaram em momentos anteriores da acumulação de capital, e que têm sido mantidas ao longo das transformações do sistema produtivo.

Esses traços da formação histórica do capital, na esfera rural, levam a ver que suas transformações, hoje em curso, respondem a diferentes interesses, que vão desde aqueles do grande capital aos de capitais de expressão regional e aos interesses dos diferentes representantes da produção camponesa[8] e do extrativismo, que se encontram em torno de dois aspectos fundamentais do processo: o controle do trabalho e o controle dos recursos naturais. O modo como esses interesses se manifestam são próprios da formação dos respectivos grupos e podem levar à falsa impressão de que não conflitam com os outros, já que a produção do grande capital emprega cada vez menos trabalhadores. Mas os conflitos de interesse se reproduzem mediante mecanismos indiretos no sistema em seu conjunto, sob formas tais como os conflitos sociais no campo, a favelização em cidades de todos os tamanhos e o quadro geral de violência, que extravasa das grandes cidades para as pequenas cidades e para o campo.

O controle dos recursos naturais sempre foi a base do sistema colonial, que sempre viu a produção rural como uma depredação. A mobilização de trabalho compulsório foi feita como parte da mesma atitude de depredação e o controle dos trabalhadores é a garantia de obter trabalho compulsório, seja ele escravo ou não. Daí, o controle dos recursos naturais torna-se o modo de captar o trabalho compulsório e é a máxima manifestação de autoridade. O controle dos recursos naturais é o cerne da questão rural, em que se vê, inclusive, a capacidade de decidir se praticar agricultura ou não, ou se exercer um comportamento depredatório. Ao pretender separar a questão rural da questão agrícola chega-se, mesmo sem querer, à situação contradi-

[8] Entendemos como produção camponesa uma produção regular, estável, que incorpora a experiência do processo de produzir, que se distingue claramente dos mecanismos instáveis e erráticos de sobrevivência no meio rural.

tória de excluir esse fator de controle do movimento do capital. Substituir antigas fazendas de cana-de-açúcar por campos de golfe é um modo de constatar que, à anterior produção agrícola, jamais se atribuiu significado social algum e que a produção rural foi, pura e simplesmente, um exercício de dominação. A utilização inadequada de terras de boa qualidade e com boa dotação de água, tal como na região produtora de cacau na Bahia, ou a destruição de bacias hidrográficas através de desmatamento, tal como em várias partes do Nordeste, são custos sociais que não se reconhecem, mas são manifestações do poder representado pelo monopólio da terra, assim como são manifestações locais de um bloco de poder regionalmente estruturado. O poder de reter recursos naturais e não usá-los, ou usá-los mal, é uma invasão do interesse privado na esfera do interesse social, que não pode ser julgado apenas pelos resultados microeconômicos negativos, senão pelo que representa como resultados sociais a longo prazo, no que esse longo prazo significa a reprodução dos sistemas de recursos naturais.

Em torno do controle dos recursos naturais, há dois aspectos fundamentais a considerar, que são o poder de reter privadamente recursos que são de interesse social e os critérios de eficiência com que são avaliados os usos dos recursos. A diferença principal está entre critérios privados e públicos, onde estes representam interesses sociais, enquanto os critérios privados procuram apresentar-se mediante justificativas de que representam interesses sociais. Mas a falácia dos argumentos da teoria do bem-estar reside em seu anseio por representar interesses sociais através de tarifas que apenas comparam um horizonte restrito de situações entre usuários de um bem determinado capazes de pagá-las.

A visão privada fica restrita ao horizonte dos empreendimentos e pode aceitar todas as margens de ineficiência que estão fora deles. Isso tanto se aplica à visão do grande capital como às pautas de comportamento dos pequenos produtores. Como avaliar a eficiência de empreendimentos rentáveis que exaurem solos ou que destroem biodiversidade? Mesmo quando se trata de conjuntos de empreendimentos, essa lógica de visão restrita se repete.

Assim, as contradições de interesse revelam-se realmente ao longo do tempo, à medida que a pressão sobre os sistemas de recursos ganha um novo significado social, isto é, quando as alterações dos sistemas de recursos se tornam uma referência central da estruturação social da economia, tal como na disputa entre o uso de terras para pecuária extensiva e para agricultura de baixa tecnologia, ou entre a produção de alimentos e a de matérias-primas para a indústria.[9]

Conflitos de objetivos, bem como as dificuldades de cada grupo para reconhecer seus próprios interesses[10] tornam-se contradições do processo do capital no meio rural. Os fatores ideológicos se apresentam sob diversas formas, como parte dos mecanismos de autoritarismo, como parte de mecanismos de alienação e como conseqüência da penetração de participantes de outras sociedades, que se integram no meio rural representando novas formas de dominação. A alienação é um processo geral que atinge os trabalhadores que estão expostos aos efeitos negativos do controle do mercado de trabalho, tanto como um modo de escapar aos controles locais das oportunidades de emprego, como parte da busca de uma inserção no mercado de trabalho. Mas a alienação torna-se uma contradição material da reprodução do sistema produtivo, como um resultado de manobras individuais de sobrevivência de pessoas em sua qualidade de trabalhadores. A exclusão dos trabalhadores, portanto, é uma contradição do sistema em seus fundamentos socioeconômicos.

A emergência de uma disputa em torno dos papéis de uma produção rural não agrícola trata, realmente, das condições objetivas de diversificação do capital sobre suas bases rurais tradicionais. No entanto, essa diversificação não surge de uma mutação do capital rural, senão como um efeito das transformações do sistema de produção em seu conjunto, tanto como as transformações da própria indústria. A origi-

[9] A destinação de terras para pecuária, em muitos casos, no Brasil, foi seguida de falta de recursos para formar uma população bovina correspondente, resultando no que se passou a chamar de capinização – formação de pastagens naturais subutilizadas – em vez de pecuarização, que significa uma ampliação do sistema produtivo com padrões definidos de tecnologia.

[10] Refere-se à subordinação ideológica, que afeta diversos grupos, a partir de uma subordinação sistemática das elites dirigentes. A alienação promovida pelos meios de comunicação de massa, de fato passa pelo mesmo processo, já que subordina as camadas mais pobres da sociedade mediante o uso de símbolos da elite subordinada.

nalidade da questão rural consiste no aparecimento de atores até agora desqualificados, que mostram nova capacidade de empreender.

O meio rural brasileiro continua a ser mais atingido, que o das grandes cidades, por mecanismos de autoritarismo, que sobrevivem e que se atualizam, valendo-se das peculiaridades do sistema político (CARVALHO, 1987). O deslocamento de novos capitais para a esfera rural é alimentado pelos valores ideológicos tradicionais de grupos urbanos, bem como por vantagens tributárias. Novos grupos econômicos, que surgiram sob o amparo do bloco de poder político, antes, durante e depois do regime autoritário, tornam-se empresários de novas formas de produção rural, passando a controlar distritos de irrigação e expandindo-se em novos empreendimentos da pecuária. Interrompe-se a lógica do complexo agroindustrial, que atribui a acumulação rural de capital à industrialização da produção e surgem grandes capitais, inclusive internacionais e inclusive públicos, que se instalam para permanecer na etapa agrícola da produção rural.[11]

A grande questão, relativa ao formato da articulação da economia e da política, é a impossibilidade de se formular um modelo de desenvolvimento subordinado que não se enfrente com o absurdo da subordinação em seus fundamentos econômicos. Os modelos econômicos subordinados não conseguem se reproduzir como se fossem autônomos. O sistema produtivo dependente da economia rural vai ao esvaziamento de seu próprio mercado de trabalho e não gera as soluções tecnológicas de que precisa, mais por falta de visão crítica dos processos da produção que por incapacidade de alterá-los. Por exemplo, as técnicas tradicionais de construção de cisternas e de cata-ventos foram abandonadas e são redescobertas como novidades que podem ajudar no desenvolvimento de regiões pauperizadas no Nordeste.

A produção rural torna-se um foco de contradição da produção industrial, que se difunde no sistema produtivo e que se torna uma referência da capacidade do sistema produtivo de se ajustar à relação entre as transformações do mercado de capital e as do mercado de trabalho. Tal como a indústria, a produção rural descai em padrões repetitivos e numa mediocrização que só se explica pela fragilidade da formação dos dirigentes dos empreendimentos, sejam eles proprietários ou gerentes.

O fundamento social da produção terá, portanto, que ser examinado criticamente. Falta qualificação à maioria esmagadora dos dirigentes dos empreendimentos rurais. As modalidades coletivas de gestão, que são mais adequadas para veicular qualificação, levam uma vantagem significativa, no que desenvolvem mecanismos de solidariedade que ultrapassam a esfera da produção e que reintegram a produção com a vida em comunidades. No Brasil, as transformações rurais do capital chegam aos seus limites quando põem em movimento forças sociais que defendem sua sobrevivência através da luta em torno do controle dos recursos naturais.

INCONCLUSÕES

Não há soluções à vista para teorias sociais que se organizam sobre visões restritas e a curto prazo de um problema complexo, que se realiza sobre longos períodos, nem para teorias que desqualificam a importância das relações de conflito, ou que apenas negam sua existência. A análise descritiva da economia rural difere pouco da análise agrícola, por mais que se pretenda representante de uma visão mais atual. Repete-se a dicotomia entre segmentos de produtores na agricultura comercial, que nem sempre é realmente capitalista, e segmentos de produção familiar que flutuam em torno da linha de pobreza. Não se pode esperar muito de uma produção rural não-agrícola por parte de produtores famintos.

O que surge como uma visão ultramoderna da questão rural – por comparação com o que se declara pós-moderno – é que se trata dos desdobramentos da produção industrial moderna e não da construção de um estilo de economia desligado dos modos modernos de funcionamento. Em seu cerne, o ambiente ultramoderno rural continua se reproduzindo sobre componentes pré-capitalistas (HIRANO, 1988). O que há de consistente na diferença entre rural e agrícola são os interesses que se organizam no âmbito das relações de classe e que

[11] Notícias da imprensa de que o governo da China teria interesse em produzir na agricultura brasileira, tal como se fosse um empreendedor privado, confirma essa observação.

se tornam mais visíveis quando são colocados na escala de complexidade do conjunto das atividades da esfera rural.

As transformações da esfera rural do capital tornam-se contraditórias com os movimentos gerais de superação das formas operacionais do capital periférico, porque se distanciam cada vez mais de um sentido de finalidade da produção rural e se tornam mais integradas a um modelo de economia internacionalizada dependente. A produção do grande capital é produção de mercadorias de baixo valor adicionado, mesmo quando é realizada em grandes unidades agroindustriais. Suas pautas tecnológicas são estabelecidas para um determinado tipo de inserção no mercado internacional, nessa categoria de mercadorias padronizadas, com uma base tecnológica e somente como um desvio de comportamento elas mudam de mercadorias.

O sistema em seu conjunto é dinamicamente inviável e sua capacidade de se atualizar depende de uma ação indireta, entretanto decisiva, do Estado, em campos tais como pesquisa básica e aplicada, em solução de problemas de logística, em iniciativas de qualificação técnica

A capitalização e a diversificação rural se consolidam como parte de uma economia exportadora tecnologicamente subordinada, que não desenvolve mecanismos próprios de substituição de seus padrões tecnológicos. A criatividade fica por conta dos segmentos da produção que ficam à margem da produção de grande capital, isto é, que são subordinados no próprio ambiente da economia rural. Isso significaria que o sistema em seu conjunto é dinamicamente inviável e que sua capacidade de se atualizar depende de uma ação indireta, entretanto decisiva, do Estado, em campos tais como pesquisa básica e aplicada, em solução de problemas de logística, em iniciativas de qualificação técnica.

No plano operacional, a possibilidade de que se desenvolva uma economia rural emancipada depende de uma reestruturação da relação entre o binômio produção-comercialização e da relação da produção rural em seu conjunto com a preservação dos recursos. O objetivo de preservação dos recursos naturais rompe com a lógica microeconômica dos empreendimentos, cuja principal referência é o retorno que pode ser obtidos no horizonte de duração dos equipamentos. Por isso, como julgar projetos de irrigação com a perspectiva de cálculo com que se julgam projetos de produção? Como incorporar ao cálculo econômico o fato de que as barragens não têm prazo para serem desativadas ou destruídas? Como reduzir ao cálculo econômico as mudanças de objetivos de produção, que os produtores adotam?

Há, portanto, uma diferença de escalas de tempo, entre o tempo da duração dos empreendimentos e o tempo do metabolismo dos sistemas de recursos, que impede que se conclua um cálculo econômico que satisfaça a perspectiva social e a privada. Por isso, a análise das transformações rurais do capital tem de absorver todo o relativo a interesses e estruturação de classes e a mobilidade do capital e do trabalho e situar-se historicamente na realidade das nações de que trata. Em síntese, tem de ser uma análise social historicamente fundamentada.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria Azevedo (Org.) *América Latina, identidade e transformação*. Salvador: OEA/UFBA, 1988.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário*. São Paulo: Hucitec/SUDENE, 1987.

CARVALHO, Otamar de. *A economia política do Nordeste*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MARX, Karl. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económico, 1956. 3 v.

MÜLLER, Geraldo. *Estado, estrutura agrária e população*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MYRDAL, Gunnar. *Asian Dramma, an inquiry into the poverty of nations*. Nova Cork: Random House, 1968. 3 v.

PEDRÃO, Fernando. O extrativismo na periferia da produção. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2001.

PIMENTA, Ely de Oliveira Rosa. *A intervenção do Estado no desenvolvimento rural, estudo do Projeto Integrado de Desenvolvimento da Bacia do Rio Paraguaçu*. Salvador: Ed. Do autor, 2001.

RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA; PRONAF; IICA. *Análise regional da Bahia rural*: relatório final do diagnóstico. Salvador: SEI, 2003**.**

SILVA, Sérgio. *Valor e renda da terra*. São Paulo: Polis, 1981.

SMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura brasileira.* São Paulo: Contexto, 1990.

Evolução e transformações recentes no Agro Baiano

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Agropecuária baiana: transformações e impactos

Vitor de Athayde Couto Filho[*]

Resumo

Neste artigo analisa-se o avanço tardio do produtivismo, configurando o agronegócio do estado. Observa-se a evolução do setor agropecuário, em particular, o segmento agricultura durante os últimos 15/20 anos, quando se consolida a incorporação do produtivismo na Bahia. Verifica-se, a partir de diversos dados secundários, os impactos econômicos, sociais e ambientais oriundos do modelo produtivista para o estado como um todo e para as mesorregiões que o compõe. Conclui-se que, ao contrário do que se tem difundido, existe uma série de impactos negativos provocados pela incorporação do referido modelo.

Palavras-chave: agronegócio, produtivismo, Bahia.

Abstract

In this article the late advance of productivism in Bahia is analyzed, representing the agrobusiness in the State. It is observed the evolution of farming sector in Bahia, in particular the segment of agriculture, during the last 15/20 years, when it consolidates the incorporation of productivism in the State. It was verified, from several secondary data, economical, social and environmental impacts, originated from a productivist model for the State as a whole and for the mesoregions that composed it. It can be concluded that, on the contrary of what has been spread, it exists a series of negative impacts provoked by the incorporation of the referred model.

Keywords*: agrobusiness, productivism, Bahia.*

Muito se tem falado da importância do agronegócio para a sociedade brasileira, especialmente para a geração dos superávits na balança comercial. Também se argumenta que é o setor que mais cresce, gera emprego e contribui para o desenvolvimento do país. Todos esses méritos são atribuídos, por um lado, a uma boa articulação entre produtores e agroindústrias, a montante e a jusante, no Brasil, formando o que se chamava de complexos agroindustriais, antes da divulgação do termo agronegócio, ora em voga. Por outro lado, atribui-se à incorporação, aperfeiçoamento e difusão do modelo de produção agropecuária dominante no mundo, denominado neste artigo de modelo produtivista.

Esse modelo, grosso modo, caracteriza-se pela busca do aumento dos rendimentos físicos por hectare com menores custos, baseando-se na utilização intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos, na monocultura e na produção em grande escala de *commodities*. Foi difundido pelos EUA e por alguns países da Europa, a partir dos anos 60, especialmente no hemisfério sul, por meio da conhecida Revolução Verde.

O produtivismo também chegou à Bahia, ainda que tardiamente, como se verá mais adiante, provocando alterações significativas no agronegócio do estado. Neste artigo, busca-se identificar algumas dessas alterações, analisando a evolução do setor agropecuário baiano, em particular o segmento agricultura, durante os últimos 15/20 anos, quando se consolidou a incorporação do produtivismo no estado. Não são consideradas as relações do produtor com as agroindústrias. A

* Coordenador de projetos no Brasil da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela UNICAMP. vitoracf@uol.com.br.

análise se restringe às atividades "dentro da porteira". É observado o desempenho do setor e do segmento, suas principais transformações e, especialmente, os impactos oriundos destas para o estado como um todo e para as mesorregiões que o compõe. Verifica-se que, ao contrário do que se tem difundido, existe uma série de impactos negativos provocados pela incorporação do referido modelo.

Em razão do espaço limitado, optou-se por não incluir no artigo o grande número de tabelas analisadas. Apenas indicam-se os dados absolutos e relativos, bem como as taxas de crescimento anual. Para conhecimento das tabelas originais, sugere-se a leitura de Couto Filho (2003).

As mesorregiões aqui analisadas são as definidas pelo IBGE e podem ser visualizadas no cartograma anexo a este artigo.

BREVE ANÁLISE DO PIB AGROPECUÁRIO

A participação do setor agropecuário no PIB baiano passou por alterações significativas nos últimos 25/30 anos. De acordo com dados da SEI (SUPERINTENDÊNCIA..., 2002), em 1975, esse setor respondia por 30,7% do PIB, passando para 20,2% em 1980 e 10,4% em 1990. Ao longo da década de 90, esse percentual manteve-se praticamente inalterado, chegando, em 2000, a 10,8%.

Conforme Rocha *et al*. (SUPERINTENDÊNCIA..., 2002, p. 113), as variações verificadas entre 1975 e 1990 deveram-se, em primeiro lugar, ao surgimento ou crescimento de algumas atividades dos outros setores da economia, a exemplo da petroquímica, e, em segundo, à decadência de alguns produtos agrícolas. Esses argumentos são reforçados ao se observar, em separado, as taxas de crescimento dos setores que compõem o PIB. Enquanto a agropecuária cresceu, para os períodos de 1975 a 1980 e 1980 a 1990, a taxas anuais médias de 0,1% e 1,1%, respectivamente, a indústria de transformação apresentou, para os mesmos períodos, incrementos de 19,8% e 3,1%, o comércio 11,9% e 3,1% e, o segmento de alojamento e alimentação, 19,9% e 4,8%.

Sobre a relativa estabilidade verificada na década de 90, utilizam-se argumentos opostos. Por um lado, os demais setores da economia apresentam taxas anuais médias de crescimento inferiores ao da agropecuária e, por outro, há uma substituição dos produtos decadentes por novas culturas e criações, mais dinâmicas. A agropecuária cresceu, entre 1990 e 2000, 41,4% (média de 3,5% ao ano), contra 26,1% (2,3% ao ano) do PIB total, 20,3% (1,9% ao ano) da indústria de transformação e 15,9% (1,5% ao ano) do comércio.

Em outras palavras, é a reorganização da agropecuária baiana, aliada ao desempenho mais modesto dos demais setores da economia, que levam à manutenção da alta participação da produção do campo na composição do PIB baiano (em torno de 10%). Importante dizer que raramente se observa, em economias minimamente industrializadas, uma participação tão significativa do PIB agropecuário no PIB total.

Em relação à reorganização do setor, fica claro que ela se deu nos moldes produtivistas. E que ocorreu tardiamente, quando comparada com outras regiões e estados que passaram pela chamada Revolução Verde nos anos 1960. Pode-se dizer que, na Bahia, o modelo produtivista veio a se instalar, de fato, no final dos anos 1980, início dos anos 1990. A tabela abaixo reforça esse argumento ao apresentar como o Estado de São Paulo perde participação no Brasil, em relação a variáveis agropecuárias tipicamente produtivistas, enquanto a Bahia aumenta sua participação, especialmente no ano de 1996.

Tabela 1
Participação de variáveis agropecuárias selecionadas da Bahia e São Paulo no total do Brasil Brasil, Bahia e São Paulo – 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996

	Bahia/Brasil (%)	São Paulo/Brasil (%)
1970		
Tratores	1,1	40,5
Área Irrigada (ha)	3,4	11,5
Outros Equipamentos	0,5	24,7
1975		
Tratores	1,3	31,4
Área Irrigada	3,8	13,8
Outros Equipamentos	1,2	20,9
1980		
Tratores	2,4	25,4
Área Irrigada	4,8	12,2
Outros Equipamentos	2,0	20,8
1985		
Tratores	2,4	24,0
Área Irrigada	5,1	14,5
Outros Equipamentos	2,0	20,2
1996		
Tratores	3,2	21,2
Área Irrigada	6,7	14,1
Outros Equipamentos	3,2	14,6

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE

Considerando-se esses argumentos, questiona-se: por que, então, o setor não apresentou incremento real na participação estrutural do PIB? A resposta está intimamente relacionada aos impactos do próprio modelo produtivista, como demonstrado mais à frente. Adianta-se que, juntamente com as técnicas mais modernas, os ganhos de rendimento físico por hectare e o aumento da produção, vêm os baixos preços pagos aos produtores dependentes deste modelo.

A REORGANIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BAIANA

A implantação do modelo produtivista provoca alterações significativas na produção agropecuária. Em busca de ganhos de produtividade, são utilizadas novas técnicas de produção, intensifica-se a monocultura em grande escala, o uso de máquinas, equipamentos, sementes melhoradas geneticamente, irrigação etc. Também são características do produtivismo a produção de *commodities* (muitas vezes para exportação), a concentração fundiária e a desocupação da mão-de-obra.

Em busca de ganhos de produtividade, são utilizadas novas técnicas de produção, intensifica-se a monocultura em grande escala, o uso de máquinas, equipamentos, sementes melhoradas geneticamente, irrigação etc. Também são características do produtivismo a produção de *commodities*, a concentração fundiária e a desocupação da mão-de-obra

Algumas das características do referido modelo podem ser percebidas na análise dos dados dos Censos Agropecuários. Observando os censos de 1985 e 1996, pode-se captar informações que comprovam a real implantação do produtivismo no estado. É o caso, por exemplo, das informações relativas às máquinas e equipamentos agropecuários. Entre os anos de 1985 e 1996, houve um aumento de quase 60% no número de tratores, o que levou à contabilização, no último censo, de 25.443 tratores. Esse percentual torna-se mais significativo ao se analisar os dados por unidade de área: há um incremento de 79% no número de tratores por hectare. Ou seja, percebe-se uma intensificação na utilização desta máquina, que é uma referência para os ganhos de produtividade.

Importa também destacar que há uma concentração de tratores nos estabelecimentos superiores a 100 hectares. São mais de 14 mil, ou 56% do total. Não se despreza, todavia, os números relativos aos estabelecimentos inferiores a 100 hectares: 11.109 tratores, um crescimento de 140% em relação a 1985. Isso é explicado por uma particularidade da implantação do produtivismo no Brasil e, em especial, no Nordeste. Foi o que se chamou de "reinvenção do capital", com a incorporação de pequenas propriedades familiares no processo de modernização. Além de contribuírem com o fornecimento de mão-de-obra para as grandes propriedades, elas uniram-se em torno de cooperativas e associações, para que pudessem se adequar ao produtivismo. Passaram a comprar os insumos modernos em grande quantidade e vender a produção conjuntamente, de forma a obterem preços mais vantajosos.

No tocante a outras máquinas, como colheitadeiras, percebe-se uma dinâmica muito semelhante à dos tratores. Passa-se de um total de 8.884 máquinas, em 1985, para 15.754, em 1996, correspondendo a um aumento de 77%. Quando observado o incremento de máquinas por hectare, ele também é maior: 99%.

Ressalte-se que as maiores variações das medidas por hectare devem-se à intensificação da produção, mas também à queda da área ocupada. Verificou-se uma redução de 10,7%, entre 1985 e 1996, ou 3.588.503 de hectares. Esse fato decorre, por um lado, do abandono (parcial, total, provisório ou permanente) da atividade agropecuária por parte daqueles que não se adaptaram ao novo modelo de produção, perdendo competitividade; por outro lado, deve-se também ao aumento da utilização de terras para fins especulativos.

A irrigação também pode ser vista como uma variável importante para identificar o produtivismo. Em 1985 havia 107 mil hectares irrigados na Bahia. Essa área cresceu 96%, atingindo 209 mil hectares em 1996. É interessante notar que o maior incremento desta variável se deu nos estabelecimentos maiores de 1.000 hectares (222% entre 1985 e 1996), o que é de se esperar de uma agricultura

produtivista: grandes áreas com monoculturas irrigadas, para diminuir ciclos e aumentar rendimentos físicos. Esses grandes estabelecimentos foram responsáveis, em 1996, por 45% do total da área irrigada no estado.

Apesar da predominância dos grandes, aqui também não é de se desprezar a participação dos estabelecimentos menores de 100 hectares. Quase 35% da área irrigada no estado, em 1996, estava nesses estabelecimentos. E nesses espaços não se produzia *commodities*, mas sim frutas, que exigem cuidados maiores e conhecimentos específicos, que se adaptam melhor a áreas de menor dimensão.

Quanto à estrutura fundiária, não se percebeu uma intensificação da concentração de terras, como esperado em áreas onde se implanta o modelo produtivista. Praticamente mantiveram-se as participações dos grupos de área entre 1985 e 1996. As propriedades menores de 100 hectares conservaram-se com aproximadamente 30% do total das terras baianas, ficando os estabelecimentos iguais ou maiores do que 100 hectares com o restante.

Ocorreu que a concentração se deu em determinadas áreas onde o modelo se implantou de forma mais clara e permanente. Nas demais áreas, onde não houve a substituição das lavouras e criações decadentes, em crise, por outras mais "modernas", percebeu-se um processo de minifundização, sendo que a venda parcial das propriedades é uma estratégia de sobrevivência da família em momentos de crise.

Em resumo, houve uma compensação: de um lado a minifundização e, de outro, a concentração, mantendo a mesma distribuição fundiária que, vale lembrar, é muito desigual.

Os dados do comércio exterior também são bons indicadores da entrada do produtivismo no estado. Percebe-se, no início da década de 1990, uma participação significativa dos produtos chamados tradicionais na pauta de exportações. Mas a situação muda. O cacau é um exemplo: responsável por mais da metade do valor da pauta em 1990, ele passa a responder por menos de 1% do total exportado em 2000. Em decorrência da queda dos preços internacionais (resultante do crescimento da produção dos países asiáticos), da doença vassoura-de-bruxa, da baixa produtividade e dos altos custos de produção, o cacau apresentou queda de 35% ao ano, durante a década.

Seguiram a mesma tendência de queda outros produtos tradicionais, como o fumo e o algodão. O primeiro apresentou queda de 12% ao ano, no período do Plano Real e da âncora verde, e, o segundo, teve sua participação na pauta diminuída pela metade.

O sisal, também tradicional, não apresentou grandes perdas de participação, pois houve um trabalho de recuperação da cultura, por parte de organizações sociais da região de produção. Com técnicas não-produtivistas, sem a utilização de insumos químicos ou grandes máquinas, passou-se a produzir e beneficiar o produto e vender para um mercado específico na Europa.

Em outro sentido seguiram os produtos "modernos". As frutas irrigadas, por exemplo, cresceram 27% ao ano, na década analisada, passando, de uma participação no valor da pauta, em 1990, inferior a 1%, para 15% em 2000. A soja dos cerrados passou de uma participação de 0,8% para 13%. As moderníssimas olerícolas cresceram 13% ao ano, na década. E o café, que sempre foi produzido sem a utilização de modernas técnicas de produção, ao passar a ser cultivado nos cerrados teve sua importância ampliada, na estrutura da pauta, em 18%. Nos últimos cinco anos da década, quando se intensificou e se consolidou a produção nos cerrados, a taxa de crescimento anual do café foi de 33%.

Ressalta-se, entretanto, que o crescimento das culturas produtivistas não foi capaz de cobrir as quedas percebidas pelos produtos tradicionais, em razão dos próprios impactos do modelo, como se poderá verificar mais claramente nas análises do próximo item.

A ocupação da mão-de-obra é outra variável fundamental para se perceber a modernização da agropecuária. Entretanto, antes de qualquer análise, vale relembrar que os anos analisados foram atípicos. Em 1985, o setor agropecuário teve o melhor desempenho de uma série de 13 anos (1985 a 1997), enquanto em 1995 e 1996, o setor apresentou os piores índices de crescimento, ficando abaixo apenas do ano de 1993.

Esse quadro contribuiu bastante para que resultados negativos também fossem observados no tocante à ocupação da mão-de-obra em atividades agropecuárias. Esses resultados, entretanto, não são iguais para as diversas mesorregiões escolhidas, como se verá mais adiante. Antes, porém, analisa-se a ocupação da mão-de-obra por grupos de área total (menos de 10 ha, 10 a menos de 100 ha, 100 a menos de 1.000 ha, 1.000 e mais ha) e por categoria (responsável e membros não-remunerados da família, empregados permanentes, empregados temporários, parceiros, outra condição).

A análise pura e simples da variação da ocupação da mão-de-obra, em anos completamente diferentes e atípicos, poderia levar a afirmações incorretas, que não correspondessem à realidade. Procurou-se, então, em algumas comparações, trabalhar com índices de ocupação que amenizassem as diferenças e ajudassem a conhecer as tendências dominantes e os fatores que as condicionam. Os índices foram construídos, tanto para 1985 como para 1996, dividindo-se a população ocupada, total e estratificada, pela área ocupada total e estratificada, obtendo-se ocupados por hectare.

O número de ocupados passou de 3.202.485, em 1985, para 2.501.890, em 1996, representando uma queda de 22%. Essa queda ocorre em todos os grupos de área, apresentando maior intensidade nas médias e grandes propriedades. O grupo "menos de 10 ha" teve a menor queda em termos absolutos, aumentando, assim, a sua participação na estrutura da ocupação da mão-de-obra. Esse grupo também apresentou uma pequena queda na variação dos índices (pessoal ocupado por hectare), que pode ser explicada pelo aumento das áreas destinadas à pecuária e pela maior utilização de máquinas e tratores.

A maior queda nos grupos "100 a menos de 1.000 ha" e "1.000 a mais ha", tanto em termos absolutos quanto relativos, é explicada pela utilização mais intensa de tecnologias desempregadoras, além de, é claro, pelos problemas conjunturais da produção.

Cai também o número de responsáveis e membros não-remunerados da família (-15%), numa proporção menor que a dos permanentes e temporários, fazendo aumentar sua participação na estrutura dos ocupados por categoria. Essas pessoas, juntamente com aquelas classificadas em "outra condição" (agregados, moradores etc.), que cresceram 23% em participação, representam, em grande parte, os trabalhadores rurais voltados para a produção de subsistência, o que confirma a queda da qualidade do emprego primário.

O modelo produtivista realmente está se implantando e substituindo trabalhadores por máquinas, especialmente nos estabelecimentos de maior extensão, onde a monocultura, as máquinas e outros insumos se adaptam melhor

Observando-se as variações dos índices (pessoal ocupado por hectare), a situação é semelhante: aumenta a concentração por hectare dos ocupados nas categorias mais precárias (parceiros e outra condição). As demais caem, principalmente as consideradas mais modernas, como os empregados permanentes e os temporários. Nessas categorias, a desconcentração (menos pessoas por hectare) ocorre em razão das tecnologias de ponta.

Continuando a análise sobre as variações dos índices, percebe-se que a queda real total não foi tão grande quanto a verificada ponta-a-ponta (-12% contra -22%), decorrente dos problemas já vistos, ou seja, de uma maneira geral, a queda da intensidade do trabalho foi menos que proporcional à queda absoluta da ocupação da mão-de-obra. Isso confirma a idéia de que os anos analisados são atípicos e não traduzem a tendência, que é de queda, mas não tão intensa.

De qualquer sorte, esses dados ajudam a constatar que o modelo produtivista realmente está se implantando e substituindo trabalhadores por máquinas, especialmente nos estabelecimentos de maior extensão, onde a monocultura, as máquinas e outros insumos se adaptam melhor.

O SEGMENTO AGRICULTURA

Alguns dos dados analisados no item anterior apresentam uma abertura por grupos de atividade econômica (agricultura, horticultura e produtos de

viveiro, pecuária, avicultura, produção mista, silvicultura e exploração florestal), permitindo uma observação mais detalhada das transformações do segmento agricultura, o mais importante segmento da agropecuária baiana.

Iniciando-se pela ocupação da mão-de-obra, percebe-se que a queda se deveu aos segmentos mais empregadores. A agricultura caiu 40% e, a pecuária, 22%. Por outro lado, houve incremento de mão-de-obra nos demais grupos de atividades, a exemplo da produção mista e da silvicultura, o que caracteriza uma diversificação maior da ocupação no meio rural. Esse incremento não foi capaz de cobrir as quedas verificadas na agricultura e na pecuária, mas os dois fenômenos redesenharam a estrutura dos grupos de atividades, como pode ser comprovado pelos Gráficos 1 e 2.

Quando observada a ocupação por hectare, verifica-se que há uma diminuição menos intensa no segmento agricultura, em decorrência das questões conjunturais já tratadas. Destaca-se o fato da área plantada na agricultura cair significativamente entre 1985 e 1996 (-38%), representando a maior queda entre todos os segmentos.

Por outro lado, o segmento horticultura e produtos de viveiro, tradicionalmente grande empregador por hectare, e que apresentou aumento absoluto na ocupação da mão-de-obra, aponta uma queda na ocupação por hectare (-16%). Esse é um indicador de que técnicas modernas e desempregadoras estão chegando a esse setor.

Na pecuária também se verifica uma diminuição do pessoal ocupado por hectare (-16%), mas isso não significa utilização de técnicas mais modernas, muito pelo contrário, trata-se do crescimento da tradicional pecuária extensiva do estado.

Já a produção mista, a silvicultura e a exploração florestal apresentam crescimento de ocupados por hectare. No primeiro caso, o trabalho intensivo reflete, provavelmente, uma estratégia de sobrevivência por parte de pequenos agricultores que, sem outras opções econômicas no campo ou nas cidades, permanecem nas propriedades da família - ou voltam para elas - criando algumas poucas cabeças de gado e produzindo para o autoconsumo.

No caso da silvicultura e exploração florestal, acredita-se que o incremento de ocupados por hectare se deva ao replantio de eucalipto, que vem ocorrendo desde 1995.

Observando-se os tratores por segmento, são surpreendentes os valores apresentados pela agricultura. Foram incorporados 4.184 tratores, o que

Gráfico 1
Estrutura da ocupação da mão-de-obra em atividades primárias, segundo os grupos da atividade econômica
Bahia - 1985

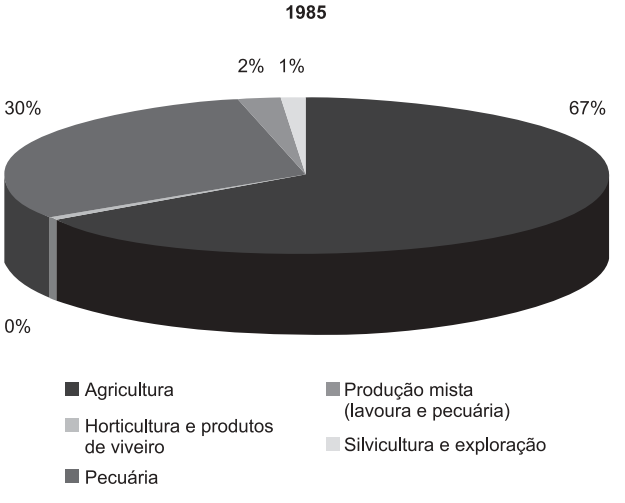
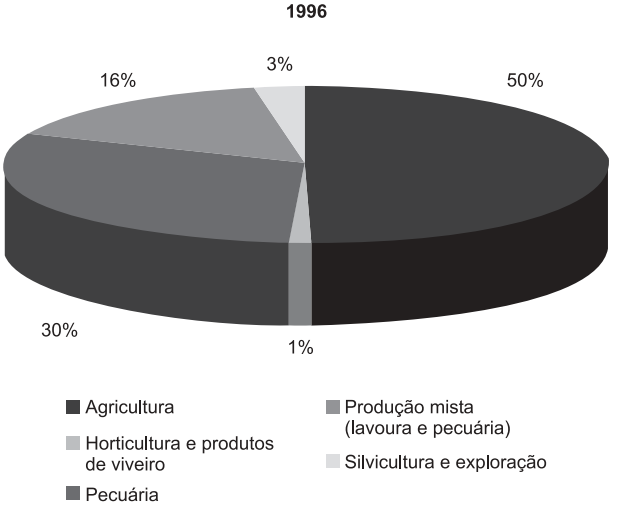


Gráfico 2
Estrutura da ocupação da mão-de-obra em atividades primárias, segundo os grupos da atividade econômica
Bahia - 1996



representa um aumento de 130% na relação tratores por hectare. Esse aumento é o mais expressivo entre todas as categorias, o que aponta para o fato do produtivismo estar se consolidando mais neste segmento.

Quando analisados os dados de máquinas, a intensidade é um pouco menor, mas as variações apontam para a mesma tendência rumo ao produtivismo na agricultura. Nesse caso, a pecuária, a horticultura e a produção mista apresentam maiores variações positivas por hectare, o que pode ser explicado pelas demandas específicas por máquinas para produção nesses segmentos.

No tocante à área irrigada, mais uma vez a agricultura apresenta a maior variação por hectare, entre todos os segmentos. Há um aumento de 216% na relação área irrigada/área total da agricultura, confirmando a implantação do produtivismo neste segmento.

A agricultura baiana sempre foi marcada por duas grandes características: a dependência de poucas culturas para a formação do PIB do setor; e a forte variação da produção ano a ano. Com a implantação do produtivismo e a intensificação dos problemas econômicos e sociais, essas características começam a mudar um pouco

A agricultura baiana sempre foi marcada por duas grandes características: a dependência de poucas culturas - chamadas de tradicionais - para a formação do PIB do setor; e a forte variação da produção ano a ano, decorrente, principalmente, da instabilidade climática e da baixa utilização das técnicas ditas modernas. (CARVALHO JUNIOR *et al*., 1999).

Com a implantação do produtivismo e a intensificação dos problemas econômicos e sociais, mantidos os problemas naturais, nas áreas não atendidas pela modernização, essas características começam a mudar um pouco.

Em 1985, apenas duas culturas (cacau e feijão) respondiam por 51% do Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola baiana. Em 1996, eram necessárias seis culturas (cacau, feijão, soja, mandioca, café e cana-de-açúcar) para se chegar a um percentual semelhante (55%). Isso é fruto de um processo de diversificação da produção, que combina dois movimentos básicos. De um lado, a consolidação da crise dos produtos tradicionais, como cacau, fumo, café, algodão, sisal (ou agave) e mamona, que se inicia nos anos 1970. Os fatores da crise são vários, como doenças, pragas, clima, desgaste dos solos, falta de mercados, não utilização de tecnologias modernas e, principalmente, baixos preços, que têm uma relação direta com o produtivismo mundial.

Por outro lado, há o surgimento de uma agricultura "moderna", com tecnologias produtivistas, que trazem novas culturas e transformam outras já existentes, visando ao mercado internacional. Consolida-se no final dos anos 1980, início dos 1990, a produção de soja e de algumas frutas irrigadas, como manga, uva, maracujá e melancia. Também são transformadas algumas culturas tradicionais, como o milho. Ele passa a ser produzido em outra região do estado, com novas técnicas.

Em relação à variação ano a ano da produção, ela ainda se mantém, pois permanecem no estado muitas áreas não modernizadas e não-irrigadas, que impedem um maior controle da ação da natureza. Verifica-se, da mesma forma, que as grandes variações nos preços internacionais também provocam uma alteração significativa da produção, mesmo nas áreas modernizadas. Aliás, importa lembrar que o problema dos preços é mundial, mas se reflete localmente.

A Tabela 2 mostra a variação, em relação ao ano imediatamente anterior, dos preços pagos: aos agricultores por sua produção, pelos produtores às agroindústrias a montante, fornecedoras de insumos, e às indústrias em geral, pela sua produção. Percebe-se uma grande discrepância entre a variação dos preços recebidos pelos produtores agrícolas e os pagos, por estes, às agroindústrias. Isso significa dizer que os preços agrícolas estão crescendo sempre abaixo daqueles referentes aos produtos agroindustriais a montante, ou seja, o agricultor tem aumentado seus custos de produção, enquanto sua renda praticamente não cresce. Quando observados os anos de 1998 a 2000, percebe-se uma situação ainda mais complicada. As variações dos preços recebidos pelos agricultores são negativas, enquanto aquelas refe-

rentes aos preços agroindustriais são positivas. Quer dizer, cai a renda absoluta do agricultor e sobem seus custos absolutos de produção.

A terceira coluna aponta para uma situação ainda mais delicada. Ela refere-se aos preços recebidos pela indústria em geral e aponta variações acima das percebidas para as agroindústrias. Esses preços estão relacionados, dentre outras coisas, aos produtos que compõem a cesta de manutenção da família agrícola. Resumindo, o agricultor perde renda, sofre um aumento nos seus custos de produção e um super aumento nos seus custos de manutenção.

Tabela 2
Variação percentual anual de preços
Bahia, 1990-2000

Ano	Recebidos pela agricultura	Pagos pela agricultura	Recebidos pela indústria
1990	1.242,70	2.630,00	2.373,20
1991	451,90	442,20	411,70
1992	941,60	965,30	1.095,30
1993	2.121,20	1.786,90	2.034,50
1994	3.271,60	2.379,50	1.815,60
1995	30,10	60,90	49,90
1996	2,40	12,10	19,90
1997	1,60	9,90	8,20
1998	-6,30	13,00	3,60
1999	-3,10	8,50	22,40
2000	-3,60	8,30	26,60

Fonte: SEI

Voltando-se à análise das culturas, verifica-se que, além da maior diversificação e melhor distribuição do VBP, há um processo de reposicionamento no *ranking* do VBP. A soja, por exemplo, que representava apenas 0,5 % do valor da produção agrícola em 1985, ficando entre os últimos colocados do *ranking*, passa para a terceira colocação, em 1996, com 9,5% de participação. Algo semelhante acontece com a manga, a uva para mesa, a melancia, o melão e o abacaxi. Isso ocorre muito mais em função do crescimento das áreas plantadas e do rendimento físico por hectare, decorrente das novas tecnologias, do que em virtude dos preços, que são tão baixos quanto os dos produtos tradicionais.

Sobre os tradicionais, importa dizer que, parte deles, em algumas áreas, continua sendo produzida da mesma forma; outra parte, entretanto, em outras áreas, passa a usar das técnicas produtivistas. Essa dinâmica somente é possível perceber quando da realização de análise por mesorregião.

A DINÂMICA DAS MESORREGIÕES

Pode-se dizer que os processos de crise dos produtos e da produção tradicional da agropecuária baiana e de implantação do produtivismo na Bahia, com seus impactos sociais, econômicos e ambientais, podem ser encontrados em todo o estado. Entretanto, verifica-se que esses processos são mais intensos em umas regiões do que em outras.

Grosso modo, percebe-se que há uma concentração do processo de crise da produção tradicional nas mesorregiões Sul, Centro-Sul, Nordeste, Metropolitana e Centro-Norte. Isso não significa que o outro processo não seja percebido nessas áreas, ao contrário, ocorre inclusive como forma de se buscar alternativas econômicas.

Por outro lado, também grosso modo, verifica-se que as mesorregiões Extremo Oeste e Vale do São Francisco concentram o processo de implantação tardia do modelo de produção agropecuária nos moldes da Revolução Verde. E, aqui, este processo claramente ocupa os espaços dos produtos tradicionais, mas não todos. Ainda permanece, em muitas áreas dessas regiões, a convivência em crise com a produção tradicional.

Ao se observar, nas mesorregiões, algumas das variáveis dos censos agropecuários de 1985 e 1996, que foram analisadas no item anterior para o Estado da Bahia como um todo, compreende-se melhor a distribuição espacial dos processos acima referidos.

Iniciando-se pela área irrigada, constata-se que são exatamente as duas mesorregiões que concentram a implantação do produtivismo (Extremo Oeste e Vale do São Francisco), as que mais usam tratores em suas terras. Ambas as mesorregiões, e especialmente a Extremo Oeste, apresentaram crescimento nesta área muito significativo entre 1985 e 1996. O Oeste passa, então, da terceira posição no número de hectares irrigados, em 1985, para a primeira, em 1996, com 30% do total da área. O Vale, por sua vez, tem 27%.

Não se despreza, no entanto, a participação da

irrigação na Região Centro-Sul (terceira colocação, com 24% da área irrigada), que vem cada vez mais investindo nas tecnologias produtivistas em busca de novos mercados, já que o do cacau, principal produto da região, está bastante comprometido, com preços médios caindo a cada ano, em virtude do surgimento de novos países produtores e da utilização de produtos substitutos na fabricação do chocolate. Soma-se a isso a baixa produtividade da região e a doença conhecida como vassoura-de-bruxa.

Importa destacar que, para todas as mesorregiões, houve um aumento significativo do índice referente à área irrigada sobre a área total, acima da variação simples dos hectares irrigados entre 1985 e 1996. Quer dizer, houve uma intensificação da utilização desta técnica de produção.

No tocante ao número de tratores, verifica-se que todas as mesorregiões apresentaram incrementos importantes, entre 1985 e 1996, mesmo levando-se em conta que 1985 foi um ano melhor do que 1996, no que diz respeito à produção agropecuária na Bahia. A exceção fica por conta da região Sul, que apresentou queda de 5% desta variável. Ressalta-se, todavia, que nessa região houve uma intensificação da utilização de tratores por hectare, com crescimento do índice "tratores por hectare" na casa dos 13% no período. Todas as outras regiões também apresentaram incremento do referido índice.

Com um crescimento de 166% no número de tratores, o Oeste passa da quinta posição, em 1985, para a terceira, em 1996, com 16% da frota ou quatro mil máquinas. Já o Vale do São Francisco permanece na sexta posição, com 1,8 mil máquinas, apesar de apresentar incremento na ordem de 89% entre os anos analisados. Nessa região, a modernização se concentrou na produção de frutas, a maioria culturas permanentes, que exigem pouca utilização de tratores.

Importa destacar que, mesmo as mesorregiões que não lideram o processo de modernização nos moldes produtivistas, apresentaram incrementos significativos, tanto no número absoluto de tratores, como no relativo (por área). É o caso do Nordeste, do Centro-Sul e do Centro-Norte, que detêm, respectivamente, 14%, 21% e 28% da frota. Esse fato demonstra, de certa forma, que essa variável é cada vez mais comum em todos os espaços, independente de se adotar ou não tecnologias de ponta.

Os dados de ocupação de mão-de-obra, por sua vez, apresentam tendências contrárias àquelas verificadas até o momento. Enquanto crescem a área irrigada e o número de tratores, cai o número de ocupados em todas as regiões do estado. Deve-se considerar, mais uma vez, que se trata de anos atípicos para a agropecuária, o que explica, parcialmente, essa queda generalizada.

Entretanto, ao se observar o índice ocupados por hectare, também percebe-se uma variação negativa generalizada, confirmando, dessa forma, a entrada do produtivismo no estado e os impactos da crise da produção tradicional. Em especial, destaca-se a queda por hectare nas Regiões Oeste e do Vale, respectivamente, -17% e -12%. Aqui, com certeza, trata-se de impactos sociais do produtivismo, como já discutido anteriormente.

Nas Regiões Metropolitana de Salvador e Sul, as quedas da ocupação por hectare são de, respectivamente, 16% e 31%. Nesse caso, combinam-se dois fatores explicativos: crise do modelo tradicional e impactos sociais do produtivismo. Sobre a Mesorregião Sul, note-se que grande parte de sua área agricultável converteu-se para a produção de eucalipto e pinus, não computados pelos censos agropecuários. Significa dizer que, na verdade, existe queda da ocupação, mas, apesar de significativa, ela não é tão grande quanto apresentada, ainda que se saiba que a demanda por mão-de-obra por hectare para a produção de eucalipto e pinus é muito baixa.

Também merece destaque o fato da Região Extremo Oeste, maior área plantada e terceiro maior VBP do Estado, ocupar apenas 154 mil pessoas, ou 5% do total de ocupados. Somente a Região Metropolitana, que por razões óbvias tem pouca importância para a produção agropecuária do Estado, ocupa menos que o Oeste (4% do total). Ou seja, é no Extremo Oeste onde se verifica os maiores impactos sociais do produtivismo.

Quanto à estrutura fundiária, diferentemente da média estadual, que não apresenta alterações importantes, o Oeste e o Vale, que lideram o processo

de implantação do produtivismo, apresentam concentração da propriedade das terras. Diminuem, relativamente, o número de estabelecimentos e a área dos pequenos produtores e aumentam os dos grandes, em um típico impacto do produtivismo: os produtores modernos ocupam os espaços da produção familiar ou tradicional local.

Por outro lado, nas Regiões Nordeste e Centro-Sul ocorre o contrário: há uma desconcentração da propriedade das terras. Em razão da crise da produção tradicional, há um abandono da atividade por parte dos maiores produtores e uma retomada da produção familiar, em grande parte de subsistência.

Tratando-se do VBP por mesorregiões, a primeira e mais importante constatação é que não há uma relação direta entre produtivismo e participação na composição do valor da produção. Como discutido anteriormente, os baixos preços são um problema típico do produtivismo, assim como o é na produção tradicional em crise. A diferença está no fato do produtivismo proporcionar maiores rendimentos físicos por hectare, elevando a produção total. Mas isso não é suficiente para alterar de forma significativa o *ranking* do VBP.

Entre 1985 e 1996, o Sul e o Centro-Sul apenas invertem suas posições no *ranking*, mas permanecem nas duas primeiras colocações. O Sul, em 1996, respondia por 22% do VBP total, enquanto o Centro-Sul liderava, com 23%; em 1985 a situação era inversa, com o Sul respondendo por 44% do VBP. Mas, com a crise do cacau, que também é verificada no Centro-Sul, e a expansão da produção do eucalipto e pinus, não computada nos censos, o panorama se inverteu.

As regiões mais produtivistas ampliaram sua participação, mas sem ameaçar os primeiros lugares. O Oeste passa de uma participação de 3% para 15%, subindo do último (sétimo) para o terceiro lugar no *ranking*, e o Vale passa de 4% para 9%, permanecendo em sexto lugar.

Ressalta-se o fato do Centro-Norte e o Nordeste, mesmo em crise, ampliarem um pouco suas participações na composição do VBP estadual, ainda que cada um tenha perdido uma posição no *ranking*, ocupando, em 1996, as quarta e quinta posições, respectivamente.

Infelizmente, não estão disponíveis dados de VBP, comparáveis entre os dois censos, desagregados para as mesorregiões. Não se pode, então, verificar as mudanças ocorridas na composição do VBP em cada região. Existem, entretanto, informações relativas à área colhida, bem como à produção física e rendimento por hectare das lavouras, que oferecem algumas pistas para a análise das transformações da agropecuária baiana.

O Oeste e o Vale, que lideram o processo de implantação do produtivismo, apresentam concentração da propriedade das terras. Diminuem, relativamente, o número de estabelecimentos e a área dos pequenos produtores e aumentam os dos grandes, em um típico impacto do produtivismo: os produtores modernos ocupam os espaços da produção familiar ou tradicional local

No Centro-Norte, por exemplo, verifica-se que não houve grandes mudanças no *mix* de culturas. Apesar de perderem área colhida, volume físico e rendimento por hectare, três culturas em crise permanecem ocupando as maiores áreas da região. Trata-se do feijão, da mamona e da mandioca.

Outras culturas mais modernas aparecem com crescimento de área, volume e, principalmente, rendimento físico, como sugere o produtivismo. É o caso da cebola e da melancia, que passam a ser produzidas com técnicas "modernas".

O Extremo Oeste, por sua vez, apresenta modificações significativas quanto à estrutura da área colhida. Culturas tradicionais como cebola e mandioca perdem, em grande quantidade, hectares colhidos. Especificamente no caso da mandioca – produto característico da agricultura familiar da região e que vem a cada dia perdendo espaço –, percebe-se uma queda na área, no volume produzido e no rendimento físico.

Já as culturas produtivistas da região, como soja e milho,[1] crescem em todos os aspectos (área, volume e rendimento), passando a ocupar as pri-

[1] Neste caso, o milho é cultivado nos moldes produtivistas para abastecimento de agroindústrias e não para autoconsumo, como prevalece na maior parte do território baiano.

meiras posições do *ranking* da região. A soja sai de uma área colhida de 49 mil ha em 1985, e vai para 355 mil ha em 1996, e passa a ser o produto mais importante da região. O milho vem em seguida, com 135 mil ha. Muito abaixo aparece o arroz, com 46 mil ha.

Destacam-se outras culturas, com crescimentos significativos na área, como milho verde, melancia, manga, mamão e cebola, que passam a ser produzidas com as técnicas "modernas", para venda no mercado.

Observe-se que o Extremo Oeste apresenta os maiores desempenhos relativos aos rendimentos físicos por hectare, o que é esperado, de certa forma, em uma região que implementou e vem avançando nas técnicas produtivistas.

Uma dinâmica semelhante à do Extremo Oeste é verificada no Vale do São Francisco. Perdem área colhida as culturas tradicionais, muitas em crise, como milho (neste caso voltado para autoconsumo), mandioca, mamona, feijão, fumo e algodão. Apresentam incremento, por sua vez, cebola, mamão, manga e melancia. Muitas dessas culturas são produzidas com a técnica da irrigação.

Entretanto, diferentemente do Oeste, a incorporação do produtivismo no Vale ainda não foi capaz de alterar a estrutura da área colhida na região. Permanecem nas primeiras colocações, em termos de área colhida, o milho, o feijão e a mandioca. Isso não significa que as frutas, principalmente, estejam abaixo, no que respeita ao VBP, ao contrário. Apesar de ocuparem pouca área, tratam-se de culturas que são intensivas na produção por hectare e que têm valor relativo muito maior.

Quando se observa o rendimento físico por hectare, as culturas tradicionais perdem, e muito. Já as culturas produtivistas ganham neste aspecto, em razão das técnicas mais intensivas em capital.

Partindo-se para as outras regiões, como o Centro-Norte, onde ainda permanecem com muita força as culturas tradicionais, apesar da crise, verifica-se a manutenção relativa da estrutura de área colhida, mas com uma leve tendência de mudança. Aí também começam a se instalar e espalhar, de forma consolidada e completa, as técnicas produtivistas.

Quer dizer, técnicas como uso de trator e outras máquinas, passam a ser acompanhadas de inovações organizacionais na produção, utilização de sementes melhoradas, intensificação e diversificação de insumos químicos etc.

No Centro-Sul, culturas tradicionais (algodão, feijão, mamona, mandioca e milho) perdem área, mas ainda se mantêm como as principais culturas da região, muito distantes das "novas" culturas produtivistas, como a manga, que cresce, mas não substancialmente.

Ressalta-se, em especial, o caso do café, que apresenta crescimento de área, mas transforma-se: passa da categoria tradicional para a produtivista. Quer dizer, incorporam-se na sua produção as mais recentes inovações tecnológicas.

Na Região Sul, o cacau mantém-se com a mesma área colhida, apesar de toda a crise. Isso se deve, em grande parte, às ajudas dos governos estadual e federal, tanto financeiras como tecnológicas. Apesar dos avanços tecnológicos, não se pode dizer que a cultura transformou-se, como ocorreu com o café, no Centro-Sul. Ela ainda permanece sendo cultivada da forma tradicional, mas incorporou novas variedades mais resistentes à doença conhecida como vassoura-de-bruxa.

Outras culturas tradicionais, mas de menor importância para a região, como banana, feijão e mandioca, também perdem área colhida. Por outro lado, não se percebe na região um crescimento significativo da produção nos moldes da Revolução Verde tardia. Quer dizer, diferentemente das outras regiões, não há aqui um processo de implantação do produtivismo, o que pode ser explicado pela força política e o atraso tecnológico dos produtores de cacau. Ao que tudo indica, este processo de diversificação e incorporação das técnicas modernas se verifica mais intensamente no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

No Nordeste baiano, acontece algo semelhante ao Sul. Perdem espaço físico algumas culturas tradicionais, como algodão, feijão, milho e mandioca, mas não aparecem culturas ou modelos de cultivo produtivistas que iniciem um processo de alteração da estrutura da produção regional.

A Região Metropolitana tem pouca importância para a agropecuária do estado, mas, de certa forma, incorpora alguma tecnologia "moderna", em busca de suprir os espaços deixados pelas culturas tradicio-

nais, que perdem área colhida, como é o caso do fumo. Essas inovações ocorrem de forma significativa no entorno de Salvador, mas não são captadas pelas estatísticas. Refere-se aqui à hidroponia, frutas de mesa, produção de olerícolas, beneficiamento para consumo direto etc.

Enfim, ainda que não disponíveis dados específicos nos censos, pode-se dizer que as crises das culturas tradicionais, somadas ao crescimento do produtivismo no estado, têm levado a mudanças no *ranking* do VBP das mesorregiões. Hoje, com certeza, a Região Sul, tradicional produtora do cacau, principal cultura do estado, já não ocupa de forma isolada a liderança do *ranking*. O Oeste, se não a ultrapassou, está bem próximo disso.

As crises das culturas tradicionais, somadas ao crescimento do produtivismo no estado, têm levado a mudanças no *ranking* do VBP das mesorregiões. Hoje, a Região Sul, tradicional produtora do cacau, já não ocupa de forma isolada a liderança do *ranking*. O Oeste, se não a ultrapassou, está bem próximo disso

A AGRICULTURA FAMILIAR BAIANA

Para se caracterizar a agropecuária baiana de maneira mais ampla, é preciso dar um tratamento especial à categoria social conhecida como agricultor familiar, cuja representatividade no meio rural do estado é indiscutível. Utilizam-se, para tanto, os dados produzidos pelo Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, feitos a partir dos microdados do Censo Agropecuário de 1996 e disponibilizados no Banco de Dados da Agricultura Familiar – SADE, do *site* do Programa Nacional de Agricultura Familiar (www.pronaf.gov.br).

Segundo os referidos dados, existem 623 mil estabelecimentos familiares na Bahia, correspondendo a 89% do total. Outros 10% são de estabelecimentos patronais. A diferença (1%) pertence a outras categorias, como a Igreja.

Quanto à área, a situação é inversa, os agricultores familiares detêm 38% da área total utilizada para a agropecuária no estado, enquanto os patronais ficam com 61%. Confirma-se aqui a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários ou empreendedores.

Quando observado o VBP, também há uma vantagem para os segmento patronal. Eles respondem por 60% do valor da produção, ficando o segmento familiar com 40%, que é muito significativo.

Dividindo-se o VBP pela área total, tem-se uma aproximação do que seria a produtividade dos estabelecimentos familiares e patronais. Há uma pequena vantagem para os primeiros, mas isso não significa que eles sejam mais modernizados que os patronais. Na verdade, os agricultores familiares, de uma forma geral, usam mais intensamente seus estabelecimentos, inclusive como uma estratégia de sobrevivência, que combina produção para alimentar a família e produção para o mercado. Também se deve considerar que ainda existem muitos estabelecimentos grandes que apresentam baixa produtividade, que não incorporaram o produtivismo e que dificilmente o farão no médio ou, mesmo, longo prazo. Esses estabelecimentos puxam, e muito, para baixo a média de produtividade da categoria.

Considerando-se que são muitos os estabelecimentos familiares e que eles usam mais intensivamente a propriedade, em especial o fator mão-de-obra, pode-se concluir que eles têm uma participação importante na ocupação da mão-de-obra agropecuária. De fato, segundo os dados do SADE, os estabelecimentos familiares respondem por 85% da ocupação da mão-de-obra, ficando os patronais com 14%.

Esse é um dado muito importante, que pode ajudar a resumir a complexidade da ocupação na agropecuária baiana. Tem-se, de um lado, agricultores familiares modernos e tradicionais que, dependendo de suas técnicas, desocupam e ocupam mão-de-obra, mas, na média, têm gerado, relativamente aos patronais, muito mais ocupações. Pode-se, inclusive, ponderar que, dadas as características da produção familiar, eles ocupam mais pessoas em seus estabelecimentos modernos do que os patronais em estabelecimentos do mesmo tipo.

De outro lado, também se encontram estabelecimentos patronais modernos e tradicionais, sendo que, dadas as suas características de produção, em ambos os tipos, na média, há uma tendência à deso-

cupação. Essa ocorre tanto por substituição de homens por máquinas, como pela opção da não-produção (especulação fundiária) ou pela produção extensiva (pecuária extensiva, extração vegetal etc.), que gera poucas ocupações.

Observando-se as mesorregiões em separado, verifica-se que em todas elas há mais estabelecimentos familiares do que patronais. O Centro-Sul e o Nordeste baianos apresentam o maior número desse tipo de estabelecimento, enquanto o Sul concentra a maior parte dos patronais. No Nordeste, verifica-se a maior relação agricultores familiares/ patronais.

No tocante à área, se observa uma tendência contrária. Em todas as regiões, exceção feita ao Nordeste baiano, que tem fortes características de produção familiar de subsistência, há mais área pertencente aos estabelecimentos patronais do que aos familiares. O Extremo Oeste apresenta a maior área patronal do estado, confirmando a implantação do produtivismo, com sua monocultura em grandes extensões.

Em relação ao VBP, é interessante destacar o fato de que há um relativo equilíbrio da contribuição familiar e patronal em quatro regiões. As exceções ficam por conta do Extremo Oeste, onde a categoria patronal apresenta quatro vezes mais área e um VBP cinco vezes maior que o familiar, e do Sul, cujos patrões têm área e VBP, respectivamente, 4 e 3,6 vezes maior. Também se classifica como exceção o Nordeste, ressaltando a importância da agricultura familiar. Nessa região, praticamente não se verifica o produtivismo de fato e, aí, a agricultura familiar mostra sua eficiência: tem apenas 10% a mais de área, mas produz um VBP duas vezes maior.

ESSE É O MELHOR CAMINHO?

A análise dos dados permite afirmar que o produtivismo, aqui entendido como uma variável fundamental do agronegócio, está instalado e crescendo na Bahia. Ele tem provocado alterações significativas na produção agrícola do estado, por meio da incorporação dos equipamentos e técnicas modernas, bem como alterado a classificação geral das culturas, com a elevação da importância daquelas tipicamente produtivistas, muitas vezes voltadas para o mercado externo.

Quando observadas as mesorregiões separadamente, não se pode, de forma precisa, caracterizá-las como exclusivamente tradicionais ou “modernas”. Em todas elas são percebidos os dois processos, ainda que se identifique predominância de um ou outro. Grosso modo, caracterizam-se as Mesorregiões Extremo Oeste e Vale do São Francisco como as mais modernas, ficando as outras cinco com um viés mais tradicional.

Claramente há um ganho por parte das agroindústrias a montante, com o crescimento da venda de tratores, máquinas, sementes melhoradas, insumos químicos e equipamentos, como os de irrigação. Ainda que não se tenha dados disponíveis no censo agropecuário, acredita-se que o mesmo deve estar ocorrendo com as agroindústrias transformadoras de produtos alimentícios. Todavia, alerta-se para o fato de que a maior parte das agroindústrias não está instalada na Bahia.

Também é evidente o crescimento dos rendimentos médios por hectare, que tem proporcionado incrementos de produção. Mas esse crescimento é anulado pelos baixos preços pagos aos produtores, enquanto sobem os custos de produção e o custo de vida.

No tocante ao comércio exterior, verifica-se que o produtivismo provocou alterações na composição da pauta de exportações do estado, mas sem alterar significativamente os valores exportados. Saem os produtos tradicionais em crise e entram aqueles derivados do produtivismo, sustentados em baixos preços, com crescimentos conjunturais.

Sobre a ocupação da mão-de-obra agrícola, percebe-se uma queda, mesmo quando observada a ocupação por hectare. É o efeito desempregador das máquinas, equipamento e das inovações organizacionais do produtivismo.

Da mesma forma, o produtivismo afeta as questões fundiárias. Na média do estado, percebe-se a manutenção da estrutura agrária concentrada, mas, quando observadas separadamente as mesorregiões mais produtivistas (Extremo Oeste e Vale do São Francisco), verifica-se um forte incremento da posse de terras nas mãos de poucos.

Adiciona-se aos dados aqui expostos o fato de, na Bahia, diferentemente de outros estados, o gros-

so dos agricultores familiares não ter sido incorporado ao processo de modernização produtivista. A categoria, que ocupa 85% da mão-de-obra agrícola e 38% das terras, responde por 40% do VBP e tem os instrumentos para minimizar os impactos negativos do modelo de produção dominante, está de fora tanto do processo de modernização quanto de outros processos que permitam o seu desenvolvimento econômico e social.

Enfim, são muitos os impactos do produtivismo que precisam ser melhor estudados e avaliados. Além das variáveis tratadas neste artigo, importa observar outras, como as relacionadas às questões ambientais e ao endividamento dos produtores. E para quê toda esta investigação? Simplesmente para responder à seguinte questão: é esse o melhor caminho a ser seguido?

Em sua palestra, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada entre os dias 17 a 20 de maio de 2004, em Olinda/PE, o Dr. Andrew MacMillan, diretor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em Roma, afirmou que é preciso "alcançar melhoras sustentáveis na produção e no consumo de alimentos, em lugar de ajudar poucos a alcançar ganhos espetaculares de produtividade; isto tem implicações para as estratégias de extensão rural, treinamento e comunicação, bem como para as políticas e incentivos direcionados aos pequenos agricultores".

REFERÊNCIAS

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz; COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano. *In*: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p. 23-77.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *A ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia*: uma análise regionalizada da década de 90. 2003. Dissertação (Mestrado) - Campinas: UNICAMP/IE, Campinas, 2003.

ROCHA *et al*. A Agropecuária Baiana: principais fatos do período 1975-2001. *In*: O PIB da Bahia 1975-2000. Salvador: SEI, 2002. 151p (SEP).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*. Salvador: SEI, 2002. 151 p. (Série estudos e pesquisas, 58).

Anexo

MESORREGIÕES
ESTADO DA BAHIA
2003
Extremo Oeste Baiano
Vale São Francisco da Bahia
Centro Norte Baiano
Nordeste Baiano
Metropolitana de Salvador
Centro Sul Baiano
Sul Baiano
Fonte: IBGE, 2003
60 0 60 120 km
ESCALA 1:6.000.000
Juazeiro
Paulo Afonso
Jeremoabo
Euclides da Cunha
Senhor do Bonfim
Ribeira do Pombal
Barra
Jacobina
Irecê
Serrinha
Barreiras
Cotegipe
Entre Rios
Feira de Santana
Alagoinhas
Seabra
Itaberaba
Catu
Boquira
Sto. Antônio de Jesus
Bom Jesus da Lapa
SALVADOR
Santa Maria da Vitória
Valença
Livramento de Nossa Senhora
Jequié
Brumado
Guanambi
Ilhéus
Itabuna
Vitória da Conquista
Itapetinga
Porto Seguro
ESPÍRITO SANTO
MARANHÃO
TOCANTINS
GOIÁS
MINAS GERAIS
PIAUÍ
PERNAMBUCO
ALAGOAS
SERGIPE
OCEANO ATLÂNTICO

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa

João Aurélio Soares Viana[*]

Resumo

O artigo faz uma análise pormenorizada sobre as contribuições que o agronegócio baiano vem oferecendo, nos últimos quatorze anos, ao conjunto das transformações agrícolas em curso no país. Avalia a participação da agropecuária baiana na economia do estado através do exame de indicadores como o PIB e o VBPA, aprofundando-se nos grupos de produtos agrícolas mais expressivos para a formação da renda agrícola, tais como as frutas, os grãos, o café, o cacau, o complexo florestal e a produção animal, buscando compreender o comportamento e a natureza de suas eventuais transformações e contribuições ao desenvolvimento agrícola da Bahia. Faz ainda uma incursão pelas explorações agropecuárias consideradas como emergentes e avalia alguns indicadores de modernização. Conclui descrevendo os principais desafios a serem enfrentados pelo agronegócio baiano.

Palavras-chave: agronegócio, indicadores agropecuários, modernização agrícola, produção agrícola, desenvolvimento econômico, Bahia.

Abstract

The paper presents a detailed analysis on the contributions that the Bahia's agribusiness has been produced on the agricultural changes in the country in the last fourteen years. It is presented an evaluation of the Bahia's agricultural sector contribution on the State economy through the examination of indicators such as GDP (Gross Domestic Product) and GVBA (Gross Value of the Bahia's Agriculture), using particularly the more expressive groups of agricultural products: fruits, grain, coffee, cocoa, the forest complex and the animal production, trying to understand the behavior and nature of their possible changes and contributions to the Bahia's agricultural development. Also an incursion has been done to the considered emergent crops, evaluating some modernization indicators. Finally it is presented the main challengers to be faced by the Bahia's agribusiness.

Key words*: agribusiness, agricultural indicators, agricultural modernization, agricultural production, economic development, Bahia.*

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado e escrito sobre as transformações ocorridas no agronegócio brasileiro. Toda essa repercussão vem ocorrendo, principalmente, a partir do Plano Real, quando o agronegócio foi considerado a tábua de salvação para a estabilidade da moeda, ocasião na qual ficou também conhecido como a "âncora verde". Mais recentemente, o agronegócio brasileiro assumiu uma posição de absoluto destaque na balança comercial do país, superando recordes, ano após ano. Como decorrência, constata-se a criação de milhares de postos de trabalhos nos pólos mais dinâmicos de nossa agricultura, façanha inédita num cenário de desemprego agudo, que incomoda e ameaça a todos. Em síntese, a âncora do Plano Real, o líder da balança comercial e o responsável maior pela inflexão nas curvas de desemprego no país são apenas três das mais recentes e importantes constatações de uma transformação radical que vem ocorrendo no agro brasileiro.

[*] Engenheiro Agrônomo, Mestre em Economia Agrícola pela ESALQ-USP e Superintendente de Política do Agronegócio da SEAGRI-BA; jaurelio@seagri.ba.gov.br. O autor agradece à Drª. Kátia Lima, à Drª. Ana Paula Alcântara e à Drª. Rosângela Barbosa pela sistematização dos dados, pelas críticas e pela atenção na revisão dos textos. Os erros e eventuais omissões são, no entanto, de inteira responsabilidade do autor.

Nessa perspectiva, o conjunto das reflexões que aqui estão desenvolvidas tem como finalidade primacial analisar, de modo mais pormenorizado, quais as contribuições que o agronegócio baiano vem oferecendo ao conjunto das agro transformações em curso no país.

Para se cumprir o objetivo acima, convém avaliar, inicialmente, a contribuição da agropecuária baiana para a economia do estado. Para tanto, o exame de indicadores como o PIB e o Valor Bruto da Produção Agropecuária será de extrema utilidade para a compreensão da dinâmica agrícola num plano de maior agregação.

Em seguida, partindo do geral para o específico, o estudo aprofunda-se no exame dos grupos de produtos agrícolas que contribuem de modo mais expressivo para a formação da renda agrícola, tais como as frutas, os grãos, o café, o cacau, o complexo florestal e a produção animal, elaborando-se, para cada um, breves análises, buscando-se compreender o comportamento e a natureza de suas eventuais transformações e contribuições ao desenvolvimento agrícola da Bahia.

Na seqüência, faz uma rápida incursão nas explorações agropecuárias consideradas como emergentes para, mais à frente, deter-se na avaliação de alguns indicadores de modernização, encerrando com a tentativa de decodificação dos principais desafios a serem enfrentados pelo agro baiano.

O AGRO BAIANO E O SEU DESEMPENHO NOS ÚLTIMOS QUARTORZE ANOS

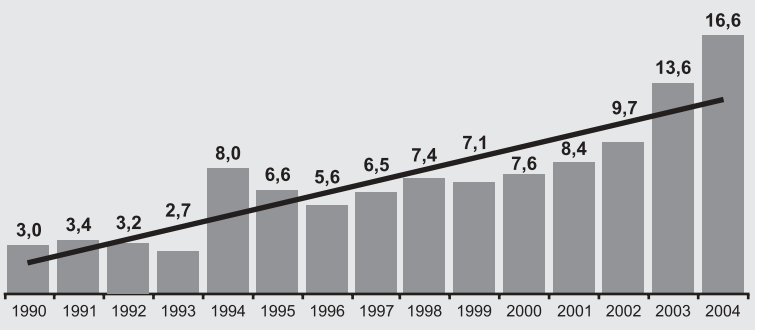
Conforme estabelecido pelo próprio escopo do trabalho, torna-se importante examinar, no plano agregado, a performance da agropecuária baiana ao longo dos últimos quatorze anos. Para tanto, uma investigação mais detalhada sobre o desempenho do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) permitirá inferências desejáveis ao quadro analítico que se pretende construir.

A análise do VBP, no período de 1990 a 2004, revela indícios de importantes transformações ocorridas no conjunto da agropecuária baiana. Dessa avaliação, a primeira referência que se pode extrair é a extraordinária velocidade do crescimento do setor, que experimentou uma taxa real de crescimento anual de 12,9%, ao longo do período considerado.

Ao se observar com maior acuidade o Gráfico 1, percebe-se uma diferenciação clara no perfil de crescimento do VBP, que pode ser visualizada em dois cortes temporais: o primeiro, de 1990 a 1993, e, o segundo, de 1994 a 2004.

Gráfico 1
Evolução do Valor Bruto da Produção Agropecuária, Bahia, 1990/2004*

(Em R$ bilhões)



Fonte: SEAGRI/BA

* Valores constantes de out./2004, corrigidos pelo IPCA

No primeiro corte, o VBP situou-se na faixa dos R$ 2,7 bilhões a R$ 3,4 bilhões. Valendo destacar que o pior desempenho está registrado em 1993, motivado, principalmente, por um drástico período de seca que assolou o estado. No segundo corte, a faixa de variação do VBP alcança um outro patamar, passando de R$ 5,6 bilhões a R$ 16,6 bilhões, ou seja, o menor VBP obtido nesse corte é 65% superior ao maior valor obtido no primeiro.

Embora essa performance do VBP da agropecuária baiana possa ser considerada uma das mais expressivas, não fosse a crise que se abateu sobre a lavoura cacaueira a partir de 1989, os resultados poderiam ser ainda melhores.

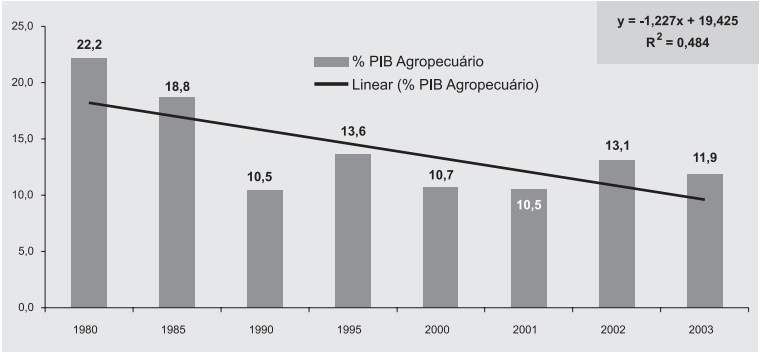
Contudo, o fato objetivo que diferencia os dois períodos é, sem dúvida, a existência do Plano Real, presente no segundo corte temporal. Isso significa que as condições macroeconômicas da economia brasileira nesse período, somadas a outros fatores positivos da economia agrícola baiana, parecem sustentar um ciclo de crescimento mais consistente, algo não percebido até então.

Esse ciclo de crescimento pode ser explicado pelo quadro de inflação sobre controle, pela abertura da economia e pela redução da presença do Estado na atividade econômica. Ou seja, esses três fatores têm permitido, à atividade agrícola, expor-se a padrões de competitividade nunca vistos antes na história da agricultura brasileira e, mais ainda, na história do agro baiano.

PIB DO AGRONEGÓCIO

Se ao invés do exame do VBP, buscar-se a análise do PIB da agropecuária baiana, por se tratar de um indicador mais completo, é possível constatar o que ocorre com a maioria das economias desenvolvidas ou em fase de desenvolvimento: uma redução da importância relativa do setor agropecuário no conjunto da economia baiana (Gráfico 2).

Gráfico 2
Participação do PIB Agropecuário no PIB Total (%), Bahia, 1980/2003



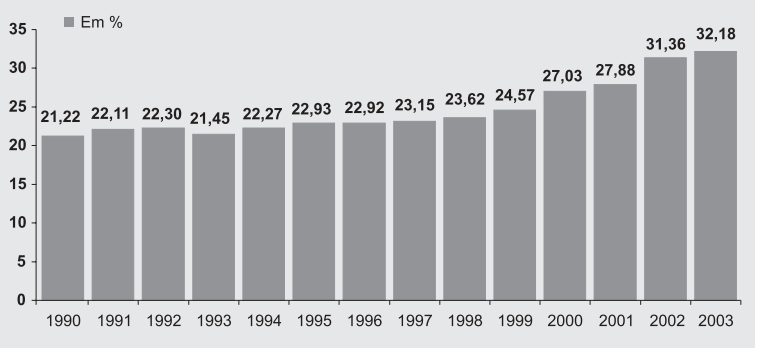
Fonte: SEI-SEPLAN, SEAGRI

Observando-se essa questão por um prisma conceitual mais moderno e utilizando-se, para tanto, os estudos dos professores Davis e Golberg (1957), da Universidade de Harvard, que introduziram o conceito de agribusiness como sendo a "soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles", pode-se, a partir daí, elaborar uma releitura da participação do setor agrícola na economia baiana de forma mais atual e, teoricamente, mais consentânea com os conceitos de cadeias produtivas e sua integração na dinâmica da economia.

Nesse sentido, e buscando uma resposta mais adequada a essas inquietações, Guilhoto (2003), em estudo patrocinado pela Secretaria da Agricultura da Bahia, revelou que o PIB do agronegócio baiano tem demonstrado, para os anos de 2000, a 2003, uma contribuição para o PIB Total nunca inferior em 2,5 vezes àquela medida pelo PIB da agropecuária. No período, de 1990 a 1999, a contribuição do agronegócio nunca foi inferior a 21% para a formação do PIB baiano, resultado superior em, pelo menos, duas vezes à contribuição medida pelo PIB da agropecuária (Gráficos 2 e 3).

De modo análogo, a Confederação Nacional de Agricultura – CNA, vem procedendo o mesmo acompanhamento, através da mesma metodologia, e encontrando resultados muito próximos para a economia brasileira, ressalvadas as especificidades próprias dos agronegócios baiano e brasileiro, este último mais verticalizado que o primeiro. Em outras palavras, percebe-se, com o uso do Gráfico 3, que o agronegócio baiano contribuiu, em 2003, com 32% para a formação do PIB da Bahia: um resultado extremamente importante e revelador do peso do agronegócio na dinâmica de

Gráfico 3
Participação do PIB do Agronegócio no PIB Total (%), Bahia, 1990-2003



Fonte: CEPEA/USP, SEAGRI/BA

desenvolvimento baiano, assim como da necessidade da reorientação das políticas públicas, outrora fundamentadas na expressão relativa decrescente do segmento agropecuário no conjunto da economia do estado. Dada à sua significância para estratégia de desenvolvimento agrícola, o acompanhamento do PIB do Agronegócio vem sendo atualizado anualmente.

A MATRIZ PRODUTIVA BAIANA

A seguir, a análise do desempenho da agropecuária baiana se tornará mais específica, na medida em que se aprofundará no exame e discussão da matriz produtiva do estado, destacando a fruticultura, os grãos, o café, o cacau, o complexo florestal e a produção animal, como forma de se conhecer mais amiúde o comportamento de cada grupo de produtos, assim como o âmago de cada possível transformação.

Fruticultura

A fruticultura baiana pode ser considerada como o caso de maior destaque no desempenho recente da matriz produtiva estadual.

A participação da fruticultura na formação do Valor Bruto da Produção Vegetal (VBPV) tem, nos últimos anos da presente década, se mantido a partir da faixa dos 13%, rivalizando com a produção de grãos, na disputa pela primeira colocação do VBPV (Gráfico 4).

O pujante desempenho desse setor está correlacionado fortemente com o nível de adoção de tecnologia alcançado pelo segmento frutícola no estado, assim como pelo grau de profissionalização dos seus produtores.

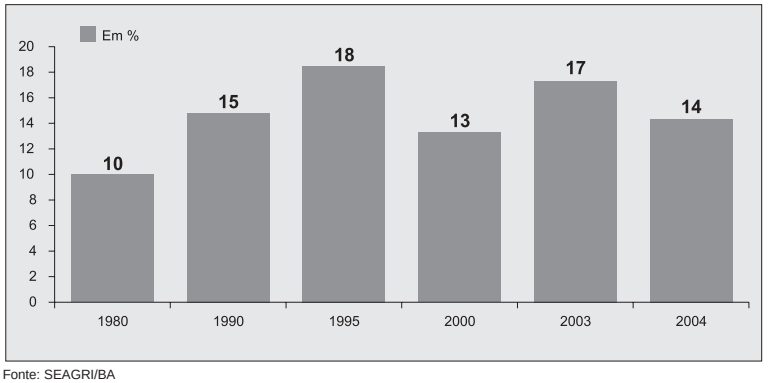
Na discussão do padrão tecnológico atingido pela fruticultura, não se pode negar o mérito de todas as práticas de manejo, as novas variedades, a qualidade das sementes e mudas, os cuidados com a defesa fitossanitária e com as atividades pós-colheita, mas, sem dúvidas, a adoção da prática de irrigação é o grande diferencial na explicação do salto qualitativo da fruticultura baiana. Dos 343 mil hectares irrigados no estado, em 2004, uma área superior a um terço desse total está ocupada com a atividade frutícola.

Na discussão do padrão tecnológico atingido pela fruticultura, não se pode negar o mérito de todas as práticas de manejo, as novas variedades, a qualidade das sementes e mudas, os cuidados com a defesa fitossanitária e com as atividades pós-colheita, mas, sem dúvidas, a adoção da prática de irrigação é o grande diferencial na explicação do salto qualitativo da fruticultura baiana

Do crescimento da fruticultura decorreu o surgimento de complexos ou pólos agroindustriais, voltados para a produção de sucos, geléias, doces, polpas e concentrados, dinamizando e valorizando regiões como as do Oeste, Sul e Extremo Sul e Médio São Francisco, e municípios como de Livramento e Bom Jesus da Lapa, para os quais o mercado externo é uma realidade do processo de comercialização. Trata-se, ao lado dos grãos, do segmento de maior importância na produção vegetal do Estado da Bahia.

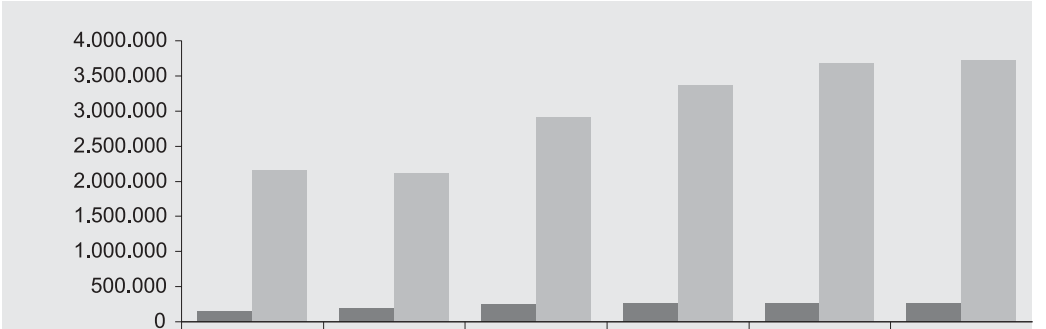
A fruticultura baiana, nos últimos dezessete anos, tem crescido, sistematicamente: a área colhida em 88,7% e, a produção, em 73% (Gráfico 5); contudo, o mais expressivo é o grau de competitividade alcançado por esse setor. O desempenho das exportações baianas de frutas é, incontestavelmente, o melhor indicador. O segmento, que exportava, em 1997, volumes de US$ 13 milhões, chegou, em 2004, a mais de US$ 66 milhões, demonstran-

Gráfico 4
Participação da fruticultura no VBPV* (%), Bahia, 1980-2004



Fonte: SEAGRI/BA
*VBPV - Valor Bruto da Produção Vegetal

Gráfico 5
Evolução da Área e Produção Frutícola, Bahia, 1986-2004*



	1986	1990	1995	2000	2003	2004*
Área Colhida (ha)	150.821	192.860	246.423	266.800	263.350	267.692
Produção (t)	2.149.793	2.116.032	2.917.441	3.366.913	3.681.141	3.717.939

Fonte: IBGE/PAM, SEAGRI/BA

* Dados sujeitos à retificação dez/04

do sua extraordinária inserção no super-protegido mercado internacional, mas, acima de tudo, sua excelente condição de gerar emprego e potencializar, com incrível rapidez, a economia agrícola de regiões historicamente deprimidas, como é o caso da região semi-árida, para a qual a fruticultura representa hoje uma das principais alternativas de desenvolvimento.

Grãos

Observando-se, ainda, a matriz produtiva da Bahia, verifica-se que o desempenho da produção baiana de grãos tem apresentado uma performance extremamente positiva para a grande maioria dos oito produtos aqui considerados nessa categoria.

A Tabela 1 relaciona, em dois cortes temporais, o desempenho da produção de grãos do Brasil e da Bahia. Nele, evidencia-se que os avanços da produção baiana superaram as taxas de crescimento médio anual verificadas para o Brasil, sobretudo para o período 1991/2003. Neste segundo corte, há de se destacar o crescimento expressivo da produção de soja e milho, a taxas anuais de 16,2% e 19%, respectivamente. Em resumo, nesse período mais recente, 1991/2003, o crescimento médio anual da produção baiana de grãos é superior ao crescimento do Brasil para seis, dos oito produtos analisados.

Nos ultimos 10 anos a produção de grãos da Bahia cresceu 150% colocando o estado numa posição de destaque no plano nacional.

Esse desempenho guarda uma relação direta com a consolidação da Região Oeste, hoje considerada o maior pólo produtor de grãos do estado, contribuindo com mais de 86% da produção da Bahia, safra 2003/2004.

Tabela 1
Crescimento médio anual da produção de grãos, Bahia, 1980/2003

Produtos	Produção - Crescimento médio anual (%)					
	1980 - 1990		1991- 2003		1980 - 2003	
	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil
Algodão	5,20	2,17	7,39	1,65	6,43	1,87
Amendoim	-2,60	-11,75	8,53	1,92	3,54	-4,27
Arroz	-5,92	-2,75	-0,38	2,48	-2,83	0,18
Feijão	-1,53	1,28	3,48	3,07	1,27	2,29
Mamona	-2,53	-6,20	-2,35	-4,01	-2,43	-4,97
Milho	-7,68	0,47	19,00	6,40	6,56	3,78
Soja	58,53	2,76	16,22	7,59	32,95	5,47
Sorgo	-	2,74	17,26	16,56	-	10,34

Fonte: SEAGRI/BA

Outro dado de significado relevante para a qualificação da produção de grãos do estado é a tendência de avanços permanentes nos níveis de produtividade alcançados ao longo do período 1990/2003, os quais, em apenas quatorze anos, cresceram em quase quatro vezes (Gráfico 6).

Novamente, a agricultura moderna e empresarial, praticada na Região Oeste, tem peso preponderante nos números alcançados. A título apenas de ilustração, na safra 2003/2004, que se acaba de colher, o algodão em caroço, a soja e o milho apresentaram produtividades médias de 3.322 kg/ha, 2.880 kg/ha e 5.768 kg/ha, respectivamente, níveis

que se colocam entre os melhores do país, que, segundo a CONAB, ficaram em 1.930 kg/ha, 2.376 kg/ha e 3.497 kg/ha, também na mesma safra, em média, respectivamente.

O sucesso na produção baiana de grãos, especialmente soja e milho cultivados na Região Oeste, possibilitou ao estado uma oportunidade singular para o desenvolvimento de outras cadeias produtivas, a exemplo da avicultura e da suinocultura, além de criar condições para a moderna prática de integração agricultura-pecuária, elemento essencial na busca do desenvolvimento sustentável e de mais competitividade.

Outro destaque na produção de grãos é a migração da cotonicultura da região da Serra Geral, para o Oeste. Essa migração faz parte do fenômeno qualificado como 'reespacialização' (VIANA, 2002), motivada por melhores condições locacionais, com resultados diretos na produção e na produtividade. Essa migração também rendeu ao Estado da Bahia colocar-se como o segundo produtor nacional de algodão em 2003, superando o Estado de Goiás.

O caso específico do algodão é exemplar. A busca por mais competitividade tem imprimido à cotonicultura baiana mudanças locacionais rápidas e intensas. A cotonicultura da Serra Geral, que em 1988 chegou a plantar 170 mil hectares, tendo sido a região maior produtora do estado, assistiu, ao final da década de 1990, ao quase desaparecimento da cultura. Todavia, o esforço por mais competitividade motivou uma reação surpreendente do setor produtivo. Este, com a ajuda do governo, apoiou-se na pesquisa e na difusão de tecnologia para, nos três últimos anos, adotar algumas práticas de manejo, valorizar e estimular cotonicultores familiares, maioria nessa região, fazendo a área plantada atingir 43 mil hectares na safra 2003/2004, num avanço de 30 mil hectares em relação à safra passada, quando foram plantados 13 mil hectares. Essa atitude indica, sem dúvida, a decisão da retomada de uma nova cotonicultura em bases mais modernas e profissionais que àquelas verificadas no passado. Não se pode omitir que essa parcela da produção da Serra Geral teve peso especial no posicionamento da Bahia como segundo produtor nacional.

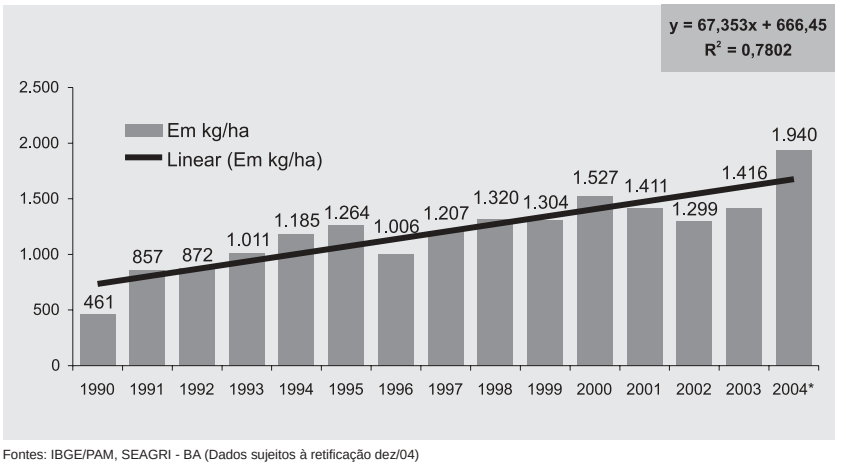
O sucesso na produção baiana de grãos, especialmente soja e milho cultivados na Região Oeste, possibilitou ao estado uma oportunidade singular para o desenvolvimento de outras cadeias produtivas, a exemplo da avicultura e da suinocultura, além de criar condições para a moderna prática de integração agricultura-pecuária

Cacau

O cacau é, sem exagero, um símbolo da agricultura baiana. O Gráfico 7 demonstra com exatidão a trajetória desse que já foi o principal produto da pauta agrícola baiana. De quase 400 mil toneladas produzidas em 1985, a produção cacaueira despenca, ao longo de 17 anos, para esboçar uma importante reação nos anos de 2003 e 2004, mesmo assim, distante em quase 2,5 vezes o que se produzia no ano de 1985.

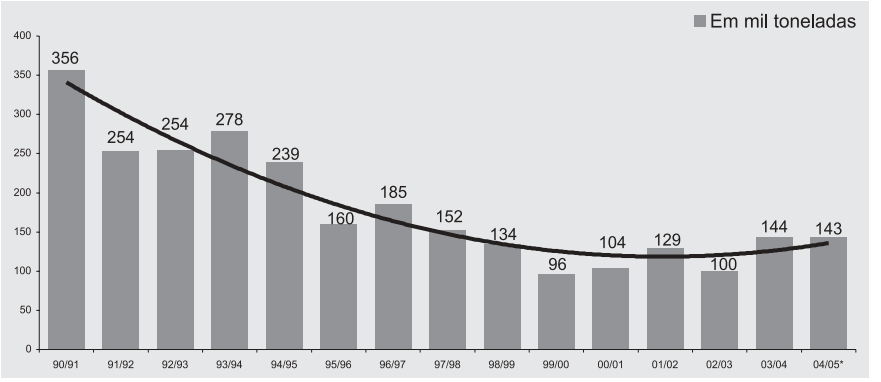
A queda de produção, da renda e o empobrecimento que se abateu em toda a região cacaueira trouxeram, por outro lado, li-

Gráfico 6
Rendimento Médio da Produção de Grãos, Bahia, 1990/2004*



Fontes: IBGE/PAM, SEAGRI - BA (Dados sujeitos à retificação dez/04)
* Grãos - Algodão, Amendoim, Arroz, Feijão, Mamona, Milho, Soja, Sorgo, Trigo.

Gráfico 7
Produção de Cacau, Bahia, 1990 - 2004*



Fonte: CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. * Estimativa

ções importantes a todos os envolvidos direta ou indiretamente com a economia cacaueira.

A primeira dessas lições diz respeito à importância do papel da tecnologia na segurança de qualquer sistema produtivo, indicando, claramente, que os investimentos nesse setor devem ser priorizados, quer sejam públicos ou privados.

No caso do cacau, a primeira solução recomendada para o controle da 'vassoura-de-bruxa' não era a mais indicada, embora fosse a única disponível à época. Em contraponto, a clonagem (mais de 130 mil ha já recuperados em 2004), a instalação de uma biofábrica, a pesquisa, a capacitação e a informação têm sido elementos imprescindíveis à superação da crise, que já começa a se verificar, não tão célere como se deseja, devido a obstáculos na obtenção de recursos do crédito rural para respaldar as novas recomendações técnicas.

Além disso, há de se registrar a implementação do Projeto Genoma, talvez o maior avanço no conhecimento científico de cultura e que reúne os melhores especialistas do país e que, por certo, ao seu término, trará contribuições inestimáveis à sustentabilidade da produção cacaueira.

O programa de melhoramento genético desenvolvido pela CEPLAC tem, por seu turno, dado resultados expressivos, criando uma expectativa bastante favorável no que tange à indicação de materiais mais tolerantes/resistentes a doenças e mais produtivos.

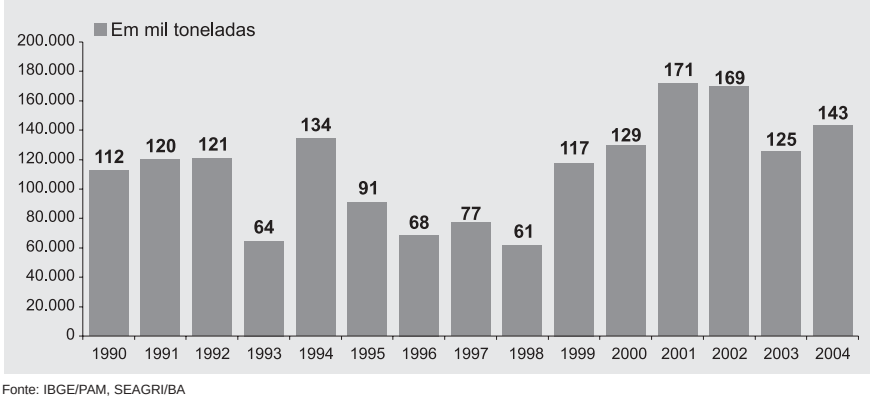
Os avanços no campo tecnológico permitem antever que, no médio prazo, o cultivo de 300 mil hectares renovados e recuperados poderá produzir a mesma quantidade alcançada pelos 600 mil hectares outrora cultivados.

Café

A cafeicultura tem importância considerável na economia agrícola baiana, representando, em média, 5% a 6% do Valor Bruto da Produção Vegetal. Ao localizar-se no Oeste, a cafeicultura encontrou condições de competitividade inéditas em todo o estado: esse território, o Cerrado, integrou-se aos territórios denominados Planalto e Atlântico, colocando a produção baiana na vanguarda da cafeicultura nacional, destacando-se pelas altas produtividades e pela obtenção de cafés especiais.

No caso da cultura do café, três destaques são de importante registro: o primeiro deles diz respeito à inserção do café arábica na matriz da Região Oeste, participando com 24% da produção estadu-

Gráfico 8
Produção de Café, Bahia, 1990 - 2004*



Fonte: IBGE/PAM, SEAGRI/BA
* Dados sujeitos à retificação: GCEA dez./04

al em 2004, quando, em 1996, a cultura só dispunha de 100 hectares plantados naquela região. Em 2004, a produtividade do arábica no Oeste (3.049 kg/ha) superou, em mais de quatro vezes, as produtividades médias das principais regiões tradicionais produtoras de arábica do Brasil. Esses fatos, aliados às condições naturais extremamente favoráveis, têm atraído inúmeros produtores que estão transformando a região num dos pólos mais promissores do país.

O segundo destaque se relaciona ao cultivo do café conillon, que encontrou na Região do Extremo Sul (território do café atlântico) condições excepcionalmente adequadas, fazendo a área plantada saltar de 5.000 ha, em 1990, para mais de 16.000 ha, em 2004. As produtividades superiores a 20 sacas/ha e as condições naturais amplamente propícias fizeram do pólo Extremo Sul um centro de atração de experientes cafeicultores do vizinho estado do Espírito Santo, em um movimento análogo àquele ocorrido no Oeste.

O terceiro destaque diz respeito à qualidade dos cafés cultivados na Chapada Diamantina. Essa condição tem levado os produtores do pólo/território denominado Planalto a alcançarem prêmios internacionais de qualidade e preços bastante estimuladores, sobretudo num período de preços fortemente deprimidos, como ocorreu em 2003 e parte de 2004.

Complexo florestal

A produção florestal baiana aproxima-se, na Região do Extremo Sul, de todas as condições necessárias para a sua implantação, ampliação e consolidação. No ritmo atual, essa região se constituirá, em breve, num pólo de produção de papel e celulose dos mais importantes para a América Latina.

Atualmente, a produção florestal baiana ocupa uma área superior aos 452 mil hectares, número que representa 10% da área cultivada com florestas plantadas no país, colocando a Bahia em quarto lugar no *ranking* de área plantada total no país (SBS-2001).

Os investimentos em curso na Bahia ultrapassam os US$ 2,5 bilhões, utilizados na ampliação e na construção de modernas plantas industriais, equivalentes com o que há de mais moderno no mundo.

Apenas uma fábrica na região, quando em plena capacidade, produzirá 900 mil toneladas de celulose branqueada por ano. Uma outra, em fase de ampliação, sairá de 600 mil toneladas para 1,6 milhão de toneladas de papel e celulose.

A rápida expansão das áreas cultivadas e os investimentos assegurados dão a real dimensão do papel que o complexo florestal ocupará na matriz produtiva do estado.

Ademais, a produção vegetal encontrou na Bahia as vantagens locacionais mais apropriadas à sua expansão, como insolação e precipitação, perfeitamente adequadas à produção agrícola, concorrendo para que a taxa de crescimento do eucalipto seja, em média, onze vezes superior à taxa das espécies cultivadas em clima frio, além de apresentar produtividade de 43m^3/ha/ano, superior aos 33m^3/ha/ano da média brasileira.

Somam-se a essas vantagens, o domínio da tecnologia e o acesso marítimo, o que favorece ainda mais o aproveitamento das oportunidades de mercado externo, principal foco da produção baiana, como demonstram os valores da Tabela 2, sendo as exportações de papel e celulose líderes das exportações do agronegócio baiano.

Tabela 2
Exportações de papel e celulose, Bahia, 1997 - 2004*

Ano	MIL US$	Toneladas
1997	233.352	478.397
1998	226.334	472.557
1999	240.305	533.041
2000	291.422	502.040
2001	216.232	508.641
2002	229.075	523.590
2003	262.037	552.584
2004*	263.544	546.410

Fonte: MDIC/Aliceweb
Elaboração: SEAGRI/BA
***** Dados jan a nov, 2004

Produção animal

No caso da bovinocultura, o Estado da Bahia conta com um rebanho de, aproximadamente, 10 milhões de cabeças. O grande avanço alcançado

na década passada foi, inegavelmente, a obtenção da certificação internacional do estado como Zona Livre da Febre Aftosa, com vacinação. Esse feito, reflexo das forças de cooperação estabelecidas entre produtores e governo, impõe, por outro lado, um redobrado esforço para a manutenção da estratégia alcançada e sua ampliação, que é a certificação de zona livre, sem vacinação.

Outro avanço importante ocorrido diz respeito à especialização da Região do Extremo Sul na produção de novilhos precoces. Essa tecnologia confere à região uma taxa de abate de novilhos precoces superior a 70% do total de animais abatidos.

A integração da agricultura com a pecuária também tem despontado na Região Oeste como prática moderna e de resultados promissores.

Esses dois fatos, embora mais visíveis em apenas duas regiões, demonstram o início de uma revolução nos sistemas de produção tradicionais que, em breve, se disseminará de modo mais intenso no estado.

A grande meta da pecuária baiana é alcançar o mercado externo, haja vista as condições básicas já existentes, como oferta, qualidade e existência de frigoríficos credenciados a exportar, condição esta em vias de superação pelo setor privado. Nesse sentido, a vinda para região de Itapetinga do Grupo Bertin, com larga experiência no comércio exterior de carnes, garante, para breve, a inserção da carne bovina baiana no cenário internacional.

Por outro lado, a produção de leite, apesar da crise histórica que o setor atravessa em todo país, conseguiu, nos últimos dez anos, alguns avanços importantes.

Tabela 3
Principais pólos da pecuária baiana

Região	Rebanho(em mil cabeças)	Participação(em %)
Extremo Sul	1.858	19
Itapetinga	1.700	17,39
São Francisco	1.545	15,80
Feira de Santana	1.390	14,22
Demais Áreas	3.280	33,59
Total do estado	9.770	100

Fonte: SEAGRI/BA

A implementação do Programa de Modernização da Pecuária Leiteira do Estado - PROLEITE, concebido, no final da década passada, para estimular o crescimento da produção de leite, através da difusão de tecnologia, da oferta de financiamentos e da adoção de medidas fiscais de redução da carga tributária, possibilitou a introdução de mais de 62 mil matrizes ao rebanho leiteiro. Somente na sua primeira fase, o programa também promoveu a melhoria das instalações das propriedades beneficiadas, introduziu reprodutores de raça e elevou as condições de oferta alimentar dos rebanhos. Como resultado final, o estado atingiu, em 2003, uma produção superior a 1 bilhão de litros/ano, respondendo por, aproximadamente, 85% do consumo total de leite e derivados da Bahia. Um outro programa, o de integração das cooperativas de leite, representa uma perspectiva positiva de avançar na organização de cadeias produtivas no estado.

A caprinocultura baiana, a maior do país, com um rebanho superior a quatro milhões de cabeças, ostenta, de um lado, a vocação natural do estado para a atividade, mas, por outro, encontra-se ávida por avanços no campo da competitividade

Apesar de recente, o Programa de “Apoio à Produção e ao Consumo de Leite”, dos governos federal e estadual, destinado a estimular a produção leiteira de pequenos produtores, de até 100 litros diários, dirigido a crianças carentes com idade entre 2 a 7 anos, já tem demonstrado sua capacidade de promover uma reestruturação importante na cadeia produtiva do leite, mesmo trabalhando-se com uma cota diária de 100 mil litros, aquém, portanto, do potencial de produção e da demanda estaduais.

A caprinocultura baiana, a maior do país, com um rebanho superior a quatro milhões de cabeças, ostenta, de um lado, a vocação natural do estado para a atividade, mas, por outro, encontra-se ávida por avanços no campo da competitividade.

Nessa direção, a implementação, em 1998, de um programa específico de apoio à caprinovinocultura destaca-se como de maior adesão dos produtores baianos, dentre os demais programas setoriais, promovendo investimentos importantes no setor, sobretudo nas regiões mais organizadas.

O surgimento de projetos melhor estruturadores da cadeia caprina, fundamentados na organização dos produtores e da produção familiar, como é o

caso do Projeto Pilar, localizado em Jaguarari, e do Programa Cabra Forte, lançado em 2002 e com atuação em dezoito municípios, farão, no médio prazo, da caprinocultura uma atividade ainda mais competitiva e de expressão internacional.

O NOVO AGRO BAIANO

No âmbito das novas explorações surgidas com mais força no decorrer da década de 1990, duas merecem registros especiais: a aqüicultura e a avicultura.

A bem da verdade, essas atividades já eram exploradas no estado, no entanto, em escala reduzida, frente ao potencial existente e à dimensão alcançada no final da década.

Na aqüicultura, o maior destaque está localizado no município de Paulo Afonso, com a instalação de um projeto liderado por um grupo nacional e tecnologia americana.

A plena operação desse projeto MPE/Paulo Afonso, que será um dos maiores projetos individuais de produção de tilápia da América Latina, elevará a produção estadual, no médio prazo, em mais 15 mil toneladas anuais. O projeto colocará a Bahia na liderança do setor, criando condições para investimentos em outros elos da cadeia, como já vem ocorrendo no segmento de rações e equipamentos, entre outros.

A avicultura baiana, por seu turno, em franco desenvolvimento, atende, hoje, a mais da metade do nosso consumo; todavia, projetos em curso apontam para, em breve, a geração de excedentes exportáveis. Na produção de ovos, um grande projeto está em implantação no Oeste, com uma produção que reduzirá à metade as nossas atuais importações. Na geografia da avicultura baiana despontam os pólos de Feira de Santana e do Oeste.

As principais razões desse avanço estão na dimensão do mercado, na oferta estadual de grãos e nos estímulos governamentais concedidos, como o AGRINVEST[1] e a política fiscal.

Outras explorações, como a estrutiocultura, embora de mais recente surgimento no estado, tem ocupado importantes espaços, sobretudo na constituição de pólos produtivos, casos das regiões de Irecê e Paulo Afonso. A implantação de frigorífico especializado, as condições naturais vantajosas e a vinda de empresas com vasta experiência noutros estados, demonstram uma perspectiva de um negócio com amplas possibilidades de êxito.

Na Região Sul, encontra-se em franco desenvolvimento um importante agricluster de palmito, que tem origem em dois empreendimentos-âncora, formados por *joint-ventures*, constituídas por empresas brasileiras e equatorianas, com longa experiência no mercado internacional do produto.

Uma importante característica desse *agricluster* em formação é a integração organizada da produção de pequenos produtores de pupunha aos empreendimentos-âncora, dando uma densidade econômica e social mais desejada ao complexo. O pólo do palmito inclui uma biofábrica para a produção de mudas e tem foco no mercado externo.

As flores do município de Maracás e de mais 12 pólos regionais, em franco desenvolvimento, e o trigo, na Chapada Diamantina, com produtividades superiores a 6.000 kg/ha e, em breve no Oeste, somados à produção de vinhos no município de Casa Nova, demonstram o quão diversificada e pujante é a agricultura baiana, além de revelar as inúmeras oportunidades que a cada momento atraem novos empreendedores e novos investimentos.

A AGRO-MODERNIZAÇÃO

As evidências do crescimento da agropecuária baiana parecem ser inquestionáveis; contudo, o mais importante é identificar-se as bases sobre as quais está assentado esse crescimento. Para tanto, é essencial que se examine o grau de modernização alcançado pela atividade agrícola, mensurando-se, a partir daí, a escala de competitividade e sustentabilidade do setor.

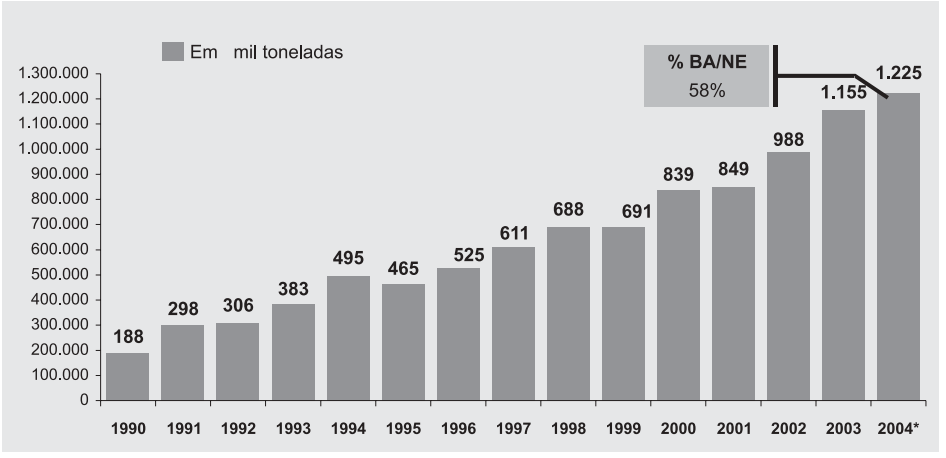
Para esse exercício, optou-se por utilizar três importantes indicadores de modernização: o consumo de fertilizantes, a evolução da área irrigada e o desempenho da balança comercial do agronegócio, ao longo das últimas duas décadas.

[1] Agrinvest - Programa de Investimento para a Modernização da Agricultura Baiana que se responsabiliza por 50 % dos encargos financeiros de projetos agroindustriais considerados modernizantes, durante o período de carência.

O consumo de fertilizantes

Entendido como indicador de modernização da atividade agrícola, o consumo de fertilizantes, na Bahia, cresceu fortemente nas últimas décadas, conforme demonstrado no Gráfico 9.

Gráfico 9
Consumo de Fertilizantes, Bahia, 1990-2004*



Fonte: ANDA/SIACAN
* Dados até novembro, 04

A Bahia, além de ter o consumo de fertilizantes crescido a uma importante taxa média anual de 16%, assumiu a liderança do consumo no Nordeste, sendo responsável, em 2004, por 58 % de todo o fertilizante consumido na região.

A evolução da área irrigada

A área irrigada foi aqui considerada como outro importante indicador de modernização na atividade agrícola. No caso baiano, a área irrigada que, em 1980, atingia os 70 mil hectares, tem esse número multiplicado por quase cinco vezes, alcançando os 343 mil hectares, em 2004 (Gráfico 10).

Considerando, aproximadamente, quatro milhões de hectares cultivados na Bahia, a superfície irrigada no estado já representa quase 9% do total cultivado: número importante para uma região vulnerável às adversidades climáticas, com poucos e lentos investimentos federais nesse setor. Da área irrigada total, a fruticultura ocupa a maior superfície, com, aproximadamente, 32%, seguida pelos grãos com 26%, conforme explicita a Tabela 4.

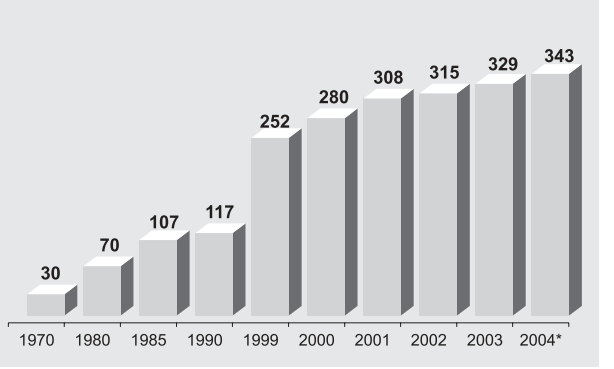
Apesar de todos os avanços alcançados, só 21% da área potencialmente irrigável na Bahia, estimada em 1,6 milhão de hectares, está sendo irrigada, situação que demonstra as amplas possibilidades de crescimento de área irrigada.

Balança comercial do agronegócio baiano

A possibilidade de competir no mercado externo é, também aqui, considerada como um importante indicador de modernização da economia agrícola baiana.

Apesar do cacau, o fumo e o sisal participarem, de há muito, na pauta das nossas exportações agrícolas, só a partir de 1997 foi pos-

Gráfico 10
Evolução da área irrigada, Bahia, 1970-2004*



Fonte: SEAGRI/SIR

Tabela 4
Participação das culturas na superfície irrigada, Bahia, 2004

Culturas	Área (ha)	%
Fruticultura	109.760	32
Grãos	89.180	26
Cana-de-Açúcar	44.590	13
Pastagens	27.440	8
Café	20.580	6
Algodão	10.290	3
Outros	41.160	12
TOTAL	**343.000**	**100**

Fonte: SEAGRI/SIR

sível mensurar, de modo mais detalhado, as transformações havidas nas exportações do agronegócio baiano.

A primeira transformação diz respeito ao aumento do número de produtos de origem agrícola exportados; a segunda, à liderança do segmento Papel e celulose; e a terceira transformação se relaciona com o crescimento das exportações do segmento Soja, farelo e óleos vegetais.

Uma análise setorial mais especificada, revela que no período 1997/2004, a liderança das exportações baianas de origem agrícola coube, em 1º lugar, ao segmento 'Papel e Celulose', com 27% do total das exportações agrícolas no período; em 2º lugar, vem o segmento 'Cacau e suas preparações' e, em seguida, o 'Complexo Soja', contribuindo com 15% e 14,8%, respectivamente.

No plano das importações, o segmento 'Cereais, farinhas e preparações' posicionou-se na liderança durante o período de 1997/2004, representando 38,8% do total acumulado no período, acompanhado, de perto, pelo segmento 'cacau e suas preparações', com 34,8% . Apenas esses dois segmentos foram responsáveis por mais de 74% do total acumulado das importações de origem agrícola pelo Estado da Bahia no período examinado.

Em síntese, o exame do comportamento recente (1997-2004), desse indicador, três importantes conclusões podem ser extraídas:

a) o agronegócio baiano aproveitou bem o ambiente propício às exportações, conferido pela demanda internacional e pela favorabilidade da taxa de câmbio, participando com, em média, 33% do total das exportações do estado;
b) de acordo com os dados do Sistema Aliceweb/ Midc-Seagri os saldos anuais da balança comercial do agronegócio baiano, no período 1999-2004, são crescentes, aproximando-se dos US$ 600 milhões, em média, por ano;
c) as exportações baianas do agronegócio atingiram, em 2004, a marca recorde de US$ 1 bilhão. Pode-se afirmar que, se mantidas as condições atuais de câmbio e demanda internacional favoráveis, em breve, a Bahia poderá ter exportações agrícolas superiores a US$ 2 bilhões, colocando-a no grupo seleto de poucos estados brasileiros.

Tabela 5
Participação das exportações do Agronegócio nas exportações totais, Bahia, 1997-2004

Ano	BAHIA Exportações Totais	BAHIA Exportações Agronegócio	%
1997	1.867.606	645.943	35
1998	1.829.457	711.163	39
1999	1.581.146	565.069	36
2000	1.942.968	705.980	36
2001	2.199.651	690.156	31
2002	2.410.037	753.341	31
2003	3.258.772	956.954	29
2004*	3.643.426	1.146.174	31
Total 97/03	**18.733.064**	**6.174.780**	**33**

Fonte: Aliceweb/SEAGRI
* Em US $ mil FOB

AGRO-DESAFIOS

A evidência de bons resultados obtidos pelo agronegócio baiano não nega a existência de enormes e importantes desafios a serem enfrentados e superados, tarefa que demandará ainda mais determinação, tenacidade e vontade política, em horizontes de médio e longo prazos.

Muitos desses desafios extrapolam as fronteiras do estado e outros estão no seu raio de influência; contudo, há um ponto de convergência comum a todos eles: a imperiosa necessidade de uma ação de cooperação e sinergia entre os atores públicos e privados, com o objetivo de trilharem caminhos que compatibilizem interesses de produtores, de consumidores e ambientais.

Dentre os principais agro-desafios estão:

Protecionismo mundial

O agronegócio baiano, em particular, tem demonstrado o seu imenso potencial em participar de modo mais ativo dos mercados externos. No entanto, as barreiras impostas ao agronegócio brasileiro, de modo geral, quer tarifárias ou não, freiam a nossa capacidade produtiva, além de criarem mais um obstáculo à possibilidade de redução das desigualdades regionais, na medida em que retira do Nordeste brasileiro um instrumento importante do seu desenvolvimento, que é a competitividade do seu agronegócio.

Aumento da renda no campo

Esse é o grande desafio. Está intimamente ligado aos demais, que se seguirão nesta breve abordagem.

O aumento e a melhor distribuição da renda no campo estão em função direta do grau de organização das várias cadeias e, nessas, de cada um dos seus elos. Assim, considerando-se o produtor rural como ator fundamental na busca de melhores padrões distributivos de renda no campo, a sua organização se coloca com um imperativo primaz em todos os desafios postos aqui.

Todas as políticas que venham a ser implantadas têm, em última instância, esse objetivo principal. Sem o aumento da renda no meio rural e sua mais equânime distribuição, todo o esforço de desenvolvimento sustentável estará comprometido. E isso significa: vida digna no campo.

Aqui não se propaga, como um desafio, a repetida e desgastada expressão "reduzir o êxodo rural", haja vista tratar-se de uma figura de retórica, ainda mais evidente se as condições e uma permanência digna no campo não forem efetivamente alcançadas. Implícita, nessa diretriz, está a melhoria da infra-estrutura física e social no meio rural.

Sustentabilidade do semi-árido

Na região do semi-árido, encontram-se 64% do território do estado e 258 municípios, onde vivem cerca de seis milhões de pessoas, representando 45% da população. É nesse cenário em que reside um dos maiores desafios das forças sociais do nosso estado: manter a população rural no campo com a perspectiva de uma vida digna, viabilizada através de uma renda familiar compatível com a realidade rural.

Experiências bem sucedidas, como a da APAEB, COOGRISA, da fruticultura e da olericultura irrigadas e do aproveitamento integral do sisal, devem ser consolidadas, ampliadas e acompanhadas de outras importantes e urgentes iniciativas de fortalecimento da infra-estrutura hídrica.

A intensificação e a modernização da exploração de pequenos animais, tais como a caprinovinocultura, a apicultura e a piscicultura, dentre outros, numa perspectiva de integração sistêmica e produtiva de vários cultivos e de organização da cadeia mercadológica, podem se constituir numa real opção de geração de receita, agregação de valor ao produto e de revitalização da economia da região semi-árida, estratégia que deve contemplar, quando adequado, alternativas não-agrícolas.

A intensificação e a modernização da exploração de pequenos animais, tais como a caprinovinocultura, a apicultura e a piscicultura, dentre outros, numa perspectiva de integração sistêmica e produtiva de vários cultivos e de organização da cadeia mercadológica, podem se constituir numa real opção de geração de receita, agregação de valor ao produto e de revitalização da economia da região semi-árida

Agregam-se, à essa dimensão, ações no campo do associativismo e da profissionalização da mão-de-obra, que são decisivos instrumentos na superação desse gigantesco desafio.

Ademais, consolida-se cada vez mais o consenso de que o fortalecimento da infra-estrutura, principalmente a hídrica, é condição suficiente e necessária em qualquer política que objetiva o desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, iniciativas como as dos programas Cabra Forte, Terra Fértil e Tucano, recém implantados pelo governo do estado, seguem na direção apontada e podem possibilitar referências nacionais para uma ação mais abrangente e de cunho universalizado, num tempo relativamente curto.

Inserção competitiva da agricultura familiar na economia de mercado

A agricultura familiar compreende o contingente majoritário do número de estabelecimentos rurais no território baiano. Segundo estudo[2] patrocinado pelo MDA, dos 699 mil estabelecimentos rurais localiza-

[2] INCRA/FAO – Projeto de Cooperação Técnica –'Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto', Brasília, fevereiro 2000.

dos na Bahia, 623 mil (89%) são de base familiar.

Embora tenham, esses estabelecimentos, peso expressivo na produção agropecuária, possuem baixa capacidade de competição e, mais grave, encontram-se dispersos e desorganizados, não sendo, portanto, visíveis ao mercado, em sua grande maioria.

Ações no âmbito do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, uma iniciativa do governo federal, abraçada e ampliada pelo Estado da Bahia, podem se constituir, se integradas a outras iniciativas,[3] nos primeiros degraus na longa caminhada de uma inserção da agricultura familiar de forma competitiva, plena e sustentável. Todas essas ações têm como característica comum o foco no mercado, na organização e na estruturação definitiva da base produtiva.

Consolidação dos pólos agroindustriais: formação de agriclusters

A matriz produtiva do estado, com os seus respectivos pólos de produção agrícola, encontra-se, praticamente, consolidada. Juazeiro, Bom Jesus da Lapa e Livramento, por exemplo, com forte sustentação econômica na fruticultura; o Extremo Sul, com a pecuária, silvicultura e as frutas; Vitória da Conquista, principalmente com café e pecuária; e o Oeste com grãos, frutas, pecuária e aves, dentre outros pólos já mencionados anteriormente. Em todos esses pólos, os produtos estão, quase que totalmente, sendo comercializados na categoria econômica de produtos primários.

A permanência desse quadro poderá conduzir a nossa economia agrícola a uma condição de dependência, além de desperdiçar as amplas possibilidades de verticalização da produção apresentadas pelo cenário do agronegócio nacional e internacional. Assim, faz-se necessário estimular a verticalização das cadeias, objetivando que a agregação de valor ocorra, preferencialmente, em território baiano. O estudo do Professor Guilhoto (2003), já mencionado anteriormente, aponta nessa mesma direção.

O PROBAHIA, no passado, e, mais recentemente, o DESENVOLVE, dentre outros atrativos, foram concebidos objetivando criar condições motivadoras para que a iniciativa privada se movimente no sentido de desenvolver os seus projetos agroindustriais nas diferentes regiões do estado.

Algumas regiões estão respondendo positivamente a essas estratégias, tais como a de Juazeiro, Oeste, a de Vitória da Conquista e, até mesmo, a Extremo Sul, todavia de forma tímida e com velocidade ainda abaixo da expectativa do governo e da potencialidade desses núcleos de produção.

Para a consolidação desses pólos agroindustriais, há necessidade de se buscar redimensionar e ampliar a estratégia de atração de investimentos, direcionando-a para aquelas regiões que podem responder aos investimentos realizados, públicos e privados, com maior rapidez. É estratégico o atendimento das demandas emanadas das parcerias em seus respectivos acordos setoriais e que as ações estruturantes, tais como energia e estrada, principalmente, sejam colocadas como início da contrapartida das ações governamentais. Essa estratégia deve priorizar a redução de desigualdades intra-estado, estando sempre focada nos princípios da desconcentração, interiorização e da integração.

As oportunidades são inúmeras e, algumas delas, já de comprovado sucesso, como é o caso da produção de vinhos, da produção de álcool e açúcar, de derivados do sisal, a verticalização do algodão, das hortaliças e dos couros e peles, dentre outros, algo que pode ser considerado como o caminho natural de uma economia agrícola forte, diversificada e moderna.

Consolidar a capacidade potencial de irrigação do estado

O Estado da Bahia possui hoje uma área irrigada de 343 mil hectares. O seu potencial irrigável pode chegar a uma área superior a 1,6 milhão de hectares.

Nesse propósito, impõe-se como grande desafio a conjugação de esforços, no sentido de buscar plena operação dos três maiores projetos federais de irrigação da Bahia: Salitre (30 mil ha), Baixio de

[3] Programas como Cabra Forte, Terra Fértil, Projeto Tucano, já mencionados, Programa Cédula da Terra, Terra Produtiva, Minha Roça, Distribuição de Sementes, a integração produtiva nos pólos de piscicultura, avicultura, floricultura, apicultura, da pupunha e da caprinocultura, além dos programas de qualificação e requalificação de mão-de-obra, iniciativas exitosas, que têm atraído grande adesão de produtores familiares

Irecê (60 mil ha) e Iuiú (30 mil ha), além da implementação de outros importantes projetos, como é o caso, do Mocambo/Cuscuzeiro, em Santa Maria da Vitória, com possibilidade de irrigação de 10 mil ha, dos projetos estaduais,[4] com destaque para o excepcional potencial da Bacia Sedimentar de Tucano, onde comportam tanto projetos individuais, como comunitários, com potencial de irrigação superior a 7.000 ha.

A construção das barragens de Bandeira de Melo, nos municípios de Marcionílio Souza e Boa Vista do Tupim, Pedra Branca, em Itaguaçu da Bahia, Casa Branca, em Mucugê e Integral, no município de Ibicoara, possibilitará a ampliação da área irrigada do estado em mais de 7.500 novos hectares. Somados esses projetos, a Bahia incorporaria mais 157 mil hectares à atual superfície irrigada, chegando a 31% do seu potencial irrigável, percentual ainda pequeno para as necessidades de uma agricultura nordestina moderna; todavia, estariam sendo gerados, pelo menos, mais de 300 mil novos postos de trabalho, algo importantíssimo para ocupar parte da maior população rural do país, além de posicionar a Bahia na vanguarda absoluta da mais competitiva agricultura nacional.

Defesa agropecuária

Este desafio é um dos mais árduos a serem enfrentados, pois envolve a função pública da criação de condições para a manutenção de ambiente saudável para plantas e animais, além, e principalmente, para as repercussões na saúde humana e econômica do agronegócio.

Apesar da magnitude do desafio, a obtenção e manutenção do Certificado de Zona Livre de Aftosa, sem vacinação, a erradicação de tuberculose e brucelose e o controle da mosca-de-frutas, da clorose variegada dos citros e leprose, da meleira e mancha anelar do mamoeiro, podem ser considerados como os desafios de caráter mais urgente e prioritário. Aliado à essa tarefa gigantesca, não se pode descuidar do permanente e duro trabalho de inspeção animal e da intransigente defesa do meio ambiente. Nesse particular, cabe o destaque para o Programa de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, sendo a Bahia o primeiro estado nesse programa em todo o país. Todavia, dentre todas, a tarefa mais desafiadora é a da educação continuada de produtores, consumidores e técnicos.

Ambiente X *Desenvolvimento*

A necessidade permanente de geração de oportunidades de trabalho e de renda para a comunidade rural se, por um lado, constitui um desafio cotidiano por outro, impõe a todos, agentes públicos e privados, um outro dramático desafio: a preservação ambiental.

A harmonia entre eles, aparentemente excludentes e inconciliáveis, coloca-se como o mais importante desafio a ser conquistado. Nele incluem-se não só as dimensões econômica e ambiental, mas, sobretudo, a de eqüidade social, para não se falar nas dimensões cultural e política.

Uma das soluções técnicas em encaminhamento pelo Governo do Estado para racionalizar esse campo de discussão é a elaboração dos programas de zoneamento ecológico-econômico, instrumentos que, certamente, criarão condições técnicas e políticas para o estabelecimento de uma agenda definitiva para a busca do desenvolvimento sustentável.

Paz no campo

Este é um desafio nacional e não só baiano. Toda essa perspectiva de ter no agronegócio a "pedra de toque" do desenvolvimento brasileiro pode ser comprometida, mesmo se superados os desafios até aqui postos, caso não se equacione, de modo definitivo, a questão agrária no país.

Embora esse problema tenha enveredado por um caminho político-ideológico, não se pode negar a forte concentração de terra no país, em alguns estados mais que em outros. Não se pode negar a disponibilidade de terras de qualidade e com razoável infra-estrutura, capazes de abrigar projetos profissionalizados de reforma agrária. Não se pode

[4] Ponto Novo (município de Ponto Novo): 2.750 ha irrigados; Jacuípe (município de Várzea da Roça): total de 1.002 ha; Argoim (município de Rafael Jambeiro): total 6.000 ha; Irecê e Alto Salitre (Platô de Irecê, Bacias do Rio Verde, Jacaré e Alto Salitre): total 3.000 ha.

negar a morosidade burocrática para identificar e tornar disponíveis tais terras, assim como, e mais grave, a estranha incapacidade de se identificar os reais e verdadeiros produtores, ex-produtores e trabalhadores rurais como beneficiários prioritários de um programa profissional e moderno de reforma agrária.

Não se pode negar, também, que todas essas deficiências, estatais ou não, têm servido como argumento central para o afrontamento legal, a exemplo dos casos cotidianos das invasões a terras produtivas, por um lado, e da formação de milícias privadas, para "defender" as terras, por outro.

Os inúmeros e sucessivos termos de "reintegração de posse", para um mesmo imóvel, estão se tornando figuras jurídicas de valor menor e de desgaste crescente. Enfim, tão grave quanto o não equacionamento definitivo da questão agrária brasileira é o afrontamento à lei, ambas ameaçando de igual modo a democracia brasileira, ainda em construção.

A questão agrária, que não se resolve apenas com a distribuição de terra, envolve, necessariamente, todo um aparato de política pública, agrícola e não-agrícola: portanto, não é tarefa de resolução momentânea. Assim, entende-se como urgente o estabelecimento de uma agenda positiva, uma agenda para a "Paz no Campo", contando com todos os atores envolvidos e buscando-se, como objetivo maior, um consenso que atenda aos interesses maiores do Brasil, portanto, superiores aos de grupos, facções, seitas e partidos.

Todavia, essa agenda torna-se incompleta e ineficaz se não contemplar aqueles produtores com "pouca terra". Esses são, talvez, para a urgência de geração de trabalho e riqueza que o país precisa, os mais importantes, estrategicamente, do que os "sem terra". Por serem muitos, mas dispersos e desorganizados, não se ouve a sua voz. Suas vozes só são ouvidas quando perdem ou deixam sua "pouca terra" e passam para o outro lado dos "sem-terra".

Em suma, acredita-se que não haja mediador mais qualificado para liderar a construção dessa agenda do que o atual Governo Federal, por suas raízes e por sua história.

Desse modo, é razoável admitir que a não construção dessa agenda pela "Paz no Campo" pode afugentar novos investimentos no campo e na cidade e, com eles, o sonho de um Brasil líder, não só de samba e de futebol.

Por fim, constata-se que, a despeito dos gigantescos desafios a serem superados, o agronegócio baiano encerra o ano de 2004, muito bem posicionado no *ranking* nacional (Quadro 1), fato que consubstancia, de forma objetiva, a razão maior do conteúdo das considerações apresentadas nesse texto.

Quadro 1
***Ranking* nacional – Bahia – 2004**

1º	Produtor de mamão
1º	Produtor de mamona
1º	Produtor de sisal
1º	Produtor de cacau
1º	Produtor de coco-da-baía
1º	Produtor de guaraná
1º	Exportador de manga
1º	Exportador de uva
1º	Exportador de cacau
2º	Produtor de algodão
2º	Produtor de mandioca
2º	Produtor de dendê
2º	Produtor de citros
2º	Produtor de banana
3º	Produtor de camarão
3º	Produtor de pescado de água doce

REFERÊNCIAS

BAHIA, a agricultura vai bem, obrigado, graças à irrigação. *Item*: Irrigação & Tecnologia Moderna. Brasília: ABID, n. 58, p.8-16, 2003.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *O desempenho da agricultura baiana 1995-1998*. Salvador, 1998. 140 p.

_____. *O desempenho da agricultura baiana 1999-2002*. Salvador, 2002. 108 p.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R. A. *A concept of agribusiness*. Universidade de Harvard, 1957. 156 p.

DEUS, Pedro Barbosa de. *Agronegócio baiano*: avanços e desafios. Salvador, 2003. Palestra proferida na Assembléia Legislativa do estado da Bahia, no evento Semana da Agricultura, promovida pela Comissão de Agricultura da Assembléia, em dezembro de 2003.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; FURTUOSO, Maria Cristina Ortiz; SILVA, Gustavo de Souza e. Estimação do PIB do agronegócio no Estado da Bahia, 1990 a 2001. In: BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Conhecendo a agricul-*

tura baiana: da unidade produtiva ao PIB do agronegócio. Salvador, 2003. p.31-57. (Série Estudos Agrícolas, 4).

MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro et al. *Agribusiness europeu***.** São Paulo: Pioneira, 1996. 132 p. il.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA. *Dados estatísticos*. 2001.

VIANA, João Aurélio Soares. A "reespacialização" da agropecuária baiana. *Bahia agrícola***,** Salvador: SEAGRI, v. 5, n. 2, p. 65-69, 2002.

_____. CALDAS, Cláudia Nascimento. A balança comercial do agronegócio baiano*. Bahia Agrícola***,** Salvador: SEAGRI, v. 5, n. 1, p. 45-47, 2002.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Reestruturação da cacauicultura

Marc Dufumier[*]
Mathilde Rénard[**]
Naomi Noël [***]
Vitor de Athayde Couto[****]

Resumo

Por que a maioria dos agricultores da Região Cacaueira da Bahia continua praticando a monocultura do cacau, apesar das inúmeras crises cíclicas de preço? Quem são esses agricultores capitalistas, patronais e familiares? Quais são os sistemas de produção que eles praticam e com que resultados? Quais são as principais transformações operadas a partir da crise dos anos 1980? São elas capazes de quebrar a monocultura do cacau? Eis aí algumas questões que pretendemos responder ao longo de uma pesquisa mais ampla, da qual este artigo é apenas um de seus vários subprodutos. A pesquisa estrutura-se sobre uma taxonomia atualizada dos produtores, além de uma análise econômica da Renda Agrícola (RA) por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) e por Superfície Agrícola Utilizada (SAU) nos seus respectivos Sistemas de Produção (SP). O principal resultado é uma demonstração hierarquizada dos diferentes níveis de renda agrícola monetária, comparados com os níveis de sobrevivência e de reprodução simples das famílias. Nas considerações finais, resume-se os principais problemas encontrados e algumas sugestões para reestruturação dos SP, no sentido da sua diversificação, embora preservando-se a cacauicultura, que continua sendo a atividade agrícola mais rentável no longo prazo.

Palavras-chave: cacau, sistemas de produção, diversificação, reforma agrária.

Abstract

Why do the majority of the Bahia State Cocoa Region farmers keep practicing cocoa monoculture, despite the countless cyclical crisis of prices? Who are those capitalist, patronal, familiar farmers? What are the production systems practiced by them and what kind of results they get? What are the main transformations that happened since 80' crisis? Are they capable to break cocoa monoculture? These are some questions that we hope to answer throughout a more extense research - this paper is but one of its many outputs. The research is based on an updated taxonomy of the farmers, besides an economic analysis of the Agrarian Income (RA) per Family Work Unity (UTF) and per Used Agrarian Surface (SAU) in the respective Production Systems (SP). The chief result is an hierarchized demonstration of the different levels of monetary agrarian income, compared with the families' levels of survival and simple reproduction. In the final considerations it is presented a sumary of the main problems verified, as well as some suggestions for the SP's restructuration, in the sense of its diversification, although preserving cocoa culture, which remains the most rewarding agrarian activity in long term.

Key words: *cocoa, agrarian systems, diversification, agrarian reform.*

INTRODUÇÃO

A Região Cacaueira abrange 42 municípios do Estado da Bahia, que somam 19,5 mil km^2. Nosso estudo cobre uma área de 20 km por 30 km, tendo como referência o município de Arataca, no sul da região cacaueira. Destaca-se a presença de cacaueiros por todo o ecossistema, apesar das dife-

[*]Professor Titular da Cadeira "Agriculturas Comparadas" no Institut National Agronomique, Paris-Grignon (INA-PG). dufumier@inapg.inra.fr

[**]Doutoranda-Estagiária da Ecole Nationale du Génie Rural des Eaux et des Forêts, Paris (ENGREF). mathilde.renard@m4x.org

[***]Doutoranda-Estagiária do Institut National Agronomique Paris-Grignon (INA-PG). naomi_noel@hotmail.com

[****]Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). vitor@ufba.br

renças marcantes de fertilidade – o que remete para uma primeira questão:

Por que a paisagem é praticamente homogênea, num espaço pedologicamente heterogêneo?

Ademais, essa situação de quase-monocultura tornou a região cacaueira fortemente dependente das cotações internacionais do cacau. A região tem sido cenário de *booms* e crises, decorrendo conseqüências sociais desastrosas – o que remete para uma segunda questão:

Por que a maioria dos agricultores continua praticando a monocultura do cacau, apesar das inúmeras crises cíclicas de preço?

Enfim, a partir dos anos 1980, a região entra numa crise mais grave do que as precedentes, o que levou a um conjunto de transformações, notadamente um começo de diversificação das atividades e a introdução da reforma agrária.

Quais são essas transformações? São elas capazes de quebrar a monocultura do cacau? São elas duráveis e socialmente desejáveis?

Trata-se aí das questões que pretendemos responder ao longo de uma pesquisa mais ampla, da qual este artigo é apenas um de seus vários subprodutos, focalizando particularmente uma taxonomia atualizada dos produtores, além de uma análise econômica da Renda Agrícola (RA) por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) e por Superfície Agrícola Utilizada (SAU) nos seus respectivos Sistemas de Produção (SP).

O principal resultado é uma demonstração hierarquizada dos diferentes níveis de renda agrícola monetária, comparados com os níveis de sobrevivência e de reprodução simples das famílias. Nas considerações finais, resume-se os principais problemas encontrados e algumas sugestões para reestruturação dos SP, no sentido da diversificação, embora preservando-se a cacauicultura, por ser a atividade agrícola mais rentável no longo prazo.

COMO SE ESTRUTURA A CACAUICULTURA

Um dos principais vetores de estruturação da cacauicultura decorre diretamente do perfil social dos seus próprios agentes. Encontra-se na região dois tipos de imigrantes históricos principais: os detentores de algum capital e os que não dispõem mais do que a própria força de trabalho. Os primeiros, graças à sua fortuna, recrutam trabalhadores originários sobretudo das antigas plantações de cana-de-açúcar, liberados após a abolição da escravidão, ou que fugiram da seca no sertão. Essa mão-de-obra é indispensável para que se avance no território e se realize as grandes plantações. Apoiados na sua fortuna e no poder que dela decorre, os novos capitalistas conseguem registrar essas terras em seu nome.

Assim, estruturam-se os dois principais tipos de organização técnica e social da produção. Um deles é formado pelas grandes fazendas, pertencentes aos capitalistas, que se fazem representar por um capataz – o gerente dos trabalhadores. Ainda bastante precários, os meios de transportes e comunicações não permitem que esses trabalhadores e suas famílias saiam do isolamento; não raro, eles são forçados a comprar seus instrumentos de trabalho, víveres e utensílios na venda do fazendeiro, onde se praticam preços superiores aos de mercado, nas cidades. Assim, as famílias permanecem endividadas junto a essas vendas, obrigando-se à paga sob a forma de trabalho. Essa estrutura, típica da região, conserva uma classe de trabalhadores rurais que, embora liberada da escravidão, não tem nenhuma possibilidade de acumulação de riqueza ou de progresso econômico e social, nem mesmo nos dias atuais. Pouco dependente do uso de insumos comerciais, a compra da força-de-trabalho vem a ser o principal custo dos fazendeiros.

Outro tipo de organização é constituído por pequenas e médias lavouras, comumente praticadas nas terras menos férteis e de mais difícil acesso: estruturam-se na base da mão-de-obra familiar, dada a dificuldade de encontrar trabalhadores que aceitem trabalhar tão longe.

Desde o início da ocupação, devido à fertilidade dos solos e aos elevados rendimentos obtidos, os fazendeiros optaram pela monocultura. Da mesma forma, uma vez que os cacaueiros entram na fase produtiva, a maior parte dos pequenos e médios agricultores abandonam as outras culturas e o cacau torna-se, rapidamente, a única cultura importante da região, com exceção dos bovinos, ainda que criados em pequena escala; o leite produzido é consumido exclusivamente pela família ou pelos

trabalhadores, no caso das fazendas.

Com o aumento do consumo mundial de chocolate e a conseqüente elevação dos preços, multiplicam-se os conflitos de terras. Os fazendeiros espalham o terror e utilizam não só a força, mas práticas fraudulentas contra os pequenos agricultores. Igualmente entre grandes proprietários ocorrem conflitos, e a concentração fundiária se acentua.

OS PRODUTORES CAPITALISTAS MANTÊM SUAS PLANTAÇÕES DE CACAU APESAR DAS CRISES DE PREÇO

Uma vez ocupadas as terras pelo cacau, os sistemas agrário e de produção mantêm-se intocados durante várias décadas, apesar das crises que se sucedem. Entre os fazendeiros, o máximo que as crises provocam é uma diversificação das oportunidades de aplicação dos seus recursos (portfólio), enquanto os agricultores familiares diversificam os seus sistemas de produção.

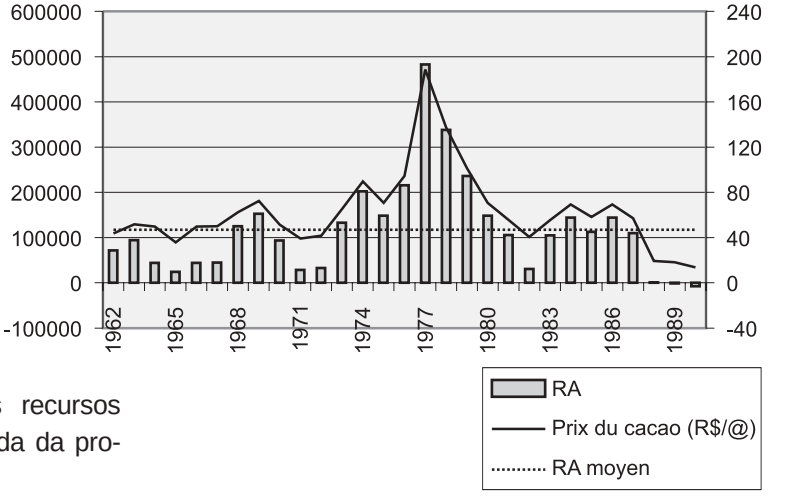
Entre os fazendeiros, o máximo que as crises provocam é uma diversificação das oportunidades de aplicação dos seus recursos (portfólio), enquanto os agricultores familiares diversificam os seus sistemas de produção

A depender da intensidade da crise, os produtores de tipo capitalista abandonam provisoriamente suas plantações de cacau até que os preços se recuperem. Enquanto esperam, parte dos seus recursos são transferidos para aplicações mais rentáveis. Essa estratégia traduz-se na liberação de mão-de-obra, provocando graves crises sociais na região. Pelo menos três aspectos viabilizam economicamente essa estratégia: o primeiro a ser considerado ocorre entre aqueles fazendeiros capitalistas cujo capital imobilizado não é muito significativo e os investimentos já se encontram parcial ou totalmente amortizados (depósitos, barcaças para secagem do cacau etc.); o segundo refere-se ao pouco tempo requerido para recuperação das plantações abandonadas; por último, os fazendeiros sabem que é fácil obter do Estado os recursos necessários ao financiamento da retomada da produção.

Com efeito, em 1957, o Estado cria a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), sob pressão do *lobby* dos fazendeiros. Todavia, essa ação do Estado não é original, porquanto é precedida de outras iniciativas, a exemplo da ação do Instituto de Cacau da Bahia. A ação da CEPLAC consiste, num primeiro momento, em reescalonar, junto ao Banco do Brasil, as dívidas dos produtores em período de crise. Em um segundo momento, financia-se a recuperação da lavoura quando os preços da amêndoa tornam-se viáveis. Em seguida, a CEPLAC investe na pesquisa aplicada, criando, em 1962, o CEPEC (Centro de Pesquisa do Cacau). Na prática, muitos investimentos nunca são reembolsados, embora parte deles tenha sido financiado com recursos do confisco cambial.

Assim tem-se mantido a monocultura ao longo dos anos. Quando os preços estão bons, os fazendeiros cuidam de suas lavouras e obtêm rendimentos elevados; quando os preços caem, dispensam boa parte dos trabalhadores e obtêm rendimentos mais baixos. Para ilustrar como isso funciona, podemos observar, no Gráfico 1, os rendimentos obtidos por um capitalista numa área de 100 ha de cacau, de 1962 a 1990, período que corresponde a, aproximadamente, um ciclo de preço do cacau, em que:

Gráfico 1
Rendimentos de um cacauicultor capitalista em 100 ha



RA = Rendimento agrícola em euros (€ 1 = R$ 3,00), à esquerda do gráfico

Prix du cacao R$/@ = Preço do cacau por arroba (15kg), à direita do gráfico

RA moyen = Rendimento agrícola médio (€ 117 mil)

Mesmo que o rendimento anual desse capitalista seja nulo, até negativo em alguns anos, seu rendimento médio é de € 117 mil, em 28 anos. Pode-se também destacar a elevada rentabilidade da cacauicultura submetida a essa estratégia capitalista, procedendo-se uma análise financeira do mesmo exemplo (100 ha de cacau) e no mesmo período: obtém-se uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 49%, revelando até que ponto os fazendeiros têm interesse em conservar seus sistemas de produção, apesar das crises de preço.

O que diferencia a atual crise das precedentes é que não se trata simplesmente de uma crise cíclica de preços, mas uma crise de rendimento

De 1976 a 1985, tem-se a idade de ouro do cacau: os preços internacionais mantêm-se elevados e o Governo executa o PROCACAU (Programa de Expansão da Lavoura Cacaueira), através da CEPLAC, com o objetivo de fazer do Brasil o primeiro produtor mundial através de uma política produtivista, baseada no aumento da área plantada, da densidade e do uso de insumos modernos – tudo financiado pelo crédito rural subsidiado.

Os agricultores familiares, sem capital para investir em outras atividades, não têm outra escolha. Para resistir às crises cíclicas, recomeçam a plantar lavouras de subsistência ou algumas seringueiras intercaladas com o cacau. Paralelamente, devido às sucessões e heranças familiares, o tamanho das grandes propriedades capitalistas diminui pouco a pouco, embora sem ameaçar o modelo capitalista.

A CRISE DOS ANOS 1980 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Desde 1985, uma combinação de vários fatores levou a região a uma crise sem precedente:

- queda dos preços internacionais do cacau;
- envelhecimento dos cacaueiros;
- vários anos de seca;
- aparecimento da doença conhecida como vassoura-de-bruxa, um fungo que ataca todas as partes em crescimento da planta, particularmente os brotos mais jovens e os frutos. Essa doença, detectada em 1989, propagou-se por toda a região cacaueira, reduzindo a produção em mais de 80%.

Se muitos consideram a doença como sendo a causa da crise que se seguiu, pode-se também pensar que ela decorre dos vários fatores citados acima: os cacaueiros envelhecidos, cada vez menos cuidados devido à queda de preços, além de enfraquecidos pelas secas, não tinham mais resistência a um ataque e à rápida difusão dos fungos. Por outro lado, o fato de ser uma monocultura e, talvez, de apresentar uma certa homogeneidade genética, tudo isso facilitou a difusão da doença.

Todos esses fatores tiveram por conseqüência direta a diminuição da renda dos cacauicultores. Outros fatores também agravaram a situação dos fazendeiros:

- modificação da lei trabalhista, instaurando o salário mínimo, garantindo indenizações no caso de demissão de trabalhadores ;
- nova legislação fiscal, que submete as fazendas ao mesmo regime das empresas dos setores secundário e terciário;
- falta de crédito, devido, em parte, ao quase fechamento da CEPLAC em 1982: de um sistema de crédito subsidiado de custeio, passa-se a uma nova lógica de reposição dos créditos.

O que diferencia a atual crise das precedentes é que não se trata simplesmente de uma crise cíclica de preços, mas uma crise de rendimento. Contrariamente às situações passadas, não basta esperar que os preços se recuperem, é preciso que a produção também se recupere. Rapidamente, os fazendeiros perderam o interesse em cuidar de suas roças, sem nenhuma esperança de que elas viessem a se tornar rentáveis algum dia. Conduziram algumas modificações nos sistemas de produção, o que os levou à situação atual.

De fato, cerca de 10 % dos fazendeiros abando-

nam suas roças, ou seja, mais uma vez eles deslocam seus capitais: demitem a mão-de-obra e deixam de cuidar das plantações por um tempo indeterminado. Isso contribuiu para a criação de importantes fluxos migratórios, das zonas produtoras para as cidades turísticas na orla marítima. Não existindo empregos suficientes na indústria ou nos serviços para uma mão-de-obra não qualificada, resultaram, daí, graves problemas sociais.

O desinteresse em manter trabalhadores permanentes levou outros proprietários a estabelecer contratos de parceria do tipo meação, o que lhes traria, como vantagens, a ausência de encargos sociais e o fato que toda a mão-de-obra fica sob a responsabilidade do parceiro.

Assim, o proprietário não se preocupa com as despesas, tampouco com o trabalho de reunir a metade do que é colhido. Ocorre que, durante alguns anos, os rendimentos foram tão baixos que tornou-se difícil encontrar parceiros que quisessem aceitar tais contratos. Em alguns casos, durante os primeiros anos, a totalidade da colheita ficava para o parceiro. Esse sistema de meação ainda existe.

Ainda com o objetivo de escamotear os encargos sociais, e para reduzir os custos com mão-de-obra, alguns proprietários recorreram a contratos de experiência de 90 dias, período em que a legislação permite a isenção da maioria dos encargos sociais dos trabalhadores. Ao fim desse período, os proprietários tiram proveito da grande oferta de mão-de-obra para não renovar os contratos de experiência, o que precariza ainda mais as condições dos trabalhadores.

Para enfrentar o problema da liquidez, assegurando o seu nível de vida no curto prazo, muitos proprietários cortaram e venderam madeira nativa da Mata Atlântica, um ecossistema protegido.

Enfim, aqueles fazendeiros que viviam quase que exclusivamente das suas roças de cacau, convencidos de que a vassoura-de-bruxa não teria solução, optaram pela diversificação dos seus sistemas de produção, sobretudo com o incremento da pecuária bovina extensiva (principalmente nas propriedades maiores); a introdução do cultivo de café Robusta, com apoio creditício; e, marginalmente, com a introdução de cultivos comerciais de coco e banana.

Essas opções desencadearam um processo massivo de desmatamento, que acabou comprometendo, ao mesmo tempo, o que restava das florestas e dos antigos cacauais. Além disso, a paisagem da região revelou-se sensivelmente aberta.

Por outro lado, face ao desemprego massivo e ao abandono de várias propriedades, os movimentos sociais intensificaram sua ação, visando principalmente a acelerar o processo de reforma agrária. O Estado divulga, desde 1985, um levantamento de todas as terras públicas e propriedades improdutivas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Alguns projetos pontuais chegaram a ser executados. Todavia, o primeiro assentamento originário do movimento social organizado na região foi criado em 1993: 50 famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ocuparam uma fazenda abandonada que acabou sendo desapropriada. Na região conta-se, atualmente, nove assentamentos ligados ao MST.

Dessa forma, aumentou bastante o número de agricultores familiares que, até então, eram pouco numerosos, numa região onde predominava famílias de trabalhadores rurais do cacau. Ademais, o governo federal disponibilizou, desde 1985, recursos para o assentamento de famílias beneficiárias da reforma agrária, além de um programa de crédito rural especial (PROCERA). O principal objetivo das famílias vinculadas ao MST é a produção de alimentos básicos: essas famílias transformaram uma boa parte das áreas anteriormente ocupadas, e também das áreas nativas, em lavouras de milho, mandioca e feijão, entre outros.

Paralelamente, sob a pressão do *lobby* dos fazendeiros, o Estado disponibilizou recursos para combater a vassoura-de-bruxa sob a forma de crédito, com juros atraentes, embora balizados pelo índice geral de preços (inflação). Assim, em 1995 e 1996, a CEPLAC orientou duas etapas de financiamento para que se realizasse uma série de tratos culturais: rebaixamento de copa dos cacaueiros, erradicação manual das partes infestadas e aplicação de cobre e outros insumos, principalmente fertilizantes. Todavia, o resultado foi um fracasso total: o uso de insumos fez multiplicarem-se os locais atingidos pela doença. Os raros fazendeiros que optaram por esse tipo de financiamento e prática ti-

veram, como resultado, queda na produtividade e a elevação do seu endividamento.

Desde 1997, a CEPLAC vem operando um novo programa intitulado Recuperação da Lavoura Cacaueira, baseado essencialmente na substituição de cacaueiros sensíveis à doença pela clonagem de plantas mais tolerantes, que apresentam alta produtividade. Atualmente, não é raro admitir que a clonagem é a solução e muitos são os produtores, tanto capitalistas quanto familiares, que, incentivados pelos altos preços do cacau em 2002, adotam essa inovação, com ou sem financiamento do Estado. No entanto, trata-se de uma operação cara (R$ 2.200,00/ha, segundo cálculos da CEPLAC) cuja viabilidade ainda não foi suficientemente demonstrada.

Atualmente, não é raro admitir que a clonagem é a solução e muitos são os produtores, tanto capitalistas quanto familiares, que, incentivados pelos altos preços do cacau em 2002, adotam essa inovação, com ou sem financiamento do Estado. No entanto, trata-se de uma operação cara cuja viabilidade ainda não foi suficientemente demonstrada

TIPOLOGIA DOS ATUAIS PRODUTORES

Hoje, encontram-se na região vários sistemas de produção, combinados com diversos tipos de contratos de posse e uso dos meios de produção, bem como diversas relações de trabalho presentes na cacauicultura. Observa-se, no Quadro 1, um grande distanciamento entre os tipos de produtores, do ponto de vista da área e da renda agrícola. O primeiro elemento-chave para a construção da tipologia baseia-se nos tipos de mão-de-obra que executam os diferentes sistemas de produção. Assim, pode-se definir três grandes categorias: as explorações capitalistas, as explorações patronais e as explorações familiares. No interior desses três tipos encontram-se ainda outras categorias relacionadas com as diferentes formas de posse e uso da terra e outros meios de produção, além dos diferentes sistemas de cultivo e de criação praticados.

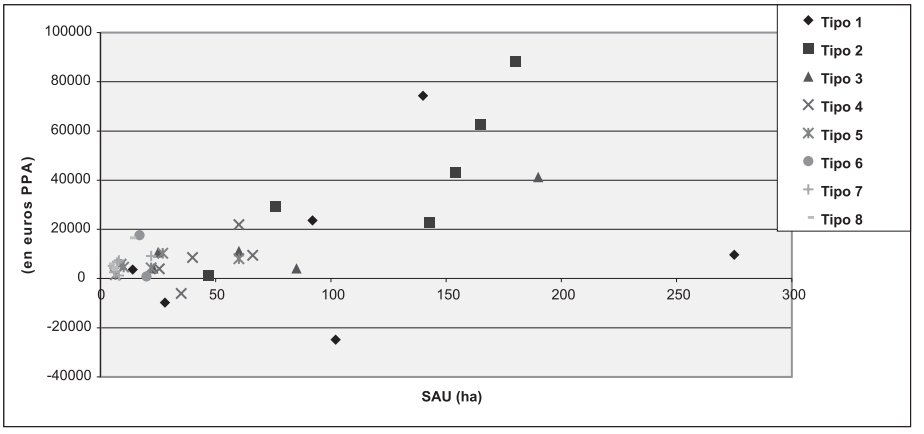
O Gráfico 2 é uma representação das diferentes situações atualmente encontráveis na região. Ele dá uma idéia da variedade dos casos identificados, principalmente em termos de área utilizada (as SAU vão de alguns hectares até mais de 250 ha) e em termos de renda agrícola anual (de € - 22.000 PPA a mais de € 80.000 PPA). Convém lembrar que se trata de resultados conjunturais. De fato, se considerada a extrema variabilidade dos rendimentos e, sobretudo, dos preços do cacau, os resultados econômicos mudam bastante de um ano a outro. Além disso, a maioria dos produtores encontra-se, atualmente, em fase de transição: um primeiro grupo de produtores ainda está iniciando o plantio de uma nova cultura ; outro, já começa a

Quadro 1
Tipos de produtores, rendas e áreas utilizadas

	Capitalistas			Patronais	Familiares			
					Parceiros-meeiros (no âmbito de uma fazenda)	Independentes	Assentados (no âmbito de um assentamento)	
Não-de-obra	Gerente e empregados permanentes		Parceiros-meeiros	Mão-de-obra familiar, empregados permanentes e temporários	Mão-de-obra familiar e temporária	Mão-de-obra familiar e temporária	Mão-de-obra familiar e temporária	
produtos	Somente cacau	Diversificados	Somente cacau	Diversificados	Somente cacau	Diversificados	Com cacau	Sem cacau
Legenda do gráfico	2	3	4	5	6	7	8	8

cuidar de suas fazendas; um terceiro grupo é constituído por aqueles que introduzem inovações como a clonagem; e um quarto grupo é constituído de famílias assentadas há poucos anos. Em vista disso, é impossível trabalhar com um resultado médio, capaz de representar a maioria dos dados e modelos correspondentes às situações observadas em 2002, a seguir apresentadas.

Gráfico 2
Renda agrícola em 2002 (RA*) em função da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) para todos os produtores visitados e entrevistados



**Em todos os gráficos, a renda agrícola é apresentada como equivalente em euros (R$ 1 = € 0,710 PPA, índice do ano 2002, deduzido da base mundial de dados do WEO).*

Produtores capitalistas

Os produtores capitalistas dividem-se em três tipos: os que só produzem cacau, empregando exclusivamente trabalhadores agrícolas permanentes e temporários; os que só produzem cacau, mas utilizam o sistema de parceria-meação; e os que diversificaram suas produções. Este último tipo é menos homogêneo que os precedentes, porquanto suas opções para diversificação são muito variadas; todavia, observou-se que todas as unidades produtivas que o constituem originam-se do mesmo processo histórico.

Tipo 1 : capitalistas que só produzem cacau, empregando exclusivamente trabalhadores agrícolas permanentes e temporários

Esses produtores são os descendentes diretos dos fazendeiros típicos da *belle époque* do cacau: eles praticam a monocultura e empregam trabalhadores assalariados. Em cada uma de suas fazendas encontra-se o gerente, que ganha dois salários mínimos, além dos trabalhadores, que recebem um salário mínimo. Em épocas favoráveis, cabem menos de 5 ha por trabalhador, mas, atualmente, os fazendeiros reduzem o número de limpas (trata-se da operação que exige mais tempo, durante a manutenção do cacaueiro), empregando em média apenas um trabalhador para 8 ha.

A SAU situa-se entre 20 ha e 350 ha, o cacau ocupando de 20% a 92% dessa superfície. Note-se que, apesar das significativas diferenças de área plantada, o sistema técnico é o mesmo. Os investimentos são consideráveis, mas, geralmente, todas as construções e instalações (secadores, barcaças, casas dos trabalhadores) são antigas e, portanto, já se encontram amortizadas e os valores residuais são insignificantes.

Em média, 50% dos cacaueiros são clonados, o que leva a duas conseqüências :

- sensível elevação do valor da depreciação proporcional: R$ 2.200,00/ha para serem amortizados em 20 anos (dadas as incertezas que pesam sobre essa nova técnica, não se deve prever uma vida útil superior a 20 anos), ou seja, R$ 110,00/ha/ano;
- aumento considerável do endividamento dos fazendeiros, mesmo que esse processo ainda não tenha sido percebido, porquanto nenhum fazendeiro começou a pagar as parcelas correspondentes ao reembolso dos empréstimos.

Da mesma forma, o efeito esperado da nova técnica (resistência à vassoura-de-bruxa e aumento da produtividade dos cacaueiros) ainda não se fez visível e tampouco causou impacto, na mesma proporção, sobre a produção bruta.

Em resumo, trata-se de um sistema de produção fortemente dependente dos preços e dos rendimentos (Gráfico 3). Como muitas fazendas foram abandonadas ou mal cuidadas durante vários anos, os rendimentos são baixos e, não raro, durante essa fase de recuperação, o resultado de um ano apresenta-se negativo. É por ser capitalista que essa categoria de proprietários se mantém, pois, para eles, a cultura do cacau só é rentável no longo prazo. Todos os fazendeiros sabem disso, portanto, resistem à total modernização dos seus cacauais. A sua maioria, que acaba de sair de uma crise grave, apenas se dedica à clonagem e à ampliação da lavoura. Aqueles que trocaram os cacauais por pastagens, arrependidos, replantam cacau.

Entretanto, pode-se perguntar se alguma vantagem econômica da clonagem não correria o risco de decrescer: afinal, essa inovação não custa pouco e seu sucesso não é garantido, os cacaueiros mais antigos exigem mais adubação e tratamentos fitossanitários – o que requer muito mais mão-de-obra.

Mesmo na hipótese de preço baixo, os fazendeiros têm interesse em clonar seus cacaueiros. Assim, pode-se pensar que os fazendeiros vão adotar a inovação (clonagem) e a cacauicultura continuará predominando na região

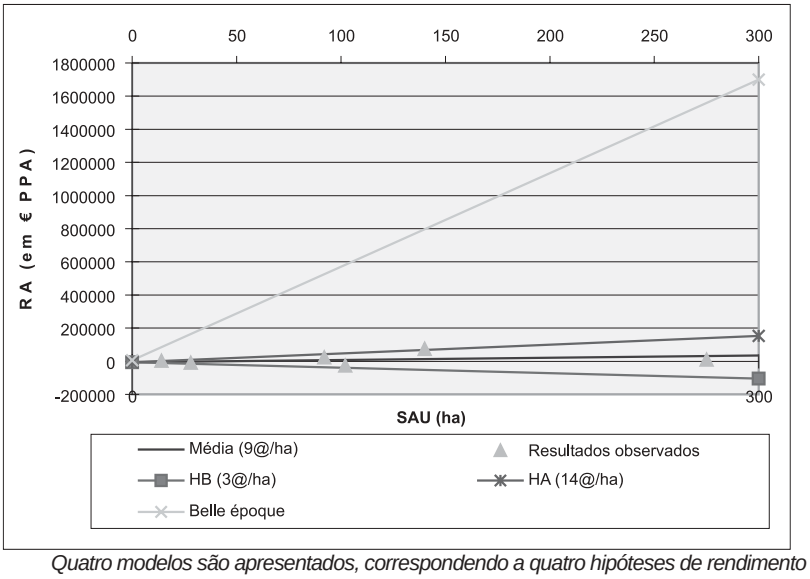
Para avaliar a rentabilidade da clonagem executada nos moldes da CEPLAC, realizamos uma análise financeira, comparando-se a situação "Projeto com clonagem" com a situação "Projeto sem clonagem". Trata-se de uma avaliação provisória, ainda incompleta, muitas hipóteses precisam ser afinadas e alguns dados precisam ser verificados, mas já permite que se tenha uma primeira idéia.

Para a situação "com clonagem", utilizaram-se dados e previsões da CEPLAC para os custos de produção e os rendimentos esperados, considerando-se que eles não variam com os preços do cacau (hipótese menos afinada).

Para a situação "sem clonagem", considerou-se que, como nos períodos precedentes, de elevação de preços, os fazendeiros cuidam bem dos seus cacauais, obtendo assim rendimentos relativamente elevados (porém mais baixos do que se tivessem clonagem), e que, em período de preços baixos, eles cuidam menos dos cacauais, obtendo rendimentos mais fracos. Considerando as incertezas que cercam a vida útil das árvores clonadas, estabeleceu-se uma duração média de apenas 20 anos (as memórias de cálculo dos rendimentos, medidos em TIR, encontram-se nos anexos do relatório completo).

Assim, para a hipótese de preço elevado (R$ 75,00/@), obtém-se uma TIR de 25% e, na hipótese de preço baixo (R$ 20,00/@), a TIR cai para 8%. Considerando que a nossa primeira estimativa da taxa de juros anual situa-se em torno de 8%, tudo indica que, mesmo na hi-

Gráfico 3
Renda agrícola em 2002 relacionada com a área plantada com cacau para os capitalistas com empregados permanentes e temporários



Quatro modelos são apresentados, correspondendo a quatro hipóteses de rendimento dos cacaueiros: uma hipótese baixa ('HB'; 3 @/ha, rendimento mais baixo observado na realidade), uma hipótese alta ('HA'; 14 @/ha, rendimento mais alto observado), um rendimento médio (9 @/ha), bem como um rendimento observado antes da última crise (*'Belle Epoque'*; 80 @/ha).*

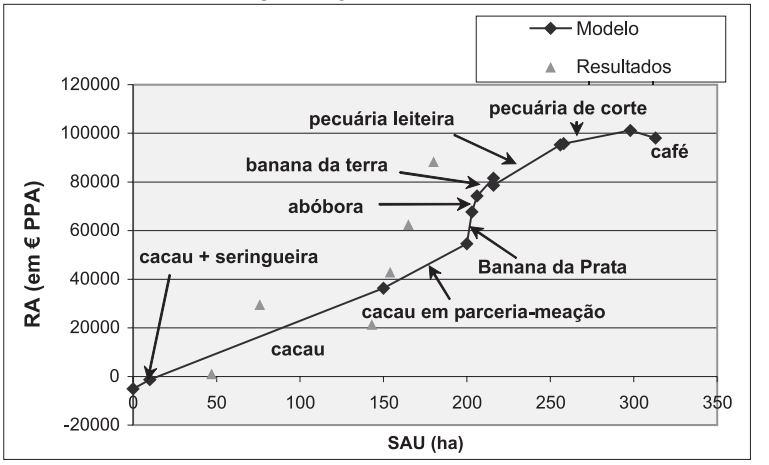
**@ é uma unidade de medida local: 1@ = 15kg*

pótese de preço baixo, os fazendeiros têm interesse em clonar seus cacaueiros. Assim, pode-se pensar que é o que vai acontecer: os fazendeiros vão adotar a inovação (clonagem) e a cacauicultura continuará predominando na região.

De um ponto de vista social, é claro que as coisas evoluíram desde o início do século XIX, mas esse sistema nunca permitiu que os trabalhadores ascendessem economica e socialmente – eles continuam ganhando mensalmente não mais do que um salário mínimo (R$ 240,00, em 2003).

Por outro lado, os fazendeiros, a quem não interessa empregar regularmente a quantidade de trabalhadores necessária nos períodos de pico de trabalho, recorrem à mão-de-obra temporária (contratos de 3 a 6 meses). O *turn-over* dos trabalhadores torna-se mais significativo e as condições de trabalho mais precárias. Tradicionalmente, os trabalhadores rurais permaneciam muito tempo no mesmo lugar, o que os incentivava a plantar culturas de ciclo curto e a criar pequenos animais. Atualmente, eles tornaram-se nômades e, suas famílias, desestruturadas.

Gráfico 4
Renda agrícola anual em 2002 para os capitalistas que diversificaram suas produções



O modelo apresentado corresponde a um rendimento médio dos cacauais ('Modelo': 11 @/ ha para o cacau produzido diretamente, e 10 @/ ha para o cacau produzido em parceria-meação). O resultado é igualmente apresentado para cada produtor entrevistado ('Resultados observados').

Tipo 2 : capitalistas que diversificaram suas produções

Conforme visto acima, embora este tipo proceda do mesmo processo histórico, o seu grupo é menos homogêneo no que concerne aos sistemas de produção. Com efeito, as opções para diversificar são múltiplas (café, banana, cacau em parceria, seringueira, gado bovino leiteiro, amêndoas de cacau, abóbora) e, raramente, se repetem as mesmas combinações de sistemas de cultivo e de criação.

Preliminarmente, apresentamos todas as possibilidades de produção em um mesmo gráfico (Gráfico 4); todavia, é quase impossível encontrá-las todas reunidas em uma mesma propriedade. O gráfico serve apenas para comparar os sistemas de cultivo e de criação, para que se observe quais são os mais ou menos intensivos, conforme a declividade das curvas. Esses sistemas não são limitados pela produtividade do trabalho, nem pela área disponível. A restrição se faz sobretudo pela importância do capital investido, sendo a mão-de-obra a variável de ajustamento.

De um ponto de vista social, esse sistema tem, a priori, conseqüências menos nefastas que os sistemas capitalistas da monocultura de cacau. Com efeito, os empregados são, em geral, polivalentes, ocupando-se de outras culturas quando não estão trabalhando no cacau. Entretanto, são poucas as alternativas de produção em grande escala, além do cacau.

Observa-se, no Gráfico, que a cultura da banana e da abóbora revelam-se rentáveis, mas é muito provável que a sua produção em grande escala apresentaria imediatamente problemas de escoamento e de superprodução. As principais alternativas encontradas são o café e a criação de rebanhos bovinos para leite e mistos, cuja produção em grande escala é sempre buscada. Entretanto, o café não tem-se revelado rentável nos dias atuais; com efeito, trata-se de um sistema de cultivo que concorre totalmente com o cacau, demandando muita mão-de-obra e cuidados, além de que os baixos preços, praticados nos últimos anos, forçaram muitos fazendeiros ao quase abandono. Quanto aos bovinos, a principal limitação são as insuficientes áreas de pasta-

gens. Ademais, o clima e o relevo da região apresentam muitas desvantagens (insetos, dificuldades de deslocamento etc.). No limite, esses dois sistemas provocam o desmatamento com grande impacto ambiental, exigindo precauções.

Uma alternativa poderia ser a associação cacau/seringueira: uma vez implantado, esse sistema de cultivo assegura alguma renda com menos trabalho. Embora o investimento inicial seja alto, as despesas de custeio por hectare são relativamente mais baixas e o trabalhador responsável paga o seu trabalho com metade da produção.

Tipo 3 : Capitalistas que só produzem cacau, mas utilizam o sistema de parceria-meação

Conforme foi visto, esse sistema surgiu como estratégia para enfrentamento da crise dos anos 80: não tendo mais interesse em pagar mão-de-obra permanente para cuidar de suas plantações, os proprietários optaram pelo sistema parceria-meação, que lhes proporcionava diversas vantagens.

Atualmente, esse sistema é praticado tanto nas áreas de cacau em recuperação, não-clonados e com rendimentos muito baixos, por proprietários que esperam um dia ter condições para executar a clonagem (predominam contratos do tipo 50/50, para o produto bruto e custos), como nos raros casos de cacau já clonado, mas que ainda precisa de muita mão-de-obra. Nesses casos, o contrato é do tipo 60/40 (60% para o proprietário e 40% para o parceiro).

Nas fazendas, as áreas com cacau variam de 22 ha a 150 ha, nas quais encontram-se instaladas de 1 a 17 parceiros e suas famílias. Em média, um parceiro cuida e se responsabiliza por 19 ha. Nas grandes fazendas, que têm vários parceiros, encontra-se, também, um gerente e alguns empregados fixos que se dedicam ao trabalho geral de manutenção. O material de consumo intermediário é o mesmo das fazendas que operam com trabalhadores fixos. O itinerário técnico varia muito pouco: o número de limpas geralmente é fixado em duas, pelo proprietário, e o uso de adubo é mais raro.

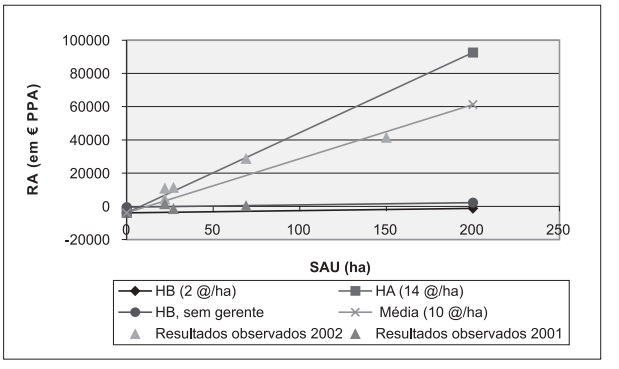
As rendas dos capitalistas que só produzem cacau, mas utilizam o sistema de parceria-meação são, em geral, superiores às rendas daqueles capitalistas que só produzem cacau e empregam exclusivamente trabalhadores agrícolas permanentes e temporários: nos níveis atuais de rendimento, a ausência de pagamento de salário e a divisão das despesas torna mais do que compensadora a partilha do produto bruto.

As rendas dos capitalistas que só produzem cacau, mas utilizam o sistema de parceria-meação são, em geral, superiores às rendas daqueles capitalistas que só produzem cacau e empregam exclusivamente trabalhadores agrícolas permanentes e temporários

Em princípio, a parceria-meação parece ser uma boa alternativa para os fazendeiros, pois permite um aumento do lucro, e para os meeiros, pois representa um aumento da renda individual e familiar, uma estabilização das famílias, a produção de parte da alimentação e mais estímulo para o trabalho.

Entretanto, os contratos são geralmente feitos para um ano, o que não incentiva o meeiro a fazer investimentos importantes, nem

Gráfico 5
Renda agrícola em 2002 relacionada com a área plantada com cacau para os capitalistas com parceiros-meeiros



Quatro modelos são apresentados, correspondendo a quatro hipóteses de rendimento dos cacaueiros: uma hipótese baixa ('HB': 2 @/ ha, rendimento mais baixo observado, na realidade) ; uma hipótese alta ('HA': 14 @/ ha, rendimento mais alto observado), um rendimento médio (10 @/ ha), bem como um modelo de fazenda sem gerente, com hipótese baixa ('HB sem gerente'). O resultado é igualmente obtido para cada produtor entrevistado nas duas situações de preços diferentes: em 2002 ('Resultados observados 2002': preço do cacau de R$ 110,00/ @) e, em 2001 ('Resultados observados 2001': preço do cacau de R$ 33,00/ @).

em termos da produtividade do trabalho no cacau e tampouco em culturas de subsistência. Por outro lado, a partir de um certo nível de rendimento, torna-se mais interessante para o proprietário empregar trabalhadores fixos na base do salário mínimo: por exemplo, para 100 ha de cacau, ao preço médio de 2002 (R$ 110,00/@), o rendimento-limite mínimo é de 13@/ha, considerado relativamente baixo. Para um preço de R$ 60,00/@ (preço atual), ele passa para 24 @/ha. Ultimamente, alguns fazendeiros estão abandonando o sistema de parceria-meação para retornar ao sistema de mão-de-obra com trabalhadores permanentes.

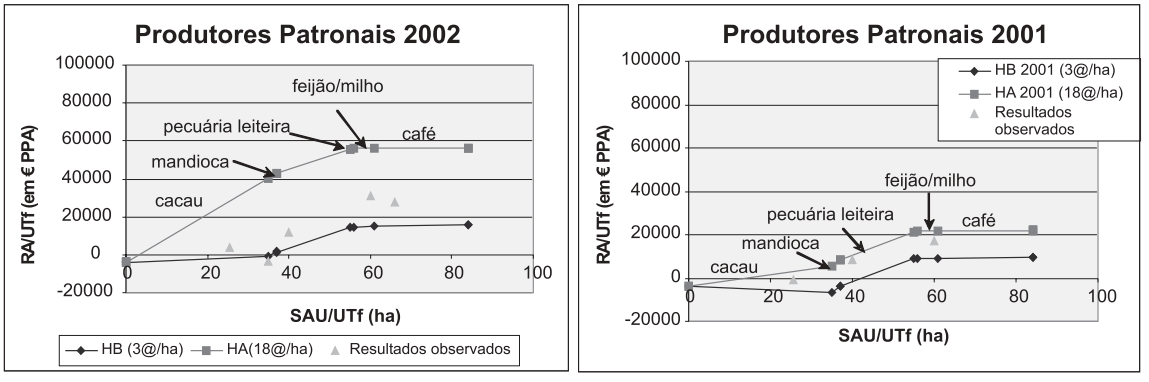
Produtores patronais (tipo 4)

Trata-se, em geral, de explorações de tamanho médio para a região (25 ha a 70 ha), cujos proprietários sobreviveram à concentração fundiária, do início do século XX, ou são originários de subdivisões, por herança, de fazendas maiores. Contrariamente aos capitalistas, os produtores patronais trabalham diretamente na produção. Com mão-de-obra familiar insuficiente para executar todo o sistema de produção, recorre-se à contratação de empregados permanentes (de 2 a 5, segundo a área utilizada na propriedade), além de trabalhadores temporários, pagos na diária ou por tarefa contratada, nos momentos de pico de trabalho. Os equipamentos e instalações são os mesmos utilizados nas grandes fazendas (secador de cacau, cortadores etc.), aos quais se acrescenta uma instalação coberta para o criatório.

Diferentemente dos capitalistas, os produtores patronais não dispõem de outros recursos externos à sua unidade produtiva para compensar uma eventual queda da renda agrícola. Eles também buscam a diversificação do seu sistema de produção, com o objetivo de diminuir os riscos. Em geral, possuem uns 20 ha de cacau em processo de clonagem; alguns hectares de cafeeiros e bananeiras; vacas leiteiras; e, eventualmente, culturas de subsistência (mandioca, feijão, milho, algumas aves).

No Gráfico 6, vê-se que a diversificação das produções permite a esses produtores obter uma renda agrícola positiva, inclusive nos anos de preços baixos, e fracos rendimentos para o cacau. Nesse sistema, a pecuária desempenha um papel de poupança: os machos são, em geral, vendidos aos 18 meses de idade e as novilhas conservadas para a renovação do rebanho, mas, se caem os preços ou os rendimentos do cacau, até as vacas matrizes são igualmente vendidas. Em seguida, as novilhas voltam a ser recompradas desde que melhorem os preços e as vendas do cacau.

Gráfico 6
Renda agrícola por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) dos produtores patronais em 2002 e em 2001, em função da SAU por UTF



Para cada ano, apresentam-se dois modelos, correspondentes a duas hipóteses de rendimento dos cacaueiros: uma hipótese baixa ('HB': 3 @/ ha, rendimento mais baixo observado na realidade) e uma hipótese alta ('HA': 18 @/ ha, rendimento mais alto observado).

Produtores familiares

Tipo 5 : parceiros-meeiros

Os parceiros, entre os quais predominam os meeiros (uma forma de parceria), encontram-se na categoria familiar e ficam encarregados de áreas de cacau que variam entre 6,5 ha e 60 ha. Não sendo homogênea, as principais variações dessa categoria decorrem de diferentes combinações das relações de trabalho: a mão-de-obra é exclusivamente familiar, em geral, o parceiro e seu filho; a mão-de-obra familiar é complementada por trabalhadores fixos pagos pelo proprietário; o próprio parceiro emprega trabalhadores temporários (acima de 5 ha/UTf); o parceiro emprega trabalhadores permanentes (acima de 15 ha/UTf).

As amortizações são nulas e, os custos, mais baixos (divididos pela metade entre o proprietário e o parceiro-meeiro), porquanto trata-se de áreas em recuperação e o proprietário, quase sempre, opta por não utilizar fertilizantes.

Observa-se, no Gráfico 7, que para uma área superior a 15 ha, o parceiro perde dinheiro, dificilmente aceitando esse tipo de contrato. Observa-se, também, que os parceiros têm, no conjunto, uma renda superior ao nível de sobrevivência: nas fazendas que vêm sendo cuidadas há alguns anos, os parceiros ganham mais do que os trabalhadores assalariados. Entretanto, naquelas fazendas onde esses cuidados apenas começaram, o resultado por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) é geralmente inferior ao salário mínimo. Por outro lado, observa-se que a duração dos contratos não garante posse de terra que permita aos parceiros completar sua renda familiar com culturas de subsistência ou pequenos criatórios. Praticado assim, esse sistema não apresenta grandes possibilidades de progresso.

Tipo 6 : produtores familiares independentes

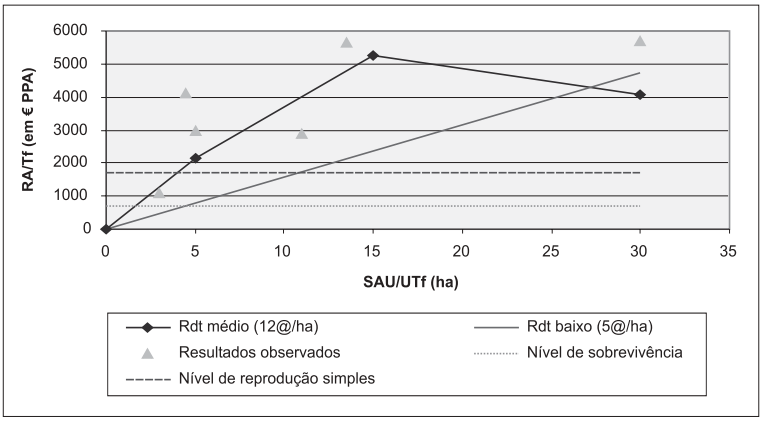
Os produtores familiares independentes têm duas características principais que os distinguem dos outros tipos:

- **mão-de-obra exclusivamente familiar**, o que faz diminuir os custos de produção, de implantação das lavouras ou de clonagem, em comparação aos outros tipos capitalista e patronal;
- **amortizações não nulas**, contrariamente às explorações familiares vinculadas à grande fazenda capitalista (parceiros-meeiros) ou às explorações familiares vinculadas à reforma agrária (assentamentos): ferramentas manuais, cortadores, mula, cafezais, instalações cobertas para os animais (conforme os casos).

Esses produtores familiares independentes são relativamente pouco numerosos na região, tendo-se realizado poucas entrevistas. Mesmo assim, duas categorias podem ser distinguidas, conforme a situação da exploração no ecossistema:

- **explorações isoladas no alto da montanha:** com o relevo acentuado e o clima mais frio, torna-se muito mais difícil praticar outra cultura além do cacau. O isolamento também dificulta conseguir trabalhadores agrícolas. As plantações de cacau encontram-se quase todas abandonadas, sendo maior a área cuidada, por traba-

Gráfico 7
Renda agrícola por UTF em 2002 em função da SAU por UTF dos parceiros



Dois modelos são apresentados, correspondendo a duas hipóteses de rendimento dos cacaueiros : um rendimento médio ('RM': 12 @/ ha) e um rendimento baixo ('RB': 5 @/ ha). O resultado é igualmente dado para cada produtor entrevistado. O nível de sobrevivência é estimado em • 710 PPA e o nível de reprodução simples (que permite amortizar os ativos depreciáveis) em € 1.700 PPA (equivalente ao salário mínimo oficial).

lhador, com rendimentos muito baixos;

- **explorações no vale ou piemonte:** aí se encontra gado leiteiro, além do cacau, bem como outras culturas de subsistência. O produtor entrevistado também possui seringueiras intercaladas com o cacau. Seus resultados econômicos (Gráfico 8) permitem apresentar uma situação em que é possível obter uma renda agrícola por UTF bastente superior ao salário mínimo, com mão-de-obra exclusivamente familiar.

OS ASSENTAMENTOS

Estudamos particularmente dois assentametos situados na nossa zona de estudo:

- **assentamento Terra Vista**, de 1992, no qual se encontram atualmente 50 famílias, sobre uma área total de 940 ha (dos quais 300 ha de reserva natural e 92 ha de cacau);
- **assentamento Rio Alianca**, que data de 1997. Aí também se encontram 50 famílias, sobre uma área total de 576 ha (dos quais 200 ha de cacau).

Esses assentamentos são originários do MST. Encontra-se, ainda, na mesma zona, dois outros assentamentos organizados por associação independente; estes últimos não foram estudados, pois a sua origem ainda é muito recente.

ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

Nos assentamentos, cada família cadastrada pelo INCRA recebeu, ao chegar, 5 ha de terra já ocupada por cacaueiros abandonados ou por capoeira. Algumas famílias receberam, também, áreas complementares, conforme sua capacidade de trabalho. Assim, as áreas podem variar, atualmente, no intervalo de 4 ha a 22 ha, para 1 a 4 trabalhadores familiares.

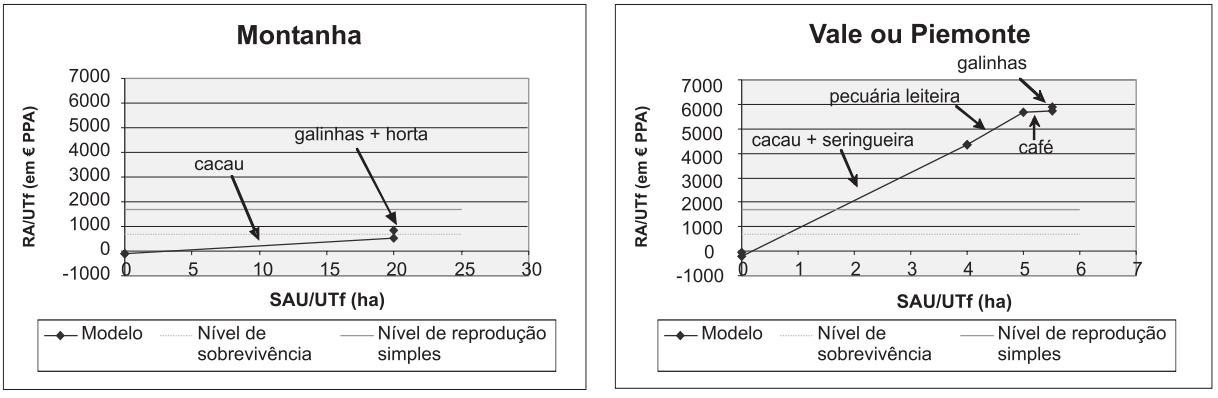
Nessas **áreas individuais**, os sistemas de produção baseiam-se em uma cultura comercial que garante uma renda monetária à família (alguns hectares de cacau, café ou banana), além de culturas de subsistência para o auto-consumo: mandioca, aipim, feijão e milho consorciados, algumas galinhas e uma horta, eventualmente. O **trabalho coletivo** é essencial para as culturas de subsistência: a maioria das famílias pratica o sistema de mutirão.

Os assentados utilizam ainda a antiga infra-estrutura da fazenda (secador e barcaças), bem como as instalações construídas com recursos do INCRA ou através de financiamentos subsidiados: casa de farinha, estábulos cobertos etc. Como não se previu um fundo de amortização, pode-se questionar sobre o futuro e a renovação dessas instalações.

Além das áreas individuais, existem as terras coletivas. Elas são ocupadas por algumas culturas

Gráfico 8

Renda agrícola por UTF em 2002 em função da SAU por UTF para os agricultores familiares independentes, na montanha, e no vale ou piemonte



O modelo apresentado corresponde a um rendimento dos cacauais de 0,4 @/ ha para os produtores da montanha e 15 @/ ha para os produtores do vale ou piemonte.

de subsistência, capoeira, mata atlântica e pela infra-estrutura dos « projetos »: tanques para criação de peixes, instalações para gado leiteiro, viveiros, compostagem, apiário etc. Cada família dedica dois a três dias por mês ao trabalho coletivo (manutenção das pastagens, despesca dos peixes, manutenção do viveiro e dos limites do assentamento), mesmo sem um benefício direto (o leite e os peixes são vendidos para fora). O número de dias pode diminuir nos períodos de pico, principalmente em abril e junho, quando se realiza a colheita de café e se inicia a de cacau.

TIPOLOGIA DOS PRODUTORES ASSENTADOS

Além das características que já são comuns aos produtores familiares, existem outras que permitem distinguir duas categorias principais:

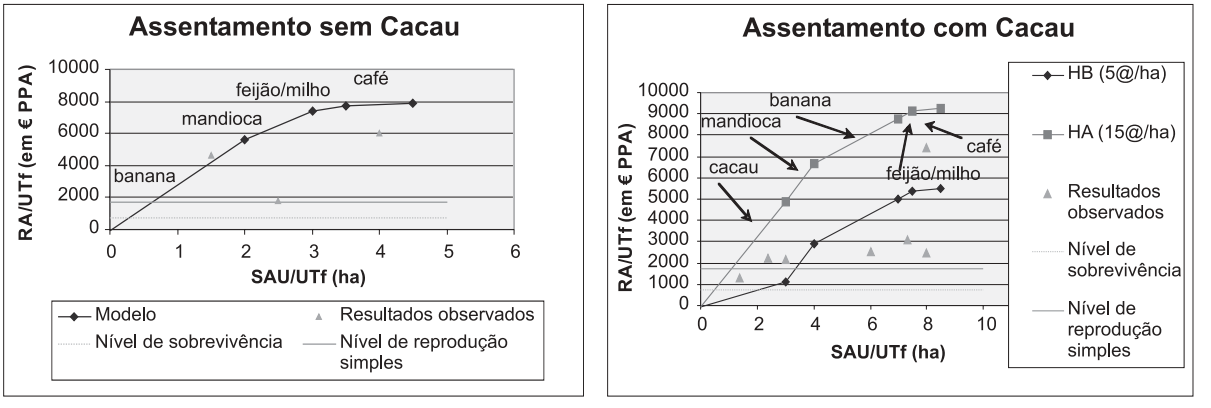
Tipo 7: sistemas baseados no cacau - as famílias possuem 3 ha a 5 ha de cacaueiros não clonados, além de algumas bananeiras e/ou café cultivados na própria área de cacau, o que permite economizar esforço no momento das capinas. Em outra área contígua, cada família planta culturas de subsistência no sistema derrubada-queimada.

Tipo 8: sistemas sem cacau, baseados na banana e café - trata-se, em princípio, das famílias que só dispõem de um trabalhador ou que chegaram após a divisão das áreas com cacau. A colheita regular da banana-da-terra (mais valorizada no mercado) proporciona uma renda monetária destinada a pagar eventuais diaristas nos períodos de pico de trabalho. Essas famílias possuem pequena área para culturas de subsistência.

Observa-se, mais uma vez, que a cultura da banana revela-se particularmente rentável. Como essa atividade é praticada em pequena escala, e diante da existência de uma rede de comercialização, trata-se de uma alternativa interessante para os assentados. Observa-se também no gráfico que os assentados (principalmente com cacau) podem ter rendimentos inferiores, embora próximos do nível de reprodução simples (isso vale mais para o ano 2001, quando os preços do cacau estavam mais baixos). Todavia, esse argumento não chega a ser suficiente para que se avaliem as vantagens econômicas da Reforma Agrária. O que se pode fazer no momento é comparar a criação de riqueza por hectare pelos assentados e pelos capitalistas da monocultura do cacau: estes últimos obtêm um valor agregado por hectare bem inferior (na média do ano 2002: R$ 518,00/ha contra R$ 1.370,00/ha para os assentados).

Assim é que, do ponto de vista da coletividade,

Gráfico 9
Renda agrícola por UTF em 2002 em função da SAU por UTF para os assentados que não cultivam cacau e os assentados que o cultivam



Para os assentados com cacau, apresentam-se dois modelos, com dois rendimentos diferentes: uma hipótese alta ('HA': 15 @/ ha, correspondente ao rendimento mais alto observado) e uma hipótese baixa ('HB': 5 @/ ha, correspondente ao rendimento mais baixo observado). O resultado, para cada produtor entrevistado, é igualmente apresentado ('Resultados observados'). No estado em que ainda se encontra nossa análise, não foi possível modelar com precisão as áreas máximas para cada sistema, mas apresentamos as áreas máximas observadas na realidade.

tanto social quanto econômico, interessa que 50 famílias explorem uma fazenda de 500 ha com produções diversificadas, em vez de um só proprietário explorando esses mesmos 500 ha com monocultura de cacau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo leva a crer que não se pode contar com a exclusiva monocultura capitalista do cacau para garantir um desenvolvimento durável, com inclusão social. Observou-se que a monocultura do cacau, organizada como empresa capitalista, embora empregue trabalhadores rurais com base no salário mínimo, não lhes confere nenhum progresso social ou econômico. Pior ainda: quando ocorrem as crises, esses trabalhadores ficam abandonados, sem nenhum meio de subsistência, indo engrossar as favelas na periferia das cidades. O sistema tampouco proporciona acesso à terra aos trabalhadores e suas famílias. Todavia, em caso de crise da monocultura do cacau, os produtores patronais, e sobretudo os familiares, têm uma capacidade de adaptação e de diversificação bastante superior à dos produtores capitalistas, reorientando-se para a produção de subsistência, tanto para o auto-consumo quanto para o mercado.

Não se pode contar com a exclusiva monocultura capitalista do cacau para garantir um desenvolvimento durável, com inclusão social. Para garantir o desenvolvimento regional sustentável, é necessário incentivar a agricultura familiar diversificada

Convém registrar que os cacaueiros continuam a envelhecer e que a vassoura-de-bruxa pode ser apenas o primeiro de uma longa lista de problemas fitossanitários que ainda podem ocorrer. Com o tempo, é provável que os custos de produção aumentem sensivelmente, colocando a TIR abaixo da taxa de juros em vigor – o que não é difícil nas atuais condições brasileiras. Ademais, os períodos de quase abandono das plantações – por exemplo, quando os preços se encontram em baixa – favorecem o desenvolvimento de doenças. Em contrapartida, nas propriedades familiares, onde a mão-de-obra por unidade de área é mais abundante, o controle das doenças é mais eficaz. As famílias dificilmente deixam suas plantações ao abandono, nem mesmo nos períodos de preços baixos, quando a lavoura continua sendo cuidada e os problemas fitossanitários fazem menos estragos.

Para garantir o desenvolvimento regional sustentável, é necessário incentivar a agricultura familiar diversificada. Na região, encontra-se, atualmente, três tipos importantes de produtores familiares: os parceiros-meeiros, os assentados e os independentes.

A parceria, tal como está sendo praticada, favorece, sobretudo, ao fazendeiro, que se exime de pagar os encargos sociais e divide os riscos com o parceiro-meeiro que, ademais, não tem nenhuma garantia da posse da terra.

Uma forma de desenvolver a agricultura familiar poderia ser, sem dúvida, a implementação da reforma agrária, embora seja particularmente difícil numa região onde a terra é sinônimo de lucros fáceis nos períodos favoráveis. Mesmo assim, a região já conta com seis assentamentos e quatro acampamentos, ou seja, cerca de 300 famílias já se encontram assentadas e mais de 400 esperam pela posse da terra.

Todavia, não se pode descuidar do fato de que os assentamentos estudados, ligados ao MST, apresentam alguns problemas internos que precisam ser considerados:

- **problemas de ineficiência do trabalho coletivo:** em Terra Vista, os projetos são geridos a partir de um nível regional de organização do movimento, com excessiva hierarquização. Os eventuais retornos do trabalho são centralizados e só depois redistribuídos ao conjunto dos assentamentos da região, com o objetivo de financiar os custos de manutenção ou os novos investimentos. Em conseqüência, as famílias não recebem diretamente o resultado do seu trabalho, o que gera uma falta de entusiasmo e um certo descontentamento. Esse problema é menos importante no assentamento Rio Aliança, onde os projetos são geridos pelos próprios assentados, que recebem diretamente os resultados do seu trabalho (o leite, por exemplo, não é vendido, é distribuído entre as famílias).

- **problemas de gestão:** devem-se, em parte, ao fato de que os projetos geralmente são pensados e elaborados pelos membros da direção do MST e não pelos próprios assentados. Assim, muitos projetos foram abandonados por sua má condução ou, mesmo, por falta de competência em campo. É o caso, por exemplo, da fábrica de doces em Terra Vista.

Muitos erros foram cometidos no início e o MST não goza de boa reputação na região, de acordo com as manifestações das pessoas que não pertencem ao movimento. Entretando, trata-se do movimento mais influente e, sem dúvida, um dos mais aptos para acelerar o processo da reforma agrária. Com cerca de 20 anos de experiência, o MST procura aperfeiçoar suas ações que, na nossa opinião, deveriam se concentrar na execução da reforma agrária, deixando que os próprios assentados realizem a gestão dos projetos e do conjunto do assentamento a partir do momento em que têm acesso à terra.

A reforma agrária não se viabiliza sem que seja acompanhada de uma verdadeira reflexão sobre a sustentabilidade da agricultura familiar que ela propõe. Em particular, é preciso encontrar sistemas que sejam ao mesmo tempo rentáveis e que mantenham a fertilidade do solo. Dois aspectos importantes devem ser levados em consideração: o primeiro, é que a região apresenta vantagens comparativas reais para a cacauicultura. Do ponto de vista da produtividade do trabalho, o cacau é, sem dúvida, a atividade que proporciona a criação do maior valor agregado por unidade de trabalho. Em segundo lugar, o sistema de cultivo do cacau é o que causa menor impacto ambiental: os solos são protegidos pela cobertura vegetal, a reposição da fertilidade é assegurada pela grande quantidade de matéria orgânica, enfim, a biodiversidade da Mata Atlântica é relativamente preservada.

Do ponto de vista do beneficiamento e comercialização, o cacau dispõe de uma rede regional bem estruturada e articulada, que permite ao produtor receber 80% do preço internacional (média dos últimos anos). Portanto, é interessante que os agricultores familiares mantenham a cultura do cacau, desde que as plantações não sejam excessivamente homogêneas, do ponto de vista genético, para que se evite grandes problemas fitossanitários. Paralelamente, a agricultura familiar não resistirá se não for bastante diversificada.

Assim, é preciso encontrar canais de diversificação. Todavia, os sistemas praticados devem ser rentáveis e capazes de manter a fertilidade do solo, otimizando a ocupação da mão-de-obra familiar, sem provocar grandes competições – como a disputa de mão-de-obra observada entre cacau e café. Além desta última cultura, os produtores já avançaram com sistemas de criação e de cultivos de subsistência.

Observando-se o emprego do tempo de trabalho ao longo do ano, nota-se que muitos meses não são plenos, sobretudo no início do ano; nota-se, também, que, no caso dos assentados, as famílias têm interesse em diversificar para preencher melhor o calendário de trabalho. Uma cultura como o café, por exemplo, tem a vantagem de diversificar os riscos: embora os seus preços também sejam instáveis, não se deve esperar que atinjam o mínimo na mesma época que os preços do cacau. Os resultados que apresentamos para o café não são muito encorajadores, mas convém lembrar que são resultados conjunturais: os cafeeiros foram implantados só recentemente, mas já demandam muita mão-de-obra para uma produção ainda pouco significativa. Ademais, os preços estiveram baixos nos dois últimos anos (daí o café estar mal cuidado), enquanto se recuperavam os preços do cacau. Mesmo que o plantio do café provoque maior impacto ambiental do que o cacau, esse impacto é menos radical do que o da pecuária (lixiviação). Entretanto, é preciso advertir para dois fenômenos desfavoráveis para o café: os picos de trabalho (colheita e capina) coincidem com os do cacau, criando-se uma competição pelo uso da mão-de-obra. Por outro lado, a rede de beneficiamento e comercialização do café é mal estruturada na região: são poucos os compradores e os produtores são obrigados a vender o produto nos estados vizinhos (Espírito Santo, principalmente), o que aumenta consideravelmente as suas despesas.

Além das culturas de subsistência, muitas árvores poderiam ser cultivadas em associação com o cacau: elas fornecem sombra ao cacau, matéria orgânica e sua manutenção é feita simultaneamente

com a do cacau, além de participarem do sistema agroflorestal cacau/Mata Atlântica.

- Banana: sempre presente nas plantações de cacau, para sombreamento, a banana tem uma limitação que é a pequena dimensão do mercado local ao qual está limitada a sua comercialização. Melhorando-se um pouco a sua qualidade e criando-se uma rede de coleta e de transporte, pode-se pretender uma produção em maior escala para os mercados das grandes e médias cidades vizinhas. Depois do cacau, a banana é a cultura que proporciona o maior valor agregado por dia de trabalho.
- Fruteiras: muitas espécies nativas, ou adaptadas à Mata Atlântica, como jaca, graviola e cajá, são vendidas no mercado local ou na margem da estrada. Todavia, pode-se pensar numa produção em maior escala, ou mesmo o seu beneficiamento.
- Seringueira: a associação seringueira/cacau já é praticada nas áreas marginais da Região Cacaueira, mesmo que o clima excessivamente úmido não permita obter rendimentos verificados em outras regiões. Ademais, o investimento inicial é muito grande e a produção só começa ao cabo de 5 a 8 anos. Parece difícil imaginar o seu desenvolvimento sem um forte apoio, inclusive creditício.

Além das lavouras, a pecuária apresenta a vantagem de funcionar como um seguro contra diversos riscos, permitindo enfrentar problemas de caixa, freqüentes durante o paradeiro (entressafra) do cacau. Se os bovinos não são bem adaptados ao solo e ao clima, a criação de porcos e aves pode ser viável, desde que apoiada por assistência técnica veterinária.

A piscicultura é, não raro, reivindicada como fonte de diversificação da região, onde os mananciais d'água são numerosos e facilmente trabalháveis.

Sabe-se, ao final, que não existe um sistema de produção perfeito, mas é combinando diferentes soluções que os agricultores familiares reduzirão seus riscos, obtendo uma renda agrícola mais ou menos estável.

Como conclusão, tudo indica que, para promover o desenvolvimento sustentável e mais equilibrado na região, é preciso fazer da reforma agrária uma real prioridade. Embora se ouça, com freqüência, que no Brasil a terra é abundante, o interesse em se fazer a reforma agrária não é evidente. Entretanto, na nossa zona de estudo, como em muitas outras regiões do Brasil, onde a taxa de desemprego é elevada, a mão-de-obra é abundante, se comparada com a disponibilidade de terra. Assim, é a terra que passa a ser o fator limitante.

Cadeias Agroindustriais: competitividade, cenários e perspectivas

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Competitividade da cadeia agroindustrial de frango de corte do Recôncavo Sul da Bahia

Warli Anjos de Souza[*]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a competitividade da cadeia agroindustrial de frango de corte do Recôncavo Sul do Estado da Bahia, através da análise de *cluster.* Para isto, a investigação privilegiou o estudo da competitividade de forma sistêmica, relacionando-a com as condições sociais, econômicas e ambientais da referida região, e compreendeu a delimitação da área geográfica relevante; os indicadores de desempenho setorial; os aglomerados ou complexos produtivos; o serviço de suporte empresarial; o suporte fundamental; os indicadores de desenvolvimento social da região; os indicadores ambientais; as demandas e a necessidade de insumos de conhecimento e uma avaliação da posição competitiva do arranjo produtivo avícola de corte. Constatou-se que os desafios que se apresentam para a consolidação de um *cluster* regional dizem respeito às estratégias e ações para o adensamento da cadeia produtiva. Trata-se de incorporar mais tecnologia, infra-estrutura e processamento, para que se produza mais valor na cadeia produtiva local.

Palavras-chave: análise de *cluster*, desenvolvimento regional e cadeia agroindustrial de frango de corte.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the chicken agroindustrial chain competitiveness in the South "Recôncavo" area in the state of Bahia, through the cluster analysis methodology. For this, the investigation privileged the study of the competitiveness in a systemic way, relating it to the social, economical and environmental conditions of the referred area, and includes the relevant geographical area delimitation; sectorial performance indicators; conglomerates or productive complex; business support service; primary support; social development indicators; environmental indicators; demands and the needs of knowledge inputs and an evaluation of the competitive position of the poultry production business. It was verified that the challenges that come for the consolidation of a regional cluster are related to the strategies and actions for the enhancement of the chicken productive chain. It is necessary to incorporate more technology, improve the infrastructure and processing system in order to make the local productive chain more valuable.

Key words: cluster analysis, regional development and agroindustrial chain of cut chicken.

INTRODUÇÃO

O complexo agroindustrial da avicultura de corte no Brasil, nas últimas três décadas, cresceu a taxas surpreendentes, tornado-se um dos maiores e mais competitivos setores do agronegócio nacional e mundial. Nesse período, a produção aumentou quase 11 vezes, as quantidades exportadas multiplicaram-se por 25 vezes e os alojamentos de matrizes e pintos cresceram 250% e 300%, respectivamente (RÉGIS; PINAZZA; NUNES, 2002).

Além do crescimento da demanda, o destaque é para as inovações tecnológicas, principalmente no melhoramento genético das aves e no processamento que, juntos, tiveram um forte impacto sobre o desempenho do setor. No primeiro caso, com ganhos significativos nas taxas de conversão, redução do ciclo

[*] Professor Doutor em Economia Aplicada (USP). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura, Escola de Agronomia, Universidade Federal da Bahia. warli@ufba.br

produtivo e maior rendimento das carcaças. No segundo caso, com a presença crescente da automatização do abate na agroindústria.

A cadeia produtiva do frango de corte também tem se diferenciado das demais pelo elevado nível de organização, isto é, os agentes econômicos do sistema realizam suas transações, preferencialmente, via relações contratuais e, em menor escala, via mercado aberto. O mecanismo de coordenação da atividade é obtido por meio da integração vertical e horizontal, onde as agroindústrias, o elo que lidera a cadeia, organizam e promovem as transações desde as fases de produção dos insumos até a distribuição de produtos finais, nos mercados consumidores.

A integração vertical e os arranjos contratuais constituem, portanto, a principal estratégia deste complexo agroindustrial e o grande diferencial de eficiência organizacional para incrementar a sua competitividade

A integração vertical e os arranjos contratuais constituem, portanto, a principal estratégia deste complexo agroindustrial e o grande diferencial de eficiência organizacional para incrementar a sua competitividade. Essa estrutura de governança é a principal responsável pela rápida adoção de inovações tecnológicas, pelo financiamento de produção, pela obtenção de economias de escala, alocação otimizadora dos fatores de produção e redução de custos de transação e da produção (COSTA, 1999).

No caso específico da Bahia, no mesmo período, a evolução da avicultura de corte não acompanhou as mesmas taxas de crescimento observadas no país. A produção estadual não consegue atender a demanda interna crescente e isso torna a Bahia um importador de frango vivo e industrializado. Quanto à forma de organização da produção, ela encontra-se ainda em estágio incipiente, ou seja, as transações ocorrem, em sua maioria, em mercado aberto, com elevado risco econômico para o sistema como um todo, o que compromete a sua eficiência. Apresenta-se como um grande desafio, às agroindústrias recentemente instaladas no estado (Avigro; Avipal, a partir de 1999), implementar a integração vertical e arranjos contratuais, na busca da competitividade local.

Embora a avicultura de corte da região do Recôncavo Sul Delimitado não se apresente consolidada como um *cluster* agroindustrial, a escolha da análise de *cluster* como metodologia, para avaliar a competitividade da agroindústria regional, se justifica, uma vez que os desafios dizem respeito às estratégias e ações para o adensamento da cadeia produtiva do frango. Trata-se de incorporar mais tecnologia, infraestrutura e processamento para que se produza mais valor na cadeia produtiva local. Nesse contexto, a análise de *cluster* permite identificar as etapas de desenvolvimento do complexo e abrange seus setores mais dinâmicos. Além disso, a análise permite avaliar as ineficiências em cada elo da cadeia produtiva, identificar sistemas de coordenação existentes e os insumos críticos para a criação de capacidades produtivas especializadas. Em síntese, o método é adequado porque a análise de *clusters* agroindustriais direciona-se ao estudo da competitividade de forma sistêmica, relacionando-a com as condições sociais, econômicas e ambientais da região do Recôncavo Sul Delimitado, onde o arranjo produtivo está inserido.

O roteiro metodológico para a análise é como o sugerido por Haddad (1999) e compreende: delimitação da área geográfica relevante; indicadores de desempenho setorial; aglomerados ou complexos produtivos; serviço de suporte empresarial; suporte fundamental; indicadores de desenvolvimento social da região do *cluster*; indicadores ambientais; demandas e necessidade de insumos de conhecimento; e uma avaliação da posição competitiva do arranjo produtivo avícola de corte local.

DELIMITAÇÃO DA ÁREA RELEVANTE

A região aqui denominada Recôncavo Sul Delimitado, que compreende 13 municípios,[1] é resultado de um recorte em duas regiões econômicas limítrofes do Estado da Bahia, a saber: a região do Paraguaçú e a do Recôncavo Sul. No entanto, a atividade de avicultura de corte está concentrada em cinco municípios do Recôncavo Sul Delimitado:

[1] Cabaceiras do Paraguaçú, Cachoeira, Conceição de Feira, Conceição do Almeida, São Félix, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Sapeaçú, São Felipe e São Gonçalo dos Campos.

Conceição de Feira, São Gonçalo dos Campos (região do Paraguaçú), Cachoeira, Muritiba e Cruz das Almas (região do Recôncavo Sul). Embora se encontre fora da região relevante em análise, é preciso destacar o município de Feira de Santana (região do Paraguaçú), por sua proximidade e influência socioeconômica nos demais municípios em foco, por concentrar empresas de produção especializada, empresas fornecedoras, empresas prestadoras de serviço, instituições de ensino e instituições públicas e privadas de suporte fundamental para a atividade avícola. Cabe destacar que em Feria de Santana está instalada a Avipal, a maior agroindústria avícola do estado. Juntos, os seis municípios formam o maior pólo agroindustrial avícola do Estado da Bahia, com capacidade de alojamento de 3 milhões de aves/mês (ABA, 2003).

A região do Recôncavo Sul Delimitado tem uma superfície de 3.138 km^2, o que corresponde a 28,9% do território do Recôncavo Sul e a 0,5% do território do estado. A superfície territorial é constituída, na sua maioria, por tabuleiros interioranos que se caracterizam por altitudes em torno de 200 a 300m, com declividade amena. As temperaturas oscilam entre 29,5ºC e 17,6º C. O regime pluviométrico está em torno de 1.200 mm e é classificado como subúmido, o que é plenamente favorável ao desenvolvimento da avicultura de corte (SEPLANTEC; CAR, 1999).

A estrutura fundiária da região em questão é caracterizada por pequenas propriedades, sendo que 79,2% das propriedades rurais têm menos de 10 hectares e, 96,8%, menos de 100 ha. Embora as pequenas propriedades predominem na região, a sua participação na área total ocupada pelos estabelecimentos agrícolas é relativamente pequena. Isso porque 96,9% dos estabelecimentos agrícolas da região do Recôncavo Sul Delimitado têm área inferior a 100 ha, representando apenas 38,3% da área nessa região (IBGE. Censo agropecuário da Bahia, 1985 e 1995).

INDICADORES DE *PERFORMANCE* SETORIAL

Produção

O Brasil tem ocupado, a partir do ano 2002, a terceira posição entre os maiores produtores mundiais de carne de frango, com 14,0% da fatia do mercado mundial, atrás apenas da China (17,8%) e dos Estados Unidos (27,0%). Juntos, esses três países tiveram uma participação de 61,1% do total de 52,8 milhões de toneladas de carne de frango produzidas no mundo em 2003 (Tabela 1).

Enquanto a produção mundial de carne de frango, entre 2002/2003, diminuiu 1,4%, o desempenho do Brasil foi o mais surpreendente: teve um crescimento de 4,3%, enquanto os seus principais concorrentes se limitaram a apresentar crescimento relativo inferior. Nos últimos cinco anos, a avicultura brasileira apresentou taxas de crescimento médio de 12,1% ao ano.

O exame da Tabela 2 revela, através do alojamento de pintos, uma concentração de produção de frango, no Brasil, nas Regiões Sul e Sudeste, da ordem de 81,4% da produção nacional em 2003. Com relação à Região Nordeste, a participação na produção nacional é muito pequena, cerca de 7,4%. A Região Centro-Oeste vem aumentando a sua participação na produção nacional: em 2003, o alojamento de pintos representava 10% do valor total, suplantando o Nordeste. A produção da Região Norte foi inexpressiva: alojou apenas 1,4% do total nacional de cabeças em 2003.

Tabela 1
Produção Mundial de Carne de Frango
(em mil toneladas)

País	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004*
Estados Unidos	11.850	12.266	13.367	13.703	14.033	14.467	14.610	14.920
China	5.000	5.200	8.550	9.269	9.278	9.558	9.844	10.129
Brasil	4.052	4.461	5.526	5.977	6.736	7.517	7.843	8.235
União Européia	6.343	6.444	6.614	6.654	6.822	6.750	5.700	5.900
México	1.478	1.443	1.784	1.936	2.067	2.157	2.297	2.412
Mundo	47.642	50.372	47.554	50.097	51.765	53.597	52.833	54.654

* Previsão
Fonte: USDA/ABEF, 2004.

Tabela 2
Alojamento de pintos por região
(em milhões de cabeças)

Região	1999	2000	2001	2002	2003	2003 (%)
Sul	1.698,7	1.801,4	1.935,5	2.131,0	2.158,4	55,3
Sudeste	904,8	893,4	920,8	987,7	1.020,8	26,1
Centro-Oeste	210, 8	232,9	276,3	342,4	388,6	10,0
Nordeste	291,3	278,5	289,0	300,5	288,7	7,4
Norte	40,3	39,8	46,1	55,1	48,0	1,2
TOTAL	**3.145,6**	**3.249,0**	**3.467,7**	**3.816,7**	**3.904,5**	**100**

Fonte: APINCO, 2003. http://www.avisite.com.br/economia/estfrana.asp.

O Estado da Bahia, nos últimos três anos, aumentou o seu parque agroindustrial avícola com a presença de dois novos frigoríficos (Avipal e Avigro); mesmo assim, sua participação na produção nacional ainda é pequena, ainda que os estudos de Carmo (2000) e Menezes (2001) revelem que a região do Recôncavo Delimitado apresenta vantagens, comparativa e competitiva, em relação aos demais estados do Nordeste. De acordo com a ABEF (2004), a Bahia é o segundo produtor de frango de corte do Nordeste e abateu 33,22 milhões de cabeças com SIF em 2003 (1,76% do total nacional), valor inferior a Pernambuco, com abate de 37,139 milhões de cabeças com SIF.

A produção avícola na Bahia cresceu, de 92 mil toneladas, em 2000, para 154 mil toneladas, em 2002, representando cerca de 1,6% da produção nacional. No mesmo ano, o consumo estimado de carne de frango foi da ordem de 260 mil toneladas, 59% do total do consumo, comprovando o grande potencial de crescimento do setor no estado. Deste volume, 25% referem-se ao frango comercializado vivo e 75% ao industrializado, com forte tendência de aumento desta última modalidade. Destacam-se os municípios de Feira de Santana, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Muritiba, Cruz das Almas e região circunvizinha como o maior pólo avícola da Bahia, com 75% da produção estadual de frangos (BAHIAINVEST, 2004). Com exceção de Feira de Santana, os demais municípios fazem parte do Recôncavo Sul Delimitado.

Exportação

As exportações brasileiras são realizadas predominantemente a partir dos estados da Região Sul. Em 2003, as exportações daqueles estados representaram 86,1% da exportação nacional, tendo o Estado de Santa Catarina a liderança, com 31,8% do total exportado pelo Brasil, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 28,5% e o Paraná, com 25,8% (ABEF, 2004).

De acordo com a Tabela 3, em 2003, o Brasil exportou 1,9 milhão de toneladas de carne de frango, ocupando a segunda posição no mercado mundial. Os Estados Unidos lideraram as exportações naquele ano, com 2,2 milhões de toneladas. Juntos, esses países respondem por 70% do comércio mundial. A competitividade desses dois países é muito grande e isso é percebido claramente pela distância que os separam dos demais exportadores.

Com base na Tabela 3, entre 1999 e 2003, as exportações brasileiras de frango cresceram 2,5 vezes. Esse fato pode ser explicado não só pelo excelente nível tecnológico da avicultura de corte brasileira, com o menor custo de produção do mundo e preço competitivo, como, também, pela desvalorização do real, a eliminação de algumas barreiras sanitárias, os problemas sanitários que atingiram a Europa e a Ásia e a atuação do *marketing* institucional, com diversas ações de promoção comercial (ABEF, 2004).

Tabela 3
Principais países exportadores de carne de frango (1999 - 2004 *)
(em mil toneladas)

Ano	Mundo	EUA	Brasil	União Européia	Tailândia	China
1999	4.499	2.080	771	764	288	375
2000	4.862	2.231	907	762	328	464
2001	5.599	2.520	1.249	718	425	489
2002	5.780	2.180	1.600	841	465	438
2003	5.861	2.230	1.922	700	500	420
2004*	6.192	2.313	2.115	800	530	440

* Previsão
Fonte: USDA /ABEF, 2004.

Importação

A Rússia é o maior importador de carne de frango, com 27,6% do volume, seguida do Japão (16,3%), China (9,7%), Arábia Saudita (9,1%) e Hong Kong (4,0%): juntos perfazem 66,7% do total mundial das importações em 2003 (Tabela 4).

Tabela 4
Principais países importadores de carne de frango (1997 - 2004*)
(em mil toneladas)

Ano	Mundo	Rússia	Japão	China	Arábia Saudita	Hong Kong
1997	3.442	983	547	610	286	815
1998	3.555	750	496	1.105	294	839
1999	3.897	930	667	591	364	275
2000	3.975	943	721	608	348	168
2001	4.377	1.281	710	473	399	183
2002	4.289	1.208	744	435	380	164
2003	4.279	1.180	700	415	390	170
2004*	4.044	990	745	400	395	175

* Previsão
Fonte: USDA /ABEF, 2004.

O Brasil exporta frango inteiro e em pedaços para o Oriente Médio (31,4%), Ásia (25%), África (7,6%), Europa (21,8%), América Central (1,5%) e América do Sul (1,5%). Os principais países importadores do frango brasileiro, em 2003, foram: Rússia (10,5%), Japão, Kuwait, Hong Kong, Alemanha, Arábia Saudita, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Holanda, Reino Unido, Iêmen, África do Sul e Argentina. A Arábia Saudita é o principal importador de frango inteiro brasileiro, tendo aumentado em 50% suas importações entre 1998 e 2003. Na verdade, todos os importadores de frango brasileiro, inteiro e em pedaços, aumentaram suas importações, exceto a Argentina, que reduziu suas importações, devido à desvalorização da sua moeda e à crise econômica.

Ainda que a avicultura de corte brasileira seja considerada a mais eficiente do mundo, com o menor custo de produção, essa vantagem pode ser reduzida, pois ela defronta-se com dificuldades à expansão das suas exportações, em decorrência de barreiras alfandegárias e sanitárias em importantes mercados (FERNANDES FILHO *et al.*, 2002). Somada a essa dificuldade, para o Brasil e, especificamente, para a região do Recôncavo Sul Delimitado, preocupa também o aumento dos custos de produção, decorrente da menor oferta de milho no mercado interno. No caso da avicultura de corte local, esse fator é crucial, uma vez que a região não consegue produzir com suficiência este importante insumo.

Outro relevante indicador para a compreensão do potencial de crescimento da avicultura de corte é o consumo per capita. Hong Kong tem o maior consumo per capita do mundo, 44 kg/pessoa/ano, seguido dos Estados Unidos (40,6 kg), Arábia Saudita (32,6 kg), Austrália (29 kg) e do Brasil, que ocupa a quinta posição, com um consumo de 29,5 kg/pessoa/ano.

Produtividade

O Brasil é uma referência como um país competitivo em custos de produção de frango (Tabela 5). Essa vantagem competitiva é derivada do menor custo de produção, que identifica o processo produtivo brasileiro como o mais eficiente do mundo, segundo o IFC – *International Finance Corporation*. Essa eficiência faz com que a atividade represente o terceiro maior produto de exportação do agronegócio brasileiro.

Tabela 5
Comparação de custos de produção em 1999 – (%)

Item	Brasil	França	China	EUA	Tailândia	Holanda
Pintainhos	100	152,3	106,5	98,8	104,3	170,4
Ração	100	159,1	119,5	102,5	143,5	159,1
Abate	100	179,4	118,3	112,8	136,8	179,4
Total	100	185,7	109,0	109,0	124,7	191,2

Fonte: Schorr, 1999.

Aliam-se, à já citada vantagem, as condições de clima e meio ambiente, ideais para a criação, e o fato dos principais insumos (milho e soja) serem produzidos em território nacional. Mas a principal vantagem competitiva é, sem dúvida, o sistema de produção integrado. Um singular sistema de integração, desenvolvido pelas agroindústrias e difundido nas áreas de produção, é o responsável pelas conquistas brasileiras no mercado internacional. Sinérgico, o modelo conciliou a eficiência produtiva de milhares

de pequenos avicultores e a enorme capacidade de produção em escala e distribuição dos processadores de carnes. No Brasil, 75% da avicultura de corte é integrada. O sistema de integração promove a rápida transferência tecnológica, principalmente com a disponibilização dos serviços de assistência técnica, aumentando, assim, os índices de produtividade, como os que podem ser observados na Tabela 6.

Em contraste com as Regiões Sul e Sudeste, tradicionais produtoras de frango e, a mais recente, Centro-Oeste, na região do Recôncavo Sul Delimitado, o sistema de produção independente predomina em relação ao sistema integrado. Isso constitui um ponto fraco da cadeia produtiva para desenvolver um *cluster* regional.

Pesquisa realizada por Carmo (2000), para investigar os coeficientes de produtividade e os indicadores econômicos e financeiros para o sistema de produção independente e o sistema de produção integrada, revela que o sistema integrado de produção é mais eficiente. Conforme dados da pesquisa de Carmo (2000), no sistema de produção independente, os animais são abatidos com idade de 52 dias, com peso de 2,48 kg, com conversão alimentar de 2,11; enquanto que, no sistema integrado, a idade de abate cai para 49 dias, com um peso de abate médio de 2,56 kg e uma conversão alimentar de 2,05.

Outro aspecto que diferencia a região do Recôncavo Sul Delimitado das regiões concorrentes, onde os *clusters* avícolas industriais já estão amadurecidos, é o sistema de inspeção sanitária. Enquanto nas regiões concorrentes, os governos locais já implantaram o sistema de inspeção, o que mostra a preocupação do setor público em garantir a sanidade dos produtos que abastecem o mercado interno daquelas cidades e regiões, o mesmo não se observa no mais importante pólo agroindustrial avícola da Bahia. Esse pode ser apontado como outro ponto fraco da cadeia produtiva no estado, para o desenvolvimento de um *cluster*.

Um singular sistema de integração, desenvolvido pelas agroindústrias e difundido nas áreas de produção, é o responsável pelas conquistas brasileiras no mercado internacional. Sinérgico, o modelo conciliou a eficiência produtiva de milhares de pequenos avicultores e a enorme capacidade de produção em escala e distribuição dos processadores de carnes

O sistema de produção integrada é realizado preponderantemente pelas três maiores agroindústrias da região (Avipal, Avigro e Gujão). Embora não esteja ainda hegemonicamente consolidado, o sistema de integração da região do Recôncavo Sul Delimitado é o mesmo modelo das regiões tradicionais. Isto é, o avicultor trabalha, geralmente, sob contrato com o integrador (a agroindústria). Nessa relação, fica sob responsabilidade do integrador produzir e fornecer o material genético utilizado pelo avicultor, o fornecimento de parte da alimentação, dos produtos veterinários, o serviço de acompanhamento e assistência técnica e a compra dos frangos para o abate. Já o produtor participa da integração com a utilização de sua propriedade, sua mão-de-obra e a infra-estrutura necessária (equipamentos e instalações) para a produção de aves e de grãos destinada à parte da alimentação dos animais.

Cabe destacar que, na produção integrada, o produtor tem o compromisso de vender seus animais para a integradora, e a integradora em comprar os animais do integrado. Os integrados recebem pelo frango os preços determinados pelos integradores, inferiores aos de mercado.

A diferença do produtor independente (sistema de produção predominante) e do integrado é que o independente tem total liberdade para escolher os insumos, maneira de trabalhar em sua granja e negociar com o mercado melhores preços para seus frangos. O sistema de integração, embora pague

Tabela 6
Evolução dos índices de produção de frango no Brasil

Ano	Peso (kg)	Conversão alimentar (ração/peso vivo)	Idade (dias)
1930	1,50	3,50	105
1950	1,80	2,50	70
1970	1,70	2,00	49
1984	2,86	1,98	45
2000	2,30	1,78	41

Fonte: CONAB/Anualpec, 2002.

menos, dá mais segurança e garantia do escoamento da produção e conduz, naturalmente, a uma consolidação mais acelerada de um *cluster* na região do Recôncavo Sul Delimitado.

Qualidade

Responder de forma imediata e eficaz aos sinais do mercado consumidor e adotar estratégias que busquem melhorar o sistema produtivo, atendendo às necessidades de seus clientes, no que diz respeito à qualidade e preço competitivos, é o desafio que se apresenta no momento à cadeia produtiva de frango do Recôncavo Sul Delimitado. Essas estratégias já estão em curso e são planejadas, coordenadas, executadas e controladas pelas três maiores agroindústrias locais (Avipal, Avigro e Gujão). As estratégias vão dos insumos básicos até às mais modernas técnicas de *marketing* e comercialização. Elas são fundamentais para o desencadeamento de outras ações mobilizadoras de natureza tecnológica, estrutural e gerencial, que irão impulsionar o desenvolvimento de um *cluster* avícola na região. Alcançar uma situação próxima à das Regiões Sul e Sudeste permitirá gerar respostas imediatas e eficazes, para coordenar e articular os segmentos, as entidades e seus respectivos atores.

Mesmo apresentando índices de produtividade e qualidade próximos das Regiões Sul e Sudeste, a avicultura regional ainda tem muito a melhorar. Consonante com os pesquisadores da União Brasileira da Avicultura (UBA), para melhorar a avicultura do Recôncavo Sul Delimitado é imprescindível incentivar a produção de grãos (principalmente o milho) e aumentar os créditos aos produtores (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2002).

A qualidade do frango produzido no Recôncavo Sul Delimitado apresenta três problemas principais: o abate clandestino; a doença de *New Castle* e a qualidade do grão (especialmente o milho).

O abate clandestino ainda é predominante na região do Recôncavo Sul Delimitado e constitui uma vantagem econômica espúria, que inibe a formação do *cluster*. Nesse sentido é preciso ser citada a ação da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, através do Decreto-Lei 6.284-97, que altera o Regulamento do ICMS, prevendo a incidência desse imposto sobre a comercialização de aves vivas para abatedouros não inspecionados, fazendo com que o preço do frango vivo se torne mais alto.

Outro impedimento de expansão de mercado da cadeia produtiva é que a região do Recôncavo Sul não está habilitada para a exportação da carne de frango devido à não existência de um laboratório que permita a certificação da ausência da doença de *New Castle.*[2]

A qualidade dos grãos também constitui um problema para a região produtora. Nesse sentido, a *Syngenta Seeds* acaba de firmar parceria com a Avipal, o quinto maior abatedouro avícola, e sexto principal exportador de carne de frango do Brasil (UNIÃO..., 2002). O objetivo é monitorar a qualidade dos grãos (especialmente milho) utilizados pela indústria avícola, gerenciando sua produção desde a lavoura e passando pela colheita, transporte, secagem e armazenamento. O projeto, além de garantir maior disponibilidade da matéria-prima essencial ao setor e assegurar um produto de melhor qualidade, tem um significado que vai se tornando crucial em toda a produção animal: permitirá a total rastreabilidade do produto final da Avipal. Desde os lotes de sementes a serem cultivadas, passando pela criação até à mesa do consumidor.

CADEIA PRODUTIVA

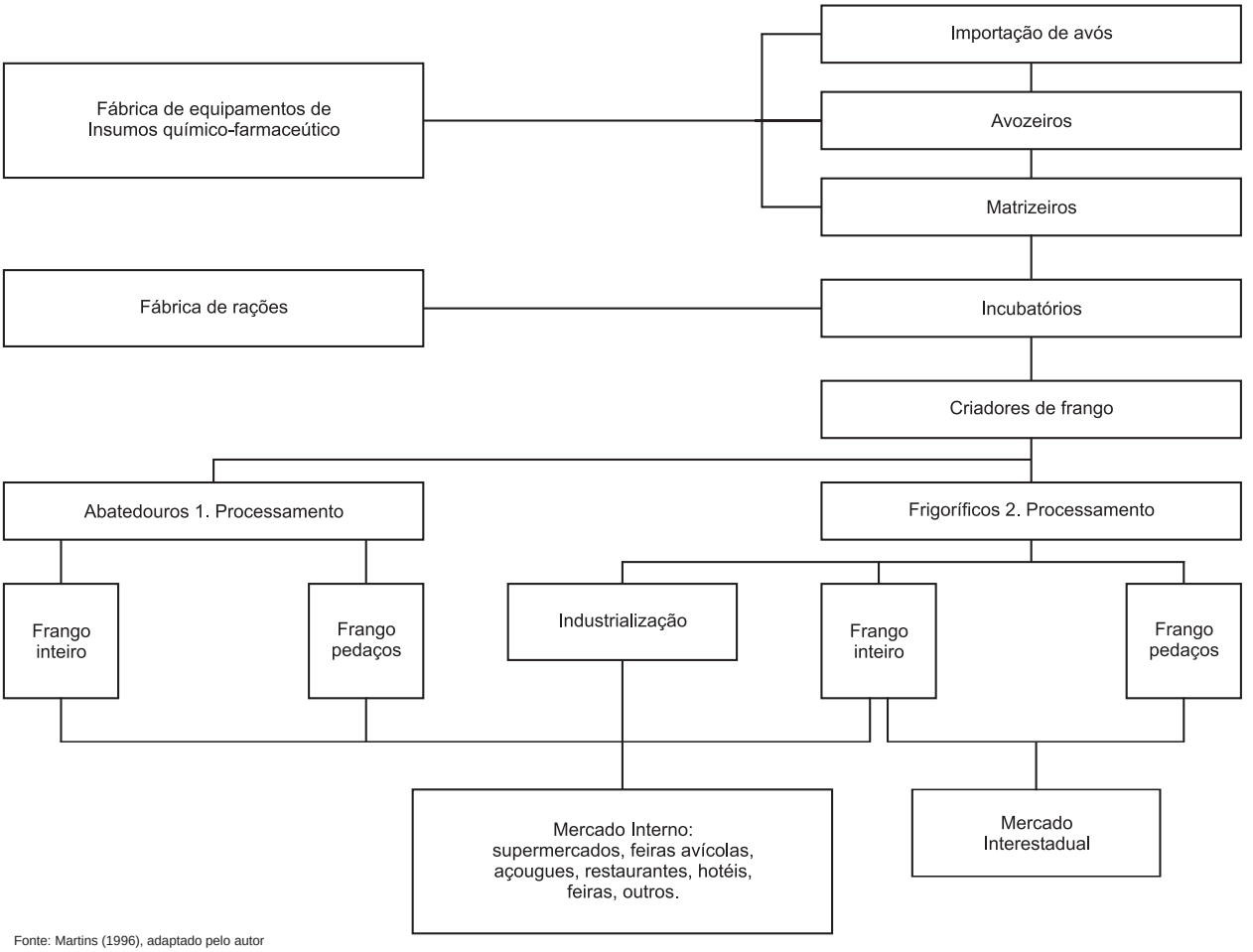
A cadeia produtiva mostra o relacionamento entre as diversas fases por que passa o produto, iniciando nos insumos até ao consumidor final. A cadeia de produção de aves, para fins de análise neste estudo, é representada pela Figura 1.

A partir da Figura 1, os segmentos constituintes do sistema de produção de frango de corte na região do Recôncavo Sul Delimitado são os seguintes:

- *Seleção de material genético:* Pesquisa científica realizada fora do país, por um segmento dominado por poucas empresas, formando um oligopólio, cuja função é criar novas variedades de aves (P&D). Compreende a importação de avós.
- *Criação de matrizes-avós:* Segmento que tem a

[2] O Ministério da Agricultura está estruturando um laboratório de patologia animal, em Salvador, que permitirá a superação deste entrave.

Figura 1
Cadeia produtiva da avicultura de Corte



Fonte: Martins (1996), adaptado pelo autor

função de criar e reproduzir linhagens selecionadas no processo genético. A criação de matrizes-avós é explorada somente por grandes empresas, fora do Estado da Bahia.

- *Criação de matrizes-pais:* A função deste segmento, aqui denominado matrizeiros, é produzir ovos que são encaminhados para os incubatórios. A criação de matrizes constitui-se numa atividade bem menos sigilosa do que as duas primeiras, fazendo parte de qualquer sistema de integração vertical do setor; portanto, os ovos são produzidos na região de estudo.
- *Pintos de um dia:* São os incubatórios e estão localizados no sistema de produção das grandes agroindústrias locais, mas podem, também, ser adquiridos em Minas Gerais e Espírito Santo.
- *Criação do frango:* Setor mais competitivo. É este segmento que está sob responsabilidade do produtor rural, constituindo-se no recebimento de pintos de corte da agroindústria, engorda de frangos e seu posterior envio ao frigorífico ou abatedouros, quando o sistema de produção for o integrado. Neste caso, a integração vertical se caracteriza não pela posse das granjas de engorda, mas pelo seu controle, através de contratos, onde os granjeiros produzem de acordo com normas pré-estabelecidas pelas agroindústrias. Quando o sistema é independente, a maioria, no caso do Recôncavo Sul Delimitado, o criador adquire todos os insumos e, após a engorda, vende o frango vivo.
- *Processamento e distribuição:* São as duas fases do sistema produtivo em que se situa a agroindústria e os atacadistas e varejistas. Inclui abate, processamento, *marketing*, logística e a distribuição do frango inteiro e em pedaços, até

ao consumidor final. Quase a totalidade é destinada ao mercado interno.

- *Insumos químico-farmaceútico e rações:* A produção de vitaminas e antibióticos é feita por grandes laboratórios químicos e veterinários, com grande sofisticação tecnológica (P&D), não fazendo parte do sistema de integração vertical. O segmento de rações utiliza insumos, como vitaminas e suprimentos minerais, e agrega-os às matérias-primas agrícolas (milho, farelo de soja, trigo etc.), distribuindo esse agregado como ração. Ao contrário do segmento de medicamentos, o setor de rações é tecnologicamente pouco sofisticado, fazendo parte do sistema de integração.

SERVIÇO DE SUPORTE EMPRESARIAL

Para obter as informações desse indicador, foi elaborado um questionário estruturado e feitas entrevistas com os principais executivos e gerentes das três maiores agroindústrias da região do Recôncavo Sul Delimitado (Avipal, Avigro e Gujão). Todas as empresas apresentam contabilidade de custos e, em geral, terceirizam diversos de seus serviços, como, por exemplo, os sistemas de transporte frigorificado, transporte de rações e transporte de grãos.

Nenhuma das três empresas na região do Recôncavo Sul Delimitado apresentou o certificado ISO 9000, mas informaram que buscam o certificado ISO 14000, inerente ao meio ambiente.

Em relação aos recursos humanos, em geral as agroindústrias oferecem programas de desenvolvimento gerencial, programas de capacitação interna e capacitação administrativa, bem como treinamentos específicos, como novas técnicas de cortes.

Uma empresa de grande porte, como a Avipal, por exemplo, possui alguns benefícios assistenciais para seus funcionários, como políticas de remuneração estratégicas.

Além disso, programas de prevenção de acidentes de trabalho e campanhas de saúde no trabalho estão sendo praticadas pelas agroindústrias, tais como campanhas antitabagismo e campanhas de uso obrigatório do equipamento de proteção individual (EPI).

Quanto a critérios de contratação, a escolaridade é um dos principais requisitos, especialmente nos cargos administrativos e de apoio.

SUPORTE FUNDAMENTAL

Um conjunto de suporte bem estruturado é fundamental para o dinamismo do funcionamento de um *cluster.* Para a região do Recôncavo Sul Delimitado, alguns desses suportes fundamentais para o desenvolvimento de um *cluster* avícola são a logística de transporte, o sistema educacional, o sistema de financiamento, centros de pesquisas e universidades.

Logística de transporte

No Estado da Bahia predomina, de forma quase absoluta, o modo rodoviário, em detrimento dos modos ferroviário e hidroviário. O sistema de transportes da Bahia é bastante deficiente, na medida em que os indicadores relativos à extensão da rede rodoviária e ferroviária revelam que a infra-estrutura dos transportes do estado tem permanecido estática, nestes últimos anos, inclusive com claros sinais de deterioração (EMPRESA..., 2003).

Observa-se o obsoletismo da infra-estrutura ferroviária, além de outras deficiências operacionais, que fazem com que não seja atendida a pequena demanda que existe por este tipo de transporte. Espera-se que, com a desregulamentação do setor, esta situação se reverta, ou seja, a operação privada dos trechos ferroviários do estado, sob a administração da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

O mesmo ocorre com a navegação marítima e com a navegação de cabotagem. Esta última transporta um modesto volume de carga, basicamente granéis líquidos. O transporte fluvial é restrito ao rio São Francisco, com uma performance inexpressiva.

A ocupação recente de certas áreas do território baiano, a expansão das atividades agropecuárias, agroindustriais e o dinamismo do segmento químico-petroquímico não foram acompanhados com a extensão, modernização e racionalização da infra-estrutura dos transportes.

Transporte rodoviário

Dentre as principais rodovias do estado, podem ser destacadas aquelas que são do interesse da

logística de transporte, as BRs 101 e 116, porque podem apresentar gargalos para o desenvolvimento de um *cluster* agroindustrial avícola na região do Recôncavo Sul Delimitado. A BR-101 é a mais importante para a esta cadeia produtiva, porque corta a região, seja como via de escoamento da produção de carne de frango, ou como apoio à indústria turística (um *cluster* potencial de entretenimento que se desenvolve ali), ou como alternativa à já saturada BR-116.

A segunda rodovia importante para o arranjo produtivo avícola do Recôncavo Sul Delimitado é conhecida como "Rodovia Rio-Bahia", a BR-116, que faz a principal ligação entre este estado e as Regiões Sul/Sudeste do país. Convém frisar que o trecho entre Feira de Santana - Divisa BA/MG é o mais crítico em termos de estado de conservação.

A análise das condições de logística permite concluir que, segundo a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT, 2003), grande percentual da rede rodoviária da Bahia, quer sob a jurisdição do Estado (DERBA), quer sob a do Governo Federal (DNER), encontra-se em situação precária de conservação. É de grande importância que o setor de transportes seja eficiente, principalmente o de transporte rodoviário, já que todo o abastecimento interno do mercado é realizado por esse tipo de transporte. A necessidade de insumos, como o milho e a soja, que são os principais componentes na alimentação das aves, também se utiliza desse tipo de transporte, já que a região não é auto-suficiente na produção desses grãos.

A malha ferroviária

De acordo com a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT, 2003), a malha ferroviária da Bahia, operada pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A., conta com 1.537 km e divide-se em três segmentos principais: a Linha Norte (liga Salvador ao Estado de Sergipe, com 260 km); a Linha Centro (liga Salvador a Juazeiro, com 447 km); e a Linha Sul (liga Salvador a Minas Gerais, até a divisa BA/MG, com 788 km). Existem ainda os ramais do Porto de Aratu, com 10 km, e o de Campo Formoso, com 32 km. Esse modal tem um potencial muito grande para o transporte de insumos, notadamente grãos, para promover o desenvolvimento de um *cluster* avícola na região em estudo.

Estrutura portuária

O Porto de Salvador, localizado na Baía de Todos os Santos, é importante estrategicamente para a importação de insumos e para a exportação de carne de frango produzida no arranjo produtivo avícola, dentro de uma perspectiva de seu potencial para o processo de *clusterização*. Os acessos rodoviários se dão pela BR-324, em pista dupla de Salvador à Feira de Santana, conectando com as BR-101, BR-110 e BR-116. O acesso ferroviário se dá por um ramal, na altura de Feira de São Joaquim, que é ligado à linha operada pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. O acesso marítimo é pela Baía de Todos os Santos, com 9 km de largura e profundidade de 30 m. O canal de acesso tem 7 km de extensão, 200 m de largura e profundidade de 18 m (EMPRESA..., 2003).

O Porto de Aratu, também localizado na Baía de Todos os Santos, tem acesso rodoviário pela BR-324, que encontra as BR-101, BR-110 e BR-116, e acesso ferroviário pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. O acesso marítimo pela barra se localiza na mesma Baía de Todos os Santos, sendo que o canal de acesso possui extensão aproximada de 3,7 km, largura de 180 m e profundidade de 18 m (EMPRESA..., 2003). A importância deste porto para o desenvolvimento de um *cluster* avícola no Recôncavo Sul Delimitado é análoga à que já foi discutida para o porto de Salvador.

Educação

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 1998), conforme exposto na Tabela 7, os municípios da região Recôncavo Sul, que inclui os 13 municípios estudados, entre 1993 e 1997 apresentaram, em conjunto, 2.364 estabelecimentos de ensino, assim distribuídos: pré-escolar (25,6%), primeiro grau (72,5%) e segundo grau (1,9%). Esses dados sugerem a necessidade de incrementar a base física do sistema educacional da região, principalmente no ensino

médio. No que diz respeito ao desenvolvimento de um *cluster* avícola na região do Recôncavo Sul Delimitado, é preciso acrescentar o caráter específico da educação no ensino médio, voltada para cursos técnicos vinculados às atividades do agronegócio.

Tabela 7
Distribuição de estabelecimentos por nível de ensino no Recôncavo Sul, 1993/97

Nível	Número	%
Pré-escolar	606	25,63
Primeiro Grau	1.713	72,47
Segundo Grau	45	1,90
TOTAL	**2.364**	**100,00**

Fonte: SEI/SEPLANTEC. Anuário Estatístico, 1998

A taxa de escolarização líquida,[3] de acordo com a Tabela 8, mostra que, entre os municípios relevantes do Recôncavo Sul Delimitado, para o desenvolvimento de um *cluster* avícola, Cruz das Almas e Cachoeira apresentam uma taxa de escolarização líquida, para o nível de ensino médio, superior ao Estado da Bahia (30%). Não é por mera coincidência que, também nestas duas cidades, estão localizadas as duas instituições de nível superior importantes para a região de estudo, a saber, a Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia e a Faculdade Adventista (com o curso de administração de empresas).

Tabela 8
Taxa de escolarização líquida por nível de ensino e por município, região do Recôncavo Sul Delimitado, 1999

Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Cabaceiras do Paraguaçú	91,6	3,7
Cachoeira	85,2	30,1
Conceição do Almeida	77,4	7,8
Cruz das Almas	93,1	30,2
Governador Mangabeira	112,0	21,6
Maragogipe	102,0	16,0
Muritiba	68,7	11,0
Santo Amaro	87,0	10,5
São Felipe	80,1	7,0
São Félix	81,2	5,7
Sapeaçú	98,5	14,7
Bahia	**98,7**	**14,4**

Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censo Demográfico 2000. <www.inep.gov.br>.

[3] Relação entre as matrículas de estudantes, na faixa etária adequada ao nível de ensino, e o total da população na faixa etária correspondente àquele nível.

Centros de pesquisa e universidades

A manutenção e os ganhos de competitividade estão fortemente associados à constante incorporação de novas tecnologias. Nesse sentido, a região do Recôncavo Sul Delimitado, além da pesquisa acadêmica realizada pela Escola de Agronomia e a Faculdade Adventista, com linhas de pesquisa em Gestão de Cadeias Agroindustriais, Agricultura Familiar e Políticas Públicas, pode-se destacar ainda o Centro Nacional de Pesquisa da Mandioca e Fruticultura Tropical (Embrapa), que realiza importantes pesquisas na área da produção agrícola. Embora não sejam diretamente relacionadas à avicultura, o Centro possui um corpo qualificado de pesquisadores nas áreas de sócioeconomia e tecnologia, que poderão contribuir para a formação de redes (*networks*) de pesquisadores com aqueles das instituições de ensino superior da região relevante.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA REGIÃO DO RECÔNCAVO SUL

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU

A Tabela 9 mostra que o IDH da região do Recôncavo Sul Delimitado é inferior ao do Estado da Bahia e do Brasil. Na análise, pode-se verificar que, tanto em nível regional, como no estadual e nacional, o índice de IDH, em 2000, é de médio desenvolvimento. Em relação à educação, a região apresenta-se abaixo da média nacional e estadual. Em relação à renda, a região apresenta um índice inferior ao estadual e nacional. Quanto à longevidade, verifica-se que, na Bahia, o índice é inferior ao da região do Recôncavo Sul Delimitado, embora o índice regional seja ainda inferior ao nacional.

Como os dados da região do Recôncavo Sul Delimitado resultam de uma média dos índices municipais, é necessário destacar alguns municípios relevantes para a avicultura de corte da região: Cruz das Almas, Conceição de Feira, Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, Muritiba e Governador Mangabeira. Eles apresentam índices médios de desenvolvimento humano, superiores ou muito próximos das médias estadual e nacional. Para promover o desenvolvimento de um *cluster* avícola na

Tabela 9
Índice de desenvolvimento humano em 2000

Municípios	IDH	Educação	Longevidade	Renda
Cabaceiras do Paraguaçu	0,592	0,676	0,631	0,469
Cachoeira	0,681	0,796	0,675	0,571
Conceição do Almeida	0,642	0,733	0,661	0,533
Conceição de Feira	0,667	0,748	0,641	0,561
Cruz das Almas	0,723	0,844	0,705	0,619
Governador Mangabeira	0,676	0,781	0,715	0,533
Maragogipe	0,634	0,645	0,698	0,510
Muritiba	0,676	0,785	0,675	0,567
Santo Amaro	0,684	0,827	0,648	0,576
São Felipe	0,669	0,737	0,725	0,544
São Félix	0,657	0,774	0,637	0,559
São Gonçalo dos Campos	0,667	0,748	0,641	0,561
Sapeaçú	0,677	0,784	0,709	0,537
Recôncavo Sul Delimitado	0,665	0,759	0,697	0,549
Bahia	0,688	0,785	0,659	0,620
Brasil	0,766	0,849	0,727	0,723

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003

região, entretanto, análises desse tipo podem ajudar as instituições nas suas propostas de desenvolvimento, tanto humano quanto econômico.

Outros indicadores de desenvolvimento social

O exame da Tabela 10 permite verificar que o indicador sobre a média de anos de estudo, das pessoas de 25 anos ou mais, dos 13 municípios da região do Recôncavo Sul Delimitado é de 3,95 anos, para o ano de 2000, e está bem abaixo do valor estadual, de 5,46 anos, e nacional, de 5,87 anos, já considerados insuficientes. O único município que se aproxima da média estadual é Cruz das Almas, com valor médio igual a 5,43 anos.

No que diz respeito ao indicador sobre esperança de vida ao nascer, a região de estudo apresenta um valor de 65,36 anos, superior ao do Estado da Bahia, de 64,53 anos, mas inferior ao indicador nacional, de 68,61 anos. O indicador sobre renda per capita mostra que o valor médio da região está bem abaixo do valor estadual (65%) e nacional (206%). O indicador sobre porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população, da região do Recôncavo Sul Delimitado, é de 59,5%, e embora indique uma elevada concentração de renda, está abaixo dos valores estadual (70,2%) e nacional (68,0%). Finalmente o índice de Gini mostra a alta concentração de renda na região (0,57), embora, em termos estadual (0,67) e nacional (0,65), estes valores sejam ainda mais perversos.

INDICADORES AMBIENTAIS

O princípio da qualidade do meio ambiente e de qualidade de vida está cada vez mais presente na

Tabela 10
Indicadores de desenvolvimento social em 2000

Municípios	Anos de estudo(média)	Esperança de vida ao nascer	Renda per *capita*	% renda(20% mais ricos)	Índice de Gini
Cabaceiras do Paraguaçu	2,20	62,86	69,59	61,58	0,64
Cachoeira	4,78	65,54	119,47	62,69	0,60
Conceição do Almeida	3,57	64,64	94,82	55,66	0,52
Conceição de Feira	4,29	63,45	96,80	55,83	0,53
Cruz das Almas	5,43	67,32	159,01	62,91	0,59
Governador Mangabeira	4,04	67,91	94,94	59,88	0,58
Maragogipe	3,34	66,87	82,69	56,41	0,55
Muritiba	4,30	65,51	116,38	56,00	0,54
Santo Amaro	4,94	63,88	122,74	58,49	0,54
São Felipe	2,87	68,50	101,72	59,81	0,56
São Félix	4,28	63,23	110,72	64,29	0,60
São Gonçalo dos Campos	4,01	62,45	112,58	60,85	0,57
Sapeaçú	3,30	67,52	97,59	59,97	0,57
Recôncavo Sul Delimitado	3,95	65,36	97,13	59,56	0,57
Bahia	5,46	64,53	160,19	70,22	0,67
Brasil	5,87	68,61	297,23	68,06	0,65

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

vivência diária dos brasileiros, e há um consenso generalizado, em todos os setores, de que o cidadão deve adotar uma postura de respeito e de preservação para com a natureza e o meio ambiente.

O impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e microbiológicas do meio ambiente, oriunda de qualquer forma de matéria e energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades socioeconômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (Resolução n.º 01/86 do CONAMA).

Independentemente da maneira como são considerados os resíduos da produção agropecuária e agroindustrial, o certo é que apresentam alto risco de poluição, especialmente para os recursos hídricos, em termos de demanda bioquímica de oxigênio, de eutrofização da água e transmissão de diversos tipos de germes patogênicos.

Em qualquer sistema de produção, tanto agropecuário como industrial, há a necessidade de entradas de insumos para a elaboração de produtos destinados ao consumidor; entretanto esses processos não são realizados sem resíduos, ou seja, o meio ambiente cumpre um duplo papel: apresenta-se tanto como fornecedor de matérias-primas como receptor de resíduos das atividades de produção e consumo.

Na região do Recôncavo Sul Delimitado, a maioria do abate de aves é clandestino e poucos são os abatedouros que têm um sistema de inspeção municipal. Isso acarreta diversos danos ao ambiente, tais como: a) lançar o efluente do sistema de tratamento diretamente sobre o solo, provocando erosão e assoreamento de área úmida; b) o não monitoramento da eficiência do sistema de tratamento de efluentes, tornando ou podendo tornar ultrapassados os padrões de qualidade ambiental; c) acumulação de esterco de frango diretamente sobre o solo e a céu aberto, podendo provocar mau cheiro e a conseqüente proliferação de insetos.

Já as duas grandes agroindústrias da região, que praticam sistemas de coordenação vertical, incentivam os produtores locais a também utilizarem os resíduos da atividade de criação de aves como fertilizante para as lavouras de grãos, notadamente o milho, insumo indispensável à produção de carne avícola, isso porque a cama de aviário é importante fonte de nitrogênio. Conforme informações de técnicos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, a demanda por essa fonte de adubo supera a oferta regional, o que reduz em muito o risco de contaminação ambiental por despejo de matéria orgânica nos mananciais hídricos da região.

Em geral, os galpões de criação na região têm capacidade para engorda entre seis a sete mil aves e entre dez a doze mil aves, dependendo do tipo e do sexo do animal. Com relação ao manejo dos resíduos, os produtores reaproveitam a mesma cama do aviário para terminar entre seis a oito lotes, o que minimiza a eliminação de dejetos.

No processo de industrialização, os resíduos também são reaproveitados, como por exemplo as penas (transformadas em adubo), vísceras (alimentação para peixes) e o restante (água, sangue e outros) são destinados para uma fossa de pedras.

A Avigro e a Avipal, de acordo com o Centro de Recursos Ambientais (CRA) do Estado da Bahia, possuem o licenciamento ambiental liberado por aquela autarquia. Há preocupação, por parte do CRA, em monitorar os sistemas de tratamentos de efluentes, inclusive aplicando multas devido ao não-cumprimento, por parte das agroindústrias, dos condicionantes de sua licença ambiental. Pode-se afirmar que, quando as atividades dos frigoríficos são executadas de forma correta, não existe maiores pressões sobre o meio ambiente, uma vez que os resíduos da avicultura são reaproveitados em forma de adubos ricos em nitrogênio e nas agroindústrias há um rigoroso controle dos órgãos públicos sobre os destinos dos efluentes.

DEMANDAS DE TECNOLOGIA E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO *CLUSTER* AVÍCOLA DE CORTE NA REGIÃO DO RECÔNCAVO SUL DELIMITADO

Como estratégia de desenvolvimento, do atual arranjo produtivo avícola de corte para um *cluster* na região do Recôncavo Sul Delimitado, é necessário identificar os gargalos tecnológicos que inibem a expansão de sua competitividade.

Os pontos críticos na produção avícola de corte são a taxa de conversão alimentar e a sanidade dos produtos e é de se esperar que os trabalhos de pesquisa se concentrem nesses pontos, que as empresas fornecedoras de material genético busquem efetivamente pesquisar a genética de aves para melhorar a conversão alimentar. Que determinem um pacote tecnológico, desde a linhagem a ser utilizada até à porcentagem de nutrientes e a quantidade de ração a ser fornecida a cada animal. Não seguir as especificações coloca os produtores e empresas fora do mercado mais dinâmico.

A influência do mercado final e a agregação de valor sobre a produção são características importantíssimas do setor de aves de corte. Nas empresas integradoras, a agregação de valor e/ou a diferenciação de produtos é também um importante motor da inovação.

Pesquisas em aves remetem à resolução de problemas vitais à competitividade das cadeias produtivas, mas os pacotes tecnológicos disponíveis podem não oferecer soluções otimizadas, dadas as diferentes especificidades regionais. O desenvolvimento de tecnologias para nichos de mercado é também um importante espaço de atuação.

Salles-Filho e Zackiewicz (2001), ao estudarem as prioridades de pesquisa em aves, concluem que a pesquisa em sanidade aparece em destaque, com preocupação com a segurança alimentar e barreiras sanitárias à exportação. O transporte e o manejo pré-abate são outras demandas importantes, assim como estudos para melhor adequar as instalações de criação às especificidades regionais. Alguns aspectos de qualidade e de produção de rações também são prioritários (Tabela 11).

A pesquisa em genética, segundo Salles-Filho e Zackiewics (2001), não foi considerada importante; entretanto, o desenvolvimento de linhagens alternativas ou para fins específicos, ocupando nichos de mercados, foi uma prioridade incluída na decisão estratégica. As demandas de serviços tecnológicos são observadas para teste e avaliações de produtos e de capacitação, como treinamentos e sistematização de informações.

Os pontos críticos na produção avícola de corte são a taxa de conversão alimentar e a sanidade dos produtos e é de se esperar que os trabalhos de pesquisa se concentrem nesses pontos

Para a consolidação de um *cluster* avícola de corte na região do Recôncavo Sul Delimitado, podemos enumerar demandas que foram observadas por Carmo (2000), ao sugerir ações que poderiam ser implementadas para o aumento da produção avícola na Bahia: a) pesquisas para determinar o perfil sanitário dos plantéis reprodutores da região; b) pesquisas sobre a composição das rações e seus impactos na produtividade do setor; c) instalação de laboratórios especializados em testes sorológicos e em análise de controle da qualidade de insumos; d) integração entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Estadual de

Tabela 11
Tecnologias e serviços demandados

Prioridades
1. Divulgação de informação e manuais de procedimentos e treinamentos
2. Doenças que afetam a segurança alimentar e manejo no transporte
3. Instalações (controle ambiental, escala e manejo, redução e utilização de resíduos)
4. Métodos para conservação de ração e qualidade, rendimento e composição de carcaça
5. Manejo pré-abate, doenças da produção, armazenamento da produção
6. Qualidade da matéria-prima e estudos da competitividade (mercado, escala, alternativas)
7. Barreiras sanitárias e estudos em doenças não-infecciosas (metabólicas)
8. Programa de teste e validade de produtos para sanidade animal e descontaminação de rações
Estratégicos
1. Sistema de produção para espécies alternativas (rústicas e exóticas)
2. Produtos especiais (carnes, cortes e derivados)
3. Desenvolvimento e avaliação de linhagens para fins específicos

Fonte: Salles-Filho e Zackiewicz, 2001.

Feira de Santana (UEFS) e outras instituições, para realização de pesquisas direcionadas à avicultura de corte da região; e) políticas públicas e privadas para criação de programas de incentivo à produção de milho e sorgo nas regiões mais propícias para a produção desses insumos; f) ação mais efetiva do Estado da Bahia na definição de políticas de financiamento voltadas para o setor avícola; g) desenvolvimento do associativismo para promover uma maior capacidade de mobilização dos produtores; h) melhorias no sistema de informações de mercado da Associação Baiana de Avicultura (ABA); e j) criação de uma câmara para discutir e propor alternativas para solucionar os problemas que afetam a avicultura de corte baiana.

AVALIAÇÃO DA POSIÇÃO COMPETITIVA DA CADEIA PRODUTIVA DE FRANGO DE CORTE

Com base em entrevistas e questionários estruturados, foram coletadas informações junto aos agentes econômicos que desempenham atividades-chave no arranjo produtivo da avicultura de corte da região do Recôncavo Sul Delimitado. Após a tabulação desses dados, elaborou-se um quadro diagnóstico que resume, de forma auto-explicativo, os pontos fracos e fortes do ambiente interno do *cluster* potencial, bem como as ameaças e oportunidades do ambiente externo. (Quadro 1)

Na análise da competitividade da cadeia agroindustrial regional do frango de corte, para determinar a etapa de desenvolvimento em que se encontra o *cluster*, foram considerados os seguintes fatores: insumos, demanda, concorrência, suporte fundamental, políticas e coordenação do sistema.

De acordo com o Quadro 1, destaca-se como insumos críticos para a cadeia produtiva em questão, entre outros, a mão-de-obra (baixa especialização) e os grãos (milho e soja produzidos fora da região). No que diz respeito à demanda, o ponto fraco é o pequeno mercado consumidor regional. Já para a concorrência, é considerado crítico a reputação, a imagem dos produtos e marcas locais. O atraso na execução de investimentos públicos é apontado como gargalo para o suporte fundamental do arranjo produtivo local. Por outro lado, os pontos fortes da cadeia podem ser apontados, entre outros: economias de escala na produção integrada, aumento do *market share* das empresas regionais e incentivos fiscais.

O diagnóstico do ambiente externo revelou como ameaças ao arranjo produtivo local, a falta de foco de coordenação, o baixo volume de P&D em tecnologias locais, as restrições sanitárias de acesso do produto ao mercado externo e a dificuldade das empresas e associações de fornecerem informações precisas

O diagnóstico do ambiente externo revelou, entre outras, como ameaças ao arranjo produtivo local, a falta de foco de coordenação, o baixo volume de P&D em tecnologias locais, as restrições sanitárias de acesso do produto ao mercado externo e a dificuldade das empresas e associações de fornecerem informações precisas. No entanto, existem oportunidades para a cadeia produtiva local, entre elas, a boa estrutura de armazenagem de grãos na região, economias de escopo na produção e distribuição e o Programa de Investimento em Modernização da Agricultura (Agrinvest), que contempla a avicultura de corte.

CONCLUSÃO

Pode-se inferir, dos resultados da pesquisa discutidos neste artigo, que o arranjo produtivo de carne de frango do Recôncavo Sul Delimitado precisa de um plano estratégico que o conduza ao desenvolvimento de um *cluster* avícola, tendo como ponto de partida a cultura e os valores, bem como a filosofia empresarial, dos grupos que vão realizá-lo. Neste contexto, os pontos fortes combinados com as oportunidades do ambiente, aqui revelados, devem predominar como indicadores das formas alternativas de aproveitamento das economias de aglomeração e adensamento produtivo.

As atividades-chave de suporte fundamental, executadas por empresas, entidades e o poder público, no espaço regional do Recôncavo Sul Delimitado, devem privilegiar o investimento em logística de transporte, telecomunicações, siste-

Quadro 1
Avaliação da competitividade da cadeia produtiva de frango de corte do Recôncavo Sul Delimitado

Natureza	Diagnóstico do ambiente interno		Diagnóstico do ambiente externo	
	Pontos fracos	**Pontos fortes**	**Ameaças**	**Oportunidades**
Fatores de produção	Baixa especialização da mão-de-obra	Fornecedores de insumos qualificados (exceto grãos)	Preços de soja e milho instáveis	Expansão da avicultura de corte na região
	Ausência na região de produtores de grãos	Economias de escala na produção integrada	Baixo investimento do governo em infra-estrutura de transporte	Boa estrutura de armazenagem de grãos na região
	Baixa tecnologia para o uso dos dejetos em grande escala	Sistema de telecomunicações eficiente	Falta de foco de coordenação e baixo volume de P&D em tecnologias locais	Incentivo à produção de grãos na região
	Má conservação das estradas vicinais e custo do frete	Dejetos da criação animal como fertilizante	Impactos ambientais: novas tecnologias e processos produtivos	Linhas de crédito
Demanda	Mercado consumidor regional é pequeno	Mercado consumidor estadual é grande e há foco em mercados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco	Baixo crescimento econômico e baixo nível de renda	Demanda crescente na Bahia, no Brasil e no mundo
	Hábito regional de consumir o frango abatido na hora ou resfriado	Demanda por outras linhas de produtos além do frango inteiro	Restrições sanitárias de acesso do produto ao mercado exterior	Economias de escopo na produção e distribuição
Concorrência	Reputação, imagem, produtos e marcas	Aumento do *market share* das empresas regionais	Informalidade, abate clandestino: concorrência desleal	Reforma tributária e ética nos negócios
	Pouca integração local dificulta a eficiência	Ausência de concorrência predatória entre as agroindústrias líderes	Entrada no mercado de grandes empresas globais	Alianças estratégicas para aumentar as vendas internas
Suporte, políticas e coordenação	Coordenação e relacionamento incipientes entre empresas e instituições	Interesse dos agentes econômicos e das comunidades locais em trabalhos de grupo	Influências negativas político-partidárias	Plano estratégico da Bahia: adensamento de cadeias produtivas
	Atraso na execução de investimentos públicos	Incentivos fiscais	Política tributária	UBA e entidades mobilizadoras
	Endividamento e falta de garantia dos produtores	Financiamento do avicultor por agroindústrias	Taxas de juros para investimento incompatíveis com os retornos da atividade	Programa de Investimento Modernização da Agricultura (Agrinvest)
	Ausência de informação sobre a cadeia de custos e do valor dos negócios locais	Pesquisa em andamento em Universidades	Dificuldade de empresas e associações fornecerem informações precisas	Disponibilidade de informação e conhecimento em *clusters* agroindustriais no Brasil

ma educacional, agências regulatórias, sistemas de financiamento, centros de pesquisa e universidades, infra-estrutura especializada e entrepostos de comercialização. Tais investimentos conduzem à concentração de empresas de setores relacionados à avicultura de corte. O objetivo que se busca atingir, na perspectiva do desenvolvimento de um *cluster*, é reforçar não só o conjunto da rivalidade local, como também acentuar as relações horizontais e verticais. Assim, ações otimizadoras, que reduzam os pontos fracos, ou mesmo os extingam, reforçarão a posição competitiva do arranjo produtivo em foco.

Atenção especial também deve ser dada às oportunidades de mercado interno e externo que se apresentam ao arranjo produtivo de carne de frango local. No entanto, as posições competitivas dependem da capacidade do sistema agroindustrial avícola do Recôncavo Sul Delimitado conseguir fugir ou contornar as ameaças que afetam sua capacidade produtiva.

REFERÊNCIAS

ABA - ASSOCIAÇÃO BAIANA DE AVICULTURA. *Relatórios estatísticos*. Conceição de Feira, 2003.

ABEF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE FRANGO. *Relatórios estatísticos*. Disponível em: www.abef.com.br>. Acesso em: out. 2003.

ANUALPEC. *Anuário da Pecuária Brasileira*. Avicultura. São Paulo: Argos, 2002 e 2003.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, 1995-1998.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. Salvador: SEI, 1998. v.1.

AVICULTURA INDUSTRIAL. As regiões da avicultura brasileira. 9. ed. n. 1.105, p. 20-36, 2002.

BAHIAINVEST. *Avicultura*. Disponível em: <http:// www.bahiainvest.com.br>. Acesso em: out. 2003.

CARMO, R. B. A. *Viabilidade econômica da avicultura de corte na microregião de Feira de Santana*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, Recôncavo Sul*: perfil regional. Salvador, 1999.

COSTA, T. V. A. M. Integração regional e seus efeitos sobre as exportações brasileiras de carne avícola. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES. *Sistema de transportes no estado da Bahia*. Disponível em: www.geipot.gov.br>. Acesso em: nov. 2003.

FERNANDES FILHO, J. F.; QUEIROZ, A. M. *Transformações recentes na avicultura de corte brasileira*: o caso do modelo de integração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. Passo Fundo, 2002.

HADDAD, P. R. (Org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil*: estudo de *cluster*. Brasília: CNPq, 1999.

IBGE. *Censo agropecuário*: Bahia - 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. *Censo agropecuário*: Bahia - 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

MARTINS, S. S. A. *Aves e ovos*. out., 1996. p. 06.

MENEZES, R. N. S. *Competitividade do frango produzido nos estados da Bahia e Minas Gerais*. Cruz das Almas, 2001. Dissertação (MS) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do desenvolvimento humano*. Disponível em: www.undp.org.br.>. Acesso em: dez. 2003.

RÉGIS, A.; PINAZZA, L. A.; NUNES, E. P. (Org.). *Agenda para a competitividade do agribusiness brasileiro*: base estatística 2001/02. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SALLES-FILHO; S.; ZACKIEWICZ, M. Prioridades de pesquisa para suínos e aves. *Revista TeC Carnes*, v. 3, n. 1, p. 1-6, 2001.

SCHORR, H. *Modelo empresarial do futuro*. In: SIMPÓSIO PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA AVÍCOLA BRASILEIRA. Campinas: ITAL, ago. 1999.

SEPLANTEC; CAR (1999). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, Recôncavo Sul, perfil regional. Salvador, 1999.

UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTORES. *Ubanews*. Disponível em: www.uba.org.br>. Acesso em: set. 2003.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

A agroindústria de leite e laticínios da Bahia: inserção e reestruturação da atividade

*Alynson dos Santos Rocha**

Resumo

Na agroindústria de leite e laticínios do Brasil, durante os anos 1990, o fim do controle de preços pelo governo, a abertura da economia e o Plano Real promovem alterações nos comportamentos estratégicos de empresas e produtores. A expansão da demanda força a adoção de estratégias pelo segmento industrial, com conseqüências em toda a agroindústria. Observam-se fusões e aquisições, aumento das exigências e seleção de produtores primários, através da granelização do leite. Excluem-se significativas parcelas de produtores que não se enquadram no perfil desejado pelas indústrias. Na Bahia também são verificadas mudanças, refletindo a situação nacional. A produção de leite encontra-se em expansão, mesmo com a participação expressiva de pequenas propriedades, com utilização de mão-de-obra familiar e baixo grau de desenvolvimento técnico. Os produtores baianos também enfrentam os impactos da reestruturação da agroindústria, como a redução e/ou encerramento da captação de leite pelas grandes empresas atuantes no estado. A recente crise da Parmalat reforça a necessidade de ações para atenuar os efeitos negativos, especialmente sobre a produção primária. Neste artigo analisa-se o processo de reestruturação da agroindústria de leite e laticínios no Brasil e seus reflexos para a Bahia. Objetiva-se apresentar o contexto da agroindústria baiana e sua inserção diante das alterações das relações entre os agentes.

Palavras-chave: agroindústria, leite, laticínios.

Abstract

In the dairy agro-industry of Brazil, during the 90's, the end of the control of prices by the government, the opening of the economy and the Real Plan promote alterations in the strategical behavior of the producers and companies. The demand expansion forces the adoption of strategies by the industrial segment with consequences in all the agro-industry. Merges and acquisitions; increase in requirements and selection of primary producers are observed, through the granelização of milk. Significant parcels of producers are abstained that are not fit in the profile desired by the industries. In Bahia changes are verified too, reflecting the national situation. The milk production is in expansion, even with the expressive participation of small properties, use of family labour and low degree of technical development. The producers also face the impacts of the agro-industry reorganization, as the reduction and/or closing of the milk capitation by the great operating companies in the state. The recent crisis of the Parmalat strengthens the necessity of actions to attenuate the negative effect on the primary production. This article analyzes the agro-industry reorganization in Brazil and its consequences for the Bahia. The objective is to present its context and its insertion in the changes of the relationships among the agents.

Key words: *agro-industry, dairy activity, milk.*

INTRODUÇÃO

Observando a trajetória do desenvolvimento da agroindústria de leite e laticínios no Brasil, percebem-se três acontecimentos que determinam a reestruturação das relações entre seus componentes. Durante os anos 1990, o fim do controle de preços pelo governo, a abertura da economia e o Plano Real promovem alterações, especialmente no comportamento estratégico da indústria processadora. Criam-se novas situações e/ou aprofundam-se crises de abastecimento e preços no mercado interno. Estas últimas decorrentes do

* Economista; mestre em economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).alynsonr@hotmail.com

crescimento da produção primária e das importações amparadas na conjuntura favorável de preços internacionais e câmbio. A expansão da demanda no período, forçando as indústrias a buscarem novos fornecedores de matéria-prima, lançarem novos produtos e integrarem novos canais de escoamento da produção, estabelece a adoção de um conjunto de estratégias com importantes conseqüências para a atividade econômica.

Esse conjunto de estratégias, adotado pelo segmento industrial, objetiva o controle do mercado brasileiro de derivados, através de fusões e aquisições, promovidas sobretudo por grupos transnacionais; substituição de matéria-prima nacional pela importada, sempre que as condições de preços internacionais e câmbio são favoráveis; aumento das exigências sobre os produtores primários, em virtude da integração do mercado nacional ao Mercosul e a outros mercados externos; manutenção de bacias menos especializadas, devido às estratégias de redução de custos para produtos destinados a mercados populares; e a seleção de produtores, através de mecanismos como a granelização do leite. As conseqüências dessas estratégias são mais amplas no que diz respeito ao jogo de forças dentro da agroindústria de leite e laticínios. A dispersão dos produtores primários enfraquece seu poder de barganha em relação aos segmentos distribuição e processamento industrial. Excluem-se significativas parcelas de produtores primários, como aqueles que não se enquadram no perfil desejado pelas indústrias, sendo preteridos no processo de integração. Isso pode significar, no limite, a estagnação econômica de toda uma bacia leiteira.

Na Bahia também são verificadas mudanças, refletindo a situação da agroindústria nacional. A produção primária encontra-se em expansão, destacando o estado como o principal produtor do Nordeste. No entanto, as características da produção indicam a participação expressiva de pequenas propriedades, com utilização de mão-de-obra familiar e com baixo grau de desenvolvimento técnico, excetuando-se os casos onde há intervenção direta da indústria processadora. Nesse contexto, torna-se importante a constatação da presença do mercado informal no estado, conseqüência dessas características. Os produtores baianos também enfrentam os impactos da reestruturação da agroindústria, sobretudo no que diz respeito à redução e/ou encerramento da captação de leite pelas grandes empresas transnacionais atuantes no estado – em busca de vantagens operacionais de custo. Em um ambiente de dispersão e pouca organização de produtores, as indústrias processadoras aumentam ou reduzem exigências de acordo com suas estratégias, sendo responsabilizadas por crises recorrentes de preços com reflexos em toda a agroindústria. A recente crise da Parmalat reforça a necessidade de ações para atenuar os efeitos negativos, especialmente sobre a produção primária.

Algumas medidas são implementadas nesse sentido. Destacam-se o fortalecimento das cooperativas de produtores, a adoção de medidas para a diminuição de custos e a produção atendendo a nichos específicos de mercado, a partir da diferenciação dos produtos. Programas governamentais de capacitação, visando ao melhoramento genético dos rebanhos e das condições produtivas (produção, produtividade e qualidade microbiológica do leite), complementam essas medidas. Busca-se, desse modo, a continuidade e manutenção da produção de leite, que muitas vezes significa a principal atividade econômica em uma região. Neste artigo analisa-se o processo de reestruturação da agroindústria de leite e laticínios no Brasil e seus reflexos para a Bahia. Objetiva-se apresentar o contexto da agroindústria baiana e sua inserção diante das alterações das relações entre os agentes. Igualmente, pretende-se fornecer elementos ao planejamento estratégico da atividade, considerando os potenciais e entraves da agroindústria de leite e laticínios da Bahia.

Este artigo subdivide-se em quatro seções, sendo a primeira destinada a esta Introdução. Na segunda seção – Agroindústria de leite e laticínios: reestruturação e estratégias empresariais –, analisa-se o processo de reestruturação da agroindústria e as repercussões nos segmentos primário e industrial. Na terceira seção – A agroindústria da Bahia: reflexos da reestruturação nacional –, estuda-se os impactos das estratégias das indústrias na produção baiana e as soluções encontradas para fortalecer a atividade no estado. A quarta seção destina-se às considerações finais.

A AGROINDÚSTRIA DE LEITE E LATICÍNIOS: reestruturação e estratégias empresariais

No início dos anos 1990, três acontecimentos alteram profundamente o ambiente competitivo e as relações entre os agentes da agroindústria de leite e laticínios do Brasil: a desregulamentação do mercado, a abertura comercial e o plano de estabilização econômica ou Plano Real. Tais fatos aceleram o processo de redistribuição do poder de negociação, sobretudo do segmento industrial de capital estrangeiro e dos supermercados como pontos-chave de distribuição, conferindo ao segmento primário um papel secundário na determinação da dinâmica da atividade.

No início dos anos 1990, três acontecimentos alteram profundamente o ambiente competitivo e as relações entre os agentes da agroindústria de leite e laticínios do Brasil: a desregulamentação do mercado, a abertura comercial e o plano de estabilização econômica ou Plano Real

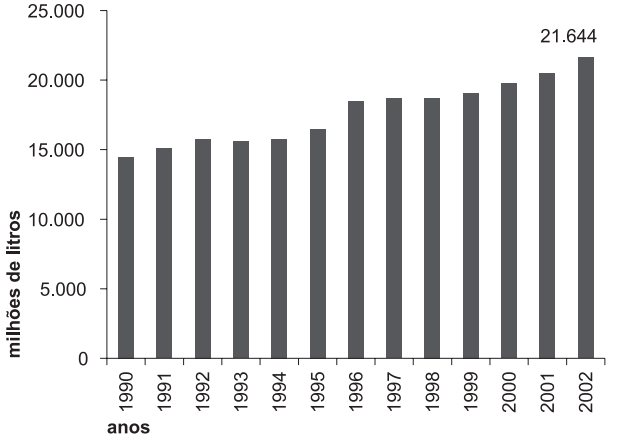
A abertura comercial coloca o produtor nacional em concorrência com produtos importados – freqüentemente subsidiados – da União Européia e Oceania, além dos demais países do Mercosul. Como explicam Jank e Galan (1998), as importações constituem-se, durante a intervenção governamental sobre os preços do leite fluido (de 1945 a 1991), no mecanismo do governo para abastecer o mercado nos períodos de entressafras. Com a abertura, empresários privados passam a realizar importações, objetivando a complementação das linhas de produtos. Outros, aproveitando a conjuntura cambial, juros, preços e prazos favoráveis, também se utilizam dessa prática, sendo apontados como responsáveis por instabilidades (via sobreoferta) e queda de preços, sobretudo os recebidos pelos produtores primários.

O Plano Real e a estabilização da moeda trazem a maior capacidade de planejamento das empresas e, sobretudo, incrementam fortemente o consumo de derivados, devido à alta elasticidade-renda desses produtos. Novos consumidores, de menor poder aquisitivo, passam a demandar, estimulando a agroindústria ao atendimento das necessidades geradas (WILKINSON, 2000). De Negri (1996) e Wilkinson (2000) apontam os efeitos desses acontecimentos: 1) a reestruturação da oferta, através do aumento da produção nacional de leite – aproximando-se dos 23 bilhões de litros em 2003 – com o crescimento de novas bacias, especialmente no Centro-Oeste; 2) a preocupação com a modernização e a qualidade no segmento primário, sobretudo com a expansão do sistema de coleta a granel; 3) as mudanças no perfil do consumo, estimulando a segmentação dos mercados; 4) a reestruturação das cooperativas, outrora principais pontos de captação e processadoras do leite produzido no país; 5) a presença de importados, gerando instabilidades no mercado interno; e 6) a reestruturação da propriedade do capital no segmento industrial.

A estabilização econômica permite o aumento do consumo de leite e derivados, estimulando o aparecimento das novas bacias produtoras, como no Centro-Oeste. Ademais, contribuem ainda os custos de produção mais baixos nessa região – basicamente terras mais baratas, com maior plantio de grãos para a ração do gado, reduzindo os custos com alimentação. Outros fatores indicativos da dispersão geográfica da produção, em direção aos cerrados, compreendem a crise da pecuária de corte – que exige maiores escalas de produção, com os pecuaristas encontrando no leite uma alternativa de renda – e financiamentos públicos via Fundo Constitucional do Centro-Oeste e Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). As condições – juros, carência e prazos de pagamento – são favoráveis aos produtores, que adquirem animais especializados, incrementando os rebanhos locais (JANK; GALAN, 1998; WILKINSON, 2000; BELDI, 2001). No Gráfico 1 tem-se a evolução da produção de leite no Brasil.

Ao processo de expansão da produção primária, seguem-se as exigências técnicas ao produtor, em virtude da própria integração do mercado nacional, principalmente ao Mercosul – onde Argentina e Uruguai são altamente competitivos em termos de produção, produtividade e custos. O destaque, nesse contexto, é o sistema de coleta a granel, no qual o leite captado é transferido para tanques de resfriamento, ainda na fazenda, e posteriormente

Gráfico 1
Evolução da produção de leite no Brasil



Fonte: IBGE/PPM/SIDRA, 2004 (modificados)

levado – em caminhões igualmente refrigerados – à indústria, para processamento. O sistema apresenta, como vantagens, a melhoria da qualidade físico-química-microbiológica do leite, uma vez que as temperaturas oscilam entre 4ºC e 7ºC, retardando a proliferação de microorganismos que alterem as propriedades do produto. Permite, também, mais de uma ordenha ao dia e não necessariamente em horários específicos (manhã e fim da tarde) para a atividade (JANK; GALAN, 1998; WILKINSON, 2000; BELDI, 2001).

A implantação desse sistema – embora represente também a modernização a jusante da agroindústria e a eliminação de postos de resfriamento, além da regularidade no fornecimento – desencadeia o processo de seleção e especialização de produtores, seja pela exigência de homogeneização do leite, seja pelos custos de aquisição dos tanques de resfriamento. De fato, a conseqüência imediata observada é a redução do número de produtores ligados às grandes empresas e cooperativas, ao mesmo tempo em que se mantém (ou mesmo aumenta) a produção diária dos produtores remanescentes (JANK; GALAN, 1998; WILKINSON, 2000; BELDI, 2001).

Como visto, a modernização do segmento primário torna-se elemento na discussão da qualidade como preocupação competitiva para a agroindústria brasileira. A questão também passa pela legislação e fiscalização sanitária no país. A legislação vigente, muitas vezes considerada atrasada em normas e padrões de qualidade, é reforçada pela heterogeneidade da agroindústria em relação ao uso de tecnologia e das práticas gerenciais e comerciais. Já a fiscalização ineficiente traduz-se no grande mercado informal, estimado em cerca de 40% da produção nacional. O processo de reestruturação e a integração com outros mercados forçam ações no sentido de se tentar pôr em prática uma legislação atualizada e compatível internacionalmente.

Outro exemplo está no Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), um conjunto de normas envolvendo desde a captação, armazenamento e transporte da matéria-prima, até processos industriais e comercialização dos laticínios e a infra-estrutura produtiva necessária. O programa encontra potenciais entraves à sua implementação: a citada heterogeneidade dos agentes envolvidos; a carência de uma rede ampla de eletrificação rural, o que retarda a adoção do sistema a granel (resfriamento); as condições da malha viária nas bacias leiteiras, para atender as necessidades de transportes; a capacitação dos produtores para as novas exigências; e as condições de atendimento de laboratórios de análises e testes físico-químico-microbiológicos previstos.

As mudanças também repercutem nas cooperativas. Estas, entre os anos 1960 e 1970, reorganizam-se em grandes centrais, visando ao atendimento da crescente demanda de leite fluido e outros derivados, resultante da expansão da urbanização do país. A crise dos anos 1980 e a abertura econômica na década seguinte põem à prova as práticas cooperativistas diante do novo ambiente competitivo. Isso porque, nesses períodos, combina-se a redução da demanda, registrando-se recusas de matéria-prima pela indústria, e o movimento de importações. Promovidas, principalmente, pelas transnacionais, as importações agravam o quadro de ociosidade das instalações industriais das cooperativas. Além da tarefa de lançar novos produtos, como iogurtes, sobremesas e outras variedades de leite fluido – e o *marketing* destes –, face à concorrência com as grandes empresas, as cooperativas têm de recepcionar o leite produzido pelos cooperados, independente da demanda, arcando com os custos de estocagem (WILKINSON, 2000).

Com o processo de reestruturação das relações

dentro da agroindústria, nas empresas transnacionais e nos grandes grupos nacionais observa-se quatro níveis de estratégias. O primeiro nível baseia-se na compra de leite (em pó) no mercado internacional (Oceania e União Européia, através do Mercosul), aproveitando a conjuntura cambial, de tarifas de importação e de preços favoráveis. Reduzem-se os custos com matéria-prima, enquanto depreciam-se os preços do leite no mercado interno. Em relação à análise já desenvolvida no item anterior, acrescenta-se que a possibilidade de comprar leite mais barato no mercado internacional confere aos empresários mais uma justificativa para a desativação de unidades produtoras em diferentes bacias leiteiras.

O segundo nível também objetiva redução de custos. A partir de diferentes graus de especialização do produtor nacional – refletindo-se nos preços da matéria-prima – as empresas captam leite a baixos custos. Essa estratégia permite a manutenção da baixa especialização, em média, da produção de leite no país. Note-se o surgimento da ambigüidade de interesses do segmento industrial em relação aos produtores primários. Por um lado, existe o estímulo à qualidade de matéria-prima, à granelização e à regularidade de produção. Esses itens geralmente são exigidos quando se trata de produtos de maior valor agregado, para consumidores de rendas elevadas, pouco interessados no fator preço. Por outro lado, quando a produção destina-se a mercados populares, os empresários utilizam produtores menos especializados, buscando vantagens de custos. Observa-se, portanto, que a ambigüidade estratégica do segmento industrial relaciona-se à busca por lucro imediato ou vantagens competitivas de mercado. Combinando a compra de leite a baixos preços, ou estabelecendo condições – fidelidade, produtividade e regularidade – objetivando eficiência produtiva, o segmento industrial divide-se entre estimular (busca por lucro) ou eliminar (busca por vantagens competitivas) o produtor não especializado (WILKINSON, 1996; ROCHA; COUTO, 2002).

O conjunto de estratégias gera, como conseqüência, a veloz concentração e centralização de capitais dentro da agroindústria. Desdobra-se também na discrepância das relações de poder, entre segmento primário e industrial e entre grandes e médias/ pequenas empresas

O terceiro nível de estratégias define a reestruturação da propriedade do capital na agroindústria. O processo, fortemente observado no período pós-tabelamento de preços, corresponde às fusões e aquisições, que se revelam fruto da estratégia de crescimento, via integração horizontal, e de dominação do mercado brasileiro, ainda não completamente explorado e com grande potencial de crescimento. Objetivam-se ganhos de escala e o controle da distribuição ou do suprimento de matéria-prima. Em alguns casos, a aquisição de uma empresa – seguida da interrupção das suas atividades – pode significar a eliminação de uma marca da firma compradora. Em outros, o objetivo pode ser a aquisição de uma marca tradicional consagrada no mercado, que passa a ser adotada e valorizada pela firma compradora, aumentando sua participação no mercado (ROCHA; COUTO, 2003).

O quarto nível de estratégia observado corresponde ao *marketing* de marcas e produtos. Destacam-se novamente as transnacionais, com campanhas publicitárias voltadas para o público infantil; vantagens funcionais e/ou nutricionais dos produtos; apoios a eventos culturais ou esportivos. Simultaneamente ao processo de fusões e aquisições, promove-se o fortalecimento de marcas já consolidadas em seus respectivos mercados. Essa pode configurar-se na estratégia dominante adotada pelas grandes empresas.

O conjunto de estratégias apresentado gera, como conseqüência, a veloz concentração e centralização de capitais dentro da agroindústria. A busca da consolidação em alguns mercados regionais, pelas empresas sobreviventes, é também reveladora de novas estratégias e reestruturação interna da agroindústria. Desdobra-se também na discrepância das relações de poder, entre segmento primário e industrial e entre grandes e médias/ pequenas empresas. Tem-se, portanto, que a própria heterogeneidade da agroindústria no Brasil reforça o caráter relativo da modernização do segmento. A produção primária, fortemente heterogênea, contribui para essa observação. A crescente

produção resulta da demanda pós-Plano Real, desencadeando o aparecimento de novas bacias. Note-se que uma parcela significativa do total produzido é oriunda de produtores pouco especializados, daqueles que têm no leite um subproduto da pecuária de corte, e dos produtores de subsistência. Embora sofram as conseqüências do processo de seleção promovido pelas indústrias, esses produtores não-especializados apresentam, como ponto forte, o baixo custo, tanto de produção quanto de manejo dos rebanhos. Essa característica permite a sobrevivência nos períodos de crise de preços pagos pela matéria-prima.

A AGROINDÚSTRIA DA BAHIA: reflexos da reestruturação nacional

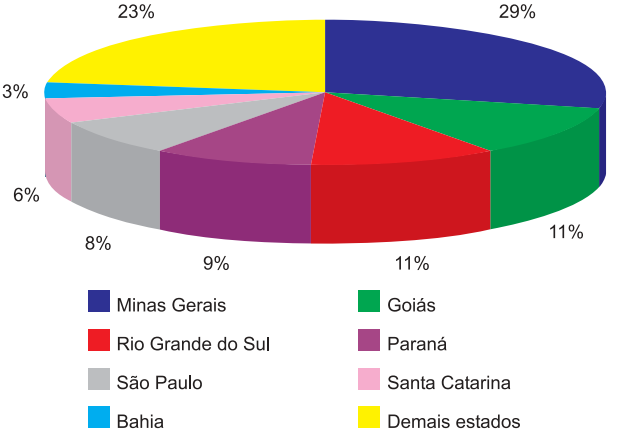
Precede-se a análise das transformações da agroindústria de leite e laticínios da Bahia com a observação do ambiente e das relações entre os segmentos primário e industrial processador. No segmento primário, a pecuária leiteira baiana apresenta-se com algumas características que determinam sua inserção na atividade nacional. Os indicadores de produção colocam o estado entre os maiores produtores do país, com aproximadamente 750 milhões de litros, segundo dados oficiais da pesquisa pecuária municipal do IBGE. Na região Nordeste, a Bahia possui a maior produção, seguida pelos estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas. Registra-se também o incremento da produtividade do gado leiteiro, no período de 1990-2000, passando de 466 litros/vaca/ano, para 495 litros/vaca/ano, ainda assim abaixo da média de produtividade nacional, 1.139 litros/vaca/ano (IBGE/PPM/SIDRA, 2004). No Gráfico 2 apresenta-se a participação da produção primária da Bahia no contexto nacional.

Outro aspecto importante nesta análise é a qualidade do leite – especialmente no sentido microbiológico. Note-se que tais considerações dizem respeito ao grau de utilização das técnicas de coleta, manipulação, armazenagem e transporte do leite no estado. Dessa forma, compromete-se, em geral, a qualidade do leite produzido na Bahia, uma vez que a tecnologia mais avançada só aparece em alguns casos isolados – notadamente onde há a intervenção do segmento industrial processador. É comum, em muitas regiões produtoras, a presença de caminhões não-refrigerados transportando os *latões*, no início e final do dia, revelando a falta de um sistema de coleta mais especializado, como a coleta a granel. Justifica-se pelos custos de implantação do sistema e pela estrutura da atividade primária no estado, onde predominam práticas tradicionais – criação extensiva, utilizando-se pastagens nativas. Também não são generalizadas as técnicas modernas de ordenha (mecânica). Segundo o último Censo Agropecuário da Bahia, realizado pelo IBGE em 1995-1996, dos mais de 150 mil informantes, apenas 1,05 mil declarou utilizar a ordenha mecânica, ou seja, apenas 0,7%. Ratificam-se, assim, as afirmações anteriores (ROCHA, 1999).

É comum, em muitas regiões produtoras, a presença de caminhões não-refrigerados transportando os *latões*, no início e final do dia, revelando a falta de um sistema de coleta mais especializado, como a coleta a granel

As principais regiões produtoras, na Bahia, são o Nordeste, a região Piemonte-Diamantina, o Litoral, o Extremo Sul e o Sudoeste. Embora as estatísticas indiquem aumento da produção estadual, algumas observações decorrem do atual estágio da atividade primária da Bahia. Inicialmente, tem-se que o gado leiteiro é, em grande parte, mestiço – somente

Gráfico 2
Participação da produção de leite na Bahia em relação aos demais estados produtores no Brasil

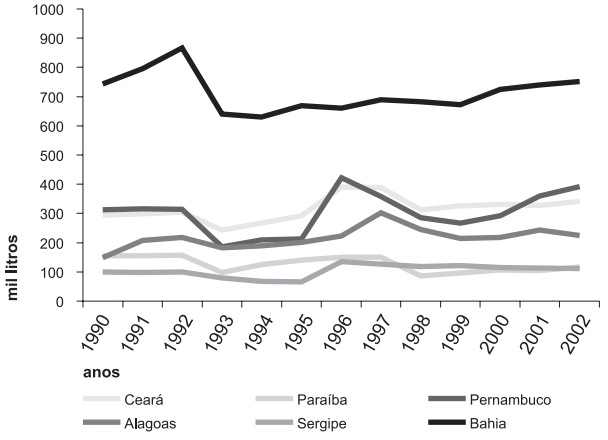


Fonte: IBGE/PPM/SIDRA, 2004 (modificados)

em poucas regiões (mais especializadas, como as bacias no sudoeste e no sul do estado) a produção origina-se de gado de raças européias, especialmente a holandesa, e/ou mestiças com raças zebuínas, como a girolanda. Conseqüentemente, não há como garantir a constância ou regularidade na produção. Justifica-se, dessa forma, a sazonalidade da produção, alternando grandes safras com períodos de escassez, devido, sobretudo, às estiagens nas regiões produtoras. Note-se, também, que a produção primária geralmente apresenta caráter secundário ou complementar, vinculando-se à pecuária de corte. Quando o preço da carne eleva-se no mercado regional, a oferta de leite diminui, pois a produção é destinada à alimentação dos bezerros. Some-se ao fato que, quando os preços do leite decaem – pela sobreoferta de produto – a tendência é destinar o leite também para a alimentação dos bezerros que futuramente são destinados ao abate. Essas informações definem a caracterização geral da pecuária leiteira na Bahia: pequenas propriedades, mão-de-obra familiar e baixo grau de desenvolvimento técnico (ROCHA, 2004). No Gráfico 3 tem-se a evolução da produção baiana, comparando-se ao restante do Nordeste. Na Figura 1 tem-se a distribuição da produção por microrregiões.

Em âmbito federal, o acompanhamento da qualidade do leite na Bahia é realizado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da Delegacia Federal de Agricultura da Bahia (DFA-BA), em sua Seção de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPA). Entre suas atribuições, a SIPA inspeciona os produtos de origem animal nas indústrias relacionadas, além de fiscalizar o comércio e o transporte desses produtos no estado. Na Bahia, a SIPA conta com os dados fornecidos pelos chamados pontos de inspeção de produtos (POINS), localizados em Salvador, Itabuna, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas e em Feira de Santana. Na esfera estadual, o monitoramento da qualidade do leite é conduzido pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado (SEAGRI), em sua instituição ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia. Entre as atribuições da ADAB estão a elaboração de programas de saúde animal e o controle de qualidade, a fiscalização, o comércio e o transporte de produtos de origem animal, dentro das fronteiras baianas, além da vigilância em caso de doenças veterinárias.

Gráfico 3
Evolução da produção leiteira da Bahia em comparação aos principais produtores da região Nordeste - 1990-2002

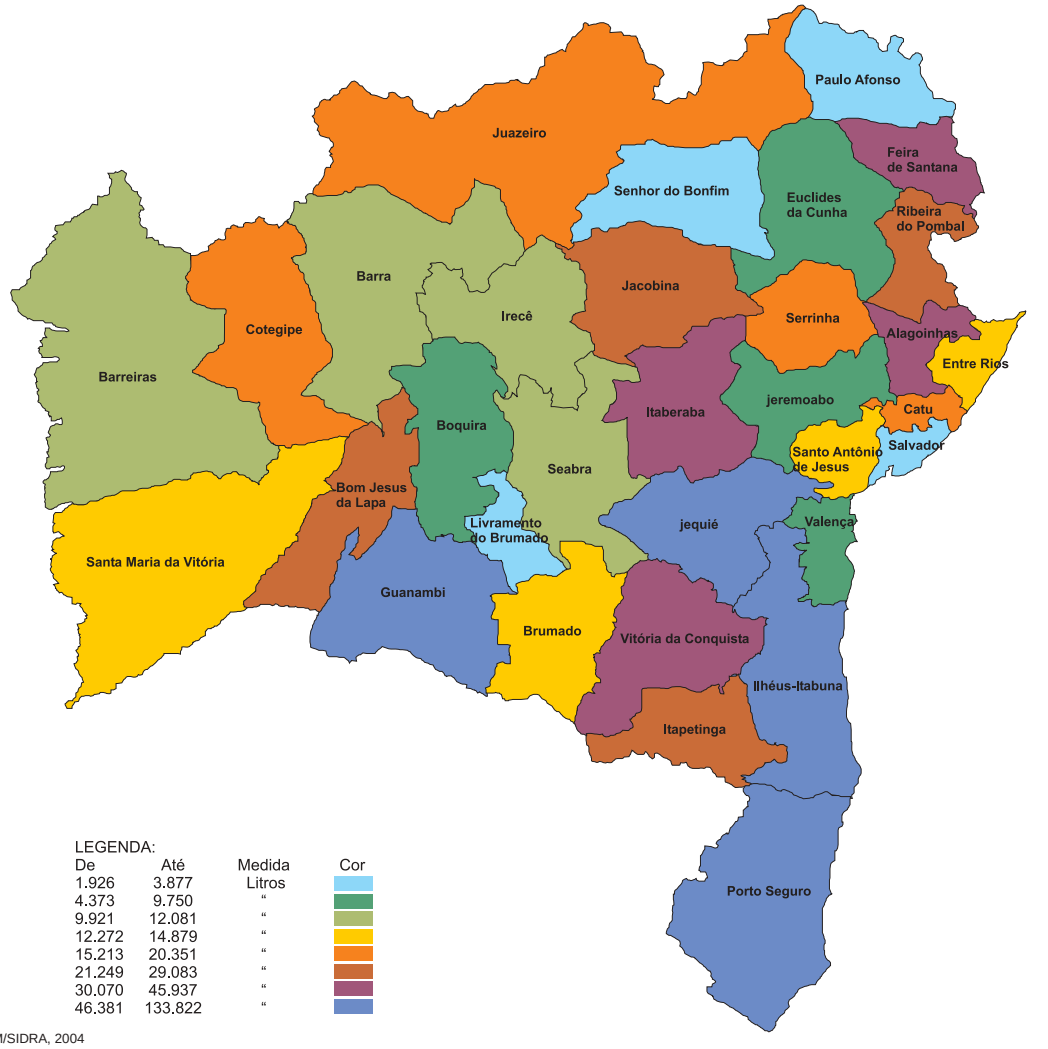


Fonte: IBGE/PPM/SIDRA, 2004 (modificados)

Existe ainda a qualidade do leite comercializado no chamado mercado informal. Não existem instrumentos para definir a qualidade do leite que está nesse mercado. O que se pode afirmar é que o produto não passa pelos controles de qualidade usuais, sendo comercializado diretamente ao consumidor. Na Bahia, estima-se em 30% a 40% o tamanho do mercado informal de leite. Esse número não pode ser devidamente comprovado, pois mesmo os produtores que estão sujeitos a algum tipo de controle sanitário, destinam parcelas da produção para utilização própria e, em muitos casos, esses produtos acabam sendo comercializados ainda que localmente.

Com objetivos de reduzir as deficiências da produção primária baiana, especialmente no que diz respeito ao melhoramento genético dos rebanhos e de construir infra-estrutura capaz de atender com eficiência ao pretendido aumento de produtividade da pecuária leiteira estadual, tem-se o Programa de Recuperação da Pecuária Leiteira do Estado da Bahia (PROLEITE). Criado em 1999, o PROLEITE reúne o Governo do Estado, através da SEAGRI, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Federação da Agricultura da Bahia (FAEB), a Associação Baiana de Criadores (ABAC) e a Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), além do Banco do Nordeste do Bra-

Figura 1
Distribuição da produção leiteira na Bahia, por microrregiões geográficas



Fonte: IBGE/PPM/SIDRA, 2004

sil (BNB). As principais ações implementadas compreendem a compra de matrizes leiteiras; aquisição de materiais e implementos, visando ao melhoramento do manejo do gado leiteiro; e a disseminação de técnicas modernas para a atividade, capacitação e organização dos produtores (BAHIA, 1999). Na concepção do Programa prevê-se a sua atuação em praticamente todo o estado. Entretanto, devido à heterogeneidade da atividade estadual, percebe-se a necessidade da elaboração de diagnósticos mais precisos sobre a realidade do leite em cada região (rebanhos, produção primária, processamento do leite, distribuição e comercialização dos laticínios), como forma de detecção das reais demandas a serem atendidas.

Apesar de programas como o PROLEITE, que reúne algumas das mais importantes instituições relacionadas à pecuária leiteira, o produtor primário baiano ainda enfrenta a falta de articulação entre produtores e demais instituições de apoio – técnico, financeiro ou organizacional –, permitindo, por exemplo, que a figura do intermediário (atravessador) persista, com transporte irregular e elevando preços do leite para o consumidor, sem que tais ganhos sejam revertidos aos produtores. Espera-se que a influência dos atravessadores diminua, como resultado da generalização das técnicas de coleta a granel e resfriamento do leite desde as fazendas. Isso permite o

transporte direto do local de coleta para os laticínios. Observe-se que a falta de articulação entre os agentes da agroindústria no estado repercute no agravamento da crise de preços do leite – porém com o surgimento de novas soluções para os produtores –, notadamente nos anos 2000-2002. Desenvolver-se-á essa análise mais adiante.

O segmento industrial da agroindústria enfrenta mudanças semelhantes, verificadas nacionalmente, objetivando ganho de competitividade diante dos novos cenários econômicos. As características principais desse processo também se traduzem em novas relações entre indústria e produtores primários, destacando-se as tentativas de expansão do sistema de coleta a granel. Esse fato concretiza-se na compra direta da matéria-prima junto aos fornecedores, eliminando o atravessador e a não ocorrência em custos. Isso permite o fornecimento do leite homogêneo e dentro do padrão de qualidade determinado pelas indústrias. Corrobora-se a informação que somente em casos onde há a influência direta das indústrias, constata-se os três atributos mais desejados pelo segmento industrial: produtividade, regularidade e qualidade da produção primária (ROCHA, 2004).

A estrutura do segmento industrial do leite e laticínios da Bahia pode ser entendida a partir da convivência de grandes empresas transnacionais, cooperativas, granjas leiteiras e microusinas de beneficiamento. Estas últimas tratam-se "[...] de pequenas empresas integradas verticalmente [normalmente com incentivos estatais], que exploram nichos específicos, como o leite pasteurizado para consumo *in natura*, queijos populares e manteiga." (SUPERINTENDÊNCIA DE..., 1998, p.137 *apud* ROCHA, 1999). Entretanto, os estabelecimentos clandestinos proliferam, colocando em risco a segurança alimentar da população, uma vez que tais produtos não passam por quaisquer fiscalizações ou controles sanitários.

Entre os principais elementos que funcionam como entraves ao maior desenvolvimento do segmento, no estado, tem-se a baixa produtividade do gado leiteiro e os custos com captação, de resfriamento e seleção da matéria-prima, além dos custos com transporte (baixa infra-estrutura de apoio), pois nem sempre a captação está próxima à indústria de transformação. A baixa produtividade, aliada à falta de articulação entre os agentes da agroindústria, reflete-se no incremento do suporte técnico das empresas a seus fornecedores *cativos*. Com um produtor que enfrenta, além da baixa produtividade do rebanho, a pouca especialização para a atividade, custos elevados e qualidade inferior à desejada, as empresas são forçadas a auxiliar tecnicamente os produtores, a fim de manter a regularidade e qualidade na captação do leite. São técnicas que vão desde o melhoramento genético do gado e alimentação correta, até o manejo dos rebanhos e pastagens (ROCHA, 1999).

Entre os principais elementos que funcionam como entraves ao maior desenvolvimento do segmento, no estado, tem-se a baixa produtividade do gado leiteiro e os custos com captação, de resfriamento e seleção da matéria-prima, além dos custos com transporte

Estrategicamente, a Bahia possui importância no mercado de leite e laticínios do Nordeste devido à sua posição geográfica, servindo de base para outros estados, o que significa menos custos de transporte. Há potencial de crescimento do mercado consumidor, conseqüentemente, também de desenvolvimento para o segmento industrial. Esse potencial é revelado em iogurtes, sobremesas lácteas e queijos finos, cuja produção atualmente é *importada* do centro-sul do país. Entretanto, observa-se que, da mesma forma que a agroindústria nacional, as estratégias do segmento industrial têm reflexos, não raro, negativos sobre a produção primária. Muitas vezes, o processo de seleção e exclusão de produtores pode resultar em estagnação econômica de toda uma bacia leiteira. A crise dos preços do leite na Bahia, entre os anos 2000/2002 – repercutindo fato já ocorrido no país –, torna-se exemplo ilustrativo dessas afirmações (ROCHA; COUTO, 2002).

Os reflexos da crise no estado são atribuídos ao planejamento estratégico combinado das indústrias, notadamente as firmas transnacionais Nestlé e Parmalat, e à grande dispersão dos produtores primários. Não havia, na Bahia, organizações fortes de defesa dos produtores. As principais cooperativas baianas, a Cooperativa Grapiúna de Agropecuaristas

(COOGRAP) e a Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (CCLB), passavam por dificuldades administrativas e/ou financeiras, deixando os produtores à mercê dos interesses das grandes firmas. Estas se sentem à vontade para aumentar ou diminuir as exigências, de acordo com suas estratégias para reduzir ou aumentar a captação de leite, respectivamente (ROCHA; COUTO, 2002).

Tome-se como exemplo os antibióticos no leite, resultantes dos tratamentos sanitários do rebanho. Sua presença no produto é do conhecimento das indústrias, não havendo restrições ao recebimento desse leite. Porém, quando o interesse pela captação diminui, as indústrias passam a exigir a imediata redução dos níveis de antibióticos no leite. Pouquíssimos produtores atendem rapidamente às exigências, o volume de leite no mercado aumenta e os preços, conseqüentemente, caem. Outra prática das indústrias é – como visto anteriormente – o deslocamento da captação de leite para outros estados, objetivando facilidades de preços, de coleta e de transporte. Busca-se, assim, competitividade, via adequação das planilhas de custos. Retoma-se aqui o exemplo da saída da Parmalat da Bahia para Pernambuco, em 2000.

Note-se que as firmas transnacionais do leite dominam e estabelecem regras à produção baiana, encontrando-se desagregadas as associações de produtores, em especial as cooperativas. Segundo informações da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário-Gado de Leite (EBDA-GL), o fortalecimento da CCLB é apontado como positivo, uma vez que, com o apoio da Secretaria de Agricultura do Estado, a cooperativa obtém facilidades de comercialização de boa parte de sua produção diretamente na rede de mercados populares da Bahia (Cesta do Povo) e na merenda escolar estadual. A iniciativa do governo reflete-se na reorganização dos produtores em apoio à CCLB, evitando o abandono da atividade. Segundo a EBDA-GL, a ocorrência mais comum, logo após a redução da atividade da Parmalat no estado, foi a recondução do leite para a CCLB, pequenas e médias indústrias regionais/locais. No Extremo Sul, área de atuação da Nestlé, os produtores também passam a utilizar esses novos canais de distribuição do leite. Aqueles localizados próximo à capital entregam o leite tanto à cooperativa quanto aos laticínios, cujos mercados compreendem essencialmente Salvador, região metropolitana (RMS) e Feira de Santana.

O próprio aumento da oferta verificado nos últimos anos contribui à crise de preços do leite no Brasil. As indústrias reduzem a captação também em função desse elevado volume disponibilizado pelos produtores. Na Bahia, a situação é semelhante. Após o decréscimo da produção, devido à seca em 1993/1994, a EBDA-GL inicia trabalhos visando à estruturação dos produtores, mantendo-os na atividade. Divulgando tecnologias de alimentação do gado, de silagens, feno etc., consegue-se, já no período de estiagem em 1997/1998, estabilizar a produção, reduzindo as diferenças sazonais (safra/entressafra). As indústrias, aparentemente, não estão preparadas para esse ganho repentino de produção e, diante da maior oferta de leite, começam a utilizar as estratégias aqui descritas para reduzir o volume captado. Os preços logicamente caem, agravando a crise no estado. Alguns produtores implantam seus próprios laticínios, como saída à crise. Individuais ou coletivas, essas pequenas indústrias possuem estruturas mais leves e operação a baixos custos. Os pequenos laticínios possibilitam aos produtores melhores preços pelo leite e derivados, contribuindo para a continuidade da atividade. As oscilações de preços do leite (tipo C) na Bahia e nos principais estados produtores brasileiros podem ser visualizadas no Gráfico 4.

Outra solução incentivada pela EBDA-GL é a produção de leite a pasto. Para a empresa, mesmo se os preços estão baixos, o produtor pode ainda lucrar com o leite, em virtude da queda dos custos de alimentação. A saída inovadora é o chamado leite orgânico. Já existem produtores baianos produzindo leite de rebanhos tratados com homeopatia. Vendendo diretamente aos consumidores, nas feiras especializadas da capital, esses produtores têm conseguido preços atrativos pelo litro do leite já pasteurizado, suficientes para cobrir custos e oferecer lucro com a atividade. Note-se que, se por um lado o planejamento estratégico do segmento industrial agrava a crise de preços do leite na Bahia, por outro, são estimuladas e/ou criadas soluções à crise, especialmente no que diz respeito à continuidade dos produtores primários na atividade. Regis-

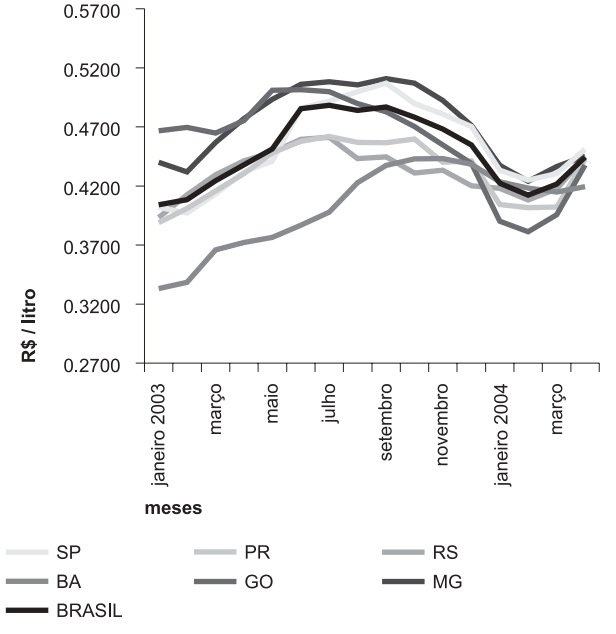
tra-se o fortalecimento das cooperativas centrais e das associações de produtores, com incentivo à implantação de pequenos laticínios para o beneficiamento do leite; a diversificação das atividades nas fazendas, para diminuir custos; e a produção visando ao atendimento de nichos específicos de mercado, como o leite orgânico.

Note-se que essas soluções tornam-se importantes diante do contexto de entressafras, normalmente enfrentadas pelos produtores, mas também para atenuar os efeitos da crise da transnacional italiana Parmalat, no final de 2003 e início de 2004. A crise financeira da empresa – que alcança o segundo posto na captação e processamento de leite no país ainda nos anos 1990, sendo superada apenas pela suíça Nestlé – repercute no atraso e/ou suspensão dos pagamentos aos produtores de leite. As conseqüências imediatas do não funcionamento de um importante canal de escoamento da produção (em muitos casos a empresa assume o papel de única compradora da produção) configuram-se no excesso de oferta e depreciação dos preços. Organizações de produtores demandam ações para evitar a intensidade dos efeitos da crise da empresa italiana, como a manutenção das unidades de captação do leite, para evitar a desestruturação de bacias leiteiras. Justifica-se pela possibilidade não só de problemas econômicos, mas também de problemas sociais, uma vez que a produção de leite muitas vezes funciona como principal atividade econômica em uma determinada região. Outra medida seria a intervenção governamental, através de compras e/ou estocagem de leite em pó, destinando-o a programas sociais. Complementa-se com a facilitação do acesso a linhas de crédito e financiamento especiais, evitando que os produtores abandonem a atividade.

Torna-se necessário, paralelamente ao fortalecimento das cooperativas, medidas de incentivo ao consumo de leite e laticínios no estado, bem como a maior articulação entre produção primária, distribuição e comercialização

Na Bahia, aponta-se o fortalecimento e integração das cooperativas como ação para evitar os efeitos da crise da Parmalat. Igualmente, a ampliação do alcance das cooperativas – incentivando a organização dos produtores – reforça o novo papel dessas entidades. Embora as operações da Parmalat no Nordeste sejam progressivamente centralizadas em Garanhuns (Pernambuco), a partir do ano 2000, significando o encerramento ou terceirização das atividades de suas unidades baianas, o excesso de oferta em outros estados pode afetar indiretamente a produção local, através da depreciação dos preços para os consumidores finais, refletindo-se na redução dos preços recebidos pelos produtores primários. À medida que o leite produzido pelos outrora fornecedores da empresa italiana seja captado por outras empresas, diminui-se o risco para o mercado baiano. No entanto, torna-se necessário, paralelamente ao fortalecimento das cooperativas, medidas de incentivo ao consumo de leite e laticínios no estado, bem como a maior articulação entre produção primária, distribuição e comercialização, criando-se, por exemplo, áreas cativas para produtos baianos, tais como escolas e repartições públicas, hospitais, centros sociais, etc.

Gráfico 4
Variação dos preços do leite tipo C na Bahia e principais estados produtores brasileiros, 2003-2004



Fonte: CEPEA, 2004

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1990, define-se a reestruturação da agroindústria brasileira de leite e laticínios, com o fim da intervenção estatal, a abertura da economia e o Plano Real. Acelera-se a reestruturação das relações entre produção primária e a indústria processadora. As estratégias adotadas pelo segmento industrial repercutem em toda a agroindústria, particularmente sobre a produção primária – preços recebidos, condições de produção, granelização do leite, regularidade, produtividade etc. Esses efeitos resultam de estratégias maiores, de dominação do mercado brasileiro – estratégias de custos, reestruturação do capital, ambigüidade em relação à produção primária, etc. Entretanto, os índices de produção indicam que a atividade ainda tem espaço para crescimento no país. A nova bacia leiteira do Centro-Oeste ratifica tal afirmação. Note-se, ainda, que a característica mais geral da agroindústria de leite e laticínios brasileira, a heterogeneidade, reflete-se na produção primária oriunda de pequenas propriedades – ao lado de estabelecimentos altamente especializados –; e na convivência entre grandes empresas transnacionais, grandes grupos nacionais, médias e pequenas empresas – com mercados de alcance regional ou local. Não se descarte a presença significativa do mercado informal, cujo real volume comercializado não se pode mensurar, mas sua presença é facilmente identificável nas diversas bacias leiteiras do país.

Na Bahia também são verificados esses aspectos. Igualmente ao observado para o país, a produção primária encontra-se em expansão. Os produtores enfrentam situações resultantes das estratégias das empresas, especialmente o aumento das exigências, a redução ou encerramento da captação do leite no estado. Diretamente relacionada à produção primária, ressalte-se o caráter secundário da produção, muitas vezes vinculado à pecuária de corte e o baixo grau de utilização de técnicas modernas, como a ordenha mecânica. A produtividade, embora crescente, figura abaixo dos resultados nacionais, devido ao atual estágio dos rebanhos produtores no estado. Esses fatos, aliados à dispersão dos produtores, facilitam a imposição de normas, padrões e preços pelo segmento industrial, refletindo a principal conseqüência do processo de reestruturação da agroindústria – o aumento de poder do segmento industrial processador.

Tornam-se necessárias medidas de capacitação de produtores, bem como o melhoramento das condições de produção. O programa PROLEITE resulta da detecção das deficiências da agroindústria baiana e configura-se em tentativa para solucioná-las. A expansão das ações do programa permitiria a resolução dos principais entraves ao desenvolvimento da agroindústria de leite e laticínios da Bahia. Com a capacitação, conscientização e organização dos produtores e, paralelamente, o fortalecimento das cooperativas – no caso baiano destaca-se a CCLB – evita-se, por exemplo, que a oferta nas safras resulte em depreciações acentuadas de preços, desestimulando os produtores. A sedimentação das cooperativas como canal de escoamento da produção permite que os produtores tenham alternativas às grandes empresas, impedindo o agravamento de crises como as observadas para o Brasil e Bahia, nos anos 2000-2002. A redução dos custos de produção nas fazendas permite que o produtor obtenha rendas significativas, mesmo em cenário de queda de preços. A crise da Parmalat reafirma a necessidade dessas medidas. Completa-se esse conjunto de ações com a garantia de mercados para os produtos, especialmente nas esferas governamentais. A superação desses entraves e dificuldades permite o desenvolvimento e expansão da agroindústria de leite e laticínios da Bahia, aproveitando a localização estratégica do estado no Nordeste, o potencial de crescimento do mercado consumidor e a capacidade produtiva do segmento industrial.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. PROLEITE – Programa de Recuperação da Pecuária Leiteira do Estado da Bahia. *Estatuto*. Salvador, 1999. 11 p.

BELDI, Neila. Pecuária de leite migra para o oeste brasileiro**.** *Gazeta Mercantil***,** São Paulo, 09 abr. 2001. Disponível em: **<**www.milkpoint.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2001.

DE NEGRI, João Alberto. *As empresas multinacionais e a reestruturação industrial nos anos 90*: um estúdio do complexo lácteo brasileiro. 1996. 120 p. Dissertação (Mestrado) - UFMG/ CEDEPLAR, Belo Horizonte (MG), 1996.

JANK, Marcos S.; GALAN, Valter B. *Competitividade do sistema agroindustrial do leite*. São Paulo: USP-PENSA: 1998. 187 p.

ROCHA, Alynson S. *Mudanças no padrão concorrencial e a qualidade nos setores de leite e laticínios na Bahia na década de noventa.* 1999. 70 p. Monografia (Graduação em Economia) - FCE/UFBA Salvador (BA), 1999.

_____. COUTO, Vitor de Athayde. Repercussões diferenciadas da crise dos preços do leite. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. *Anais...* Passo Fundo (RS), jul. 2002.

_____. COUTO, Vitor de Athayde. Alternativas estratégicas ao complexo leite/laticínios. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 51. *Anais...* Juiz de Fora (MG), jul. 2003.

_____. *Mercados e estratégias empresariais na agroindústria de leite e laticínios*: um estudo comparativo. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - FCE/UFBA, Salvador (BA), 2004.

WILKINSON, John. *Competitividade e reorganização no sistema agroalimentar do Brasil e do Mercosul*: A cadeia de lácteos no contexto de reforma do Estado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000. (versão preliminar).

_____. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*: o complexo agroindustrial. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1996. 136 p.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Agricultura familiar e pluriatividade no semi-árido baiano

Ricardo Luciano Souza[*]

Resumo

Este estudo tem como objetivo verificar de que forma a agricultura familiar, no semi-árido baiano, tem se organizado estrategicamente para garantir a sua sobrevivência. O trabalho compreende um estudo de caso realizado na Comunidade Lagoinha, no município de Juazeiro. Para tanto, utiliza a metodologia Diagnóstico de Sistemas Agrários como ferramenta sistêmica, para identificar a realidade local num contexto de pluriatividade no campo.

Palavras-chave: agricultura familiar, sistemas agrários, pluriatividade.

Abstract

This research objective is to identify the ways familiar agriculture in semi-arid of Bahia has organized strategies to spot their subsistence. The work deals with a study of case developed in Lagoinha´s Community, in the city of Juazeiro. In this direction, the methodology used by this research is the Agrarian Diagnostic System as a systematic tool to identify the local reality in a context of country activities.

Key words*: family agriculture, agrarian systems, pluriactivities.*

INTRODUÇÃO

No presente artigo apresentam-se os resultados preliminares da pesquisa de campo realizada como parte dos trabalhos de conclusão do curso de Economia da Universidade Federal da Bahia. A necessidade de realização deste trabalho se mostra pela pouca notoriedade dada à pequena pecuária familiar no semi-árido baiano. Assim, com o intuito de verificar os condicionantes desta atividade no estado e pela dificuldade de reunirem-se dados que retratem essa realidade, a pesquisa de campo se tornou o instrumento metodológico primordial à condução deste trabalho.

É preciso compreender que o espaço rural não é mais caracterizado por atividades agrícolas apenas. A antiga relação urbano *versus* rural toma nova aparência, numa ótica sociopolítica. A separação geográfica perde relevância e surge uma série de atividades não-agrícolas, fruto da interface rural-urbano. Atividades como o turismo, e uma oferta de moradia para uma população majoritariamente urbana, apontam para crescente heterogeneidade de ocupações e empregos, fazendo surgir uma renda não agrícola, contribuindo para que o meio rural desfrute de maior estabilidade econômica e social.

Transformações agrícolas, ocorridas no séc. XX propiciaram alterações no modo de produção rural, que tornaram possíveis a difusão generalizada da monocultura, a utilização intensiva de fertilizantes químicos, de sementes selecionadas e o uso de processos mecânicos. Esse fenômeno ocasionou a liberação de mão-de-obra que, aliada à queda dos preços das principais *commodities* agrícolas ainda no séc. XX, implicou em queda nos rendimentos dos agricultores. Esses acontecimentos contribuíram, fundamentalmente, para a definição do agri-

[*] Graduando em economia e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.
ricardolucianosouza@yahoo.com.br

cultor pluriativo nos nossos dias, já que apenas a atividade agrícola não é capaz de garantir o seu sustento.

Lança-se mão da pesquisa de campo para verificar de que forma o agricultor familiar tem se organizado estrategicamente para garantir a sobrevivência da sua produção. Nesse sentido, o diagnóstico dos sistemas agrários é uma ferramenta bastante útil para identificar as transformações recentes, decorrentes tanto da mobilização comunitária, quanto da intervenção de órgãos de pesquisa como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA).

A pesquisa foi realizada no início de 2004, na comunidade de Lagoinha, município de Juazeiro-BA. Na comunidade, que conta com 34 famílias, foram identificados três tipos representativos de produtores. Foram entrevistados, ao todo, 8 produtores, sendo que, neste artigo, está representado apenas 1 produtor para cada um dos tipos identificados.

Para verificar de que forma a criação de caprinos e de ovinos tem se desenvolvido e como esta atividade tem trazido melhorias para a vida do agricultor, utiliza-se a metodologia Diagnóstico dos Sistemas Agrários, bastante eficiente pelo seu caráter sistêmico, pois, sob uma visão histórica e abrangente da comunidade, identifica de que forma ocorreu, ou estão ocorrendo, alterações, não apenas nos sistemas de produção, mas também na organização da comunidade como um todo. Assim, a ênfase é dada aos agricultores, pois eles são os agentes históricos dos sistemas agrários.

O caráter sistêmico da metodologia garante a profundidade do estudo, pois, a partir da visão abrangente que proporciona, percebe-se a integração da caprinocultura e da ovinocultura com outros sistemas de produção. Essas atividades são, portanto, analisadas de forma dinâmica e não apenas isoladamente, sem fazer parte de um contexto.

O texto é composto por esta Introdução, a que se segue a seção 2, na qual é feito um histórico das transformações recentes na agricultura, abordando inclusive a questão do produtivismo e da pluriatividade. Na seção 3, analisa-se a pequena pecuária familiar e a caprinocultura na Bahia. Na seção 4, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e de sua operacionalização. Na seção 5, são feitas as considerações finais.

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

As transformações agrícolas mais recentes trouxeram o modelo de produção euro-americano, mais conhecido como a Revolução Verde. Esse modelo traz uma série de alterações no modo de produção rural que irá implicar na inserção do campo no mercado

Modelo neoprodutivista

Kautsky percebeu que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura parece apontar para um lento caminho à subordinação à indústria. Segundo ele, isto se deve aos efeitos da utilização e da dependência dos agroquímicos, que foram inseridos ao processo tecnológico, e que termina transformando a agricultura em um ramo da indústria. A "(...) indústria constitui a mola não apenas de sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola (...) que a grande indústria passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências." (KAUTSKY, 1980, p. 317 e 319).

E, de fato, as transformações agrícolas mais recentes trouxeram o modelo de produção euro-americano, mais conhecido como a Revolução Verde. Esse modelo traz uma série de alterações no modo de produção rural que irá implicar na inserção do campo no mercado. A modernização agrícola tornou possível a difusão da prática generalizada da monocultura. Esse sistema baseia-se na utilização intensiva de fertilizantes químicos, aliados a sementes selecionadas de alta qualidade e capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, no uso de processos mecânicos e no trato com o solo a partir da monocultura. Utiliza-se também, de forma sistêmica, o controle químico de pragas.

O agricultor norte-americano, por não possuir uma consciência conservacionista como se atribui ao agricultor europeu (especialmente a partir dos estímulos estatais à conservação ambiental), facilitou o desenvolvimento de uma agricultura comercial

e especulativa. Esse modelo não leva em conta questões ecológicas, considerando, por exemplo, a substituição da monocultura de um cereal, que está com preços atraentes, por um sistema de rotações, no intuito de lograr a conservação dos solos, como algo irracional. Ponto de vista diferente do camponês europeu tradicional, que busca conservar e melhorar o solo. O fazendeiro americano somente preocupa-se com a conservação e o melhoramento do solo quando surgem ameaças à rentabilidade do negócio (ROMEIRO, 1991).

Alguns economistas americanos percebem a questão ecológica como um problema de investimento e desinvestimento:

> (...) o insumo que nós temos definido como terra agrícola tem consistido cada vez mais dos componentes do capital que lhe são adicionados (...). A economia americana é cada vez menos dependente das propriedades naturais e originais do solo (...). Freqüentemente os fazendeiros são acusados de usar mal o solo, resultando, disto, um processo erosivo largamente difundido, podendo ser considerado, portanto, como um desinvestimento da produtividade natural do solo. A evidência, no entanto, não confirma este tipo de generalização. Esses desinvestimentos, que certamente ocorrem em muitos casos, têm sido, segundo opiniões abalizadas, mais do que compensados pelas melhorias obtidas em outras fazendas. As propriedades produtivas dos solos americanos são, com toda probabilidade, substancialmente melhores, hoje em dia, do que há décadas atrás, apesar das perdas localizadas ocorridas. (SCHULTZ, 1951, *apud* ROMEIRO, 1991, p. 184).

É esse o sistema que é trazido para o Brasil e que faz, da padronização tecnológica, uma figura comum, com normas de dimensões e qualidade do produto final passando a serem exigidas e estipuladas. Com isso, práticas como melhoramento genético, motorização, mecanização e produtos com maturação homogênea, são postas em funcionamento. Aliado a isso, surge também o controle de pragas e doenças por meio de pesticidas químicos e a utilização de esterco é substituída pela fertilização. A regulamentação industrial passa também a normatizar e exigir do setor características pré-definidas de produção.

Esse processo obteve resultados importantes no curto prazo. Os rendimentos físicos, tanto da terra quanto da produtividade do trabalho, se elevaram, na medida em que os custos unitários de produção se reduziram. Apesar de trazer alguns resultados positivos, esse processo de modernização da agricultura trouxe também o aumento da exploração de uma mão-de-obra cada vez mais temporária, o aumento do desemprego, da subocupação e contribuiu fortemente para o êxodo rural.

Apesar de trazer alguns resultados positivos, esse processo de modernização da agricultura trouxe também o aumento da exploração de uma mão-de-obra cada vez mais temporária, o aumento do desemprego, da subocupação e contribuiu fortemente para o êxodo rural

Esses aspectos também ocorreram na região de Juazeiro, e o agricultor familiar, principalmente o pequeno criador de caprinos e ovinos, que não possui meios de se modernizar e de se inserir nessa nova dinâmica, acaba por viver de mercados marginais ou, então, na produção para auto-consumo.

Essa maior marginalização do produtor familiar ocorre na medida em que o produto criado por ele não cumpre com as novas requisições do mercado, pois não consegue acompanhar as mutações sofridas pelo processo produtivo, nem mesmo responder às novas exigências da regulamentação industrial (DUFUMIER; COUTO, 1998).

Pluriatividade

A queda nos rendimentos dos agricultores, em função da redução dos preços dos principais *commodities* agrícolas no mundo, e a liberação de mão-de-obra devido ao constante avanço tecnológico e organizacional da agricultura, que vem poupando trabalhadores, são apontados como os grandes causadores do processo de transformação no meio rural brasileiro e responsável pelo agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*).

Esses acontecimentos estão levando o agricultor a buscar se diversificar, implantar atividades não-agrícolas que complementem suas rendas. Assim, a agricultura tem se tornado uma atividade que responde cada vez menos pela renda e pela ocupação da família no campo.

> O espaço rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de poder oferecer ar, água, turismo, lazer e bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-re-

> gional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. (MULLER, 1995, *apud* SILVA, 1997).

É preciso compreender que o espaço rural não é mais caracterizado por atividades agrícolas apenas. A antiga relação urbano *versus* rural toma nova aparência, numa ótica sociopolítica. A separação geográfica perde relevância e surge uma série de atividades não-agrícolas, fruto da interface rural-urbano. Atividades como o turismo e uma oferta de moradia para uma população majoritariamente urbana apontam para a crescente heterogeneidade de ocupações e empregos, fazendo surgir uma renda não agrícola, contribuindo para que o meio rural desfrute de maior estabilidade econômica e social.

Porém, é importante frisar que o meio agrário ainda é de grande importância para o meio rural brasileiro. É preciso entender apenas que o mundo rural está criando um novo tipo de riqueza no campo. E que, na atividade não patronal, a agricultura vem se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter os agricultores no campo.

Aliado a este histórico da subsistência, há um grande empecilho à modernização da atividade no semi-árido e à implementação de novas tecnologias, que é o baixo nível de escolaridade, sendo um entrave à adoção de maior eficiência na produção

PEQUENA PECUÁRIA FAMILIAR: a caprinocultura na Bahia

A experiência de países como os EUA, onde há uma importante constatação em relação à agricultura patronal e à agricultura familiar, é bem pertinente. Em regiões onde predomina a primeira, há um número maior de delinqüência juvenil e menor grau de desenvolvimento social nos pequenos lugarejos em que se desenvolvem as atividades agrícolas. Bastante contrastante com as regiões onde a agricultura familiar está presente, pois, nessas áreas, até a qualidade de moradia é melhor.

> Onde predominou a agricultura patronal há poucas escolas, igrejas, clubes, associações, jornais, empresas e bancos. Nessas localidades, as condições de moradias são precárias, quase não existem equipamentos de lazer e a delinqüência infanto-juvenil é alta, ao contrário do que ocorre onde predominou a agricultura familiar. (VEIGA, 2003a, p.2).

A Região Nordeste, ao longo dos anos, sempre apresentou um modelo de subsistência e não de desenvolvimento em seu interior, no qual preponderou um modo de vida basicamente rural em sua maior parte. O homem do campo dessa região utiliza a agricultura e a pecuária (que em sua maioria é de rebanho de caprinos e ovinos) como modo de vida. Ou seja, não há produção para o abastecimento de mercados. É muito mais uma atividade para o autoconsumo.

Aliado a este histórico da subsistência, há um grande empecilho à modernização da atividade no semi-árido e à implementação de novas tecnologias, que é o baixo nível de escolaridade, sendo um entrave à adoção de maior eficiência na produção. Além disso, tem-se a busca de novas oportunidades e melhores condições de vida pelos jovens na partida para grandes centros urbanos. Isso faz com que a mão-de-obra seja hegemonicamente de homens, com idade média em torno dos 49 anos. Esses fatores limitam o acesso do produtor ao crédito e a outros serviços de apoio e promovem uma desarticulação com alguns setores da cadeia produtiva, de vital importância para o sucesso do agronegócio.

A caprinocultura, historicamente praticada no Nordeste, tem como padrão o uso extensivo da terra, com nível rudimentar de tecnologia, pouca ou nenhuma assistência técnica, obtendo baixos índices de produtividade e resultando numa baixa remuneração ao produtor. Como causas desse atraso, tem-se

> a forte concentração fundiária e as calamitosas conseqüências sociais decorrentes das secas sucessivas que assolam a região (...), ao lado das questões culturais, determinantes principais do atraso milenar do 'estado da arte' da caprinocultura regional (...). (LIMA; BAIARDI, 2002, p. 2).

O caprino possui um diferencial muito forte na solução dos problemas socioeconômicos que assolam a região.

> O potencial de adaptabilidade do caprino às condições naturais do meio semi-árido, onde a agricultura convencional é atividade de alto risco e a bovinocultura sofre pesadas perdas decorrentes do déficit hídrico, torna a caprinocultura uma das poucas atividades com capacidade de amenizar os problemas socioeconômicos da região, desde que conduzida com racionalidade. (LIMA; BAIARDI, 2002, p. 2).

Porém, apesar desse diferencial, a atividade sempre foi encarada de forma secundária, marginal, sem impactos relevantes na economia regional. Mesmo com esse passado sombrio, tem crescido bastante, com o surgimento de cooperativas, avanços tecnológicos, como melhoria genética do rebanho, desenvolvimento de raças que propiciam melhores rendimentos ao produtor, bem como incorporação de valor agregado aos seus produtos e subprodutos. Daí a importância em examinar como a atividade tem proporcionado melhorias e transformações socioeconômicas na região semi-árida.

A caprinocultura no Sub-Médio São Francisco

Na região do Sub-Médio São Francisco, a atividade da agricultura irrigada é a que mais se destaca e a que mais atrai investimentos, principalmente pelo seu caráter exportador. Essa atividade transformou o pólo Juazeiro-Petrolina nos maiores centros de produção agroindustrial em seus estados. Além disso, incluiu, em seu processo, áreas antes pouco produtivas ou mesmo não utilizadas (MOREIRA *et al*., 1998).

A agricultura irrigada tem promovido o crescimento da região e em seu bojo promove o desenvolvimento dos centros urbanos no interior, beneficiando atividades menos competitivas de forma indireta. Essas áreas marginais vivem, basicamente, da agricultura de sequeiro.

> Totalmente dependente das chuvas e com base em técnicas ditas tradicionais, além de solos pouco férteis, a produção vegetal se restringe basicamente a lavouras temporárias, com culturas alimentares básicas exploradas sob o exclusivo regime da agricultura de sequeiro, e, conseqüentemente, com níveis de oferta cada vez menores (LIMA; BAIARDI, 2002, p. 2).

A caprinovinocultura tem representado uma saída para a atividade familiar no semi-árido e, em especial, tem experimentado um desenvolvimento sem precedentes, favorecido principalmente pelo surgimento de restaurantes do tipo “bode assado”, que são especializados em servir carne do sol, de carneiro assado na brasa e de caprinos, em quantidades mínimas. Com isso o rebanho de caprinos e ovinos, como um todo, cresceu, entre 1980 e 1995, consideravelmente, tanto em Juazeiro quanto em Petrolina.

Nos últimos anos tem havido uma movimentação no sentido de se implementar a produção voltada para o mercado, não apenas o nacional, mas, também, o internacional. Para tanto, deve-se adotar normas sanitárias determinadas pelos organismos competentes. Esse fato tem contribuído para que haja uma preocupação e um investimento em tecnologias que possam tanto aumentar a produção, quanto melhorar o rebanho.

A tecnologia tem andado passo a passo com o avanço da pequena pecuária familiar. A utilização de inseminação artificial, o congelamento de sêmen e a busca de raças que tenham uma melhor adaptação ao nosso clima, sem perda de carcaça nem de precocidade, são novidades trazidas pela necessidade de se atingir novos mercados, com um produto de qualidade.

Tabela 1
Crescimento do rebanho de caprinos e ovinos em Juazeiro-BA e Petrolina-PE, entre as décadas de 1980 e 1990

	Juazeiro		Petrolina	
	1980	1995	1980	1992
caprinos	333.393	528.275	132.373	344.000
ovinos	291.153	163.736	32.975	121.100

Fonte: Censo agropecuário da Bahia e Pernambuco, 1980; Anuário estatístico da Bahia, 1995; Anuário estatístico de Pernambuco, 1992.

No entanto, o produtor familiar, de maneira geral, não tem acesso a esses avanços.

> Programas governamentais ainda esbarram na estranha crença que há, entre os economistas brasileiros, de que a desigualdade social na distribuição da renda não se constitui um empecilho ao processo de crescimento econômico. No entanto, acreditando que uma melhor distribuição de renda poderia favorecer as relações de consumo a partir da propensão marginal a consumir mais elevada das camadas sociais menos abastadas, a desigualdade só contribui para um maior entrave no crescimento (MOURA; SOUZA, 2004, p. 15).

METODOLOGIA E PESQUISA DE CAMPO

A metodologia utilizada na análise dos sistemas de produção em Lagoinha é a Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários. Esta metodologia foi definida por Dufumier *apud* Machado (2000, p. 19):

> O método baseia-se em processos progressivos, partindo do geral para o particular, começando pelos fenômenos e níveis de análises mais gerais (mundo, país, região), terminando nos níveis mais específicos (municípios, assentamento e

> unidade de produção) e nos fenômenos particulares (cultivos, criação e beneficiamento). Constrói-se uma síntese cada vez mais aprofundada da realidade observada, (...) com base numa perspectiva histórica em todas as etapas do método e numa avaliação econômica dos diferentes sistemas de produção a partir de um enfoque sistêmico, centrado nos atores da história dos sistemas agrários, com ênfase nos agricultores familiares.

O pensamento sistêmico parte do princípio de que as propriedades não podem subdividir-se: são propriedades do todo que as partes em si não possuem. As relações de organização entre as partes é que compõem o todo. Há ainda diferentes níveis sistêmicos, ou seja, diferentes sistemas dentro de outros sistemas, cada um desses com propriedades específicas de seu nível de complexidade.

Assim, procedimentos analíticos reducionistas levam ao fracasso esse tipo de análise. As propriedades das partes não são intrínsecas; no entanto, só podem ser compreendidas em um contexto maior, já que o pensamento sistêmico é contextual. Há também uma característica processual, na qual a estrutura, desde o início, é vista como a manifestação de processos subjacentes. (CERQUEIRA, 2000).

Na elaboração de um diagnóstico, não interessa saber a representatividade estatística da região estudada, mas sim incorporar a diversidade de produtores e de sistemas de produção contidos nesta região. Daí destaca-se a importância de se perceber a diversidade e as tendências dos grupos. Para tanto, é utilizada amostra dirigida, na qual deve conter os casos mais representativos da região, tanto de produtores quanto de sistemas de produção.

No Distrito de Massaroca, no qual está inserida a comunidade de Lagoinha, não há prática de agricultura irrigada: as culturas identificadas são de sequeiro. É cultivado abóbora, feijão, milho, melancia e andu, dentre outras culturas. Identifica-se também uma forte criação de caprinos e ovinos, além da criação de bovino.

Diante da dificuldade de encontrar apoio dos Governos, os agricultores da região de Massaroca decidiram fundar uma associação, com o objetivo de lhes trazer melhorias socioeconômicas. Estando numa região pobre, com baixa incidência pluviométrica e grande êxodo rural, a comunidade sentiu necessidade de criar a entidade, denominada Comitê, constituído pela associação de representantes de nove comunidades localizadas no distrito de Massaroca. São elas:

- Lagoinha;
- Curral Novo;
- Cipó;
- Lagoa do Meio;
- Cachoeirinha;
- Canoa;
- Juá;
- Saquinho;
- Caldeirão do Tibério.

A iniciativa da comunidade, ao criar a associação em 1980, foi de suma importância para a melhoria de vida dos seus integrantes. É a partir daí que se busca a intervenção de órgãos de pesquisa, ou seja, os próprios agricultores, conscientes de suas demandas, vão a busca de órgãos competentes. Daí surge parcerias com a EBDA, já a partir de 1982, e mais tarde com a EMBRAPA-CPATSA, havendo troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos e os agricultores.

Uma das primeiras atividades do Comitê foi a criação de uma escola, que no início contou com financiamento externo, e, hoje, é financiada pela prefeitura de Juazeiro, contando também com o apoio de ONGs. Essa escola contempla os ensinos fundamental e médio, possuindo como foco o preparo do homem do campo e sua fixação neste.

Os estudantes recebem conhecimentos básicos, trabalhando a importância das plantas. Com isso, espera-se que atuem como multiplicadores em suas casas, passando as informações obtidas para seus pais. Uma das principais preocupações da comunidade é que a escola forneça subsídios aos estudantes para que estes não saiam do campo na busca de emprego ao completarem o ensino médio.

Tipologia de produtores e sistemas de produção

A comunidade apresenta três tipos de agricultores:

P1: Agricultor familiar, aposentado
P2: Agricultor familiar, aposentado, pluriativo
P3: Agricultor familiar, pluriativo

Na comunidade de Lagoinha, foram identificados três tipos principais de sistemas de produção,

conforme combinações esquematizadas:

SP1: caprino, ovino, quintal, palma, pasto, melancia.
SP2: caprino, ovino, bovino, quintal, palma, pasto.
SP3: caprino, ovino, bovino, quintal, melancia, palma.

A seguir apresentam-se as análises econômicas de três agricultores familiares, Produtor 1, Produtor 2 e Produtor 3, representantes típicos dos sistemas de produção SP1, SP2 e SP3 respectivamente, de acordo com a metodologia utilizada neste trabalho.

Produtor 1

Neste sistema de produção, têm-se os cultivos de melancia, andu e feijão consorciado e, separadamente, tem-se o cultivo da palma. Além do quintal, onde se cria galinha caipira e plantam-se algumas verduras para o consumo da família. Nos sistemas de criação têm-se os caprinos e os ovinos. O sistema de produção desse produtor é bem integrado, pois ele utiliza o restolho do andu e do feijão na alimentação dos animais, além da palma e do fundo de pasto; e utiliza o esterco na adubação do quintal.

As relações com o mercado estão na comercialização de ovinos e caprinos, além do esterco e da melancia. As compras resumem-se a vacinas, mata bicheiras e sal mineral para a criação. O produtor contrata diarista e aluga o trator da associação para as suas atividades; sua família possui apenas três integrantes, sendo uma criança e o casal. Destes, apenas o chefe da família aufere uma renda fora da propriedade, que é a aposentadoria, o que rende R$ 2.880,00 anualmente.

Produtor 2

O sistema de produção do produtor 2 possui os cultivos de melancia, abóbora, andu, milho e feijão consorciado, e de palma separadamente. No quintal, assim como no produtor 1, têm-se a criação de galinha caipira e o cultivo de algumas verduras para o consumo da família. Nos sistemas de criação têm-se os caprinos, os ovinos e os bovinos. O sistema de produção desse produtor é bem integrado, pois ele utiliza o restolho do andu e do feijão na alimentação dos animais, além da utilização do milho, da palma e do fundo de pasto. Uti-

Tabela 2
Rendas e custos do produtor 1 por subsistemas

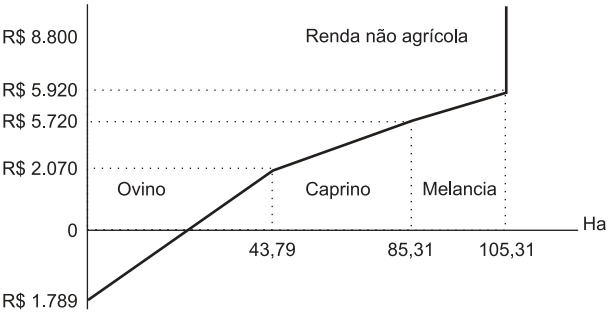
	SUBSISTEMAS		
	Ovino	Caprino	Melancia
Receita	5.000,00	4.800,00	500,00
Custo	1.150,00	1.150,00	300,00
RA	3.850,00	3.650,00	200,00
ha	87,90	87,90	10,00
RA/ha	43,79	41,52	20,00

RA total - depreciação: 5.911,00
RA total: R$ 5.911,00
SA: 175,9ha
RA total/SA:R$ 33,60
RA total/SA/UTF: R$ 11,20

Fonte:Pesquisa de campo, 2004

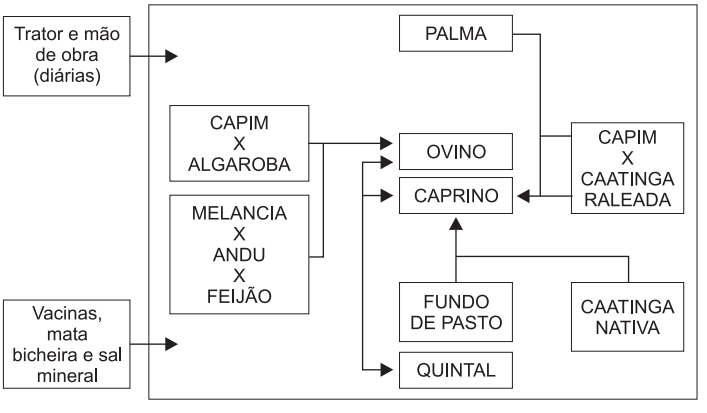
Depreciação: R$ 1.789,00
RA: Renda agrícola
SA: Superfície agrícola
UTF: Unidade de trabalho familiar

Gráfico 1
Renda familiar por atividade agrícola / não-agrícola



Fonte: pesquisa de campo, 2004

Fluxograma do sistema de produção do produtor 1



Fonte: Pesquisa de campo, 2004

liza-se o esterco na adubação do quintal.

As relações com o mercado estão na comercialização de bovinos, ovinos e caprinos, do esterco e de ovos de galinha caipira recolhidos no quintal. As compras resumem-se a vacinas e mata-bicheiras para as criações de caprino, ovino e bovino e ração para o gado bovino. A família do produtor 2 é composta por cinco pessoas, destas, uma é aposentada e, outras duas, exercem trabalhos com carteira assinada: um trabalha numa borracharia na beira da estrada (BR 407) e outro trabalha na prefeitura de Juazeiro. Além disso, há uma criança contemplada com o Programa Bolsa Escola do Governo Federal. Assim, a renda anual não-agrícola desta família chega a R$ 7.020,00.

Tabela 3
Rendas e custos do Produtor 2 por subsistemas

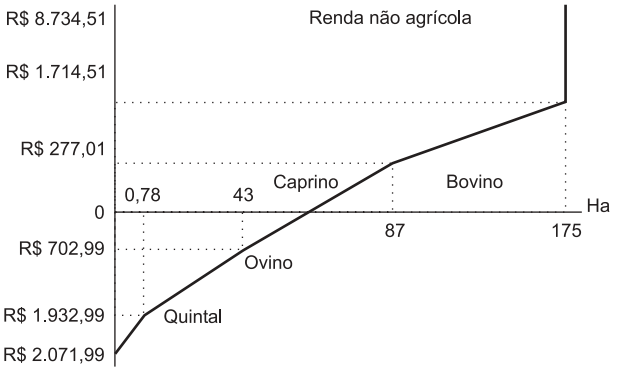
	SUBSISTEMAS			
	Ovino	Caprino	Bovino	Quintal
Receita	1.250,00	1.000,00	1.500,00	440,00
Custo	20,00	20,00	62,50	301,00
RA	1.230,00	980,00	1.437,50	139,00
ha	43,97	43,97	87,95	0,78
RA/ha	27,97	22,28	16,34	178,2

RA total - depreciação:1715,5
SA: 175,9ha
RA total/SA:R$ 9,75
RA total/SA/UTF: R$ 2,95

Fonte: Pesquisa de campo, 2004

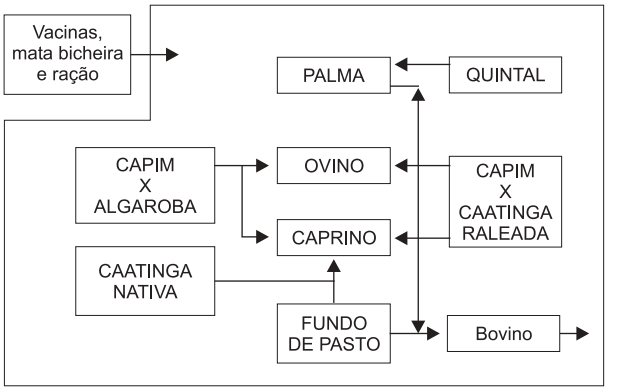
Depreciação: R$ 1.932,00
RA: Renda agrícola
SA: Superfície agrícola
UTF: Unidade de trabalho familiar

Gráfico 2
Renda famiiar por atividade agrícola / não agrícola



Fonte: pesquisa de campo, 2004

Fluxograma do sistema de produção do produtor 2



Fonte: pesquisa de campo

Produtor 3

Além do quintal onde se cria galinha caipira e se planta alguma verdura para o consumo da família, neste sistema de produção cultiva-se palma, melancia, abóbora, andu e feijão consorciado. Nos sistemas de criação têm-se os caprinos, os ovinos e o bovino. O sistema de produção desse produtor é bem integrado, utiliza-se o restolho do andu, da melancia, da abóbora e do feijão na alimentação dos animais, além da palma e do fundo de pasto. Utiliza o esterco na adubação do quintal.

As relações com o mercado estão na comercialização de ovinos, caprinos e bovinos, além do esterco e da melancia. As compras resumem-se a vacinas, mata-bicheiras para os ovinos, caprinos e bovinos e ração somente para o gado bovino. Este produtor contrata os serviços do trator da associação para as

Tabela 4
Rendas e custos do produtor 3 por subsistemas

	SUBSISTEMAS			
	Ovino	Caprino	Bovino	Melancia
Receita	1.340,00	3.090,00	1.300,00	1.500,00
Custo	325,00	325,00	1.145,00	78,00
RA	1.015,00	2.765,00	155,00	1.422,00
há	22,22	22,22	41,44	3,00
RA/há	45,67	124,43	3,74	474

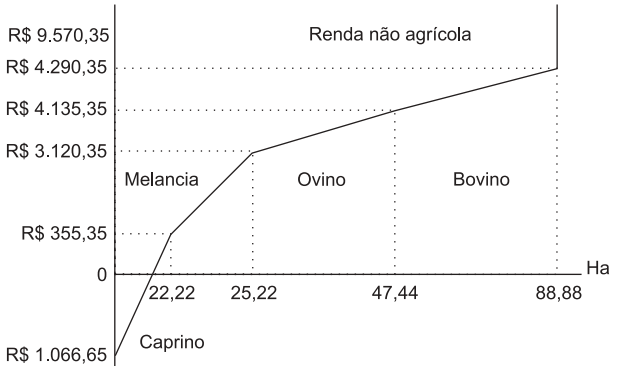
RA total - depreciação:4290,35
SA: 87,9ha
RA total/SA:R$ 48,80
RA total/SA/UTF: R$ 13,94

Fonte: Pesquisa de campo, 2004

Depreciação: R$ 1.067,00
RA: Renda agrícola
SA: Superfície agrícola
UTF: Unidade de trabalho familiar

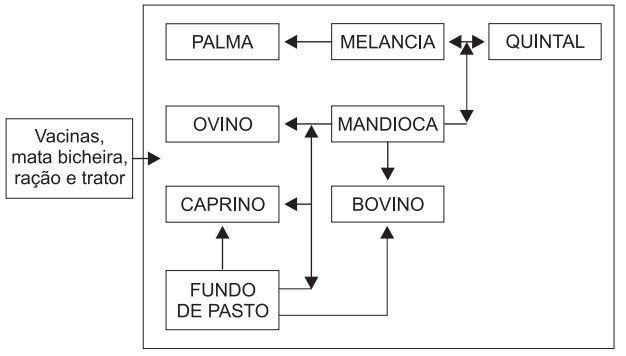
suas atividades. Sua família é composta por 5 pessoas e, apesar de não haver aposentados, três pessoas desenvolvem atividades não-agrícolas, fazendo diárias em outras propriedades ou pequenos serviços de pedreiro e encanador, o que garante uma renda não-agrícola de R$ 5.280,00 ao ano.

Gráfico 3
Renda familiar por atividade agrícola / não-agrícola



Fonte: pesquisa de campo, 2004

Fluxograma do sistema de produção do produtor 3



Fonte: pesquisa de campo, 2004

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização euro-americano que foi trazido para a agricultura brasileira contribui para aumentar a exploração de uma mão-de-obra cada vez mais temporária, elevando os índices de desemprego, da subocupação e contribuindo fortemente para o êxodo rural. Como o pequeno criador de caprinos e ovinos não possui meios de se modernizar e de se inserir nessa nova dinâmica, acaba por viver de mercados marginais ou, então, da produção para o autoconsumo.

Esse avanço tecnológico e organizacional, no campo, vem poupando trabalhadores, o que se agrava com a queda dos rendimentos dos agricultores, ocorrida devido à redução dos preços das principais *commodities* agrícolas em todo o mundo. Assim, não resta outra alternativa para o agricultor familiar que não seja o *part-time.*

Além disso, na comunidade de Lagoinha, bem como em outras localidades, como vem sendo verificado em outros estudos (SUPERINTENDÊNCIA DE ..., 1999), cresce a importância da pluriatividade das famílias. Quando se pensa em política pública, não se pode perder de vista que esta passa, necessariamente, pelo fortalecimento das representações locais, num contexto de novas tendências, em que a renda familiar não mais provém exclusivamente de atividades agrícolas, ou seja, não há como desprezar o grande contingente de famílias não-agrícolas e pluriativas existentes na zona rural. As representações locais irão permitir um enfoque regional, levando em consideração as dimensões espaciais do desenvolvimento e gerando soluções compatíveis com a localidade.

Em Lagoinha, a pluriatividade fica evidente quando percebemos que todas as famílias pesquisadas não vivem exclusivamente da criação de ovinos e caprinos, nem da agricultura de sequeiro. Todas elas exercem alguma atividade remunerada fora da propriedade. Além disso, dos três casos expostos neste artigo, os produtores dois e três auferem uma renda não-agrícola, R$ 7.020,00 e R$ 5.280,00, respectivamente, superior à renda agrícola de R$ 1.715, para o produtor 2, e de R$ 4.290,35, para o produtor 3, mostrando assim a força que tem essas atividades para o agricultor familiar.

Percebe-se, a partir da leitura dos dados da pesquisa de campo, que os rendimentos das famílias que possuem o gado bovino caem bastante, devido ao alto consumo desse tipo de animal e à falta de adaptação às pastagens do semi-árido, ou à escassez destas; isto fica bastante claro quando verificamos que a produtividade do subsistema gado bovino, dada pela relação entre a renda agrícola dividida pelo hectare ocupado pela atividade, presente nos produtores 2 e 3, são bem inferiores às produtividades dos outros subsistemas. Enquanto a produtividade do subsistema bovino, no produtor 2, se situa em 16,34 R$/ha, a produtividade do subsistema ovino chega a 27,97 R$/ha, e a do

subsistema quintal, a 178,2 R$/ha. Já quanto ao produtor 3, seu subsistema bovino apresenta produtividade de 3,74 R$/ha, enquanto que os subsistemas caprino e melancia apresentam, respectivamente, 124,43 R$/ha e 474 R$/ha. O produtor 1 obteve um rendimento anual, em suas atividades agrícolas, de R$ 5.911,00 e, em suas atividades não-agrícolas, de R$ 2.888,00. Vale lembrar que o produtor 1 não possui criação de gado; assim, a menor produtividade de seus subsistemas é igual a 20, no subsistema melancia, e chega a 43,79 R$/ha, para o subsistema ovino.

Para os agricultores, a presença do quintal é de suma importância para a sobrevivência de suas famílias, pois, apesar de implicar em alguns custos, esses custos são baixos, considerando que, se não houvesse o quintal, as famílias teriam que recorrer ao mercado para sua alimentação básica.

Outro fator importante é a presença de uma organização comunitária, já que, através da associação, algumas conquistas foram efetuadas. Uma, importantíssima, foi a compra de um trator para utilização dos associados. O uso dessa máquina ocorre a um custo mais baixo que o praticado no mercado. Não obstante, a associação também tem incentivado a melhoria do rebanho de caprinos e ovinos, o que pode vir a melhorar a produção.

É importante frisar que a fundação do Comitê tem um caráter inovador para a comunidade. É a partir dele que mudanças importantes são geradas, o agricultor altera sua forma de se posicionar politicamente, parte em busca da resolução de seus problemas e modifica sua postura passiva em relação ao poder público.

Políticas públicas para o campo não podem perder de vista a nova realidade do *part-time farmer*: Além do incentivo à produção agropecuária, deve-se considerar o incentivo à pluriatividade nas comunidades rurais, promovendo o desenvolvimento integrado entre estas formas, pois, juntas, podem alterar não apenas áreas agrícolas propriamente ditas, mas também atividades não-agrícolas. A valorização da pluriatividade pode resultar numa maior compreensão de si mesma, enquanto agente econômico e social, promovendo não só melhoria de vida para os moradores, mas também contribuindo para uma maior satisfação em pertencer à comunidade. Essa compreensão aumenta as oportunidades de emprego e apaga a imagem de atraso social do campo.

REFERÊNCIAS

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano da. *Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque no desenvolvimento local*. Disponível em: www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/download/polpub.html.> Acesso em: 15 jul. 2003.

CERQUEIRA, Hugo E. da Gama. *A economia evolucionista:* um capítulo sistêmico da teoria econômica? Belo Horizonte: CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais, nov. 2000. (Textos para discussão, 150). Mimeografado.

CORREIA, Rebert Coelho. *et al*. *Cadeia produtiva de caprinos-ovinos no vale do Rio Gavião:* elementos para tomada de decisão. Petrolina: Embrapa; Salvador: CAR, 2001.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. *Caderno CRH*, n. 28, jan./jun. 1998.

GUIMARÃES FILHO, Clóvis; CORREIA, Rebert Coelho. Subsídios para o fortalecimento do agronegócio da caprino-ovinocultura no semi-árido brasileiro. *REN,* Fortaleza, v. 32, n. 3, p.430-435, jul./set. 2001.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Lisboa: Proposta, 1980.

LIMA, R.G.S. & BAIARDI, A. *Estratégias de sobrevivência dos pequenos caprinocultores do semi-árido baiano.* Disponível em: www.cico.rj.gov.br. Acesso em: 7 dez. 2002.

MACHADO, Francisco Ferreira. Painel sobre cadeia produtiva. In: WORKSHOP SOBRE CAPRINOS E OVINOS TROPICAIS, 1. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Tendências e contradições na formação social e econômica do extremo sul da Bahia entre 1950 e 2000*. 2000. 213 f. Dissertação (Mestrado em economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

MOREIRA, José Nilton *et al*. *Estudo do circuito de comercialização de carnes de caprinos e ovinos no eixo Petrolina-PE/Juazeiro-BA.* Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 1998.

MOURA, A. P. P.; SOUZA, R. L. S. P. Perspectivas para a agricultura em 2004. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, n.116, p. 15-17, jan. 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O modelo euro-americano de modernização agrícola. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 21, p. 175-197, nov. 1991.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Os 'novos mundos rurais' baianos*. Salvador: SEI, 1999. 88 p. (Série estudos e pesquisas, 42).

VEIGA, José Eli da, *Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira.* Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2003.

VEIGA, José Eli da, *Diretrizes para uma nova política agrária*. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2003.

_____. *et. al. .O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Meio Ambiente

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Do território produtivista ao território multifuncional

Gustavo Bittencourt Machado[*]

Resumo

O presente artigo trata de uma discussão sobre as condições de mudança, nos cerrados baianos, do paradigma tecnológico da revolução verde, baseado na grande propriedade e utilização de agroquímicos, determinante para a conformação de um tipo de território, o território produtivista do capital, para um paradigma tecnológico baseado na inserção dos agricultores familiares no mercado internacional, que venha a configurar um novo território na região: o território multifuncional distributivista. Nesse contexto, categorias como democracia participativa, reforma agrária, multifuncionalidade e descentralização do acesso aos meios de comunicação são necessárias a um projeto político de desenvolvimento regional, centrado na organização familiar da produção.

Palavras-chave: território, democracia participativa, agricultura familiar

Abstract

This paper tries to discuss the conditions of changes, in the cerrados region, of the technological paradigm of green revolution, based on the large proprieties and the utilization of agrochemicals, which can determine the territory structure, as the capital territory, to another technological paradigm, based on the families agricultures organization in the international market, structuring a new territory, the rural multifunctional territory. In this case, some categories are necessaries to be known, how the participative democracy, agrarian reform, multifunctionality and the access to the communication means, to create a political project to the regional development, based on the production family organization.

Key words: *territory, participative democracy, family agriculture*

INTRODUÇÃO

No presente texto, procura-se discutir algumas categorias de análise consideradas necessárias para o desenvolvimento de um território, como as noções de agricultura familiar, multifuncionalidade, democracia participativa e coletividades territoriais, no contexto dos modelos de desenvolvimento dos cerrados. A referência aos cerrados da Bahia é apenas ilustrativa do paradigma produtivista que norteia as trajetórias tecnológicas em curso, centradas na especialização dos sistemas de produção, de culturas e criação, contrário à integração e diversificação de culturas. A análise baseia-se nesse território porque, como se trata de um espaço em expansão, uma fronteira agrícola sob intensa ocupação, admite-se que é possível uma mudança do modelo de desenvolvimento agrícola e regional que hoje vigora, numa perspectiva de redistribuição da propriedade da terra e da renda regional, passando de um modelo exclusivamente produtivista para um modelo distributivista. Trata-se de categorias de análise do produtivismo da Revolução Verde que, no longo prazo, se esgota, por ser destrutivo dos recursos naturais e que, no momento, já apresenta exemplos concretos de assoreamento de leito de rios e desaparecimento de nascentes e matas ciliares.

Apresenta-se a questão da necessidade de um processo de regularização fundiária nos cerrados da Bahia, como forma de legitimar a propriedade das

[*] Doutorando em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Agronômico Paris-Grignon (INA-PG). Bolsista do Governo Brasileiro – CAPES/Ministério da Educação. Membro do Instituto de Pesquisas Sociais. gubm@uol.com.br

terras e criar as condições de um novo modelo de organização social da produção, baseado em assentamentos rurais. Discute-se conceitos como território produtivista e território multifuncional, como categorias baseadas no princípio da especialização e da diversificação, respectivamente. Estabelecem-se as condições necessárias para se impulsionar um projeto de desenvolvimento centrado na reforma agrária de parte das terras ainda subaproveitadas ou inexploradas dos cerrados. Ressalta-se a importância da agricultura familiar como categoria social desse projeto, assim como se introduz conceitos como agricultura familiar solidária e orçamento público não-estatal, como forma de implementar o desenvolvimento e criarem-se redes de cooperação intra e inter-regionais, entre instituições de agricultores familiares de diferentes territórios.

Os cerrados da Bahia podem tornar-se um celeiro que venha a afirmar a inserção do Brasil numa nova política de segurança alimentar mundial, voltada para o combate à fome, à pobreza e para o desenvolvimento

Em torno da idéia de um orçamento público não-estatal, criar-se-iam as bases para um novo modelo de financiamento da reforma agrária, assim como de promoção do desenvolvimento regional, baseado no microcrédito e em mecanismos de subvenção cruzada. Para que esse modelo se implante, o conceito de democracia participativa é condição para garantir a participação dos coletivos sociais nos processos decisórios, com base no acesso aos meios de comunicação de massa. Desse modo, no processo histórico, estruturar-se-iam novas coletividades territoriais. Nesse contexto, de busca da diversidade produtiva, a noção de multifuncionalidade norteia as políticas de desenvolvimento regional, voltadas para a manutenção do emprego no meio rural.

REGULARIDADE FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NOS CERRADOS

Os cerrados da Bahia podem tornar-se um celeiro que venha a afirmar a inserção do Brasil numa nova política de segurança alimentar mundial, voltada para o combate à fome, à pobreza e para o desenvolvimento, admitindo-se que as perspectivas do Brasil são favoráveis à resolução de seus problemas internos, centrados em desigualdades sociais, como a pobreza crônica estrutural, a partir da implementação de um projeto de desenvolvimento de políticas regionais, reconhecendo a agricultura familiar como o sistema de organização social e da produção, impulsionadora desse processo no longo prazo. Esse projeto político centra-se, sobretudo, na realização de uma ampla reforma agrária e na institucionalização, como política de Estado, da noção de multifuncionalidade do espaço rural, a exemplo do que acontece na Europa, segundo as políticas agrícolas da União Européia e de seus estados-membros, como a França.

Inserir o Estado da Bahia nesse movimento mundial, que pretende atender à demanda de países com problemas de abastecimento alimentar, como a China e a Índia, com pouco mais de um terço da população mundial, exigiria um esforço coordenado de planejamento regional e mudança de paradigma tecnológico. Paradigma esse, centrado na Revolução duplamente Verde, segundo a capacidade de suporte dos recursos naturais, como a dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, assim como da reestruturação social no campo, a partir de ações de regularização fundiária e uma reforma agrária de base familiar, com a participação dos movimentos sociais, segundo modelos de organização da produção, voltados para o autoconsumo, para o abastecimento do mercado interno e a inserção do agricultor familiar no mercado internacional de produtos agrícolas.

Nesse contexto, os sistemas de produção devem ser planejados e diversificados como forma de minimizar os riscos de uma inserção no mercado de trocas e, ao mesmo tempo, garantir, regularmente, a segurança (abastecimento e qualidade) alimentar das populações locais. Essa diversificação varia segundo os assentamentos rurais, estruturados pela associação entre culturas (frutíferas, cereais, leguminosas, tubérculos) e criação (pecuária de grande e pequeno porte, avicultura, aqüicultura).

A produção de cereais, como milho e feijão, deve ser organizada para o abastecimento dos

mercados interno e externo, assim como a produção de carne bovina e aves. Ao mesmo tempo, esses sistemas de produção nos cerrados podem contribuir para o aumento da produção de soja não-transgênica para o mercado externo, como o europeu, voltado para a manutenção dos sistemas de produção leiteiros, base da cultura francesa de queijos, por exemplo, assim como abrir perspectivas no grande mercado asiático. Essa produção de soja poderia ser fomentada para abastecer os sistemas de produção das regiões de pecuária leiteira já existentes e a serem estruturadas no Brasil, por exemplo.

A produção de soja não transgênica, pelos agricultores familiares, atenderia as exigências da demanda do mercado europeu, segundo a política agrícola européia, assim como induziria, no curto e médio prazo, inovações tecnológicas e organizacionais nos atuais estabelecimentos rurais, conforme exigências da demanda internacional, particularmente européia e, no longo prazo, asiática.

Um novo modelo de organização social para a produção agrícola nos cerrados exige, como etapa prévia, o conhecimento da **regularidade fundiária** nesse ecossistema/sistema agrário. Ações do Estado, nessa questão, poderiam comprovar a existência de um típico processo de acumulação primitiva, nesses últimos vinte e cinco anos, centrado em sucessivos conflitos pela posse da terra, apropriação de terras públicas devolutas (grilagem), destruição desordenada da vegetação e das matas ciliares, problemas de compactação do solo, contaminação de nascentes e dos mananciais superficiais, segundo o paradigma produtivista da revolução verde, com a utilização intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos de irrigação, como pivô central.

Constatar a irregularidade fundiária, a partir de consultas a cartórios, Procuradoria Geral do Estado da Bahia, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Centro de Documentação Agrária (CDA e antigo Interba), consiste numa das etapas necessárias para a implantação de assentamentos rurais que venham a estruturar sistemas de produção familiares, que produzam para o auto-consumo, como garantia do auto-abastecimento alimentar da família, sem riscos e sem a perspectiva da fome, e para os mercados interno e externo. Não cabe, neste texto, determinar o modelo, ou modelos, desses sistemas de produção. Isso exigiria a realização de uma tipologia deles e das categorias de produtores rurais hoje existentes nas áreas potenciais, assim como do cálculo do lucro médio, da produtividade do trabalho e do rendimento físico das principais culturas, com base no método da análise-diagnóstico de sistemas agrários.[1]

Um novo modelo de organização social para a produção agrícola nos cerrados exige, como etapa prévia, o conhecimento da regularidade fundiária nesse ecossistema/ sistema agrário

Como forma de elaborar modelos e projetar os sistemas produtivos dos assentamentos de reforma agrária, estruturados tanto em lotes individuais, quanto coletivos, conjuntamente, segundo cada experiência, é necessária a análise-diagnóstico dos sistemas de produção empresariais nos cerrados da Bahia, a partir de uma análise econômica e financeira, e de custo-benefício, segundo uma amostra dirigida não-aleatória. O conhecimento da margem de lucro e da taxa de lucro (L/C) dos sistemas especializados de produção de soja, de café, de algodão, frutas e de pecuária bovina, será determinante para estimar, por unidade de área (R/Sa) e por unidade de trabalho familiar (R/UTf), a renda potencial dos sistemas de produção dos assentamentos rurais para cada agricultor familiar-assentado, na perspectiva de elaboração de projetos de desenvolvimento agrícola regional.

Parte-se da hipótese de que, no longo prazo, a agricultura familiar produtora de cereais e inserida no mercado internacional é mais competitiva que a agricultura patronal empresarial, uma vez que daquelas abstrai o salário, como pagamento da força de trabalho, ou sendo esta residual na composição dos custos de produção; portanto, o modelo de organização familiar é, no longo prazo, a negação da relação capital-trabalho, portanto, uma nova síntese dialética.

[1] Dufumier, Marc. *Les projets de développement agricole – Manuel d'expertise*. CTA – Karthala, 1996.

Além disso, é preciso destacar que, não obstante as demandas existentes dos movimentos sociais rurais por uma reforma agrária nas regiões que detêm melhores condições em infra-estrutura, como no Sudeste, Sul e nas regiões litorâneas do Nordeste, a ênfase de uma política de reforma agrária, no ecossistema cerrados, decorre de algumas razões básicas:

a) de caráter regional, que consiste em descentralizar os investimentos no longo prazo, elaborando-se políticas regionais e desconcentrando-se regionalmente a política de reforma agrária;
b) mudança de paradigma tecnológico como modelo alternativo ao baseado na simplificação dos sistemas de produção, em grandes propriedades concentradas e na destruição dos recursos naturais, inclusive hídricos, como resultado das últimas três décadas de ocupação;
c) promoção de uma ocupação baseada na agricultura familiar, com a perspectiva de consolidação de novas cidades, geradores de empregos na agroindústria e nas atividades de serviços;
d) política de integração do Brasil, a partir da construção de um sistema de logística, baseado em ferrovias para o escoamento da produção;
e) contenção do fluxo migratório Norte-Sul, assim como fomento, de forma participativa e democrática, de um deslocamento de comunidades urbanas, das grandes cidades, para os cerrados, mantendo-se e respeitando-se a identidade coletiva já consolidada, de anos de convivência, entre moradores de uma mesma comunidade, minimizando eventuais traumas de adaptação às novas atividades na condição de produtor familiar rural;
f) consolidação de cooperativas regionais solidárias de microcrédito dos agricultores familiares dos cerrados, e em parceria com cooperativas da mesma natureza no semi-árido e na caatinga, a partir da noção de agricultura familiar solidária e do orçamento público não-estatal que, através de mecanismos de subvenção cruzada, financiem e subvencionem a plural e diversificada agricultura familiar do semi-árido. Com isso, poder-se-á conter o fluxo migratório, evitando o êxodo rural, aumentando a demanda regional, promovendo o autoconsumo, combatendo a subalimentação segundo o Programa Fome Zero, implementando projetos de conservação e preservação ambientais, centrados na gestão social dos recursos hídricos, e atração de investimentos no médio e longo prazo, criando um circulo virtuoso (efeito multiplicador dos investimentos keynesiano na região); e
g) ao mesmo tempo, fomento da noção de responsabilidade civil e social dos agricultores familiares, como agentes da sociedade, voltados para uma política de desenvolvimento sustentável e fiscalização das condições de trabalho no meio rural. Nesse contexto, diferentemente da União Européia, à noção de multifuncionalidade como política pública, acrescenta-se a função social de fiscalizar as relações sociais de trabalho no meio rural, além do reconhecimento de outras funções do agricultor familiar, como a preservação ambiental, o gerenciamento do território, a segurança alimentar e a valorização cultural das regiões; e à função de segurança alimentar, o combate permanente contra a fome, seja através das famílias, seja através dos conselhos gestores do Programa Fome Zero.

Nos cerrados da Bahia, estruturou-se um território produtivista moderno, intensivo em capital, baseado no modelo da Revolução Verde, em grandes propriedades rurais, mecanizadas, intensivas em agroquímicos, com elevada produtividade do trabalho e geradora de poucos empregos

TERRITÓRIO PRODUTIVISTA E TERRITÓRIO MULTIFUNCIONAL

Estariam estabelecidas as condições de passagem da noção de território produtivista para a de território rural multifuncional. Propõe-se a distinção conceitual entre as duas categorias de análise. Entende-se por território produtivista aquele estruturado pelo capital, de forma modernizadora intensiva. Nos cerrados da Bahia, essencialmente na área produtora de grãos, a 600 m de altitude, estruturou-

se um território produtivista moderno, intensivo em capital, baseado no modelo da Revolução Verde, em grandes propriedades rurais, mecanizadas, intensivas em agroquímicos, com elevada produtividade do trabalho e geradora de poucos empregos. Há, portanto, uma integração entre produtores, comércio, assistência técnica privada e os oligopsônios compradores de cereais, que estruturam um tipo de território, com um projeto de desenvolvimento, formado por empresários rurais empreendedores.

Entende-se por território multifuncional, aquele no qual a disposição das terras e do rendimento do trabalho ocorre de forma distributivista, podendo haver sistemas de cultivo, criação e beneficiamento semelhantes aos sistemas de produção do território produtivista, mas estruturados a partir de uma perspectiva integrada e diversificada, não especializada, e essencialmente formado por agricultores familiares. Como se trata, no caso dos cerrados, de um tipo ideal, diferentemente do tipo real do território produtivista, considera-se que se estrutura com o apoio dos movimentos sociais, através de assentamentos rurais, sob o planejamento do Estado, com a sociedade civil de agricultores familiares. Esse modelo viabiliza o povoamento, fortalecendo o mercado de trabalho e o mercado consumidor regionais, as cidades existentes e originando outros núcleos urbanos.

No território multifuncional, a disposição das terras e do rendimento do trabalho ocorre de forma distributivista, podendo haver sistemas de cultivo, criação e beneficiamento semelhantes aos sistemas de produção do território produtivista, mas estruturados a partir de uma perspectiva integrada e diversificada

O território multifuncional, rural, cria as condições de interdependência entre produtores, comerciantes e poderes locais, com assistência técnica pública e das organizações não-governamentais e desenvolve outras atividades não-agrícolas, consolidando o caráter plural e multifuncional da agricultura e do espaço rural. As condições de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural, no longo prazo, são preservadas em detrimento do modelo anterior, criando-se complexidade e pluralidade de atividades econômicas.

O estudo feito pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, sobre a ocupação da mão-de-obra agrícola no estado, permite constatar a pouca geração de empregos no modelo produtivista de organização da produção em curso nos cerrados baianos, particularmente em torno da cultura da soja.

Segundo a SEI (2000, p.52), apesar de possuir maior área plantada dentre todas as regiões do estado, Barreiras (como região administrativa da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA), não está entre as que mais empregam. Isso decorre da composição de seu *mix* de culturas, em que se destacam os grãos, especialmente a soja, o milho e o arroz. Os grãos, na região, apresentam pouca capacidade de absorção da mão-de-obra, observada pelos baixos valores de Equivalentes-Homem-Ano/hectare. A soja ocupa apenas 0,01 EHA/ha. A região, considerando todas as culturas, ainda tem a menor ocupação por hectare dentre todas as regiões da Bahia: apenas 0,03 EHA/ha. Trata-se de uma região com grande área plantada, que absorve pouca mão-de-obra por hectare, qualquer que seja a tecnologia empregada no plantio.

Os principais produtos, em termos de ocupação da mão-de-obra, são: mandioca, soja, milho, feijão e café. A estrutura agrária é bastante concentrada, com 82% da área total constituída por grandes propriedades e apenas 3% sendo composta por minifúndios SEI (2000).

A maior parte dos produtos existentes é cultivada, predominantemente, com nível tecnológico elevado, excetuando-se a mamona e a mandioca. O predomínio das grandes propriedades produtoras de grãos e o emprego de técnicas modernas de cultivo tornam Barreiras o exemplo perfeito, na Bahia, segundo a SEI (2000), do modelo produtivista aplicado à produção de grãos, demandando relativamente pouco emprego direto.

Conforme a Tabela 1, a região de Barreiras, segundo os níveis tecnológicos (alto, médio e baixo) utilizados nos sistemas de produção, como já foi dito, apresenta os menores índices de ocupação da mão-de-obra em EHA/ha entre as outras regiões.

Pela Tabela 2, na mesma região, 79,01% da área é ocupada pela produção de soja e 90% da área utiliza nível tecnológico alto, ocupando 19,61% da mão-de-obra, com um EHA/ha de 0,01 – o mais baixo de todas as culturas da região. Esses índices são suficientes para demonstrar a necessidade de uma mudança do paradigma tecnológico nos cerrados baianos, de modo a inserir o contingente de trabalhadores desempregados e os agricultores familiares nos mercados interno e internacional de produtos agrícolas, além de garantir as condições mínimas de sobrevivência, através inclusive dos sistemas de produção voltados para o autoconsumo.

Segundo Andrade (1998), além do impacto social,

Tabela 1

Ocupação anual simulada da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano, por nível tecnológico, segundo as regiões da EBDA, em 1998

Regiões	100% Alto		100% Médio		100% Baixo	
	EHA	EHA/ha	EHA	EHA/ha	EHA	EHA/ha
Alagoinhas	31.663	0,22	30.884	0,22	24.307	0,17
Barreiras	16.468	0,02	51.113	0,07	41.387	0,06
Bom Jesus da Lapa	6..564	0,09	19.833	0,27	12.227	0,17
Caetité	16.560	0,14	37.752	0,32	27.280	0,23
Cruz das Almas	35.490	0,34	35.888	0,34	31.642	0,30
Feira de Santana	19.633	0,24	33.974	0,41	29.829	0,36
Irecê	24.588	0,06	91.143	0,23	37.747	0,10
Itaberaba	18.153	0,43	16.188	0,38	19.948	0,47
Itabuna	124.724	0,34	125.645	0,34	85.974	0,23
Jacobina	22.333	0,19	28.443	0,24	26.357	0,22
Jequié	15.534	0,51	12.073	0,40	11.915	0,39
Juazeiro	14.593	0,28	24.923	0,48	21.494	0,42
Ribeira do Pombal	22.052	0,08	64.749	0,24	27.236	0,10
Santa Maria da Vitória	8.030	0,05	18.740	0,13	15.710	0,11
Seabra	18.611	0,36	17.015	0,33	17.467	0,34
Senhor do Bonfim	12.122	0,19	15.387	0,25	14.696	0,23
Serrinha	27.740	0,15	46.182	0,25	36.629	0,20
Teixeira de Freitas	70.634	0,20	59.876	0,17	57.839	0,16
Vitória da Conquista	28.939	0,38	16.934	0,22	17.101	0,22

Fonte: SEI/EBDA/SEADE *in* SEI (2000)

Tabela 2

Área plantada por nível tecnológico, ocupação anual da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano e ocupação por hectare (EHA/ha), segundo as culturas pesquisadas, na região de Barreiras, em 1998

Culturas	Area plantada		Area por nivel tecnológico (%)			Ocupação da mão-de-obra		EHA/ha
	Ha	%	Alto	Médio	Baixo	EHA	%	
Abacaxi	145	0,02	80,0	20,0	0,0	533,96	2,37	3,68
Algodão	3.750	0,52	100,0	0,0	0,0	228,21	1,01	0,06
Arroz	34.208	4,77	90,0	10,0	0,0	3.822,83	16,95	0,11
Banana Total	1.130	0,16	80,0	20,0	0,0	504,74	2,24	0,45
Banana implantação	620	0,09	80,0	20,0	0,0	416,74	1,85	0,67
Banana produção	510	0,07	80,0	20,0	0,0	88,00	0,39	0,17
Café total	5.000	0,70	100,0	0,0	0,0	1.368,74	6,07	0,27
Café implantação	500	0,07	100,0	0,0	0,0	131,16	0,58	0,26
Café formação	3.000	0,42	100,0	0,0	0,0	447,29	1,98	0,15
Café produção	1..500	0,21	100,0	0,0	0,0	790,29	3,50	0,53
Coco anão total	208	0,03	80,0	20,0	0,0	22,75	0,10	0,11
Coco anão implantação	100	0,01	80,0	20,0	0,0	15,29	0,07	0,15

Tabela 2 (continuação)
Área plantada por nível tecnológico, ocupação anual da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano e ocupação por hectare (EHA/ha), segundo as culturas pesquisadas, na região de Barreiras, em 1998

Culturas	Area plantada		Area por nivel tecnológico (%)			Ocupação da mão-de-obra		EHA/ha
	Ha	%	Alto	Médio	Baixo	EHA	%	
Coco anão formação	50	0,01	80,0	20,0	0,0	3,14	0,01	0,06
Coco anão produção	58	0,01	80,0	20,0	0,0	4,32	0,02	0,07
Feijão	20.000	2,79	70,0	30,0	0,0	3.163,17	14,03	0,16
Laranja total	661	0,09	80,0	20,0	0,0	187,44	0,83	0,28
Laranja implantação	50	0,01	80,0	20,0	0,0	10,79	0,05	0,22
Laranja formação	300	0,04	80,0	20,0	0,0	49,35	0,22	0,16
Laranja produção	311	0,04	80,0	20,0	0,0	127,30	0,56	0,41
Mamão total	1.703	0,24	80,0	20,0	0,0	275,84	1,22	0,16
Mamão implantação	800	0,11	80,0	20,0	0,0	130,70	0,58	0,16
Mamão produção	903	0,13	80,0	20,0	0,0	145,14	0,64	0,16
Mamona	1.400	0,20	30,0	30,0	40,0	87,53	0,39	0,06
Mandioca	10.500	1,46	0,00	50,0	50,0	4.440,68	19,69	0,42
Manga total	489	0,07	80,0	20,0	0,0	93,65	0,42	0,19
Manga implantação	50	0,01	80,0	20,0	0,0	14,25	0,06	0,29
Manga formação	100	0,01	80,0	20,0	0,0	18,16	0,08	0,18
Manga produção	339	0,05	80,0	20,0	0,0	61,24	0,27	0,18
Maracujá total	277	0,04	80,0	20,0	0,0	90,79	0,40	0,33
Maracujá implantação	25	0,00	80,0	20,0	0,0	62,13	0,28	2,49
Maracujá produção	252	0,04	80,0	20,0	0,0	28,66	0,13	0,11
Milho	71.000	9,91	80,0	20,0	0,0	3.307,89	14,67	0,05
Soja	566.300	79,01	90,0	10,0	0,0	4.422,53	19,61	0,01
TOTAL	**716.771**	**100,0**	**87,1**	**12,1**	**0,8**	**22.550,75**	**100,00**	**0,03**

Fonte: SEI/EBDA/SEADE *in* SEI (2000)

o avanço da cultura da soja provoca um forte impacto ecológico, de vez que o desmatamento e o uso de máquinas no preparo da terra prejudicam os solos silicosos e silico-argilosos, decorrentes da decomposição de arenito, acelerando o processo erosivo. O transporte desse material provoca a deposição nos vales e o assoreamento de córregos e rios.

OS AGRICULTORES FAMILIARES E O TERRITÓRIO

No Brasil, segundo Wanderley (2002), os espaços vazios são a conseqüência direta da predominância da grande propriedade patronal. Basta considerar a dimensão das áreas improdutivas, associada à quantidade de trabalhadores agrícolas que foram expulsos do campo nas últimas décadas. A intensidade da influência da grande propriedade patronal sobre a dinâmica da vida local poderia ser utilizada como uma das variáveis a ser considerada para a elaboração de uma tipologia dos espaços rurais.

Wanderley (2002) propõe um pacto social pelo desenvolvimento rural segundo os seguintes aspectos:

a) que seja baseado em uma concepção de meio rural como lugar específico de moradia e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento;
b) que constitua um movimento capaz de envolver os habitantes do meio rural em sua diversidade, assim como as instituições e as pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores no governo, nas universidades, nas ONGs e nos movimentos sociais. Essas pessoas são as que mais conhecem a complexidade do meio rural e as que demonstram mais sensibilidade para os problemas rurais, tendo criado, de uma certa forma, uma cultura rural e integrado as forças sociais para o desenvolvimento;

c) que defina pressupostos e objetivos que garantam esse mesmo dinamismo de suas forças sociais: considerar o habitante do meio rural um cidadão pleno, em todos os âmbitos, material, cultural e político, e favorecer a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades entre o meio rural e o meio urbano, entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais; e
d) que, reconhecendo a importância dos agricultores, principais personagens do campo, assegure que as políticas voltadas para a agricultura recuperem produtivamente o potencial de terras e os recursos naturais, de forma a revitalizar socialmente os espaços vazios ou esvaziados; que valorizem o patrimônio natural e cultural do meio rural; e que favoreçam, não o proprietário, mas o produtor.

Segundo Wanderley (2002), a reforma agrária é o caminho para resolver a questão da terra, ainda pendente no Brasil. A disseminação de assentamentos, como "sementeiras" de agricultores familiares, permite recuperar as forças sociais do desenvolvimento, presentes na agricultura familiar. Uma das fontes importantes de renda e emprego no meio rural depende ainda da aplicação da reforma agrária e de políticas diferenciadas, destinadas a fortalecer e a assegurar as condições de reprodução da agricultura familiar. Não ocorre, no Brasil, a geração de empregos com custos tão baixos se comparados com outros setores de atividade. O Brasil é um dos raros países que ainda dispõe dessas condições básicas: reserva de terras pouco ou não valorizadas e importante mercado interno, em plena expansão (SACHS *apud* SABOURIN, 2002b).

A AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA E O ORÇAMENTO PÚBLICO NÃO-ESTATAL

A noção de uma agricultura familiar solidária consiste na idéia de que um projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil baseia-se, sobretudo, na aliança e na parceria dos agricultores familiares das diversas regiões do país. Isso significa, inclusive, a possibilidade de subvenção de uma agricultura familiar de um determinado território por outro, como forma, no curto prazo, de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Este trabalho atém-se à idéia de que uma agricultura familiar produtora de bens diversificados, para os mercados interno e externo nas regiões de cerrados, que se caracterizou, nessas últimas décadas, como produtora de cereais, principalmente de soja para exportação, pode ser um instrumento de desenvolvimento de outros territórios da caatinga nordestina, através de mecanismos de subvenção cruzada. Parte do resultado financeiro, em moeda nacional, resultado das exportações da inserção dos agricultores familiares nos mercados internacionais de milho, soja, carne bovina e café, por exemplo, constituiria um orçamento (fundo) público solidário, não-estatal, dos agricultores familiares de um determinado território dos cerrados, voltado para subvencionar sua permanência e a atividade agrícola, a partir da noção de multifuncionalidade do espaço rural, combatendo-se a fome. Esse fundo seria constituído como parte dos recursos decorrentes da produtividade do trabalho familiar e com os recursos provenientes de impostos federais incidentes sobre os fatos geradores de cada atividade econômica realizada pelos agricultores familiares, e seria gerido através de conselhos gestores dos agricultores familiares, tanto do território que transfere os recursos, quanto do território destinatário, sob a regulação e acompanhamento do Estado, através de seus vários órgãos, inclusive o Ministério Público.

Além disso, parte dos recursos mencionados seria utilizada na implantação de novos assentamentos de reforma agrária no território, com o acompanhamento dos movimentos sociais, estruturando-se, no tempo, uma rede de agricultores familiares. Cada assentamento iria subvencionar a implantação de mais um assentamento, como forma de pagamento da subvenção inicial realizada pelo Estado, através do resultado financeiro da colheita, segundo o calendário de trabalho das culturas. Nesse contexto, varias hipóteses podem ser consideradas para o modelo institucional de gerenciamento e implantação da reforma agrária nos cerrados, conforme o Quadro 1.

A idéia de tempo pode consistir em um ano ou

Quadro 1
Mecanismo de subvenção aos assentamentos de reforma agrária

	Tempo 0	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3	Tempo n
Estado	Subvenção inicial do Estado ao Grupo 1 de assentamentos				
Grupo 1: primeiros assentamentos		Pagamento do Grupo 1 ao Estado, subvencionando o Grupo 2	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento
Grupo 2 de assentamentos	Pagamento do Grupo 1 ao Estado subvencionando o Grupo 2	Pagamento do Grupo 2 ao Estado subvencionando o Grupo 3	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento
Grupo 3 de assentamentos	Pagamento do Grupo 2 ao Estado subvencionando o Grupo 3	Pagamento do Grupo 3 ao Estado subvencionando o Grupo 4	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento
Grupo n de assentamentos	Pagamento do Grupo (n-1) ao Estado subvencionando o Grupo n	Pagamento do Grupo n ao Estado subvencionando o Grupo (n+1)	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento	Contribuição solidária ao fundo da multifuncionalidade no semi-árido e ao fundo regional de desenvolvimento

num conjunto de anos decorrentes do resultado financeiro das exportações, suficiente para a implantação de um novo conjunto de assentamentos de reforma agrária, subvencionados pelo grupo de assentamentos anterior, como forma de pagamento ao Estado pela subvenção inicial. Dessa forma, gerar-se-ia um ciclo virtuoso e solidário de investimentos.

Parte dos recursos provenientes das exportações de produtos agrícolas dos assentamentos de reforma agrária dos cerrados teria a seguinte finalidade:

a) subvenção provisória de um novo grupo de assentamentos rurais;
b) subvenção permanente da multifuncionalidade da agricultura, no semi-árido/caatinga, através de um fundo, gerido entre cooperativas regionais solidárias de microcrédito dos agricultores familiares correspondentes aos respectivos territórios, juntamente com os impostos resultantes das atividades econômicas, elevando a demanda agregada regional, a partir do efeito multiplicador do gasto público e do efeito multiplicador do gasto social (a subvenção cruzada), centrado na cooperação solidária;
c) financiamento do sistema logístico de escoamento e armazenamento da produção, baseado no sistema ferroviário/hidroviário/rodoviário, com recursos públicos e da produtividade do trabalho dos agricultores familiares; e
d) implantação de uma universidade temática, com linhas de pesquisa voltadas para os interesses dos agricultores familiares, mantida no âmbito do orçamento público não-estatal.

Os recursos em divisas estrangeiras, proveni-

entes das exportações dos agricultores familiares do território dos cerrados, seriam vinculados e utilizados no sistema de modernização dos territórios, mediante a importação de equipamentos de bens de capital.

Nesse aspecto, observa-se que, do ponto de vista interno, a idéia de um orçamento público solidário, não-estatal, administrado por cooperativas regionais solidárias de microcrédito e de ajuda direta, é fundamental para as subvenções cruzadas intra e inter-regionais e para os investimentos regionais, supridos com recursos dos agricultores familiares e com os impostos decorrentes dessas atividades, excluídos, estes, dos programas de ajustamento estrutural, centrados numa política fiscal restritiva (geração de superávits primários para pagamento da dívida pública interna).

Desse modo, é necessária a desvinculação financeira com o orçamento central da União, ao mesmo tempo em que os recursos, administrados no âmbito de um orçamento público, mas não-estatal, mediante um fundo de investimentos subscrito por tributos federais e pelo resultado financeiro de parte da produtividade do trabalho dos agricultores familiares, seriam destinados para investimentos em infra-estrutura, educação superior e pesquisa, mediante a implantação de uma universidade pública social administrada para os interesses dos agricultores familiares.

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Admite-se que o modelo de organização social familiar é mais competitivo que o modelo de organização social capitalista nos cerrados, inserido no mercado internacional de trocas de produtos agrícolas, em virtude de, naquele, haver a supressão de salário, que remunera a força de trabalho (ou ser marginal), mesmo em relação aos projetos empresarias mais intensivos em capital.

Seja sob a análise marxista, seja sob a análise de redução dos custos de produção e transação das teorias de *clusters* industriais, de matriz neoschumpeteriana, observa-se que as unidades familiares são mais competitivas que as unidades capitalistas no longo prazo e que, portanto, consistem no modelo de organização social da produção e do trabalho a ser fomentado pelo Estado para a produção de mercadorias agrícolas destinadas à exportação, garantindo, no mercado externo, as condições de competitividade em preço.

Segundo o modelo de Tchayanov, observa-se o seguinte:

Unidades capitalistas: PB – CI – Sal = Rendimento líquido (1)

Unidades familiares: PB – CI = Rendimento líquido (2), logo

Rendimento líquido (2) > Rendimento líquido (1),

Sendo PB = produção bruta; CI = consumo intermediário; Sal = salário.

Considera-se que, dadas as recentes experiências de reforma agrária dos anos de 1990, no Brasil, o modelo de organização da produção dos assentamentos rurais que tem sido mais eficiente é o modelo cooperativo, em que cada família recebe lotes individualizados, podendo ou não haver áreas coletivas e comercializar-se conjuntamente o resultado da produção. No longo prazo, nos territórios onde ha áreas públicas devolutas extensas, ao invés do processo clássico de acumulação primitiva de ocupação dos cerrados brasileiros, que se verifica atualmente, uma outra categoria de análise poderia estar se estruturando com base num processo de acumulação primitiva do capital cooperativo, baseada na distribuição social da riqueza.

Embora os sistemas de produção de grãos nos cerrados da Bahia sejam pouco empregadores, mas intensivos em capital, o argumento da quase supressão da variável salário, em princípio, não caberia como justificativa de implantação dos assentamentos rurais produtores de grãos. Por outro lado, nesse caso é que se encontra o argumento social para o desenvolvimento de novos modelos de organização social empregadores. Haveria a substituição potencial de um modelo pouco empregador para um modelo empregador, baseado na permanência das famílias de agricultores assentados, onde a variável salário também seria residual, detentoras de lotes suficientes para a sobrevivência e acumulação, organizados em comunidades, associações e cooperativas de produção.

Nesse caso, tem-se a idéia de Tchayanov quanto à necessidade de políticas públicas que venham

a tornar os agricultores familiares empreendedores autônomos, sem os proletarizar diante do mercado. Ao estudar a Rússia de fins do século XIX e a União Soviética após a revolução de 1917, e no âmbito específico das NEP de Lênin, a proposta de Tchayanov consistia numa idéia de coletivização cooperativa, sendo que a cooperação ocorreria a partir da reunião de pequenos produtores, que deveriam ter seus meios de produção, passando a comercializar os produtos agrícolas de forma conjunta, implicando, por conseguinte, o surgimento de extensas uniões de agricultores, como condição de inserção no processo de acumulação através do mercado, criando-se as bases de uma economia socializada.

Considera-se que, nas condições atuais, o aprofundamento da democracia participativa e o acesso aos meios de comunicação nos municípios e territórios, através das rádios comunitárias, consistem em mecanismos de formação das identidades sociais necessárias para impulsionar processos de desenvolvimento territorial.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A implantação de um sistema cooperativo intra e inter-regional exige um processo permanente de fortalecimento das instituições democráticas nos territórios, a fim de dinamizá-las. A noção de democracia participativa é condição para a execução de um projeto político-social de desenvolvimento centrado na presença e ação dos agricultores familiares, em detrimento da democracia representativa clássica, através do Poder Legislativo, na divisão de Poderes do Estado contemporâneo.

O Brasil vem avançando na afirmação da participação popular no planejamento e na gestão de atividades nos municípios. O exemplo recente consiste na implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável para acompanharem a execução dos recursos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, a partir de 2003, a instalação dos conselhos gestores do Programa Fome Zero nos procedimentos de cadastramento e acompanhamento das famílias rurais e urbanas em situação de subalimentação. Em seu primeiro ano, o programa instala-se na região do semi-árido, com o propósito de desenvolvimento de políticas locais e regionais de segurança alimentar, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Não há democracia sem participação, de sorte que a participação aponta para as forças sociais que vitalizam a democracia e lhe assinam o grau de eficácia e legitimidade no quadro social das relações de poder, bem como a extensão e abrangência desse fenômeno político, numa sociedade repartida em classes ou em distintas esferas e categorias de interesse (BONAVIDES, 2003, p. 51). Democracia, ao nosso ver, é processo de participação dos governados na formação da vontade governativa; participação que se alarga e dilata na direção certa de um fim todavia inatingível: a identidade de governantes e governados, meta utópica, que traz à memória a imagem amortecida de Rousseau, configurada na hipótese da democracia como governo de deuses (BONAVIDES, 2003, p. 58).

A fim de consolidar o processo democrático, principalmente nas regiões do sertão nordestino, onde ainda predominam estruturas oligárquicas locais, uma vez que a organização político-administrativa do Estado brasileiro é federativa, é necessária a descentralização do acesso aos meios de comunicação no nível municipal e regional.

Para implementar a política de segurança alimentar municipal e regional, os conselhos gestores do Programa Fome Zero de cada município teriam uma rádio comunitária, juridicamente estruturada como associação civil sem fins lucrativos, como previsão legal já existente no Brasil. Os programas de rádio executariam os programas federais, estaduais e municipais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério do Meio Ambiente, com programas de educação alimentar, saúde infantil, gestão dos recursos hídricos e saúde da mulher, entre outros, fomentando uma mudança de hábitos alimentares, higiene pessoal e cuidados com o corpo, junto à população rural de renda mais baixa, em geral, com pouco acesso à informação. A vinculação do acesso aos recursos do Bolsa-Família e do Programa Fome

Zero, com a informação cotidiana na rádio comunitária, aprofundaria os laços de identidade comum entre os agricultores familiares, interiorizando e consolidando, no médio e longo prazo, o processo democrático, alterando a estrutura social de poder local e regional.

Se não resolvermos o problema da mídia, não resolveremos jamais o problema da democracia neste país. Todo o regime constitucional que se estabelecer sem a efetiva participação do povo em grau de soberania, será tão-somente formalismo, simbolismo, nominalismo; nunca realidade, fato, substância (BONAVIDES, 2003, p. 49). Constitucionalizar a mídia como um dos poderes da república – mas poder democrático e legítimo – é, sem dúvida, o mais urgente e inarredável requisito da democracia participativa (BONAVIDES, 2003, p. 13).

Do ponto de vista material, a liberdade dos meios de comunicação só existe, basicamente, em proveito da classe dominante; enquanto durar esta síndrome do regime, todas as vias de acesso à democracia participativa estarão cortadas ou bloqueadas (BONAVIDES, p. 49).

Para a implantação das rádios comunitárias, prevê-se a subvenção do Estado e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos bancos regionais de desenvolvimento. Para a manutenção das rádios comunitárias e da equipe de trabalho, seria autorizada a veiculação de propagandas das atividades econômicas do município e do território, desde que não conflitassem com os objetivos do Programa Fome Zero, segundo deliberação dos Conselhos Gestores. O controle social, na aplicação desses recursos, seria realizado pelas famílias beneficiadas pelo Programa Fome Zero e pelos membros dos Conselhos Gestores e, o controle estatal, pelo Ministério Público. A transmissão, em radiodifusão, desses serviços, consistiria num serviço de utilidade pública. As rádios comunitárias de cada um ou de um conjunto de conselhos gestores do Fome Zero, estruturaria um *pool* de rádios, implementando programas regionais de segurança alimentar e subsidiando projetos regionais de desenvolvimento.

Com o Estado democrático-participativo, o povo organizado e soberano é o próprio Estado, é a democracia no poder, é a legitimidade na lei, a cidadania no governo, a Constituição aberta no espaço das instituições, concretizando os princípios superiores da ordem normativa e da obediência fundada no contrato social e no legítimo exercício da autoridade (BONAVIDES, 2003, p. 20).

AS COLETIVIDADES TERRITORIAIS E O CONTRATO SOCIAL ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES

Um novo contrato social intra e inter-regional, na esfera financeira, entre bancos regionais solidários de microcrédito e ajuda direta dos agricultores familiares e, na dimensão da comunicação de massa, a implantação das rádios comunitárias, criaria as condições político-sociais para a institucionalização das coletividades territoriais, ou regionais, como coletivos públicos, não-estatais, a fim de planejarem e implantarem as políticas e os projetos de desenvolvimento regional.

O ordenamento jurídico do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, dispõe que o país é uma república federativa, organizada em três níveis de representação, hierarquizados e com competências específicas, comuns, concorrentes e complementares: a União Federal, onde se exerce o poder central, e representa o Brasil perante os demais países e organismos internacionais; os Estados-membros, que exercem o poder no plano estadual-regional e os municípios, que atuam no disciplinamento da vida local das cidades, sobretudo, e das pessoas em comunidades.

O município, ente político e autônomo da comunhão federativa, é o espaço constitucional mais adequado, em termos de observação e experiência, ao emprego das técnicas plebiscitárias da democracia participativa. Introduzir, portanto, com extrema freqüência e máxima intensidade, os sufrágios plebiscitários na esfera municipal – onde se acham as células dos corpos autônomos das federações – é, no caso brasileiro, fortalecer o constitucionalismo da Carta de 1988. De bom aviso e em boa hora incorporou ele, formalmente, as organizações municipais no organismo da federação, como, aliás, deverá ser feito também com a região, mediante o estabelecimento de instâncias regionais de

poder autônomo (BONAVIDES 2003, p. 289).

Segundo Bonavides (2003), a constitucionalização administrativa das regiões já deu primeiro e largo passo, cabendo, ao constituinte de segundo grau, quando cuidar oportuno, completar o processo, a fim de instituir a autonomia política dos ordenamentos regionais, introduzindo-a na composição federativa do Brasil, sem nenhuma contradição ao § 4º do art. 60 da Constituição.

Entre os Estados-membros e os municípios, falta um nível intermediário que execute as políticas regionais e que reúna municípios com interesses comuns. A experiência brasileira tem demonstrado que, em vários estados do Sudeste e Sul do país, os municípios já se associam em coletividades territoriais ou regionais, assumindo a natureza jurídica de associações ou consórcios intermunicipais, para executarem projetos de interesse regional, como a gestão dos recursos hídricos, implantação de aterros sanitários e centrais de comercialização, por exemplo. Esse processo, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, ainda se encontra em estado incipiente, onde a população ainda não tem acesso ou não incorporou os instrumentos de exercício da cidadania e da democracia de modo coletivo.

Para Bonavides (2003, p. 60), a verdadeira substância política da democracia participativa deve incorporar-se ao direito constitucional positivo, sob a designação de democracia direta. Mas essa expressão não corresponde, com extremo rigor, ao símile grego da antiguidade clássica, porquanto o modelo nela contido, extraído de fórmula mista consideravelmente atenuada, mantém, no seu receituário político de organização, o embargo de haver deslocado, já, o eixo da soberania em bases funcionais, dos corpos intermediários do Estado – as casas legislativas e os órgãos executivos – para a sede da autoridade moral, centralizadora e suprema, que é o povo, desbloqueado no exercício direto e vital de suas prerrogativas de soberania.

O substantivo da democracia é, portanto, a participação. Quem diz democracia, diz, no mesmo passo, a máxima presença de povo no governo, porque, sem participação popular, democracia é quimera, é utopia, é ilusão, é retórica, é promessa sem arrimo na realidade, sem raiz na história, sem sentido na doutrina, sem conteúdo nas leis (BONAVIDES, 2003, p. 283).

O reconhecimento, pela Constituição Federal e pelas Constituições estaduais, das coletividades territoriais, como entes públicos não-estatais, consiste num fato jurídico que facilitaria a institucionalização desses coletivos, estruturados com a participação do Estado e da sociedade civil, em composição paritária.

A noção de multifuncionalidade inserida nas políticas públicas vem confirmar a idéia de que a agricultura fornece outros bens e serviços à comunidade, que não somente bens agrícolas, alimentares, ou matérias-primas

Da mesma maneira, a noção de multifuncionalidade inserida nas políticas públicas vem confirmar a idéia de que a agricultura fornece outros bens e serviços à comunidade, que não somente bens agrícolas, alimentares, ou matérias-primas. Atualmente, com as políticas de garantia e subsídio agrícolas nos países mais industrializados, o conceito está consolidado na perspectiva de abranger os efeitos econômicos, sociais, territoriais ou ambientais causados pela agricultura à sociedade.

Com a diminuição rápida do peso da agricultura na economia e o melhoramento de sua produtividade, a multifuncionalidade, hoje, tem um sentido mais dinâmico, a fim de reduzir ou restringir os movimentos migratórios inter-regionais e do meio rural para as metrópoles, limitando os movimentos rápidos de força de trabalho decorrentes do progresso tecnológico no meio urbano que, no curto prazo, eram difíceis de serem contidos, à medida que as cidades se urbanizavam e ampliava-se a oferta de equipamentos e serviços coletivos de habitação, educação e formação em geral, gerando processos migratórios rápidos, como o êxodo rural.

Se se considerar o caso dos movimentos migratórios do meio rural para as cidades, e das regiões semi-áridas para as grandes metrópoles brasileiras, por exemplo, essa questão ainda é mais dramática com o surgimento de grandes bolsões de pobreza e miséria como nas favelas.

Na Europa, por exemplo, a noção de multifunci-

onalidade é explicitada nos fundamentos da Política Agrícola Comum (PAC), que serviu de referência à política de segurança alimentar e abastecimento, à proteção do meio ambiente e à garantia dos rendimentos, tornando-se elemento importante das últimas reformas da PAC, como em 1999, com a inclusão do desenvolvimento rural. Na França, o conceito integrou as novas leis de orientação relativas à agricultura, como a Lei de Orientação Agrícola (LOA), de julho de 1999, ou ao ordenamento do território, como a Lei de Orientação de Desenvolvimento Sustentável do Território, (LOADDT), também de 1999.

No Brasil, a questão deve ser também colocada nas seguintes condições: o investimento com a multifuncionalidade, pelo Estado, na região semi-árida, representa um custo-beneficio inferior aos custos de saneamento, saúde, segurança pública e educação, nas metrópoles desigualmente urbanizadas. Acrescenta-se a perspectiva de inclusão social no meio rural e de diminuição do fluxo migratório do campo para as metrópoles, principalmente das regiões semi-áridas, em decorrência, inclusive, da queda da renda agrícola, em virtude da diminuição dos preços dos produtos agrícolas.

Os serviços multifuncionais da agricultura se estruturam em quatro categorias, segundo Delache (2002):

a) os serviços ambientais em geral, incluindo o combate ao efeito estufa, a luta contra a poluição das águas ou erosão dos solos, a preservação da biodiversidade, das paisagens, dos sítios e o fornecimento dos serviços recreativos;
b) os serviços territoriais, que se compõem de uma parte nacional, consistindo numa repartição mais equilibrada das atividades sobre o território, e de uma parte regional, consistindo numa repartição mais equilibrada das densidades das populações locais;
c) os serviços sociais, que podem ser decompostos num serviço interno à atividade agrícola, que visa a assegurar um rendimento suficiente, e um externo, que visa a assegurar os serviços sociais às comunidades locais e aos visitantes, como acolhimento e atividades culturais; e
d) os serviços econômicos de segurança do abastecimento, que visam a assegurar uma certa independência nacional às flutuações de preço e aos riscos de ruptura do abastecimento.

Todo o projeto de desenvolvimento agrícola necessita de um processo político de concertação para que produza os efeitos desejados pelos agricultores. O projeto deve atender aos objetivos formulados em nome do interesse geral. Os projetos que são contrários aos interesses dos agricultores tendem ao fracasso. A análise-diagnóstico da situação agrária, antes da realização do projeto, permite raciocinar, considerando os diversos interesses de classes, camadas e categorias sociais. A tipologia de sistemas de produção agrícola pode ser contra as tentações de conceber intervenções uniformes que não consideram as heterogeneidades sociais dos agricultores familiares.

A existência de organizações de agricultores familiares permite o diálogo, o debate, a negociação e a assinatura de convenções, sendo uma condição necessária para o êxito de um projeto de desenvolvimento agrícola.

Como dispõe Dufumier (1996), o drama do mundo rural é que a pauperização dos agricultores e a perda de competitividade manifestam-se por um êxodo rural acelerado, sem que os empregos possam ser criados em número suficiente nas aglomerações urbanas. As favelas, que se multiplicam sem cessar nas grandes metrópoles do Terceiro Mundo (Cidade do México, Lima, Lagos, Calcutá, Manila), são habitadas por antigos produtores agrícolas, que não puderam reembolsar suas dívidas contratadas no campo e foram submetidos a vender ou abandonar seus estabelecimentos agrícolas e venderem sua força de trabalho nas cidades.

As preocupações relativas à gestão dos recursos naturais e à preservação dos equilíbrios ecológicos são cada vez mais consideradas na definição de políticas de desenvolvimento agrícola. A exploração mineral dos recursos naturais e a utilização inadequada de certos materiais e produtos químicos têm contribuído à simplificação e fragilização dos ecossistemas do Terceiro Mundo. Essas evoluções se traduzem por graves inconvenientes, como o desaparecimento da cobertura arbórea e a diminuição dos recursos em madeira, erosão progressiva do solo e redução das superfícies cultiváveis,

desaparecimento de certas espécies animais e vegetais, diminuição dos lençóis freáticos, sedimentação de lagos de barragem, deslizamento de terrenos, inundações brutais e incontroladas e poluição de manguezais. Os governos dos países mais afetados por esses fenômenos, como Brasil e Haiti, entre outros, são pressionados a intervir diretamente para erradicar as degradações em curso, por meio de programas especiais em matéria de reflorestamento, defesa e restauração dos solos, gerenciamento de bacias e proteção de nascentes, por exemplo.

Os agricultores familiares não são exclusivamente a categoria profissional presente nos projetos de desenvolvimento agrícola. Outros agentes econômicos são mais ou menos diretamente envolvidos pelas transformações da agricultura e devem ser considerados. Podem ser os artesãos, que fabricam e mantêm os materiais agrícolas; os pedreiros engajados na construção das edificações dos estabelecimentos agrícolas; os industriais implicados na conservação e na transformação dos produtos; os comerciantes e os transportadores. Não se deve negligenciar a importância dos empresários e das sociedades privadas e as atividades que são ditadas pelas oportunidades relativas de lucro, na economia de mercado, que podem ser decisivas para a realização dos objetivos econômicos e sociais dos projetos, como as sociedades de engenharia, escritórios e consultorias de estudos e projetos, empresas de trabalhos públicos, indústrias mecânicas, bancos comerciais, sociedades de importação e exportação e agências seguradoras.

A multifuncionalidade da agricultura necessita de uma ação pública voltada a corrigir as imperfeições do mercado, devido à existência de efeitos externos e dos bens públicos. A multifuncionalidade não consiste numa especificidade agrícola, sendo que, privilegiar a intervenção pública na atividade agrícola, deve resultar numa análise, caso a caso, no âmbito das políticas públicas. Uma questão central é: qual a natureza da demanda que não pode ser satisfeita no mercado? E o caráter não-mercantil do serviço multifuncional? Se o caráter não-mercantil está confirmado e uma ação pública sobre a oferta está justificada, como medir a demanda e, em particular, o consentimento social a pagar para esta demanda? Qual o espaço de intervenção a priorizar, do ponto de vista geográfico principalmente, para assegurar que a demanda social seja bem representada? A agricultura é a única provedora desses serviços? A agricultura tem uma vantagem comparativa para fornecer esses serviços? Se o setor agrícola se revela como o melhor espaço para o fornecimento desses serviços, tem-se uma medida precisa da oferta desses serviços correspondente à demanda sobre que se assegura a remuneração? Como assegurar aos agricultores mais eficazes o fornecimento do serviço correspondente?

A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: ORIGEM INSTITUCIONAL DE ESTADO

Desde o Clube de Roma, em 1968, as preocupações relativas ao meio ambiente e às características renováveis dos recursos naturais multiplicaram-se nas instâncias internacionais. Em 1992, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento – a Rio-1992 –, elabora-se um programa de atividades denominado Agenda 21. Durante o Encontro Mundial da Alimentação, em 1996, defendem-se as políticas e métodos participativos e duráveis de desenvolvimento alimentar, agrícola, florestal e rural, considerando o aspecto multifuncional da agricultura. Nas discussões da Rodada Uruguai e, posteriormente, no comitê sobre comércio e meio ambiente da Organização Mundial do Comércio, trata-se do caráter multifuncional da agricultura com o vocábulo *Non-trade concerns*.

Três preocupações básicas implicam o surgimento do conceito de multifuncionalidade: a primeira, refere-se à relação fundamental entre agricultura, meio ambiente e desenvolvimento rural; a segunda, a relação entre agricultura e segurança alimentar; e, a terceira, reporta-se às relações entre agricultura e comércio internacional. A multifuncionalidade da agricultura significa considerar que ela não se limita a produzir bens agrícolas, matérias-primas e alimentos. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, os elementos da multifuncionalidade são os seguintes:

a) existência de múltiplos bens e serviços produzi-

dos conjuntamente pela agricultura; e
b) alguns desses bens ou serviços têm a característica de externalidade, ou de bens públicos.

A OCDE define duas abordagens possíveis da multifuncionalidade:
a) uma abordagem positiva, que considera a multifuncionalidade uma característica intrínseca à atividade econômica; os bens podem ter efeitos positivos ou negativos, podem ser produzidos voluntária ou involuntariamente, ser complementares ou substitutos; e
b) uma abordagem considerada normativa, que trata a multifuncionalidade a partir das múltiplas atividades existentes em torno da agricultura, que possui certas funções que podem ser fomentadas por políticas públicas específicas.

Segundo Loyat e Petit (2002), a abordagem positiva conduz a um tratamento puramente econômico, consistindo na quantificação de bens e serviços a partir de modelos de equilíbrio entre oferta e demanda, uma vez que, em termos de política pública, consiste numa visão muito reduzida em relação à abordagem normativa.

A União Européia escolheu a segunda abordagem, considerando que a agricultura é multifuncional, pois deve, não só produzir bens agrícolas, mas garantir a segurança alimentar, proteger o meio ambiente e manter o emprego rural. Segundo Loyat e Petit (*ibid*), as características próprias do setor agrícola são invocadas para explicar o lugar específico da agricultura na sociedade: o caráter biológico da produção agrícola, uma demanda rígida, ocupação do espaço e das particularidades estratégicas e culturais. À abordagem mercantil, superpõe-se uma abordagem cultural e identitária do território, que pode fomentar a intervenção pública.

DOS CONTRATOS TERRITORIAIS DE ESTABELECIMENTO AOS CONTRATOS DE AGRICULTURA DURÁVEL: o exemplo francês

A Lei de Orientação Agrícola, de 9 de julho de 1999, na França, tem o objetivo de conciliar o desenvolvimento da agricultura com as atividades de uma sociedade que evolui em termos de emprego, de gestão do espaço e do meio ambiente. Essa lei prevê um novo instrumento jurídico e social, o contrato territorial de estabelecimento, que consiste numa relação contratual entre o agricultor e os poderes públicos, e permite reconhecer e remunerar a multifuncionalidade da agricultura.

Os contratos instituem uma nova relação entre o Estado e o agricultor, a fim de induzir este a se inscrever, durante cinco anos, num projeto global coerente, integrante de uma dimensão socioeconômica, ambiental e territorial. O Estado se compromete a manter financeiramente os termos da parceria durante a sua vigência.

Originalmente, os contratos territoriais de estabelecimento reagrupavam um grande número de medidas de ajuda à agricultura. Um novo dispositivo simplificado, mais próximo das medidas agroambientais, responde às prioridades ambientais dos territórios. O contrato de agricultura durável sucede o contrato territorial de estabelecimento, e prevê duas perspectivas: econômica e social de uma parte; territorial e ambiental de outra. Os agricultores terão a chance de atuar nas duas perspectivas ou contratualizar unicamente as medidas agroambientais.

O meio ambiente é uma das importantes funções não-mercantis da agricultura, em decorrência da qual pode haver efeitos negativos ou positivos, segundo as condições locais de produção. Entre os efeitos negativos, destacam-se os seguintes:
a) o ar e o clima mundial, como a emissão de amônio ocasionando a chuva ácida e a emissão de gás, gerando o efeito estufa;
b) a água, como a poluição das águas superficiais e subterrâneas por nitratos, fósforo, pesticidas, os efluentes, a destruição de certos habitats naturais pela drenagem e irrigação, as inundações;
c) sobre o solo, como a degradação física e química, contaminações, degradação biológica;
d) sobre a paisagem, com a degradação resultante de uma agricultura intensiva, com desmatamento;
e) sobre a biodiversidade, decorrente da poluição da água e do solo e de práticas agrícolas intensivas.

Entre os efeitos positivos, destacam-se os seguintes:
a) sobre a paisagem criada pela agricultura, podendo tornar-se um elemento patrimonial;

b) sobre a biodiversidade, a partir do momento que a agricultura pode contribuir com a conservação da biodiversidade e manter os habitats dos animais;
c) sobre a preservação dos meios naturais e a luta contra as poluições, na medida em que certas práticas permitem combater a erosão do solo, inundações, desmoronamentos e as culturas podem absorver gases poluentes, como o gás carbônico.

A MANUTENÇÃO DO EMPREGO NO MEIO RURAL

A questão do emprego, na noção de multifuncionalidade, enseja inúmeras discussões. Trata-se de um aspecto central tanto quanto outros aspectos da multifuncionalidade, como a paisagem, a biodiversidade e o desenvolvimento local, sendo que o lugar onde se manteve o emprego agrícola apresentou as melhores condições para assegurar o fornecimento desses serviços. O fato de garantir o emprego aparece como resposta a uma demanda social forte, que não pode ser excluída do âmbito da multifuncionalidade. A análise dessa questão deve considerar o aspecto territorial do objetivo do emprego de que é indissociável. Distinguem-se quatro níveis de análise:

a) a manutenção do emprego agrícola corresponde aos objetivos nacionais de garantia do emprego;
b) a manutenção do emprego local responde a uma necessidade dos serviços disponíveis à localidade próxima;
c) a manutenção de parte da população no território;
d) a manutenção do emprego agrícola para assegurar o fornecimento de outros serviços multifuncionais, inclusive ambientais.

É preciso alterar o paradigma tecnológico, em curso nos cerrados brasileiros, para um modelo que seja sustentável no longo prazo, tornando-o um agroecossistema multifuncional, criando-se as condições para o desenvolvimento de uma agricultura familiar inserida no mercado internacional, de modo a viabilizar os investimentos nos territórios rurais, a partir de políticas regionais, garantindo a permanência das famílias. A distinção entre território produtivista e território multifuncional é fundamental para subsidiar as orientações e o sentido de finalidade das políticas públicas. Ainda é possível reorientar o modelo de desenvolvimento, de alguns espaços dos cerrados, que vise, sobretudo, a distribuição social da riqueza e ocupe a força de trabalho no meio rural, baseada na noção de agricultura familiar solidária e nos financiamentos de subvenção cruzada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. In: SEMINÁRIO INTERNO DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL. Santiago: FAO, 2001.

_____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 113-128.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

BAZIN, Gilles. La PAC contre la multifonctionnalité? *Economie Rurale*, 273-274 : 236-242, 2003.

BERRIET SOLLIEC, Marielle, DEPRES, Christophe, VOLLET, Dominique. La multifonctionnalité de l'agriculture entre efficacité et équité – Le cas des CTE en Auvergne. *Economie Rurale*, 273-274 : 195-211, 2003. [communication colloque SFER 2002].

BODIGUEL, L. *Le territoire, vecteur de la reconnaissance juridique de l'agriculture multifonctionnelle*. Economie Rurale, 273-274 : 61-75, 2003. [communication colloque SFER 2002].

BURELL, A. *Multifonctionnalité, considérations non commerciales au cycle de DOHA*. Economie rurale, 273-274 : 13-29. [communication colloque SFER 2002].

CERDAN, Claire; SAUTIER, Denis. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais – sistemas de produção de queijo em Sergipe. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 131-142.

COCHET Hubert; DEVIENNE, Sophie. La mise en place des contrats territoriaux d'exploitation dans la Meuse. *Le courrier de l'Environnement*, n. 47, 2002. 13 p.

COMITE EUROPEEN DE DROIT RURAL. *L'agriculture multifonctionnelle*. L'Harmattan, 1999. 749 p.

LOYAT, Jacques; PETIT, Ives. La politique agricole commune (PAC): un enjeu de société. *La documentation française*, 2ème éd., Paris, 2002.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histoire des agricultures du monde – du néolithique à la crise contemporaine*. Editions du Seuil, 2002.

_____. Multifonctionnalité agricole et pluralité sociale: les contrats territoriaux d'exploitation. *Aménagement et Nature*, n. 136, p. 25-36, 2000.

SABOURIN, Eric. Agricultura familiar, coletividades territoriais e construção dos territórios no Nordeste Semi-árido In: _____. TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 197-217.

_____. Desenvolvimento rural e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: _____. TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 21-37.

_____. Métodos e instrumentos de planejamento e desenvolvimento territorial. In: _____. TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002b. p. 300-314.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Especialização da agricultura e organização do espaço agrícola no Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 2001. 64 p. (Série estudos e pesquisas, 54).

_____. *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador: SEI, 2000. 118 p. (Série estudos e pesquisas,46).

TONNEAU, Jean Philippe. Articulação entre as escalas territoriais e conseqüências sobre o planejamento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 218-232.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Apoio aos atributos da agricultura familiar – o mel do Piauí. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 143-196.

_____. Uma nova espacialidade para o desenvolvimento rural – a territorialidade das novas atividades agrícolas, In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 91-112.

WANDERLEY. Maria Nazareth de Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste – por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 39-52.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar no Oeste baiano: de colonos a *neo-farmers*

Amílcar Baiardi[*]

Resumo

O artigo tenta explicar como uma combinação virtuosa que teve como ingredientes os recursos naturais, a infra-estrutura, os agentes econômicos e as políticas públicas, resultou em experiência bem sucedida de desenvolvimento rural. A área estudada é o município de Barreiras e seu entorno, que foi visitada pelo autor do trabalho em duas situações diferentes. A primeira em 1988, quando realizava uma pesquisa com apoio do CNPq, cujo relatório foi publicado na forma de livro com o título "A Moderna Agricultura do Nordeste", em 1992. A segunda, no início de 2003, quando retornou ao cerrado baiano, com o objetivo de avaliar o nível de desenvolvimento rural quinze anos depois. Nessa segunda ocasião, constatou que o processo de diferenciação, detectado durante a primeira visita, levou à conversão de pequenos produtores rurais, das antigas regiões de colonização européia no Rio Grande do Sul, em modernos agentes, com manutenção do caráter familiar da organização produtiva.

Palavras-chave: agricultura familiar, "neo-farmer", Oeste baiano.

Abstract

This article tries to understand how a virtuous combination that had as ingredients the natural resources, the infrastructure, the economical agents and the public politics, had as output a well succeed experience of rural development. The studied area is the municipal district of Barreiras and its environment that was visited by the author in two different situations. The first in 1988 when accomplished a research with support of CNPq, whose report was published in a book with the title of " The Modern Agriculture of the Northeast ", in 1992. The second in the beginning of 2003 when he came back to the Bahia Cerrados, with the objective of evaluating the level of rural development, fifteen years after. On this second occasion it was verified that the differentiation process, detected during the first visit, promoted the conversion of small rural producers of the old areas of European colonization in the state of Rio Grande do Sul in modern economic agents, with maintenance of the family farm character, in the productive organization.

Key words*: family agriculture, new farmer, West of Bahia.*

INTRODUÇÃO

O Oeste baiano como tema de pesquisa

O Oeste baiano vem despertando o interesse de pesquisadores e de agências de desenvolvimento regionais e nacionais. A razão desse interesse crescente liga-se ao fato de que, em menos de duas décadas, a região, que se constituía em um imenso vazio demográfico, ter se convertido em uma das fronteiras agrícolas mais dinâmicas do país.

Inicialmente como área de expansão da soja em latitudes menores, vem o Oeste baiano se destacando como pólo produtor de grãos: milho e café, principalmente. Em uma recente diversificação de suas lavouras, destaca-se, também, como produtor de algodão e de frutas. As estimativas são que o valor bruto da produção dessas lavouras tenha alcançado, em 2001, cerca de R$ 850 milhões, com previsão de alcançar-se R$ 1,250

* Professor Titular, DSc do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura da Universidade Federal da Bahia. baiardi@ufba.br

bilhão em 2004.[1]

Nos últimos quinze anos, a performance em termos de produção vegetal ensejou o surgimento de um parque agroindustrial, com segmentos a montante e a jusante das atividades agrícolas, e, mais recentemente, passou a atrair, também, indústrias de abate, em decorrência da evolução da produção animal, estimulada pelos excedentes de farelo de soja e de milho.

Ao lado dessa prosperidade econômica, baseada no desenvolvimento agrícola do seu principal centro de irradiação de progresso, que é o município de Barreiras e seu entorno próximo, a área de maior dinamismo do Oeste baiano vem, progressivamente, constituindo-se em espaço privilegiado para a complexificação de atividades econômicas, dinamização dos negócios de toda índole, que se fazem acompanhar de uma melhoria da qualidade de vida, tanto urbana como rural. Ademais, distinguindo-se do que acontece em grande parte do Nordeste, vem dando bons exemplos de entrelaçamento do tecido produtivo com o tecido social, de propensão à assunção de risco pelo empresariado local, de aumento da confiança, enfim de redução do custo social médio de transação.

Ao lado dessa prosperidade econômica, baseada no desenvolvimento agrícola, a área de maior dinamismo do Oeste baiano vem, progressivamente, constituindo-se em espaço privilegiado para a complexificação de atividades econômicas, dinamização dos negócios de toda índole, que se fazem acompanhar de uma melhoria da qualidade de vida

Ocorre, contudo, que esses indicadores de progresso econômico e bem-estar, na melhor das hipóteses, contaminam apenas alguns municípios do entorno próximo e mais alguns poucos que, mesmo mais distantes, reúnem condições de meio físico muito assemelhadas a Barreiras. Dito de outro modo, o modelo de Barreiras não é generalizável para a Bahia e, muito menos, para o Nordeste. Até mesmo na área polarizada pelo município, observa-se a existência de bolsões de miséria, em nada diferentes do que ocorre no conjunto do semi-árido nordestino.

[1] Fonte FIBGE: valores corrigidos pelo IGP para soja, milho, café, algodão e frutas, para a safra de 2001. Para a safra de 2004, a estimativa/projeção da Associação de Irrigantes de Barreiras, AIBA, para todo o Oeste baiano é de um valor bruto da produção destas lavouras da ordem de R$ 1.650 milhões.

Objetivo do trabalho e a questão por responder: o problema de pesquisa

O objetivo geral do trabalho é tentar explicar a seletividade e especificidade do que acontece em termos de desenvolvimento agrícola e rural no epicentro de prosperidade do Oeste baiano. Ao fazê-lo, foi possível, como objetivo acessório, avaliar os impactos das políticas públicas no desenvolvimento rural, partindo-se de um balanço das transformações ocorridas na região, sobretudo nos últimos quinze anos. De outro modo, tentou-se encontrar uma resposta para como e por que meios as intervenções públicas e as iniciativas privadas conduziram a um nível significativo de crescimento econômico, o qual preservou o caráter familiar do segmento mais dinâmico e, em que pese os desequilíbrios intra-regionais, demonstrou ser eficiente, seja no aumento e na distribuição da renda regional, como na diversificação da agricultura, da agroindústria e na geração de efeitos virtuosos, para frente e para trás.

As evidências de tendências no aumento da renda gerada pelas atividades primárias e pela indústria rural, expressadas no crescimento do valor da produção agrícola e nos indicadores de desenvolvimento econômico e social (Quadros 1 e 2), produziram questionamentos na linha de se tentar identificar as causas ou determinações de última instância. Seriam resultados de intervenções públicas? Tudo teria ocorrido de modo espontâneo, tendo com explicação a disponibilidade de recursos, o surgimento de instituições na esfera da sociedade civil e a dotação de capital social? Ou o desenvolvimento rural se deu por meio de sinergia e complementaridade entre intervenções públicas e iniciativas da sociedade civil?

Partindo-se dessas perguntas, procurou-se entender se os processos de desenvolvimento seriam, em todos os casos, conseqüências diretas das intervenções públicas, se seriam fenômenos paralelos e independentes ou se teriam uma natureza

Quadro 1

Indicadores de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social da área de influência de Barreiras

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE DES. ECON.	ÍNDICE DE DES. SOCIAL
Média do Pólo de Barreiras	82,2	18,6
Barreiras	411,5	30,32
São Desidério	123,1	18,24
Riachão da Neves	87,1	22,67
Angical	56,6	18,29
Barra	61,3	15,07
Formosa do Rio Preto	120,0	22,18
Santa Rita de Cássia	58,3	15,88
Serra Dourada	58,0	16,57
Cotegipe	56,5	15,48
Wanderlei	62,1	16,60
Baianópolis	51,6	20,94
Tabocas do Brejo Velho	50,9	16,70
Brejolândia	51,6	19,95
Mansidão	35,8	19,71
Cristópolis	46,2	21,83
Catolândia	32,6	14,96
Buritirama	35,6	11,33

Fonte: VEIGA, J. E, 2001

Quadro 2

Participação no indicador sintético agregado e hierarquia dos municípios da área de influência de Barreiras

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Barreiras	19,51	1
São Desidério	7,00	4
Riachão da Neves	2,46	9
Angical	2,20	11
Barra	2,20	12
Formosa do Rio Preto	2,08	14
Santa Rita de Cássia	1,81	15
Serra Dourada	1,65	19
Cotegipe	1,17	24
Wanderlei	1,17	25
Baianópolis	1,16	27
Tabocas do Brejo Velho	0,78	29
Brejolândia	0,74	30
Mansidão	0,72	31
Cristópolis	0,59	35
Catolândia	0,59	36
Buritirama	0,50	37

Fonte: CAR, 1997. Indicador sintético calculado segundo indicadores de produção agropecuária, de irrigação, de indústria, de infra-estrutura e de serviços no meio urbano e rural

complementar, com origem associada a determinadas intervenções que buscassem obter melhores resultados pela via da concentração de ações em determinados espaços, nos quais o corpo social já se evidenciasse como protagonista, demonstrando iniciativas.

Ao serem identificadas políticas que evidenciaram ter maior sinergia com as iniciativas dos agentes sociais da região, concomitantemente hierarquizou-se a importância das mesmas para o desenvolvimento rural. Como conseqüência, pôde-se definir, ao final, aquelas que devem ser preservadas e/ou incrementadas, aquelas que, por haver demonstrado baixa ou nenhuma eficácia, devem ser repensadas, bem como sugerir novas modalidades de intervenção no quadro regional, as quais não fizeram parte do elenco convencional de políticas agrárias e agrícolas escrutinadas anteriormente.

Modelo explicativo ou tentativa teórica de responder ao problema

Ao analisar o desenvolvimento agrícola, fonte do desenvolvimento rural, o pensamento econômico tradicional no Brasil[2] insistia em definir o caso brasileiro como singular e determinado pela abundância dos fatores terra e força de trabalho. Assim, explicava-se o baixo uso do capital que não ensejaria uma combinação racional na função de produção microeconômica. A partir dos anos 70 do século XX, a modernização de algumas atividades agrícolas nas Regiões Sudeste e Sul se constituíram em exceção, merecendo abordagens particulares (ARAÚJO; SCHUH, 1983).

Durante os anos 1980, inúmeros estudos explicavam outros determinantes para o uso intensivo de capital no processo de modernização da agricultura brasileira, seja na forma de insumos como de equipamentos, inclusive questionando a célebre tese sobre o mecanismo de autocontrole de autoria de Ruy Miller Paiva (BAIARDI, 1996) e relativizando as concepções dualistas inspiradas nos trabalhos de Lewis (1954), as quais propunham que a moderniza-

[2] O pensamento econômico tradicional no Brasil sofreu grande impacto das obras de economistas estadunidenses (SCHUH 1970, 1971 e 1983 e SCHULTZ 1953 e 1965), que substituíram, nos meios acadêmicos, os textos de autores europeus, publicados pelo Centro de Estudos de Economia Agrícola da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, e pela Organization for Economic Co-operation and Development (OECD).

ção da agricultura na América Latina se daria pela transferência de tecnologia e capital do setor moderno pela via da agricultura patronal, tendo como protagonistas grandes agricultores com acesso ao crédito.

Ao fim da década de 1980, surgem evidências de que se ingressara em uma nova era nas investigações sobre o rural brasileiro. Os velhos debates sobre o caráter capitalista ou não capitalista, sobre as vias de desenvolvimento, sobre os bloqueios e sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico – este último como repertório de índole neoclássica[3] - já não tinham sentido. As evidências eram muito fortes no apontar que o impulso de expansão capitalista - o processo de acumulação induzido pelo Estado e articulado com o capital financeiro e com o capital industrial - tinha transformado e modernizado a agricultura brasileira, gerado um departamento de bens de produção e demais fatores de procedência industrial, e tinha, também, expandido o segmento de processamento dos derivados primários, a um ponto que nem mesmo os mais otimistas poderiam supor. O complexo agroindustrial, integrador dos vários estágios das atividades relacionadas com a produção vegetal e animal, passava, então, a ser o que de mais dinâmico e de mais relevante existia nos negócios que tinham nexo com a agricultura brasileira.

Desloca-se, então, o eixo do debate. Não havia mais dúvidas quanto ao dinamismo da agricultura integrada aos complexos agroindustriais, CAIs. O rural brasileiro exibia segmentos tecnologicamente avançados e neles estavam presentes tanto estabelecimentos familiares quanto patronais. No caso das integrações verticais, agricultura/indústria de processamento, as relações contratuais permitiam a alguns agentes participar, em condições vantajosas, de parcelas do produto da renda gerada. Perdeu qualquer significado a visão reducionista que partia dos exemplos estadunidense, de difusão de inovações mecânicas, e japonês, de difusão de inovações biológicas e químicas, para classificar o caso brasileiro em uma terceira categoria, de uso limitado de inovações, caracterizadas como poupadoras de terra e poupadoras de trabalho.

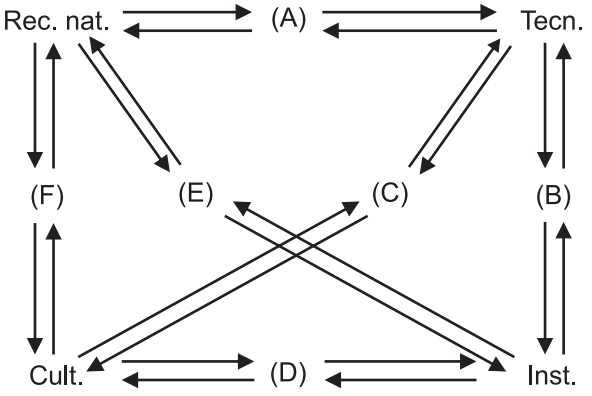
[3] Dois, entre outros tantos, autores neoclássicos que deram significativas contribuições ao entendimento do desenvolvimento agrícola no Brasil foram Ruy Miller Paiva (1968 e 1973) e Eliseu Roberto de Andrade Alves (1979, 1981 e 1984).

No vácuo conceitual, passou a ter alguma aceitação a interpretação que propunha ser a modernização da agricultura latino-americana marcada pelo caráter heterogêneo, com maior expressão em determinadas regiões, dirigida para determinadas atividades e com causas variadas, entres as quais se destacavam a participação no comércio internacional, a expansão do mercado interno, as mudanças técnicas nos sistemas de produção, as políticas públicas, a participação do setor privado na geração e difusão da tecnologia, a transnacionalização setorial e o surgimento de novas categorias de empresários agrícolas (CHONCHOL,1994).

Entretanto, o modelo mais adaptado para explicar a heterogeneidade de situações no desenvolvimento rural brasileiro, e do Oeste baiano em particular, inclusive aplicando-se à diversidade intra-regional, poderia vir de Hayami e Ruttan (1988). Trata-se do modelo geral, ou padrão de inovação induzida, o qual mapeia as relações de equilíbrio entre as disponibilidades de recursos, disponibilidades culturais, tecnologias e instituições. Esse modelo vai além do modelo convencional de equilíbrio, pois descreve uma forma de análise que liga os elementos com um padrão geral, por meio de conexões lógicas, permitindo relações de causas múltiplas recorrentes, que levam a que o mesmo esteja sempre aberto e permita incorporar componentes que entram em outros modelos teóricos, inclusive as tendências seculares ou trajetórias históricas.

Por meio dele pode-se supor que dotações de recursos naturais possam interagir (A) com inovações tecnológicas e, estas (B), por sua vez, interagir com instituições que, por seu lado, (D) interagiriam com dotações culturais que, de sua parte, interagiriam (F) com os recursos naturais, sem excluir interações transversais entre recursos naturais e (E) instituições e entre tecnologia e (C) dotações culturais.

A grande vantagem desse modelo é, além de poder explicar o desenvolvimento rural do Oeste baiano como um todo, sugerir diferenças e comparações entre as regiões de influência dos municípios pólos, a partir de suas características, sejam elas dotação de melhores solos e clima apropriado, disponibilidade de infra-estrutura, facilidades na di-



fusão de inovações tecnológicas, instituições vigentes e padrões culturais compartilhados pelos agentes.

A dotação e a característica dos fatores produtivos, no seu sentido mais amplo, componentes do modelo acima apresentado, e combinados em determinado momento histórico, é que irão determinar os vários arranjos que moldarão os sistemas produtivos, seja do ponto de vista dos agentes como do ponto de vista dos objetivos.

Deste modo, pode-se sugerir porque combinações mais virtuosas foram estabelecidas na região de Barreiras e não o foram no semi-árido baiano. A inadequação dos modelos convencionais para explicar o desenvolvimento da região de Barreiras já havia sido lembrada por Baiardi (1992, p. 13), ao argüir a necessidade de uma abordagem metodológica não usual nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural, para propor que ali, em território baiano, estava surgindo uma nova forma de agricultura familiar que operava em uma escala produtiva expressiva e totalmente voltada para o mercado:

> "A utilização dessa categoria weberiana (tipo ideal) para ordenar o entendimento e a representação do objeto, se explica pelo interesse em referir-se às dinâmicas mais amplas – o que não seria possível através de uma abordagem exclusivamente empírica – como pela necessidade de atribuir à ideologia, conjunto de valores e intenções do colono expressos numa ação compreensiva, o objetivo de, racionalmente, nos marcos do capitalismo, instituir um modelo de produção agrícola."

O fato dessa nova forma de agricultura familiar se configurar com base em unidades, com um tamanho, uma escala de produção considerável, não modifica a sua índole familiar, vide Veiga (1991), a qual está determinada, segundo Chayanov (1974), pela 'motivação' da organização produtiva resultar de uma avaliação subjetiva, baseada na longa experiência de vida e na cultura dos predecessores, não raciocinando seu agente produtivo como o capitalista, que espera receber um resultado de um investimento de capital, mas, sim, como um trabalhador que espera uma recompensa ulterior por um esforço realizado.

O presente trabalho - que além desta introdução ao tema contempla uma contextualização, uma descrição da metodologia adotada, uma análise dos resultados da pesquisa empírica e as considerações finais - procura mostrar que uma forma particular de ocupação do cerrado, por um determinado agente, logrou uma sinergia significativa com as políticas públicas, levando ao desenvolvimento rural e a uma prosperidade regional. É ocioso dizer que esse processo está associado ao desenvolvimento capitalista na agricultura, principalmente a partir do pós-guerra, quando se define uma espécie de modelo produtivista, bastante conhecido como Revolução Verde, produto de inovações tecnológicas fundadas, principalmente, na química, na mecânica e na biologia, acompanhado de inovações organizacionais, as quais decorrem de estratégias de firmas transnacionais, a montante e a jusante do enclave agrícola central, e com forte apoio do Estado. Contudo, essa determinação mais geral, que Gorender (1985) definiria como formações sociais, podem conter um ou mais modos de produção, entre eles o familiar, como chama atenção Veiga (1991) e Chonchol (1994).

CONTEXTUALIZANDO A ÁREA DO ESTUDO A PARTIR DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Antecedentes históricos e impulsos desenvolvimentistas de Barreiras e área de influência

O início da ocupação do Oeste baiano se dá ainda na etapa da economia colonial, em um quadro de expansão da pecuária extensiva, do extrativismo vegetal e animal e da mineração, que continuaram, até meados do século passado, sendo as atividades econômicas mais relevantes da região. Com a criação das agências de desenvolvimento do vale do rio São Francisco, inspiradas na *Tennessee Valley Authority*, a TVA dos Estados Unidos, tem início a implantação da infra-estrutura que viria, mais

tarde, viabilizar a diversificação produtiva e uma maior integração com a economia nacional. Nos anos de 1940/50, Barreiras vive o seu primeiro surto de desenvolvimento. É deste período a construção de uma hidrelétrica e de um abatedouro de gado bovino. Segundo informantes que testemunharam o processo de desenvolvimento dessa região, ainda na primeira metade do século XX, o município de Barreiras já se destacava em todo o Oeste, por sediar um aeroporto que servia de apoio ao tráfego aéreo no sentido Leste-Oeste e no sentido Norte-Sul. Durante a Segunda Guerra Mundial, o aeroporto cumpriu um papel adicional, servindo de base para abastecimento de aeronaves que se deslocavam para o Rio Grande do Norte. Sua integração à economia baiana se dava, à época, por transporte fluvial, via Rio Grande e São Francisco, e ferroviário, no trecho Juazeiro-Salvador da Ferrovia Leste Brasileira.

Um segundo surto desenvolvimentista ocorre com a construção da BR 242, ocasião na qual passa a sediar o 4º Batalhão de Engenharia, que iria participar da construção da ligação rodoviária entre a Bahia e o Distrito Federal. O expressivo impulso desenvolvimentista rural do Oeste baiano, entretanto, é um fenômeno mais recente, que tem início com a maturação de investimentos em infra-estrutura - sobretudo aqueles ocorridos em meios de transporte, meios de comunicação e geração e distribuição de energia elétrica, nos meados da década de 70 do século XX - e se completa com novos investimentos públicos e com a atração de fluxos de capitais privados, ensejados pelos programas PCI, POLOCENTRO e PRODECER, concebidos, respectivamente, em 1972, 1975 e 1976[4] (BAIARDI, 1992; CAR, 1995a).

Com uma dotação de infra-estrutura econômica no seu entorno, tem início o processo de ocupação típico de fronteira agrícola, ao qual acoplou-se uma política de colonização diferenciada do ponto de vista dos assentados, os quais, em sua quase totalidade, eram produtores familiares de regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, e colonos japoneses, imigrantes recentes ou deslocados da Região Sudeste. O território do entorno de Barreiras transformou-se em um pólo de desenvolvimento de toda parte noroeste do denominado Oeste Baiano e logrou atrair grande número de atividades integrantes da cadeia de agronegócios, que se estrutura a partir da produção de grãos, frutas e derivados da produção animal, com *clusters* se constituindo tanto a montante como a jusante do segmento produtivo primário (FRANÇA, 1999).

Não obstante sejam elevados os índices de desenvolvimento econômico de Barreiras e do seu entorno próximo, uma significativa capacidade de gerar renda não se capilariza no âmbito de toda a área de influência, ensejando expressivos desequilíbrios econômicos

Em decorrência do processo de expansão da agricultura e da agroindústria empresariais, houve forte atração de força de trabalho de fora da região, sobretudo dos municípios do Nordeste da Bahia. Esses migrantes se constituem, atualmente, o grupo populacional mais excluído do surto de prosperidade. O mesmo encontra ocupação como mão-de-obra temporária na cafeicultura e na cotonicultura e, geralmente, se organiza em cooperativas de trabalho que prestam serviços a essas lavouras. Os trabalhadores que revelam maior qualificação e talento para as atividades de tratos culturais e colheita são convertidos em monitores nas fazendas e passam a ter um contrato de trabalho permanente.

Mesmo com um contingente populacional à margem do progresso, os índices de desenvolvimento social, IDS, e de desenvolvimento econômico, IDE, do município de Barreiras e de outros, com territórios localizados no Chapadão, são superiores aos dos demais municípios integrantes do Grande Oeste.

Isso significa que, não obstante sejam elevados os índices de desenvolvimento econômico de Barreiras e do seu entorno próximo - no caso do município pólo, chega a ser cinco vezes maior que a média da subregião por ele polarizada – evidencia-se que uma significativa capacidade de gerar renda não se capilariza no âmbito de toda a área de influência, ensejando expressivos desequilíbrios econômicos, que se refletem nos indicadores (Quadros 1 e 2).

[4] PCI, Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados, 1972; POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, 1975 e PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, 1976.

No caso da área polarizada por Barreiras, que responde por quase 47% da participação no índice sintético, observa-se que, com exceção dos municípios muito próximos ao pólo - como Angical e aqueles cujos territórios se encontram predominantemente no Chapadão Central, como São Desidério, Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto, ou o caso de Barra, que se constitui porto de embarque de soja no sistema intermodal - todos os demais localizados no Vão do São Francisco ou no Patamares do Chapadão, têm participação muito baixa no índice sintético. O hiato de participação, a diferença entre o maior e o menor índice na área polarizada por Barreiras, é por demais expressivo. O município pólo alcança uma participação de 19,51% em termos de renda e bem-estar e o município de Buritirama fica com a marca de 0,5%.

É possível supor, a partir do que sugere o índice sintético, que a área influenciada por Barreiras deve sua prosperidade a uma combinação virtuosa de recursos naturais apropriados e em dotação significativa, com agentes produtivos diferenciados, que para a região foram atraídos pela disponibilidade de terras, de tecnologias e de financiamento. Os municípios nos quais essa combinação virtuosa não se estabelece, têm os mesmos os escores semelhantes aos da maioria dos municípios do semi-árido nordestino.

Especificidade do Pólo Barreiras

A região de Barreiras foi alvo de políticas de expansão da fronteira agrícola que consistiam, basicamente, na implantação de infra-estrutura e na concessão de crédito fundiário e de crédito agrícola, nas modalidades de investimento e de custeio. Destarte, é possível falar de blocos de políticas públicas, aplicados em momentos diferentes e determinados por macro-políticas que, por sua vez, respondiam às prioridades nacionais, regionais e locais, construídas pela tecnocracia e pela rede de representação política regional no Parlamento. Na região de Barreiras, o processo se deflagra a partir do conjunto de políticas que visavam a reduzir as pressões por distribuição de terra no Sul, Sudeste e Nordeste, sem incidir nos equívocos que foram as políticas de colonização da Amazônia Legal. As mesmas têm lugar a partir de meados dos anos 1970 e incidem, sobretudo, sobre o ecossistema ou bioma do cerrado.

A interação entre recursos naturais, agentes sociais, infra-estrutura, instituições da sociedade civil e intervenções públicas, na forma de políticas agrícolas e agrárias, não se deu de modo homogêneo e virtuoso em todos os municípios da região, resultando que nem sempre se pode falar da relação, em princípio funcional, entre o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento rural

A interação entre recursos naturais, agentes sociais, infra-estrutura, instituições da sociedade civil e intervenções públicas, na forma de políticas agrícolas e agrárias, não se deu de modo homogêneo e virtuoso em todos os municípios da região, resultando que nem sempre se pode falar da relação, em princípio funcional, entre o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento rural.

Nos municípios houve respostas diferentes, casos de elevada sinergia e casos de baixa sinergia, o que, de algum modo, pode ser inferido dos indicadores municipais de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social, bem como da hierarquia dos municípios, apresentados nos Quadros 1 e 2.

Delimitação espacial, caracterização física e dinâmica recente

O Oeste baiano é, por uma definição mais consensual, todo o território que se encontra no além São Francisco (rio), no sentido Leste-Oeste, geomorfologicamente constituído pelas terras altas do Chapadão Central e dos Patamares do Chapadão e terras baixas da margem esquerda do rio São Francisco. Alguns estudos incluem também o denominado médio São Francisco, toda a depressão pela qual flui o rio e que confina com o Piemonte Ocidental, os contra-fortes da Chapada que vertem para o vale do rio São Francisco.

Este trabalho, contudo, se ocupará da subregião natural do cerrado, a qual equivale, praticamente, à

Região Econômica 15, Zona I, bacia do Rio Grande, que é, de acordo com as evidências empíricas, a mais dinâmica, exercendo uma influência sobre os municípios confinantes. O território dessa região apresenta, como paisagem predominante, as terras altas do Chapadão, ocorrendo também outros tipos, como os vales, as terras de altitude intermediária dos Patamares do Chapadão e as terras vertentes para o Rio São Francisco, denominadas de Depressão Sertaneja.

Malgrado a ocorrência de crises, cujas gêneses, em geral, estão associadas às oscilações de preços internacionais e nacionais dos produtos das principais lavouras, à ocorrência de anos com menor carga pluvial e a problemas fitossanitários, é consenso que a região tem uma tendência a ir superando dificuldades, seja por meio da diversificação da oferta agrícola, seja pela incorporação de inovações tecnológicas ou pela condução bem sucedida de renegociação das dívidas junto ao setor bancário.

A crise do início dos anos 1990 e a sua recuperação, a partir de 1991, foram emblemáticas nesse particular. Tiveram mais de um determinante, atingindo todas as regiões que baseavam sua economia em *commodities*, sobretudo a soja em grão. A rigor, a inadimplência maior se observa no pagamento dos financiamentos de custeio concedidos pelo Banco do Brasil, que venciam no fim da década de 1980, o que repercutiu nas safras seguintes, gerando uma descontinuidade na área plantada, como mostram as séries históricas de evolução da produção de grãos no Oeste baiano (FRANÇA, 1999). A retomada, a partir de 1991, se concretiza pela via da diversificação (milho, arroz, pecuária semi-extensiva e café), financiada com dinheiro novo, sobretudo do Banco do Nordeste, e pela via de obtenção de novas fontes, que combinavam o autofinanciamento com os contratos que previam pagamento em espécie para fornecimentos de combustível, insumos, máquinas etc. (FRANÇA (1999) e CAR (1997)).

Certamente que o refinanciamento do Banco do Brasil, que aconteceu nos anos seguintes, contribuiu para a retomada do crescimento, mas o perfil dos produtores jogou um papel mais decisivo na redefinição do padrão de aproveitamento da terra e na complexificação dos negócios relacionados com a agricultura.

Em síntese, é possível afirmar que, de ano para ano, sobretudo na região natural do cerrado e na área polarizada por Barreiras, consolida-se, nesse *hinterland*, um processo nem sempre linear, de tecnificação das atividades agropecuárias, de ampliação de atividades agroindustriais e de complementação de infra-estrutura. Progressivamente, vêm melhorando, na região, os indicadores de qualidade de vida, expandindo-se a renda e tornando-se a mesma menos vulnerável aos ciclos de cotações de *commodities* e de produtos para o mercado interno e às marchas e contra-marchas da política de crédito agrícola.

A oferta de base agrícola, ou primária, está atualmente estruturada nas lavouras de grãos (soja, milho, arroz e café), de algodão, de frutas, de hortaliças e de produção animal, parte da qual é processada na região, destinando-se os bens finais, preponderantemente, a mercados extra-regionais. É visível a expansão da indústria situada a jusante da produção primária, vegetal e animal, como esmagamento, refino, abate e processamento final, cabendo também fazer referência àquela que começa a emergir a montante, como insumos e equipamentos. O documento “Balanço Social 1998-2000”, publicado pelo Banco do Nordeste (2001), fornece uma idéia precisa de como se expande o segmento de beneficiamento e de processamento de soja, milho, café, algodão e frutas, e como tem início a expansão da indústria de insumos e equipamentos para o setor agrícola. A esse respeito também se manifesta, no mesmo sentido, Gomes (2001), citando um relatório de pesquisa realizado pela Fundação Joaquim Nabuco para o IPEA.

No que tange aos serviços, a região vem de modo sustentado ampliando os de crédito, assistência técnica, manutenção de equipamentos, educacional etc., relacionados com o desenvolvimento rural, dependendo cada vez menos das regiões metropolitanas de Salvador e de Brasília. O traçado do deslocamento das linhas de iso - influência, construídas com base nos modelos potencial e gravitacional, mostra a crescente autonomia da região para um número significativo de serviços, destacando-se, ao nível sub-regional, a Região Econômica 15 e, dentro dela, o

município de Barreiras (CAR, 1997).

Os agentes responsáveis por esses processos de desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural são o produtor familiar e o empresário inovador de médio e grande porte, avaliado em termos de capacidade de investimento. O produtor familiar pertence aos seguintes tipos: a) ex-colono de regiões de colonização européia, convertido em *neo-farmer*; b) pequeno/médio produtor integrado aos sistemas verticalizados agroindustriais; e c) beneficiário de intervenções estatais de concessão de terra e de terra e água (BAIARDI, 1992, 1998 e 1999). Esses agentes, na sua quase totalidade, provêm de outras unidades da federação ou outras regiões do estado. O empresário, em sua grande maioria, também provém de outras unidades da federação, de outras regiões do estado e de outros países.

O processo de desenvolvimento do Oeste baiano teve como determinantes principais: a disponibilidade de recursos naturais, a intervenção governamental, os fluxos de capitais privados e a presença de atores sociais diferenciados em relação aos agentes econômicos tradicionais do mundo rural baiano

Esses atores sociais, sobretudo o do tipo A, introduziram sistemas de produção agrícola baseados em padrões tecnológicos e organizacionais inteiramente novos para a região, manifestando, ainda, uma grande propensão a cooperar, o que fica evidente pelo número de cooperativas e associações que surgem a partir de então (CAR, 1995a, 1995c). São raros os casos de conversão do latifundiário em empresário capitalista inovador no Oeste baiano. Na região constata-se, ainda, a existência de grandes proprietários de terra que não são protagonistas do progresso e que mantêm, em determinados bolsões de maior pobreza, atividades de pecuária extensiva, extrativismo e produção de sequeiro, inteiramente marginalizadas da dinâmica regional, estas últimas, comumente, em parceria com pequenos produtores de subsistência.

Observa-se, portanto, no Oeste baiano, sobretudo na região natural do cerrado e na área polarizada por Barreiras, um tipo de protagonismo social e empreendedorismo que não fazem parte da cultura tradicional do proprietário fundiário, responsável pela economia agrário exportadora do litoral e do Recôncavo, pela economia pastoril do Sudoeste e agro-pastoril do Nordeste. Essa nova cultura é própria de populações que internalizaram valores de colonos de povoamento, destoando, completamente, da cultura dos colonos de exploração, responsáveis por uma formação social de cunho patriarcal e patrimonialista que se expressa, sobretudo, no Nordeste do Brasil, vide Baiardi (1995).

Pelo que se pôde ver, o processo de desenvolvimento do Oeste baiano teve como determinantes principais: 1) a disponibilidade de recursos naturais, solos planos de cerrado, com precipitação regular e temperaturas amenas; 2) a intervenção governamental, na forma de políticas de implantação de infra-estrutura, de irrigação, fundiárias e creditícias; 3) os fluxos de capitais privados que complementaram o aporte de capital estatal; e 4) a presença de atores sociais diferenciados em relação aos agentes econômicos tradicionais do mundo rural baiano, provenientes de ambientes nos quais a dotação de capital social é mais elevada.

Admitindo-se que, com exceção da primeira determinante, todas as demais podem ser incrementadas, é a disponibilidade de terras que vai estabelecer alguma limitação à expansão da oferta agrícola. No momento, estima-se que apenas ¼ de toda a disponibilidade de solos aptos para o cultivo intensivo de sequeiro estejam sendo aproveitados: cerca de um milhão de hectares. Destarte, é possível esperar que acréscimos de área cultivada e de ganhos de produtividade possam ainda vir a ser obtidos e que a tendência de expansão da produção de grãos, oleaginosas, frutas, hortaliças, bovinos e suínos se mantenha, *ceteris paribus,* pelo menos por mais duas décadas.

Curiosamente, alguns pesquisadores estrangeiros captaram melhor a realidade e a gênese das transformações do Oeste baiano (BERTRAND et al., 1987). De acordo com esses autores, a emergência do que denominaram de *l'exploitation moyenne de type farmer* se deu em um grande vazio demográfico, depois dos anos 1970, no qual predominavam gran-

des estabelecimentos de pecuária extensiva e pequenas posses. Nos dois casos, o número de agentes produtivos era inexpressivo em relação à extensão das terras, produto de uma grande concentração. Os grileiros que surgiram com o aquecimento do mercado de terras e que se beneficiaram das frágeis comprovações da titularidade da posse da terra, seja por parte dos pecuaristas como dos posseiros, obtinham, pela via do pagamento a um número reduzido de pessoas, a disponibilidade de vastas extensões de terras, que vendiam a colonos ou intermediários, as quais eram depois revendidas a outros colonos que chegaram em levas posteriores.

Mesmo admitindo que se trata de um processo ilícito e ilegítimo, sobretudo porque excluía a possibilidade dos pequenos produtores, que viviam do "catado",[5] expandirem suas posses, além de bloquear o acesso a imigrantes de outras partes do Nordeste, não há registro que no mesmo se generalizasse a prática de violências físicas. Tratava-se, certamente, de uma mediação pouco ética, mas que foi funcional ao processo de acumulação conduzida por novos agentes, vindos de outras regiões e relativamente capitalizados com a venda de estabelecimentos nas zonas de colonização não-ibérica do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Na região do Oeste baiano, os municípios excluídos do surto de prosperidade são aqueles que não têm, em seus territórios, parcelas significativas de terras de cerrado (localizadas nos altiplanos do Chapadão) e que, por isso, não atraíram agricultores descendentes de colonos europeus, provenientes, predominantemente, do Rio Grande do Sul e, em menor magnitude, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, que para a região se deslocaram, atraídos pela possibilidade de produzir nas mesmas a soja, lavoura com a qual estavam familiarizados.

Agregue-se a estes atrativos, que estimularam a ocupação de novas fronteiras agrícolas, o acesso à tecnologia adequada, definida por GOMES (2001) como a remoção do obstáculo tecnológico, e o apoio das políticas públicas de infra-estrutura, colonização e, sobretudo, de crédito agrícola.

Na Região Econômica 15, que coincide em grande medida com a região natural do cerrado, o padrão de ocupação do solo, no início com soja e algumas poucas lavouras graníferas, vem, graças ao tipo de agente, progressivamente se alterando com a incorporação de frutas, fibras (algodão) e produção animal, de pequeno e grande porte, confinada e semi-confinada. Essa diversificação favorece um manejo compatível com os objetivos de uma agricultura sustentável. A contribuir com isto também estão os valores dos produtores, bem distintos do espírito aventureiro e do parasitismo estatal. Essa opinião, manifestada por Baiardi (1992), é corroborada por Gomes (2001). Sem exageros, é possível afirmar que os agentes sociais envolvidos com a produção agropecuária no cerrado baiano têm consciência da importância de uma gestão coletiva na relação com os recursos naturais e evoluem rapidamente para a constituição de instituições, no sentido northniano[6], que permitam a governança e o manejo racional dos CPRs, *common pool resources*, que supõem credíveis comprometimentos e monitoramento mútuo (OSTROM, 1997).

Este atributo do tipo de agente que povoou o cerrado baiano e as peculiaridades desse bioma, não foram percebidos por Gomes[7] e Vergolino (1995) em anterior estudo sobre o Nordeste, no qual os autores nivelaram o cerrado ao semi-árido, quando avaliaram a contribuição das microrregiões para o desenvolvimento, ignorando trabalhos já publicados, como Baiardi (1992) e Bertrand *et al*. (1987).

Outros agentes que se deslocaram para a região, inclusive com maior capacidade de investimento que os que migraram do sul, vieram atraídos por oportunidades diversas - agricultura empresarial, indústria e serviços -, e têm tido uma conduta não destoante do ambiente, no qual se valoriza o trabalho, se aceita o risco e se procura, a exemplo da "Terceira Itália", valorizar os talentos, fomentar a capacitação e fazer com que o te-

[5] De acordo com a CAR (1997), o catado seria uma atividade essencialmente extrativista, com alguma sustentabilidade em decorrência da baixa densidade demográfica do Chapadão Central, antes dos anos 1970.

[6] Termo derivado de Douglass North, prêmio Nobel de economia e pesquisador do papel das instituições no desenvolvimento econômico.

[7] Gomes, de certa forma, se redime deste equívoco com a publicação de "Velhas secas em novos sertões", em 2001, quando reconhece as especificidades do cerrado.

cido produtivo e o social evoluam conjuntamente. As instituições e as organizações beneficiam-se deste ambiente e se observa, com isso, uma grande sinergia entre as iniciativas. O Farol de Desenvolvimento é, segundo o testemunho de Mário Sérgio de Araújo, gerente do Banco do Nordeste em Barreiras, um exemplo disso.

Esse quadro de referência sobre a gênese e sobre a dinâmica do desenvolvimento rural sugere que as condicionantes desse processo resultaram de uma convergência entre as intervenções da esfera pública e as iniciativas dos diferentes agentes sociais. Contudo, alguns instrumentos de políticas públicas atuaram com mais impulsos que outros e um terceiro grupo ficou a desejar, ou se revelou com menor potencialidade de gerar transformações.

METODOLOGIA UTILIZADA

Para entender a natureza do desenvolvimento rural do Oeste baiano, sua gênese, seus determinantes e, entre eles, o especial papel das políticas públicas e dos agentes produtivos, procedeu-se um balanço das transformações ocorridas na região, o qual baseou-se em dados secundários e em informações originais, obtidas em entrevistas abertas, diretamente com o entrevistado ou mediante contato telefônico e e-mail. Foram entrevistados, pelos meios referidos, técnicos das várias agências de desenvolvimento localizadas ou com representações na região, bem como os agentes econômicos presentes ao longo da cadeia produtiva e membros de organizações da sociedade civil, entre esses, representantes das cooperativas de prestação de serviços, constituídas por trabalhadores assalariados.

Como se tratava de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se um roteiro para orientar o discurso dos entrevistados, dando-se maior peso à qualificação do informante que ao número de entrevistados, como em geral se procede em amostragem não probabilística. O número foi determinado pelo nível de atendimento das questões formuladas. Quando a mesma resposta começava a se repetir indicando uma certa saturação, deixava-se de formular a pergunta correspondente.

Levantamento de dados secundários

Além da bibliografia existente, foram computados dados e informações não publicadas, contidos nos arquivos da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional, CAR, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, EBDA, e da Federação de Agricultura do Estado da Bahia, FAEAB.

Entrevistas com informantes qualificados

As entrevistas foram realizadas durante viagem ao Oeste baiano, em janeiro de 2002, e posteriormente a ela, quando se tratava de informantes não residentes em Barreiras, como técnicos das várias agências com atuação na região, como Banco do Nordeste, BNB, CAR e EBDA, que realizaram estudos e intervenções recentes, entre eles o gerente estadual do PRONAF que, no caso da Bahia, opera na EBDA.

Roteiro ideal na aplicação das entrevistas

O roteiro ideal que se procurou seguir nas entrevistas contemplava os seguintes aspectos:

Características da localidade: perfil da evolução histórica local, dinâmica econômica e dinâmica populacional, perfil educacional da população economicamente ativa, organizações, conselhos, redes de cooperação e outras formas existentes de capital social, formas de assistência técnica às atividades rurais, principais atividades na área urbana e rural e estrutura ocupacional, origem da renda urbana e rural dos municípios e das famílias, modificações recentes na estrutura fundiária, assentamentos, sua criação e sua lógica de funcionamento, infra-estrutura existente, principais problemas observados no município, propostas para o desenvolvimento e composição do Poder Legislativo.

Articulações funcionais: influência do pólo nos demais municípios, articulação intra-regional e com as regiões metropolitanas, articulação intermunicipal e municipal e consórcios municipais.

Impacto das políticas públicas de desenvolvimento rural: políticas de nível federal, de nível estadual, ações do governo municipal e propostas de novas intervenções.

ANÁLISE DOS RESULTADOS: evidências de desenvolvimento rural e o efeito das políticas públicas na área estudada

Por meio das informações obtidas foi possível reconstruir a trajetória recente do desenvolvimento rural na área estudada, constatada a consolidação do tipo de agricultura familiar denominada como de *neo-farmers*, bem como determinar suas prováveis causas, confirmando ou não as suspeitas quanto aos tipos de intervenção pública que mais causaram impactos.

Houve consenso, entre os entrevistados, que o desenvolvimento rural da região é multideterminado e que o mesmo não teria acontecido com sua as características mais evidentes: ser socialmente includente, ambientalmente responsável e economicamente viável e sustentável, sem um *mix* de fatores, ou causas, entre as quais se destaca o perfil dos agentes, o acesso à informação tecnológica, as especificidades dos recursos naturais e o conjunto de políticas públicas. Sem prejuízo de um reconhecimento do conjunto das condicionantes que propiciaram o desenvolvimento do Oeste baiano, deu-se prioridade, na análise, à intervenção do Estado em nível nacional, federativo e local, ou seja, às políticas públicas, sobretudo àquelas praticadas após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, em decorrência de ser esta agência a financiadora da pesquisa, a interessada de perto em avaliar o impacto de suas intervenções.

Políticas de acesso e regularização da posse da terra

No que concerne às políticas de acesso à terra, a visão dos entrevistados é que merecem referências as políticas de abertura de novas fronteiras agrícolas no cerrado brasileiro, as quais fomentaram a implantação de infra-estrutura de transporte, o crédito fundiário e o financiamento à produção.

Houve convergência em reconhecer que foram pré-investimentos, como as construções da BR 242, em um primeiro momento, e das BRs 349 e BR 020 em um segundo, que viabilizaram a integração do cerrado do Oeste baiano à economia do estado, inclusive aos portos de Salvador e Aratu. Nas opiniões emitidas, contribuíram decisivamente os instrumentos complementares como o PCI, em 1972; o POLOCENTRO, em 1975 e o PRODECER, em 1976.

Esses instrumentos ensejaram, em um primeiro momento, uma migração interna espontânea, que foi a vinda de alguns sojicultores localizados nas proximidades de Brasília e, em um segundo momento, determinaram deslocamentos mais consistentes, com origem nos estados de RS, SC e PR. Segundo os depoimentos, o que mais atraía os colonos sojicultores, estivessem eles no Rio Grande do Sul ou já localizados em outra frente de expansão da fronteira agrícola, era o preço da terra.

Malgrado a ação de intermediários, sobretudo empresários nordestinos mal sucedidos que haviam se beneficiado da política de incentivos fiscais e que praticavam uma “grilagem” sem violência, vale dizer sem coação e conflitos armados, o preço da terra era visto como acessível para a poupança amealhada com vendas de pequenas propriedades nas regiões de colonização.

Até que se desse início à ocupação, o cerrado funcionava como “fundo de pasto”, ou seja, uma área de reserva para sobrevivência do gado no período menos chuvoso. Na área de influência de Barreiras, as terras baixas e de vales que não se encontram no chapadão (cerrados), tinham uma ocupação anterior, mais recuada no tempo, seja na forma de latifúndio pecuarista extensivo como na forma de pequena produção familiar de subsistência. Nessas áreas implantaram-se projetos de colonização e de reforma agrária bem como de irrigação familiar.

Em que pese não se possa comparar o desenvolvimento tecnológico da agricultura do cerrado com a do vale, cabe registrar que, nas depressões, também tem lugar uma agricultura irrigada empresarial, atingindo cerca de 5.000 ha de fruticultura, e que os assentamentos, sejam do INCRA como da CODEVASF, e os núcleos de agricultura familiar aí localizados são influenciados pelos padrões culturais dominantes na região, vide os exemplos dos projetos Barreiras Norte e São Desidério. Uma evidência confirmadora dessa afirmação é o grande número de associações de produtores nos vales.

Na região há assentamentos de reforma agrá-

ria, realizados pelo INCRA, nos municípios de Barreiras, Angical, São Desidério, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Barra e Cotegipe. A grande maioria dos assentamentos se encontra em terrenos de vale. Os assentamentos mais próximos ao centro polarizador têm se beneficiado de todo o entorno de prosperidade ensejado pela moderna agricultura do cerrado. Em suas áreas observa-se um aproveitamento dirigido, principalmente, para a fruticultura de ciclo curto. As associações de produtores têm sido a forma de racionalizar o processo produtivo dos assentados, pela via da aquisição de insumos e equipamentos a preços menores que os praticados no comércio local, bem como têm proporcionado canais de comercialização que permitem uma remuneração mais significativa.

Na bacia do Rio Grande há dois perímetros de irrigação: Barreiras Sul e São Desidério, desde 1975, com 5.500 ha irrigados, e Barreiras Norte e Nupeba, com mais 7.000 ha irrigados e funcionando desde 1998. Esses perímetros, apesar da destinação de parte da área para irrigantes empresariais, praticam sistemas de irrigação que não são os mais eficientes. Predomina a irrigação por sulco e o padrão de aproveitamento da terra se dá com uma combinação menos eficiente em termos de receitas.

Com apoio do Farol de Desenvolvimento da agência do BNB de Barreiras, os assentados da região estão tendo acesso a técnicas e procedimentos que lhes permite diferenciar os seus produtos. Os assentamentos localizados nos municípios de Angical, Santa Rita de Cássia e Riachão das Neves estão, adicionalmente, sendo beneficiados pela elaboração de projetos de desenvolvimento rural sustentável.

Quanto aos mecanismos de acesso via crédito fundiário, como Cédula da Terra e o Banco da Terra, segundo os entrevistados, só muito recentemente é que passaram a ter alguma presença na área de influência de Barreiras. A principal razão para isso é que o preço de mercado da terra é muito elevado, principalmente no cerrado.

Políticas de fortalecimento da agricultura familiar

Há consenso entre os entrevistados que, para o fortalecimento da agricultura moderna, essencialmente familiar do tipo *farmer,* e integrada às cadeias produtivas e ao fluxo de comércio, tem sido fundamental, além dos programas referidos no item anterior, os investimentos realizados pelo Estado da Bahia em infra-estrutura de transporte e em geração e distribuição de energia, como também a ação dirigida para fomentar o associativismo. Concorreu para a consolidação do modelo de agricultura familiar moderno tipo *farmer*, os padrões culturais dos primeiros colonos que migraram do estados do sul, que levaram à formação de associações, cooperativas mistas etc., difundindo, na subregião, oportunidades participativas de geração de serviços de extensão, assistência técnica e pesquisa agropecuária. Mais recentemente, o programa Farol de Desenvolvimento, do Banco do Nordeste, vem dando contribuição significativa para a criação de “instituições”, no sentido “northniano” da palavra, as quais têm facilitado sobremodo a intensificação da confiança nos negócios, levando a um menor custo de transação na região.

Concorreu para a consolidação do modelo de agricultura familiar moderno tipo *farmer*, os padrões culturais dos primeiros colonos que migraram do estados do sul, que levaram à formação de associações, cooperativas mistas etc., difundindo, na subregião, oportunidades participativas de geração de serviços de extensão, assistência técnica e pesquisa agropecuária

No caso da agricultura familiar tradicional situada nos vales, a mesma não tem conseguido se beneficiar do PRONAF, nas modalidades investimentos, serviços, capacitação e profissionalização, simplesmente porque, na grande maioria dos municípios, não foram constituídos os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Políticas de financiamento à produção agrícola e agroindustrial

Os entrevistados reconhecem que, originalmente, nas décadas de 70 e 80, do século XX, o financi-

amento para investimento e custeio do Banco do Brasil jogou um papel decisivo para o que é atualmente a região de Barreiras. Além dos tradicionais financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil, cabe destacar, mais recentemente, o papel do Banco do Nordeste, decisivo na recuperação da economia regional e saída da crise de falta de liquidez e endividamento de 1990/91. O BNB vem ampliando seu raio de ação na região, dando contribuição significativa na diversificação das lavouras e do padrão de aproveitamento do solo, bem como no financiamento de estruturas de comercialização e no financiamento de agroindústrias. Neste último caso registrando-se, também, a presença do BNDES.

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, e a diferenciação do PRONAF Crédito Rural e a incorporação do PROCERA, houve contratualização para a modalidade[8] "a" nos assentamentos de Angical, São Desidério, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Barra e Cotegipe e para a modalidade "b" em Baianópolis, Serra Dourada e Angical, municípios esses que atendem aos requisitos de indicadores sociais mais deprimidos e nos quais foram criados os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Existe uma grande frustração, na região de influência de Barreiras, porque as modalidades "c" e "d" do PRONAF Crédito Rural não se aplicam aos produtores familiares tipo *farmer*, integrados na cadeia do agronegócio. Malgrado os requisitos de origem da renda familiar, residência e de número de assalariados permanentes sejam facilmente atendidos, o de teto da renda não é. Essa restrição faz com que esse segmento da agricultura familiar tenha, atualmente, como quase único mecanismo de financiamento de custeio, o adiantamento concedido pelas empresas de esmagamento da soja e de beneficiamento da fibra de algodão.

[8] As quatro modalidades de PRONAF Crédito Rural são estabelecidas em função das seguintes características: 1) ser o beneficiário assentado do INCRA, tipo "a", modalidade que substituiu o PROCERA; 2) ser o beneficiário agricultor familiar não assentado, com renda anual inferior a R$ 1.500,00, sem outra renda e não empregador de assalariados agrícolas, tipo "b"; 3) ser o beneficiário agricultor familiar não assentado, com renda anual entre R$ 1.500,00 e R$ 8.000, 00, sem outra renda, com residência próxima ao estabelecimento e ser empregador de, no máximo, um assalariado em caráter temporário, tipo "c"; 4) ser o beneficiário agricultor familiar não assentado, com renda anual até R$ 30.000,00, sem outra renda, com residência próxima ao estabelecimento e ser empregador de, no máximo, dois assalariados em caráter permanente, tipo "d".

Em parte pelo baixo número de mutuários, em parte devido às marcas de bom desempenho das atividades produtivas e, em parte, pelo entorno no qual se constata evidências de prosperidade, a adimplência do PRONAF Crédito Rural é considerada elevada.

Programas de assistência técnica

Foi citada como emblemática, pelos entrevistados, as parcerias estabelecidas pelas associações de produtores com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, EBDA, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, para atuar na pesquisa e experimentação, seja visando ao maior rendimento da sojicultura, como à introdução de novas lavouras, tanto nos cerrados como nos vales. A parceria tem se manifestado, também, no que concerne à implantação de manutenção de estradas vicinais e na ampliação da rede de transmissão de energia.

Detectou-se a presença do MDA na assistência técnica por meio de transferências realizadas à EBDA para programas específicos de pesquisa, capacitação e assistência técnica endereçados à agricultura familiar. Essas transferências não puderam ser estimadas em termos de impacto regional, dado que os programas são concebidos setorialmente e para todo o estado.

Balanço das intervenções realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário

Supondo-se, a partir de recente texto de Navarro (2001), que as ações do MDA, desde a sua criação, visam a induzir mudanças no ambiente rural – objetivando a melhoria do bem-estar das populações sem perder de vista a dimensão ambiental, ou seja, almejando o desenvolvimento rural sustentável –, procede-se, neste item, um balanço das mesmas, tentando separar, na dinâmica das áreas estudadas, aquilo que decorreu de intervenções precedentes da esfera pública, aquilo que resultou de um processo espontâneo ou vegetativo e aquilo que foi produto dos programas do MDA.

No que se refere ao desenvolvimento rural da região polarizada por Barreiras, com base nos de-

poimentos é possível afirmar que o conjunto de políticas do MDA não teve qualquer impacto significativo no processo. Isso é fácil de entender porque se tratava de um movimento já em curso e no qual a clientela de agentes produtivos não se configurava como público-alvo. Demais, nunca se exagera ao insistir que a prosperidade verificada em Barreiras e no seu entorno próximo, demonstrada pelo entrelaçamento da dinâmica do tecido produtivo com o tecido social, influenciando tanto o meio urbano quanto o rural, tem muito a ver com o agente social que para lá se desloca. Isso aconteceu porque o contingente populacional, que povoou o cerrado do Oeste baiano, para lá se dirigiu movido pelo propósito de criar, de reproduzir, *mutatis mutandis*, no âmbito local, o que conhecia de mais avançado na área doadora desses recursos humanos, as regiões de colonização européia não-ibérica, do Sul do país.

Com exceção do acesso à terra para algumas centenas de famílias, por meio dos poucos assentamentos do INCRA ali localizados, nada mais pode ser contabilizado a favor do MDA. O desenvolvimento rural da região de Barreiras tem relação com as políticas de incorporação dos cerrados, com a de infra-estrutura e com as de crédito fundiário e crédito agrícola, todas elas praticadas por outras agências governamentais. O que é óbvio é o papel do Estado em seus três níveis para viabilizar a prosperidade que, pelas razões já expostas, é seletivo, no sentido de focar, dentro do Oeste baiano, aqueles municípios que reúnem as características priorizadas, logo, não investindo em toda a área, o que incluiria o semi-árido. De outro lado, é preciso registrar que a acumulação de bem-estar em uns poucos municípios não tem levado a um *trickle-down effect,* beneficiando as áreas mais deprimidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: sugestões no que concerne às intervenções públicas

Sem o estabelecimento de uma hierarquia determinativa, é possível afirmar que o desenvolvimento rural da região de Barreiras, com todas as virtuosidades detectadas em termos de inclusão social, sustentabilidade ambiental e impacto econômico, tem como causas: 1) a disponibilidade de recursos naturais, solos planos de cerrado com precipitação regular e temperaturas amenas; 2) a intervenção governamental na forma de políticas de implantação de infra-estrutura, de irrigação, fundiárias e creditícias; 3) os fluxos de capitais privados que complementaram o aporte de capital estatal; e 4) a presença de atores sociais diferenciados em relação aos agentes econômicos tradicionais do mundo rural baiano, provenientes de ambientes nos quais a dotação de capital social é mais elevada.

Estima-se que essas transformações foram a melhor via para a promoção da integração econômica e para o desenvolvimento agrícola, na medida em que pode ser considerada uma referência, uma espécie de *benchmark*, para outras realidades, guardadas as diferenças e particularidades. Adicionalmente, se pôde extrair, das entrevistas, demandas/proposições legítimas da parte da sociedade local, as quais podem sugerir intervenções lógicas e racionais, a terem lugar no âmbito do MDA ou sendo parte das políticas de outras agências/ministérios da esfera pública, tais como:

- Conceber mecanismos de compensação para eventuais valorizações da taxa de câmbio, que reduziriam a competitividade dos produtores de *commodities*;
- Restabelecer crédito de custeio com algum subsídio para produtores familiares do tipo *farmer*, que se encontram na faixa entre 500 e 1.000 ha. Os mesmos têm baixa capacidade de autofinanciamento e obtêm crédito somente das esmagadoras de soja, uma vez que não são contemplados pelo PRONAF Crédito Rural modalidade “d”;
- Fomentar o crédito de investimento para médios e grandes produtores familiares, visando a difundir sistemas de irrigação por meio de pivô central. Sem irrigação com pivô central, a diversificação de lavouras – fundamental para a sustentabilidade da agricultura intensiva – fica limitada ao milho e implica elevados riscos;
- Dar continuidade às políticas de securitização e renegociação das dívidas, responsáveis pela volta à condição de adimplência para parcela significativa dos produtores;
- Dar continuidade à política de infra-estrutura (energia, transportes e comunicação), implantando o modo de transporte ferroviário com conexão com o eixo ferroviário que liga o Centro-Oeste

com o Norte do País;

- Dar continuidade às políticas de ampliação das áreas irrigadas, seja por meio de projetos públicos ou via fomento em estabelecimentos privados;
- Facilitar o acesso à terra aos trabalhadores sem terra e aos assalariados que revelarem qualidades para se tornarem produtores rurais não tradicionais, seja por meio de assentamentos, como por meio do Banco da Terra;
- Simplificar as rotinas para concessão de crédito agrícola nas várias modalidades;
- Criar, na região, instrumentos de fomento à comercialização, como as Associações Regionais de Comercialização de Agricultores Familiares, ARCAs; e
- Ampliar a presença do PRONAF Investimentos / Serviços em todos os municípios que exibirem indicadores, IDS e IDE, abaixo da média.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. R. A. *A produtividade da agricultura.* Brasília: EMBRAPA¸ 1979.

_____. *Mudanças tecnológicas da agricultura brasileira*. Brasília**:** Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária, EMBRAPA 1981.

_____. Desenvolvimento econômico brasileiro: efeitos sobre a migração rural-urbana. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA DE ECONOMIA AGRÍCOLA, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: IAAE/FEALQ/ESALQ, 1984.

ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. *Desenvolvimento da agricultura*: estudos de casos. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

BAIARDI, A. *A moderna agricultura do Nordeste*. Salvador: CED/UFBA, 1992.

_____. Padrões culturais e resistência a mudanças: obstáculos ao desenvolvimento e à democracia no Brasil. *Organização & Sociedade*, v. 3, n. 4, p. 95-117, jun. 1995.

_____. Modernização agrícola e o mecanismo de autocontrole em Ruy Miler Paiva. *Agricultura em São Paulo*, v. 43, n. 3, p.51-70, 1996.

_____. *Participação da agricultura familiar no desenvolvimento local sustentável*. Brasília: SDR/MA, 1998.

_____. As Formas de Agricultura Familiar, à Luz dos Imperativos de Desenvolvimento Sustentável e Inserção no Mercado Internacional. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,* 37. *Anais...* Foz do Iguaçu, PR, 1999.

BANCO DO NORDESTE "Balanço Social 1998-2000". Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

BERTRAND, J. P. et al. Le front pionnier de l' Alem São Francisco. In: D'ARC, H. R. *Portraits de Bahia*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, J. *Sistemas agrarios en América Latina*: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento regional para o Oeste da Bahia*. Salvador: CAR, 1993. (Série cadernos CAR, 1).

_____. *Uso da terra*: Oeste do Estado da Bahia. Salvador: CAR, 1994. (Série Cadernos CAR, 2).

_____. *Oeste da Bahia*. Salvador: CAR,1995a. (Série cadernos CAR, 8).

_____. *Recursos hídricos no Estado da Bahia – ênfase no Semi-árido*. Salvador: CAR, 1995b. (Série cadernos CAR, 18).

_____. *Macroeconomia, emprego e renda na Bahia, reflexos no Semi-árido*. Salvador: CAR, 1995c. (Série cadernos CAR, 9).

_____. *Programa de desenvolvimento rural sustentável*: Oeste da Bahia. Salvador: CAR, 1997. (Série Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, PDRS).

FRANÇA, F. M. C. (Coord.) *Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado do Oeste Baiano*. Fortaleza: BNB, 1999.

GOMES, G. M. *Velhas secas em novos sertões*. Brasília: IPEA, 2001.

_____. VERGOLINO, J. R. *A macroeconomia do desenvolvimento nordestino*. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão).

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. *Desenvolvimento agrícola*. Brasília: EMBRAPA, 1988.

LEWIS. W. A. Economic development wit supplies of labor. *The Manchester School of Economic and Social Studies,* v. 22, n. 2, May, 1954.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 43, dez. 2001.

OSTROM, E. *Governing the commons*: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PAIVA, R. M. O mecanismo de autocontrole no processo de expansão de melhoria técnica da agricultura. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 03, set. 1968.

PAIVA, R. M. et al. *Setor agrícola no Brasil, comportamento econômico, problemas e possibilidades.* São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1973.

_____. O mecanismo de autocontrole no processo de expansão de melhoria técnica da agricultura. *Revista Brasileira de*

Economia, Rio de Janeiro, v. 22, n. 03, set. 1968.

SCHUH, G. E.; ALVES, E. R. *The agricultural development of Brazil*. New York: Praeger Publishers, 1970.

_____. *Pesquisa sobre desenvolvimento agrícola no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1971.

SCHULTZ, T.W. *The economic organization of agriculture*. New York: McGraw Hill Book Company, 1953.

_____. *Transforming traditional agriculture.* New Haven: Yale University Press, 1965.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola*: uma visão histórica. São Paulo: HUCITEC, 1991.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 1990

*Vitor de Athayde Couto Filho**

Resumo

O artigo trata dos impactos verificados na ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia decorrentes da crise dos produtos tradicionais e do avanço do agronegócio no estado. Analisa-se a década de 1990 buscando-se identificar tendências para a ocupação, por produto, mesorregião do IBGE e para o estado como um todo. São utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, os dados da Pesquisa de Mão-de-obra Agrícola (MOA) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e tabulações especiais construídas a partir da metodologia da MOA. Conclui-se que há uma estagnação da ocupação no estado e queda em algumas mesorregiões. Cai significativamente a ocupação por hectare nas regiões e culturas mais produtivistas, ligadas ao agronegócio. Propõe-se buscar *mix* de culturas ideais como forma de amenizar as tendências identificadas.

Palavras-chave: Mão-de-obra agrícola, agronegócio, produtivismo, Bahia.

Abstract

This article deals with the impacts verified in the agricultural manpower occupation in Bahia resulting from the crisis of traditional products and the advance of agrobusiness in that state. The decade of 90s is analysed in order to identify tendencies for occupation, by product, mesoregion of IBGE and for the State of Bahia as a whole. Microdata of PNAD (National Research by sample of home) from IBGE were used, as well as data of Agricultural Manpower Research (MOA) of Bureau of Social and Economical Studies of Bahia (SEI) and special tabulations built from MOA methodology. It can be concluded that there is a estagnation of occupation in the State and a decrease in some mesoregions. A significant decrease in the occupation per hectare in the regions and cultivation more productivists, related to agrobusiness is noticed. It is proposed to reach a mix of ideal cultivations as a way to ease the tendencies identified.

Key words*: agricultural manpower, agrobusiness, productivism, Bahia.*

Um dos principais responsáveis pela evolução do agronegócio baiano é, sem sombra de dúvidas, o processo de implantação e a expansão, no estado, do modelo de produção agrícola dominante, aqui chamado de modelo produtivista. Esse modelo, grosso modo, caracteriza-se pela busca do aumento dos rendimentos físicos por hectare com menores custos, baseando-se na utilização intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos, na monocultura e na produção em grande escala de *commodities*. Foi difundido pelos EUA e por alguns países da Europa a partir dos anos 1960, e especialmente no hemisfério Sul, por meio da conhecida Revolução Verde.

Na Bahia, diferentemente dos estados do Sul e

* Coordenador de projetos, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela UNICAMP. vitoracf@uol.com.br.

Sudeste do país, o produtivismo se implantou, de fato, no final da década de 1980 (COUTO FILHO, 2003), trazendo, tardiamente, os impactos já verificados em outras regiões. Alguns desses impactos podem ser considerados positivos, outros, não. Neste artigo, busca-se analisar como o produtivismo atuou na ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia, visando à identificação de tendências.

São analisados os dados do Projeto Rurbano,[1] elaborados a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) da década de 1990, assim como os dados da Pesquisa de Mão-de-Obra-Agrícola (MOA), produzidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). São analisados tanto os dados originais da MOA, relativos aos anos de 1998 a 2001, quanto as tabulações elaboradas especificamente para este trabalho, referentes ao período 1990 a 2000 (MOA adaptada).

Para se captar a evolução tecnológica que não é percebida nas tabulações da MOA adaptada, em razão das limitações dos dados básicos, também são comparados coeficientes técnicos de absorção de mão-de-obra do início e do final da década de 1990.

Em razão do espaço limitado, optou-se por não incluir, no artigo, o grande número de tabelas analisadas. Apenas colocam-se algumas poucas tabelas ao final do artigo e indicam-se os dados absolutos e relativos, bem como as taxas de crescimento anual. Para conhecimento de todas as tabelas originais, sugere-se a leitura de Couto Filho (2003).

As mesorregiões aqui analisadas são as sete definidas pelo IBGE: Centro-Norte, Centro-Sul, Extremo Oeste, Metropolitana, Nordeste, Sul e Vale do São Francisco. Ver mapa em anexo.

Inicia-se pela análise dos dados para o estado como um todo, passando-se, em seguida, para as mesorregiões.

[1] Trata-se de projeto executado pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, que contempla estudos em vários estados da federação, objetivando conhecer as distintas dinâmicas rurais relacionadas com a ocupação da mão-de-obra e a renda.

A OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGROPECUÁRIA NA BAHIA

Neste item são analisados os dados das PNADs, que dizem respeito à agropecuária como um todo (ainda que, nas tabelas, sejam identificados como agrícola), não sendo possível distinguir o que se refere especificamente ao segmento agricultura. Analisam-se, além dos dados referentes à ocupação, aqueles relacionados à renda média das pessoas. Esta variável é importante para captar a dinâmica da demanda por mão-de-obra na agropecuária, bem como suas tendências.

A ocupação em atividades não-agropecuárias cresceu nas áreas urbanas e nas rurais. Os impactos negativos do produtivismo e a incapacidade das cidades em absorver mais mão-de-obra têm levado os habitantes das zonas rurais a buscarem alternativas de ocupação e renda, sem abandonarem seus locais de moradia

Segundo os referidos dados, tanto na zona urbana, como na rural, a ocupação da mão-de-obra no setor agropecuário não apresenta crescimento estatisticamente significativo no período 1992 a 1999. Observando-se os dados absolutos, pode-se dizer que houve uma estagnação da ocupação.

Por outro lado, a ocupação em atividades não-agropecuárias cresceu nas áreas urbanas e nas rurais. No primeiro caso, a taxa de crescimento foi de 2,6% ao ano; já no meio rural, a taxa foi de 5%. Esses dados ajudam a reforçar os argumentos do Projeto Rurbano: os impactos negativos do produtivismo e a incapacidade das cidades em absorver mais mão-de-obra têm levado os habitantes das zonas rurais a buscarem alternativas de ocupação e renda, sem abandonarem seus locais de moradia. Essa dinâmica é reforçada na Bahia, quando se considera a crise de culturas e modelos tradicionais de cultivo e criação.

Analisando-se a área rural não-metropolitana, também se percebe uma estagnação da ocupação na agropecuária. E verifica-se a mesma taxa de crescimento anual (5%), da ocupação nas atividades não-agropecuárias, percebida no rural como um todo. Isso significa que as atividades rurais não-agropecuárias apresentam aumento da demanda por mão-de-obra, tanto próximo às grandes cidades, como nas áreas mais afastadas, ou seja, não se trata de um fenômeno de periferia de cidade.

Observando-se, ainda, o espaço não-metropolitano, constata-se que a agropecuária, apesar de todos os problemas, permanece sendo o principal empregador, responsável por 52% da ocupação. Na zona rural desse espaço, 80% da mão-de-obra está na agropecuária, o que não é de se espantar em um estado com grande concentração espacial da indústria e serviços. Surpreende, sim, a participação desse setor na ocupação em áreas urbanas: 17% dos trabalhadores estão se dedicando a atividades agropecuárias.

No tocante à renda média das pessoas, a agropecuária, em ambos os espaços (metropolitano e não-metropolitano), apresenta valores muito inferiores aos das atividades não-agropecuárias, seja na zona urbana ou rural. Em 1999, as pessoas dedicadas à agropecuária percebiam metade da renda daquelas dedicadas às atividades não-agropecuárias. Isso, nas duas zonas.

Quando observadas as zonas separadamente, constata-se que os ocupados em atividades agropecuárias e não-agropecuárias, no meio rural, têm suas rendas 50% menores do que aqueles que trabalham no meio urbano.

Quer dizer, ainda que se encontrem alternativas de ocupação e renda e cresçam a pluriatividade e as atividades não-agropecuárias no meio rural, as rendas, nessa área, ainda estão muito distantes daquelas percebidas no ambiente urbano. Parece, então, haver dois grandes desafios que podem contribuir, inclusive, para a retomada da ocupação na agropecuária. Primeiro, aproximar as rendas das atividades rurais às urbanas. Segundo, buscar uma aproximação entre as rendas das atividades agropecuárias e as outras rendas.

Entretanto, considerando-se as características do produtivismo, e do rural baiano em particular, e as tendências a seguir analisadas, dificilmente vai-se conseguir atingir os objetivos citados no curto ou médio prazo.

Tanto no meio rural como no urbano verificam-se quedas expressivas, e significativas estatisticamente, nas taxas anuais de crescimento das rendas médias das pessoas dedicadas à agropecuária. Respectivamente, -3,4% e -5,3%. Por outro lado, em ambas as áreas, as rendas não apresentam variações significativas para as atividades não-agropecuárias, tendendo para a estagnação.

Isso se traduz em distanciamento entre a renda agropecuária e as demais, além da permanência do desequilíbrio urbano/rural.

Ainda que se encontrem alternativas de ocupação e renda e cresçam a pluriatividade e as atividades não-agropecuárias no meio rural, as rendas, nessa área, ainda estão muito distantes daquelas percebidas no ambiente urbano

Importa destacar, no meio rural, onde obviamente está o maior número de pessoas relacionadas à agropecuária, a queda expressiva e significativa da renda dos agricultores por conta-própria (-6,0% ao ano). Considerando-se que essa categoria pode, grosso modo, ser enquadrada como a de agricultores familiares, é possível reafirmar que os impactos negativos do produtivismo na renda não atinge apenas aqueles que adotaram o modelo moderno de cultivo e criação. Aliás, pode-se ponderar que os segmentos não-produtivistas têm sido atingidos de maneira mais dura, o que ajuda a explicar a maior pluriatividade e a busca mais significativa por alternativas de ocupação e renda por parte das famílias rurais, como defendem pesquisadores do Projeto Rurbano.

A OCUPAÇÃO NO SEGMENTO AGRICULTURA

Neste item são analisados os dados da Pesquisa de Mão-de-obra Agrícola da Bahia (MOA), disponíveis para os anos de 1998 a 2001, recuperando-se a análise feita pela SEI para o ano de 1998.

Basicamente, a metodologia da MOA consiste na definição, para cada cultura selecionada, em cada uma das regiões produtoras do Estado da Bahia, dos itens apresentados a seguir:

- exigências de força de trabalho, em Homens-Dia por hectare, segundo seis grupos de operações de cultivo (preparo do solo, plantio, campinas, outros tratos culturais, colheita e beneficiamento pós-colheita), para três níveis tecnológicos ponderados (alto, médio e baixo);
- distribuição relativa (porcentagens) das exigênci-

as de força de trabalho para cada um dos seis grupos de operações de cultivo, durante o ano (calendário agrícola), para captar a sazonalidade da demanda por força de trabalho; e

- estimativa da área plantada no ano considerado, fornecida pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).

O cruzamento dos itens anteriores fornece uma estimativa da distribuição da ocupação da força de trabalho por cultura, segundo os vários meses do ano, para o total do estado e para cada uma das regiões produtoras.

Os resultados das estimativas de ocupação da força de trabalho por cultura são transformados de Homens-Dia (HD) para Equivalentes-Homens-Ano (EHA), a partir do número de dias estimados de trabalho de um homem adulto, ao longo do ano. Foram definidos vários parâmetros de conversão, um para cada produto. No geral, considerou-se 70% do número de dias de cultivo no ano[2] para cada produto. Os outros 30% correspondem aos finais de semana e aos feriados durante período de cultivo.

Para as lavouras permanentes, por exemplo, considerou-se 70% dos 365 dias do ano, já que há trabalho durante todo o ano (tratos culturais, colheita, etc.). No caso dos produtos temporários, há uma variação muito grande desse número. A soja, por exemplo, tem um ciclo produtivo de 150 dias, e um EHA corresponde a 105 HD. Já a mandioca tem um ciclo de 365 dias, e um EHA corresponde a 255 HD.

Também são analisados, neste item, os dados da MOA adaptada, elaborados especialmente para este trabalho. Para se obter informações sobre a ocupação da mão-de-obra agrícola para toda a década de 1990, e por mesorregião, utilizando-se dados da MOA, foi preciso realizar algumas modificações na metodologia apresentada pela SEI.

Primeiro, buscou-se trocar a fonte de informação de área plantada. Como a EBDA fornece a informação somente por gerência regional, não é possível obter o dado por mesorregião do IBGE. Considerou-se, também, que a EBDA passou a coletar e fornecer a informação somente a partir de 1998, início da pesquisa, o que impede observar anos anteriores. Assim, optou-se por utilizar a área plantada da Produção Agrícola Municipal (PAM), para o período 1990 a 2000. O grande problema dessa informação é que ela não distingue as áreas por nível tecnológico ou, em outras palavras, não apresenta, ano-a-ano, os percentuais de área plantada com níveis tecnológicos alto, médio e baixo. Significa que esses dados permitem visualizar a variação da ocupação em decorrência da mudança de *mix* de culturas (mais ou menos modernizadas), mas não possibilitam perceber o impacto da variação tecnológica.

Para tentar suprir essa deficiência, identificou-se coeficientes técnicos, de absorção de mão-de-obra por hectare, relativos ao início da década (1990), produzidos pela Sudene (SUDENE, 1990), comparando-os, em seguida, com os dados da MOA original e adaptada, disponíveis para 1998 e 2000 (fim da década). Quer dizer, utilizaram-se os coeficientes médios da Sudene, que foram adaptados ao padrão MOA, por seis grupos de operação de cultivo, e fez-se uma comparação com os dados disponíveis da MOA, verificando-se os impactos na demanda por mão-de-obra, decorrentes das mudanças ocorridas na tecnologia ao longo da década.

Como segundo procedimento, tratou-se de coletar coeficientes técnicos de absorção de mão-de-obra por hectare e a sazonalidade da produção para outras culturas não cobertas pela pesquisa original. Nesse caso, considerou-se que as culturas que tinham ou passaram a ter importante papel na ampliação da ocupação da mão-de-obra, do Valor Bruto da Produção ou da área plantada. Esses dados foram coletados no ano de 2000, com o auxílio de técnicos da EBDA, referentes às seguintes culturas: cebola, fumo, guaraná, melancia, melão e uva.

Para coletar as informações das novas culturas, utilizou-se o mesmo modelo de questionário da pesquisa original. Da qual se manteve todos os procedimentos metodológicos. As informações básicas das novas culturas, relativas aos valores de conversão de HD para EHA e aos coeficientes técnicos de cada produto, por nível tecnológico e por grupos de operação de cultivo, foram acrescenta-

[2] O número de dias de cultivo no ano, ou ciclo produtivo, foi coletado pela EBDA em questionário próprio da SEI. Foram entrevistados três produtores de cada nível tecnológico nas principais regiões produtoras de cada produto. A partir dos resultados foi construída uma média de dias de cultivo para cada produto na Bahia.

das à pesquisa original.

O terceiro procedimento foi o cruzamento das informações levantadas. Obteve-se, então, dados sobre a ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia para o período de 1990 a 2000, por mesorregião. A grande limitação desses dados é a falta de distinção dos níveis tecnológicos, já que não se tem essa informação por área plantada: utilizou-se, como referência, o nível tecnológico médio.

Assim, ficaram disponíveis os seguintes dados por cultura e mesorregião, para os anos de 1990 a 2000, segundo o nível tecnológico médio: EHA, EHA/ha e coeficiente de variação da sazonalidade, além da comparação dos coeficientes técnicos do início e final da década.

Os dados da MOA original

Em Superintendência... (2000), os dados da MOA são analisados observando-se a conjuntura da produção agrícola de 1998, as características de cada produto no tocante à ocupação da mão-de-obra e, principalmente, o *mix* (ou combinação) dos produtos e, claro, da ocupação nas regiões. Como a regionalização utilizada pela pesquisa original distingue-se da usada neste trabalho, não são feitas comparações ou análises regionalizadas.

De acordo com a obra citada, os produtos e o *mix* apresentam características radicalmente diferentes entre eles, com impactos distintos para a ocupação da mão-de-obra. Culturas e *mix* que apresentam grande área plantada, alta relação de ocupados por hectare (EHA/ha), independentemente da tecnologia empregada (ou seja, emprega muito nos níveis tecnológicos alto, médio e baixo), e sazonalidade baixa (quer dizer, com a ocupação bem distribuída ao longo do ano), são ideais do ponto de vista da ocupação da mão-de-obra. Esse é o caso do cacau e de algumas mesorregiões do estado.

Nessas mesorregiões, as combinações de culturas se complementam e corrigem os problemas que podem causar o desemprego de mão-de-obra. Em outras palavras, o *mix* tem produtos com operações de cultivo que concentram a demanda da mão-de-obra em determinadas épocas do ano, mas essa concentração ocorre em momentos distintos para cada produto, de forma que sempre há trabalho. Tem, também, culturas com baixa ocupação por hectare, mas são compensadas por outras, plantadas em outras áreas na mesma região. Enfim, há espaço para a diversidade.

Por outro lado, na mesma publicação, faz-se uma crítica às regiões que não buscam a diversidade na formação dos *mix* e cultuam a monocultura produtivista. Nessas regiões, onde predominam poucas e grandes lavouras, normalmente há baixa ocupação durante todo o ano.

Dessa forma, são consideradas desocupadoras de mão-de-obra as regiões que concentram seus *mix* em produtos como soja, milho (no nível tecnológico alto), eucalipto[3] e manga. Por outro lado, são ocupadores os *mix* que incorporam, de forma articulada para superar os problemas de sazonalidade, produtos como cacau, feijão, alho, café, maracujá e sisal, coincidentemente culturas tradicionais.

Observando-se os dados da MOA original, de 1998 a 2001, não se consegue identificar uma tendência clara, dada a ainda pequena série histórica. Especula-se, entretanto, que a ocupação parece depender um pouco menos da quantidade de área plantada e mais do nível tecnológico empregado, o que caracteriza a entrada do produtivismo. Também se percebe que há uma leve diminuição do coeficiente de variação da sazonalidade. Ou seja, a ocupação se distribui melhor ao longo do ano, com uma importante ressalva: ocupando menos pessoas. Isso se deve, principalmente, à baixa demanda de mão-de-obra, no modelo produtivista, nas operações de cultivo, tradicionalmente grandes ocupadoras, como plantio, tratos culturais e colheita.

Interpretando a MOA adaptada

De acordo com as Tabelas 1 a 8 (ver anexo), as culturas permanentes respondiam, em 1990, por 311 mil EHA e, as temporárias, por 581 mil EHA, ou 65% do total. Em 2000, a situação não mudou muito, ficando as culturas permanentes com 37% do total dos ocupados, ou 351 mil EHA, e, as temporárias, com 63%. Ao se observar os dados de área

[3] Apenas na MOA original estão disponíveis informações sobre o eucalipto.

plantada, percebe-se uma tendência contrária. De um total de 3.315 mil hectares plantados em 1990, 1.047 mil hectares estavam com culturas permanentes, ou 32% do total plantado, e, o restante, 68%, com lavouras temporárias. Já em 2000 passou-se a ter 29% de área ocupada com culturas permanentes e 71% com temporárias, de um total de 4.046 mil hectares.

De forma sucinta, entre 1990 e 2000 há um aumento da participação das lavouras permanentes na ocupação, mesmo caindo seu percentual de contribuição na área plantada total. Isso quer dizer que houve um aumento do plantio de lavouras temporárias, que são mais desempregadoras do que as permanentes, como se pode constatar observando-se a relação EHA/ha.

Entre 1990 e 2000 há um aumento da participação das lavouras permanentes na ocupação, mesmo caindo seu percentual de contribuição na área plantada total. Isso quer dizer que houve um aumento do plantio de lavouras temporárias, que são mais desempregadoras do que as permanentes

Dentre as culturas permanentes, em 1990, destacam-se como mais ocupadoras de mão-de-obra, o cacau, com 59% do total de EHA, seguido de longe pelo sisal, com 20%. Em 2000 não houve grandes alterações no *ranking* e nos percentuais verificados, pelo menos no que se refere às primeiras colocações. Nas demais culturas classificadas, percebe-se alterações importantes que, ao mesmo tempo, apontam para a modernização e a tendência de alteração do *ranking* no longo prazo. É o caso da uva, da manga e do mamão, que passam de participações, em 1990, de 0,27%, 0,17% e 1,12% para, respectivamente, 1,04%, 0,67% e 3,21%, em 2000. Isso é resultado de um crescimento anual de EHA, significativo estatisticamente, de 12% para a uva, 16% para a manga e 13% para o mamão, durante a década de 1990.

Na análise da relação EHA/ha, percebe-se que as principais culturas produtivistas ocupam menos por hectare do que as principais tradicionais. Enquanto o cacau, café, sisal e fumo ocupam, respectivamente, 0,34 EHA/ha, 0,25 EHA/ha, 0,33 EHA/ha e 0,71 EHA/ha, a soja e o milho ocupam 0,01 EHA/ha e 0,12 EHA/ha.

Por outro lado, culturas como uva, abacaxi, melancia e melão, também produtivistas, mas com características especiais no seu processo produtivo, apresentam relações bem maiores, acima de 1 EHA/ha.

Do ponto de vista da sazonalidade da ocupação, há uma regra geral: as culturas temporárias, relativamente às permanentes, concentram mais a demanda por mão-de-obra em determinadas épocas do ano. Entretanto, percebe-se que os produtos tradicionais, em média, apresentam coeficientes de variação superiores aos das culturas produtivistas. Isto é, as culturas que incorporaram, de forma consolidada, as técnicas "modernas", como uva, mamão, manga, abacaxi, milho e outras, apresentam uma melhor distribuição da ocupação da mão-de-obra agrícola ao longo do ano. Tem-se como exceção a soja, que emprega pouco por hectare e ainda distribui mal sua ocupação.

As culturas tradicionais, por não incorporarem, de forma consolidada, as técnicas desempregadoras nas principais operações de cultivo, como plantio, tratos culturais e colheita, concentram a ocupação em determinados meses do ano. É o caso, por exemplo, do feijão, da mandioca, do fumo e do algodão. A grande exceção é o cacau que, por tratar-se de uma cultura permanente, que exige cuidados continuados ao longo do ano, distribui bastante sua demanda por mão-de-obra.

Deve-se alertar que, ainda que as culturas produtivistas distribuam melhor a demanda por trabalho ao longo do ano, isso se dá em um nível mais baixo de ocupação. Quer dizer, as técnicas "modernas" não distribuem a mão-de-obra existente, mas, sim, diminuem a demanda por mão-de-obra nas operações de cultivo mais empregadoras, de forma que as distintas operações apresentem demandas de homens por hectare muito semelhantes (niveladas na baixa).

Em relação às tendências, é importante destacar que, assim como observado com as PNADs, não há uma taxa de crescimento, significativa estatisticamente, que permita inferir que a ocupação to-

tal da mão-de-obra agrícola cresceu ou caiu na década de 1990. No limite, pode-se afirmar que ela estagnou e que, considerando-se que a População Economicamente Ativa está crescendo, há uma tendência relativa de cada vez menos pessoas estarem ocupadas na agricultura.

Também merece destaque o fato de cair a ocupação por hectare, ao longo dos anos 1990, a uma taxa anual de -1,2%. Essa taxa é, em grande medida, determinada por culturas temporárias produtivistas, que vêm expandindo suas áreas plantadas: caso da soja e milho.

Por outro lado, culturas produtivistas mais empregadoras, como a uva e o mamão, têm ampliado suas áreas plantadas e contribuído para que a relação EHA/ha permaneça a mesma entre as culturas permanentes. Também contribuem para a manutenção dessa relação, as culturas tradicionais em crise, como o cacau e o sisal, que ainda se mantêm em posição de destaque.

Em relação à sazonalidade, os dados não apontam para uma tendência clara, estatisticamente significativa, o que indica, provavelmente, uma estagnação, resultado de uma compensação: de um lado, culturas produtivistas temporárias, somadas à soja (exceção), que elevam o coeficiente de variação; de outro, culturas produtivistas, somadas ao cacau (exceção), que baixam o coeficiente.

As mudanças nos coeficientes técnicos

Os dados trabalhados no item anterior mostram tendências para a ocupação da mão-de-obra agrícola, considerando-se, especialmente, o *mix* de culturas para o total da Bahia. Quer dizer, dependendo da combinação de culturas, se as que predominam são mais ou menos ocupadoras de mão-de-obra, apresenta-se uma determinada tendência. Mas não foram incorporadas à análise as variações e tendências decorrentes do progresso tecnológico. Isso só é possível com as informações da MOA original, que não cobrem toda a década de 1990 e não permitem verificar tendências. Outra forma de se captar essa tendência é através da observação da variação dos coeficientes técnicos de absorção de mão-de-obra em homens-dia por hectare.

Claramente se verifica que os coeficientes levantados pela Sudene (1990), para a Bahia, em 1990, apresentam uma maior relação HD/ha (maior demanda por mão-de-obra), quando comparados com aqueles do final da década (1998 ou 2000). Houve, nesse período, principalmente para os produtos que efetivamente passaram pela modernização tardia da Bahia, variações negativas muito significativas nos diversos grupos de operações de cultivo.

É o caso, por exemplo, da cebola, do abacaxi e da melancia, que tiveram incorporadas, de maneira ampla e consolidada, as tecnologias produtivistas nos seus processos produtivos. A queda da demanda por mão-de-obra se dá, para essas culturas, em quase todos os grupos de operações de cultivo, mas especialmente nas operações de preparo do solo, plantio e colheita, onde ocorreram inovações organizacionais e se incorporaram insumos químicos, sementes melhoradas e máquinas e equipamentos desempregadores.

Essa mesma dinâmica percebeu-se em culturas que não foram intensamente absorvidas pelos métodos produtivistas na Bahia, como é o caso da banana, arroz, feijão e mandioca, mas que incorporaram alguns de seus instrumentos, como máquinas e equipamentos. Claro que as variações negativas são menores que as verificadas nas culturas mais produtivistas e, também, são concentradas, principalmente no preparo do solo.

Importa destacar o fato de que, para algumas das culturas produtivistas, houve um incremento de demanda nos coeficientes de capina e outros tratos culturais. Isso ocorre em razão das novas orientações do mercado, que exige um tratamento cuidadoso com os produtos, para que não sejam danificados durante algumas operações. Ou seja, por enquanto, ainda é mais aconselhado utilizar-se das mãos humanas para essas tarefas mais delicadas e precisas.

A OCUPAÇÃO NAS MESORREGIÕES

Dos 946 mil EHA ocupados na Bahia em atividades agrícolas, a maior parte está na Região Sul (27%), vinculados, principalmente, ao cacau, como se verá mais adiante. Em 1990, essa região estava em segundo lugar, com 23% dos ocupados. O pri-

meiro lugar era ocupado pelo Centro-Sul, mas com a crise do algodão, dentre outras questões, perdeu três posições e ficou com 14% do total, na quarta classificação.

Na segunda e terceira posições, com, respectivamente, 19% e 17% dos ocupados, aparecem as Regiões Centro-Norte e Nordeste da Bahia, que cresceram dois e três pontos percentuais em relação a 1990.

Na quinta posição, com 12%, está o Extremo Oeste, que apresentou crescimento relevante em relação a 1990. Desde já, ressalta-se que esse incremento deveu-se a uma enorme ampliação da área plantada, mas com culturas pouco ocupadoras.

O Vale do São Francisco vem em seguida, com os mesmos 7% verificados em 1990, resultado de uma ação compensatória, onde foram substituídas culturas tradicionais por produtivistas, mas ambas relativamente grandes ocupadoras por hectare.

Por último, dadas as características da região de pouca importância para a agropecuária estadual, aparece a Região Metropolitana (4%).

Em relação à área plantada, o Extremo Oeste é a região com mais hectares utilizados para a agricultura, com 25% do total do estado (em 1990, era 15% do total). Quer dizer, o Oeste detém a maior área plantada, apesar de ocupar apenas a quinta posição entre as regiões mais ocupadoras do estado.

Em seguida, aparece, com grandes áreas plantadas, o Centro-Norte (20%), o Nordeste (19%) e o Sul (18%), sem grandes variações em relação a 1990. E, aqui, destaca-se esta última região, que é a maior ocupadora de mão-de-obra agrícola, mas detém apenas o quarto lugar no referente à área plantada.

Na quinta posição está o Centro-Sul, que, assim como no caso da ocupação, perdeu metade da sua participação na área plantada total do estado (de 22%, em 1990, para 12%, em 2000). Em seguida, com 4% do total da área (sem variação em relação a 1990), aparece o Vale do São Francisco, firmando-se como grande ocupador por hectare, apesar de ser uma área com características produtivistas. Na última posição está a Região Metropolitana, com 2% do total.

Tratando-se da ocupação por hectare (EHA/ha), destacam-se, com os melhores desempenhos, as Regiões Metropolitana (0,48 ocupados por hectare), do Vale (0,38) e Sul (0,36). Puxando para baixo a média estadual, aparece o Oeste, com 0,12 EHA/ha.

No que diz respeito à sazonalidade, somente o Oeste e a Região Metropolitana apresentam coeficientes de variação abaixo da média estadual. O Centro-Norte é o que mais concentra sua ocupação em determinados meses do ano.

Ao se observar algumas das regiões, separadamente, para cada uma das variáveis discutidas acima, compreende-se os por quês das classificações e participações nos *rankings* apresentados, além das possíveis tendências gerais.

No caso do Sul, principal região ocupadora do estado, verifica-se que o cacau é o grande responsável pela geração de ocupações. São 181 mil EHA, ou 72% do total da região. Isso se deve à soma de uma grande área plantada (76% do total da região), com uma demanda de mão-de-obra por hectare elevada (0,34 EHA/ha), acima da média estadual (0,23 EHA/ha).

Outras culturas também têm contribuído para esse bom desempenho da região, no que tange a ocupação agrícola. Há um processo de diversificação da produção regional, em virtude da crise das culturas tradicionais, e do cacau, em especial, que pode ser verificado ao se observar as tendências. Enquanto o cacau apresenta um crescimento significativo estatisticamente de 1,0% ao ano, o maracujá, mamão, guaraná, coco, abacaxi e melancia crescem acima dos 10,0% ao ano. Com um detalhe: apesar de serem cultivadas nos moldes produtivistas, são, em média, grandes ocupadoras por hectare, bem maiores até que o cacau.

Como o cacau ainda tem uma importância muito grande entre as culturas permanentes, esse processo de diversificação é mais claramente percebido entre as temporárias. Nesse segmento, há um crescimento significativo de EHA de 5,3% ao ano, em grande parte determinado pelo aumento anual de 5,0% do EHA/ha. Entre as permanentes, as taxas de crescimento anual da ocupação total e por hectare são, respectivamente, 1,4% e 0,1%.

Quanto à sazonalidade, há uma tendência de queda (-0,5% ao ano) do coeficiente de variação. Ou seja, tende a ocorrer uma melhor distribuição da ocupação ao longo do ano na Região Sul. Com

uma observação: essa distribuição mais equilibrada não se dá em virtude da queda da ocupação em algumas operações de cultivo; ao contrário, se dá pelas entradas de novas culturas, grandes ocupadoras por hectare, que têm seus picos de ocupação em momentos distintos.

Pode-se dizer, então, que a Região Sul é a ideal do ponto de vista da ocupação, já que é a primeira no *ranking* do EHA e tem apresentado um processo de diversificação, calcado em culturas muito ocupadoras por hectare, que distribuem bem sua demanda de mão-de-obra ao longo do ano.

A Região Sul é a ideal do ponto de vista da ocupação, já que é a primeira no *ranking* do EHA (Equivalentes-Homens-Ano) e tem apresentado um processo de diversificação, calcado em culturas muito ocupadoras por hectare, que distribuem bem sua demanda de mão-de-obra ao longo do ano

Partindo-se para a Região Centro-Norte, segunda maior ocupadora, verifica-se que o feijão é o principal demandante de mão-de-obra, com 40% do total de ocupados. Essa cultura, da forma que é produzida, depende muito da natureza, apresentando, constantemente, quebras de safra. Tanto é, que não se captou uma tendência estatisticamente significativa de crescimento anual do número de EHA. Há, na verdade, uma estagnação desta variável.

Aliás, essa tendência de não-crescimento parece ser geral e ocorre tanto entre os produtos temporários, como entre os permanentes. Há uma ou outra cultura que cresce de forma expressiva, como a cebola, tomate, abacaxi, uva e mamão, mas que não têm peso na estrutura e não contribuem para mudanças de tendências.

Essa mesma dinâmica de estagnação é verificada na ocupação por hectare e na sazonalidade da ocupação que, ressalte-se, apresenta um coeficiente de variação muito alto.

Isso tudo decorre da crise dos produtos tradicionais e da tímida entrada do produtivismo na região, que não influencia, nem para baixo nem para cima, a ocupação geral.

O Nordeste apresenta uma dinâmica de ocupação um pouco melhor que aquela verificada no Centro-Norte. Também nessa região o feijão é o principal produto ocupador, com 37% dos EHA, mas com a diferença desta cultura apresentar crescimento na ocupação de forma significativa estatisticamente: + 5,5% ao ano. Mas aqui não se verifica um processo de diversificação sustentado, nem uma entrada mais importante do produtivismo. Permanecem culturas tradicionais, principalmente as temporárias, não tão atingidas pela crise, de forma que há uma tendência de crescimento da ocupação geral a uma taxa anual de 2,5%.

Preocupa, entretanto, o fato desse crescimento se sustentar em um *mix* de culturas com baixa ocupação por hectare, como é típico do segmento temporário, que tem levado, inclusive, a uma queda da relação EHA/ha geral de 1,0% ao ano.

No tocante à sazonalidade, em razão da falta de um processo de diversificação, há uma tendência de crescimento do coeficiente de variação na ordem de 2,1% ao ano, o que levará a uma maior concentração da ocupação ao longo do ano.

No Centro-Sul, os principais produtos são, todos, tradicionais em crise e apresentam quedas anuais na ocupação, significativas estatisticamente, superiores a 2,0%, como o café, algodão, cana, arroz e milho. São exceções o feijão e o cacau que, apesar da crise, praticamente se mantêm estagnados. A maior queda é percebida no algodão, de 18,5% ao ano. Esta cultura já representou, em 1990, 25% do total da ocupação agrícola da região, sendo o maior ocupador. Em 2000, essa participação era inferior a 4% e o principal produto passou a ser o feijão, com 24%.

Poucos produtos aparecem com crescimentos expressivos, de forma que não parece haver uma tendência de alteração do *mix* no médio prazo. E, mais, esses produtos que crescem, apresentam uma baixa relação EHA/ha. Somando-se, então, o declínio geral da ocupação dos produtos tradicionais em crise e os novos produtos pouco demandantes de mão-de-obra, tem-se uma tendência de queda significativa tanto do número de EHA (-5,3% ao ano), como da ocupação por hectare (-1,2% ao ano).

Sobre a sazonalidade, há uma estagnação do alto coeficiente de variação, que concentra a ocupação em determinadas épocas do ano. Como não

há uma tendência de alteração do *mix*, esta concentração deve-se manter-se.

A Região Oeste, antepenúltima na classificação, foi a que apresentou as maiores transformações. Em 1990, predominavam culturas tradicionais como sendo as maiores ocupadoras de mão-de-obra agrícola. O arroz respondia por 38% da ocupação, a cana por 14%, a mandioca por 13% e o feijão por 12%, de um total de 46 mil EHA. Ressalte-se que os produtos permanentes ocupavam apenas 1% da mão-de-obra.

Em 2000, o arroz continuou a ser o maior ocupador, mas com uma participação menor: 30% do total. O milho, que passa a ser cultivado nos moldes produtivistas, ocupa a segunda colocação, com 18% dos empregados, e o algodão, também produtivista, a terceira, com 16% da mão-de-obra ocupada. Os produtos permanentes continuaram tendo uma participação marginal, mas cresceram um pouco, representando 3% dos ocupados.

Ao contrário da Região Sul, a Oeste pode ser caracterizada como a que tem as piores características para a ocupação da mão-de-obra agrícola. Ao tempo que expande a área plantada, aumenta muito menos que proporcionalmente a ocupação total

A grande mudança mesmo foi percebida no modelo de produção e na área plantada. A alteração do modelo implicou quedas significativas da relação EHA/ha, enquanto o enorme crescimento da área garantiu o aumento da ocupação. Foram ocupadas velhas e novas áreas, substituindo culturas e formas de produção, incluindo, em muitos casos, a irrigação.

Entre 1990 e 2000, houve uma diminuição da ocupação por hectare, significativa estatisticamente, na ordem de 2,4% ao ano, ao passo que, em decorrência do incremento na área, houve um aumento da ocupação geral de 5,4% ao ano. O crescimento maior foi verificado entre os produtos permanentes (21% ao ano), liderados pelo mamão (30%), que é grande ocupador por hectare (0,44 EHA/ha). Ainda nesta categoria, merece destaque, como principal ocupador, o café, que passou a ser produzido, inclusive com irrigação, a partir de 1996.

Essas e outras culturas permanentes contribuíram para a elevação, nesta categoria, da relação EHA/ha em 2% ao ano.

No tocante aos temporários, impressiona o fato da soja estar plantada em mais de 62% da área cultivada total da região, ao passo que só ocupa 4% da mão-de-obra. Isso é resultado da baixa relação EHA/ha desta cultura (0,01), a menor entre todos os produtos, temporários e permanentes, do Estado da Bahia. Essa cultura, juntamente com outras de baixa ocupação por hectare, contribuiu para que, apesar do maior incremento na área, o crescimento da ocupação anual (5,1%) fosse muito menor do que o verificado entre os permanentes.

Em relação à sazonalidade, verifica-se que o coeficiente de variação é baixo e tende a cair (-2,3% ao ano). Lembra-se, entretanto, que essa tendência de desconcentração da ocupação ao longo do ano decorre da diminuição da demanda da mão-de-obra em determinadas operações de cultivo, tradicionalmente grandes ocupadoras, em razão das técnicas produtivistas poupadoras de trabalho.

Ao contrário da Região Sul, a Oeste pode ser caracterizada como a que tem as piores características para a ocupação da mão-de-obra agrícola. Ao tempo que expande a área plantada, aumenta muito menos que proporcionalmente a ocupação total, em virtude da queda significativa da ocupação por hectare. Ressalta o fato de haver uma grande dependência da expansão da área para incrementar o número de EHA, ou seja, depois de ocupada toda a fronteira agrícola e mantendo-se a inovação tecnológica nos moldes produtivistas, tudo indica que haverá uma diminuição da demanda total por mão-de-obra.

A Região do Vale do São Francisco, por sua vez, apresenta características distintas, apesar de também ter, cada vez mais, sua produção montada em bases produtivistas. Em 1990, prevaleciam os cultivos e culturas tradicionais, como o tomate, que respondia por 18% da ocupação, o algodão, por 15%, a mandioca, 13%, e a cana, 12%. Os produtos permanentes ocupavam apenas 2% da mão-de-obra agrícola.

Com a incorporação das técnicas produtivistas, mas, neste caso, com características de alta em-

pregabilidade, a estrutura se alterou. Em 2000, o arroz passou a ser a cultura que mais ocupa (22% do total), seguida pela mandioca (18%) e feijão (17%). Outras culturas que quase não contribuíam para a ocupação em 1990, passaram a ter posição de destaque: é o caso da melancia (9%), do melão (4%) e das culturas permanentes em geral (8%). Nesta última categoria, destacam-se a uva (5%) e a manga (2%).

Todas essas "novas culturas" apresentam alta ocupação por hectare e provocam um crescimento significativo da ocupação entre os permanentes, na ordem de 13% ao ano (a uva, o maracujá, a manga e o mamão crescem, respectivamente, 12%, 24%, 25% e 20% ao ano). No geral (permanentes e temporários), não se consegue captar um incremento estatisticamente significativo, em razão do processo de substituição, ainda incompleto, das culturas tradicionais em crise pelas modernas. Acredita-se, entretanto, que, no médio prazo, deverá ocorrer uma tendência de crescimento da ocupação, a menos que as tecnologias de produção apresentem inovações desempregadoras, mesmo entre culturas que demandam intensamente mão-de-obra para tratos culturais e colheita, como são as frutas de mesa.

Existem dois grandes processos em curso na agropecuária baiana. Um, diz respeito à crise de produtos e modelos de produção tradicionais. Outro, à implantação tardia do modelo produtivista, sustentado nos avanços tecnológicos e organizacionais difundidos pela Revolução Verde. Ambos influenciam na qualidade e na quantidade da ocupação da mão-de-obra agrícola

Sobre a distribuição da ocupação ao longo do ano, verifica-se uma tendência de queda do coeficiente de variação (-0,4% ao ano). Nesse caso, diferentemente do Oeste, a desconcentração se dá pela diversificação do *mix* de produtos e, não, pela diminuição da demanda de mão-de-obra em determinadas operações de cultivo.

A Região Metropolitana de Salvador, como já observado em outras partes deste trabalho, não contribui significativamente para a agricultura do estado e, conseqüentemente, para a ocupação da mão-de-obra do setor. Não se verificam mudanças importantes na estrutura de ocupação, nem tendências que possam alterá-la no médio prazo. Aliás, pode-se dizer que tende a uma estagnação da ocupação, mesmo porque a relação EHA/ha também não apresenta variações significativas. Sobre a sazonalidade, ela é bastante dispersa e deve continuar assim.

CONCLUSÕES

Existem dois grandes processos em curso na agropecuária baiana. Um, diz respeito à crise de produtos e modelos de produção tradicionais. Outro, à implantação tardia do modelo produtivista, sustentado nos avanços tecnológicos e organizacionais difundidos pela Revolução Verde, e em constante renovação e atualização. Ambos apresentam variados impactos econômicos, sociais e ambientais, que influenciam na qualidade e na quantidade da ocupação da mão-de-obra agrícola.

Muitas vezes esses processos podem ser atrelados a uma determinada cultura, outras, não. Existem culturas que, dependendo da região de inserção, podem ser consideradas tradicionais ou "modernas".

Quando observadas as mesorregiões separadamente, não se pode, de forma precisa, caracterizá-las como exclusivamente tradicionais ou "modernas". Em todas elas são percebidos os dois processos, ainda que se identifique predominância de um ou outro. Grosso modo, caracterizam-se as mesorregiões Extremo Oeste e Vale do São Francisco como as mais modernas, ficando as outras cinco com um viés mais tradicional.

Os dois processos, quando observados de maneira agregada, não definem, a priori, o comportamento da ocupação da mão-de-obra. Existem culturas tradicionais, em crise, que têm garantido uma alta ocupação por hectare, com uma certa regularidade, enquanto outras, também tradicionais, ocupam pouco por hectare e de forma precária (subocupação). O mesmo ocorre entre as culturas modernas.

De maneira generalizada, pode-se dizer que algumas culturas tradicionais, historicamente grandes ocupadoras de mão-de-obra, situadas em regiões com maior viés tradicional, como as cultu-

ras do cacau e do sisal, e certas culturas "modernas", intensivas em mão-de-obra, produzidas em regiões com maior viés produtivista, caso de algumas frutas de mesa irrigadas, têm garantido grande número de ocupados na agricultura, relativamente a outros estados.

Em contrapartida, outras culturas tradicionais em crise, que vêm sendo abandonadas ou perdendo área plantada muito rapidamente em favor de culturas desempregadoras, e outras modernas, com baixa demanda de mão-de-obra por hectare, a exemplo da soja e do milho (em determinadas regiões produtivistas), têm gerado subocupações ou desocupações sistemáticas, anulando a dinâmica empregadora citada anteriormente.

Como para a Bahia há uma tendência de estagnação da ocupação agrícola e, ao mesmo tempo, não estão sendo produzidas alternativas nos centros urbanos, algumas políticas têm que ser pensadas para dinamizar um processo de geração de empregos no campo

Como saldo, tem-se uma estagnação da ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia, o que, no médio prazo, significa diminuição da participação do setor agropecuário (e agrícola em particular) no número de ocupações total do estado, considerando-se todos os setores da economia.

Quando observadas as mesorregiões separadamente, verifica-se que as tendências são variadas. No Centro-Sul, por exemplo, a tendência de desocupação é mais clara e imediata, decorrente, principalmente, do abandono de área por parte dos produtos em crise e da incorporação, muito tímida, das "novas" culturas e do produtivismo. Para agravar a situação social, essas culturas que chegam são pouco ocupadoras.

Já na Região Sul percebe-se uma tendência sustentada e significativa de crescimento da ocupação. Somam-se dois processos importantes para o estabelecimento dessa tendência: a diversificação da produção, calcada em culturas produtivistas, grandes ocupadoras por hectare, e o fortalecimento de culturas tradicionais em crise (cacau especialmente) muito importantes para a ocupação.

O Oeste também apresenta tendência expressiva de crescimento, mas, diferentemente do Sul, ela não é sustentada. Nesse caso, o incremento da ocupação total se deve ao aumento da área plantada, decorrente do avanço do produtivismo na região. Mas essa tendência é acompanhada de outra, também estatisticamente significativa importante: queda da ocupação por hectare, típica dos métodos produtivistas. Ou seja, no médio prazo, quando incorporada a maior parte da fronteira agrícola dos cerrados baianos, deve-se inverter radicalmente a tendência de ocupação.

O Nordeste é outra região a apresentar tendência significativa de crescimento da ocupação da mão-de-obra agrícola. E aqui também se pode dizer que ela não é sustentada, mas por motivos um pouco distintos do Oeste: cresce a área plantada, mas ela se apóia em culturas temporárias, com baixa ocupação por hectare, decorrente das características das próprias culturas e não em razão das técnicas produtivistas. Ou seja, o produtivismo, se incorporado de maneira mais decisiva na região, pode até contribuir para a inversão, no médio prazo, da tendência de ocupação no Nordeste, mas o fator determinante da inversão é o *mix* de culturas existente.

As Regiões Centro-Norte, Metropolitana e do Vale apresentam a mesma estagnação da ocupação verificada para o estado como um todo, ainda que os motivos sejam distintos.

Sobre a primeira região, pode-se afirmar que a estagnação ocorre tanto na ocupação total quanto na por hectare, e que isso se deve à crise dos produtos tradicionais e à tímida entrada do produtivismo na região, que não influencia, nem para baixo nem para cima, a ocupação geral.

Em relação ao Vale, considerando-se o crescimento sustentado, tanto da ocupação total como da ocupação por hectare, entre as culturas permanentes, acredita-se que, ainda na década de 2000, haverá uma tendência geral de crescimento significativo da ocupação. Ressalta-se que as referidas culturas permanentes são produtivistas, em sua maioria frutas para mesa, mas com alta demanda de mão-de-obra por hectare.

A Região Metropolitana, a exemplo da Centro-Norte, não apresenta movimentos que induzam a

mudanças significativas na estagnação identificada.

Como para a Bahia há uma tendência de estagnação da ocupação agrícola e, ao mesmo tempo, não estão sendo produzidas alternativas nos centros urbanos, algumas políticas têm que ser pensadas para dinamizar um processo de geração de empregos no campo e nos espaços rurais em geral. Convém lembrar, entretanto, que variáveis econômicas, ambientais e sociais (saúde do trabalhador e qualidade do consumo, por exemplo), são importantes para a definição das políticas para a agricultura. Assim, não se pode, simplesmente, propor o incentivo à produção de culturas com alta ocupação por hectare de boa qualidade e baixa sazonalidade (distribuição equilibrada da ocupação ao longo do ano).

Sugere-se, então, trabalhar na composição dos *mix* ideais, buscando-se compensações, respeitando-se obviamente as limitações naturais. Em outras palavras, deve-se definir espaços físicos para os diferentes tipos de culturas em uma mesma região, de maneira que se consigam, na média, bons resultados econômicos, sociais e ambientais. Se, por um lado, se incentiva uma cultura pouco empregadora, que concentra mão-de-obra em poucos meses do ano e produz danos graves ao meio ambiente, mas que proporciona bons retornos econômicos, deve-se, por outro, incentivar culturas com alta ocupação por hectare, que concentrem a demanda por mão-de-obra nos meses não cobertos pela primeira cultura e com baixo impacto ambiental. E assim sucessivamente, até que se encontrem os *mix* ideais.

Preocupam, todavia, as rápidas mudanças que o produtivismo tem causado nos coeficientes de absorção de mão-de-obra por hectare. E isso acontece, inclusive, com culturas que tiveram, em decorrência do produtivismo, e em um primeiro momento, intensificadas suas demandas por mão-de-obra em determinadas operações de cultivo. É o caso das frutas de mesa irrigadas: quando implantado o processo “moderno” de produção dessas frutas, aumentou, em relação ao processo tradicional, a demanda de mão-de-obra, principalmente nos tratos culturais, na colheita e no beneficiamento. Agora, em função de inovações tecnológicas e organizacionais, esses coeficientes começam a baixar.

Isso significa que as políticas de incentivo à ocupação na agricultura, produzidas com base nos conhecimentos atuais, em busca dos *mix* ideais, podem não produzir os efeitos desejados.

Dessa forma, outras políticas de incentivo à ocupação também têm que ser pensadas. Deve-se por um lado, buscar e apoiar novas ocupações no meio rural, incentivando a pluriatividade e as ocupações e rendas não-agrícolas. Por outro, é preciso iniciar um processo de identificação de alternativas à produção e aos mercados produtivistas. Alguns começam a surgir e se fortalecer, como, por exemplo, as agroecologias.

REFERÊNCIAS

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *A ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia*: uma análise regionalizada da década de 1990. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP/IE, Campinas, 2003.

SUDENE. PAPP. *Coeficientes técnicos para a pecuária e a agricultura do Nordeste*. Recife, 1990. 3 v. (Mimeografado).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Mão-de-obra agrícola na Bahia. Salvador: SEI, 2000. 118 p. (Série estudos e pesquisas, 46).

Anexo

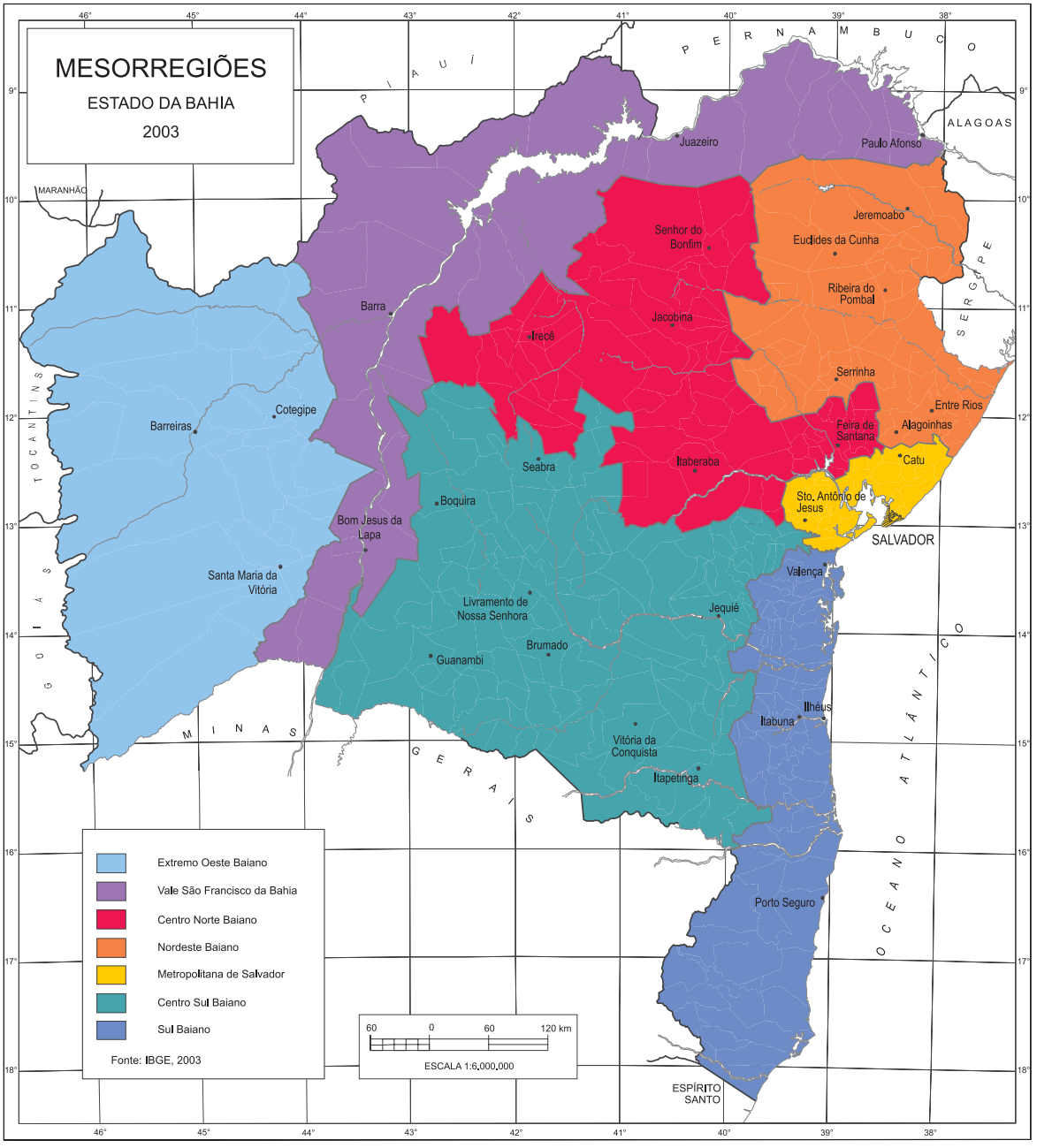

MESORREGIÕES
ESTADO DA BAHIA
2003
Extremo Oeste Baiano
Vale São Francisco da Bahia
Centro Norte Baiano
Nordeste Baiano
Metropolitana de Salvador
Centro Sul Baiano
Sul Baiano
Fonte: IBGE, 2003
60 0 60 120 km
ESCALA 1:6.000.000
Juazeiro
Paulo Afonso
Jeremoabo
Euclides da Cunha
Senhor do Bonfim
Ribeira do Pombal
Barra
Jacobina
Irecê
Serrinha
Entre Rios
Feira de Santana
Alagoinhas
Catu
Barreiras
Cotegipe
Seabra
Itaberaba
Boquira
Sto. Antônio de Jesus
Bom Jesus da Lapa
SALVADOR
Valença
Santa Maria da Vitória
Livramento de Nossa Senhora
Jequié
Brumado
Guanambi
Ilhéus
Itabuna
Vitória da Conquista
Itapetinga
Porto Seguro
ESPÍRITO SANTO
MARANHÃO
TOCANTINS
GOIÁS
MINAS GERAIS
PERNAMBUCO
ALAGOAS
SERGIPE
OCEANO ATLÂNTICO

Tabela 1

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas – Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf.
Culturas permanentes													
Banana	10.793	10.501	11.482	11.572	9.921	9.117	8.660	8.337	7.328	6.227	6.861	-5,7	***
Cacau (em amêndoa)	184.739	183.524	204.596	204.259	195.882	210.311	193.973	210.439	208.811	200.998	204.532	0,9	***
Café (em coco)	34.212	35.371	37.554	26.448	23.818	28.423	24.788	25.685	27.465	29.765	33.540	-1,6	
Coco-da-baía	3.644	3.867	4.089	3.979	4.308	4.323	4.515	4.716	5.182	5.380	5.887	4,5	***
Guaraná (semente)	123	169	236	185	207	227	229	246	309	414	486	11,5	***
Laranja	10.571	12.28	13.600	13.903	15.742	17.516	18.405	19.967	20.900	18.218	18.067	6,0	***
Mamão	3.489	3.914	4.882	7.585	7.747	9.459	9.288	11.626	11.470	10.660	11.267	13,0	***
Manga	529	540	758	1.072	1.276	1.341	1.535	1.668	1.850	1.873	2.357	15,9	***
Maracujá	757	913	782	691	634	1.070	1.359	1.161	974	990	885	3,3	*
Sisal ou agave (fibra)	61.221	71.401	264	62.267	40.846	44.651	44.020	49.174	49.020	60.002	63.977	-1,8	
Uva	854	1.152	2.549	3.046	3.147	3.333	3.625	3.793	3.940	2.580	3.653	11,9	***
Subtotal	310.932	323.635	350.792	335.008	303.529	329.771	310.398	336.814	337.249	337.108	351.512	0,6	*
Culturas temporárias													
Abacaxi	8.311	9.247	10.524	9.264	11.958	10.052	10.607	12.157	15.563	16.212	15.704	6,6	***
Algodão herbáceo (em caroço)	84.080	78.489	82.312	56.495	61.051	70.347	59.722	80.271	50.345	19.090	25.020	-10,7	***
Alho	1.621	1.318	1.730	1.957	2.168	1.040	1.130	1.882	1.218	1.809	2.450	1,4	
Arroz (em casca)	26.739	40.464	57.115	43.913	27.592	41.963	32.712	34.967	33.468	43.806	36.070	-0,1	
Cana-de-açúcar	74.870	70.932	67.437	66.828	65.584	71.679	71.002	80.498	88.486	84.516	85.832	2,4	***
Cebola	7.292	9.276	7.301	9.020	7.707	7.927	7.855	6.546	7.042	6.726	6.462	-2,4	***
Feijão (em grão)	135.174	164.113	183.480	162.998	168.834	131.493	165.930	181.897	136.645	185.404	186.203	1,3	
Fumo (em folha)	12.152	11.844	11.185	8.819	9.923	11.751	12.016	10.419	9.698	8.773	7.417	-3,2	***
Mamona (baga)	12.819	10.354	8.186	8.122	5.596	3.794	7.415	8.936	8.145	6.657	11.139	-1,8	
Mandioca	115.617	120.553	107.095	95.146	89.093	89.920	87.264	89.319	91.683	93.474	88.418	-2,7	***
Melancia	26.834	24.042	24.215	26.391	22.314	22.031	21.677	30.731	26.778	26.274	27.639	1,0	
Melão	1.513	1.692	2.610	2.999	3.259	3.195	3.283	3.440	3.340	3.026	3.008	6,4	***
Milho (em grão)	49.694	68.649	61.114	64.616	8.455	59.663	73.569	82.151	62.080	79.306	80.069	3,1	**
Soja (em grão)	2.812	1.640	2.499	2.976	3.390	3.675	3.384	3.565	4.324	4.530	4.907	8,4	***
Tomate	21.239	18.258	18.247	20.083	20.656	19.746	21.688	24.706	25.171	22.134	14.160	0,2	
Subtotal	580.767	630.870	645.050	579.627	587.578	548.276	579.254	651.485	563.986	601.736	594.498	-0,2.	
TOTAL	**891.700**	**954.504**	**995.843**	**914.635**	**891.107**	**878.047**	**889.652**	**988.299**	**901.235**	**938.844**	**946.009**	**0,1**	

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 2

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas

Mesorregião Centro-Norte, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	464	486	623	725	874	858	600	816	948	948	865	6,5	***
Cacau	17	50	173	173	148	150	113	117	17	10	10	-14,4	*
Café	2.422	2.426	3.608	2.351	2.646	2.776	2.356	2.604	2.890	2.580	2.287	-0,6	-
Coco-da-baía	37	38	47	42	34	33	42	42	43	38	57	1,9	
Laranja	325	346	378	445	235	289	312	306	316	256	234	-3,4	***
Mamão	4	6	4	4	5	42	42	133	89	95	36	45,2	***
Manga	58	59	68	51	59	58	108	108	136	185	225	15,2	***
Maracujá	-	1	10	12	7	13	24	54	71	68	17	-	-
Sisal ou agave	26.569	33.821	28.390	27.299	19.146	19.882	18.223	24.639	24.319	28.466	31.768	-0,5	
Uva	91	91	91	91	91	131	144	163	163	173	168	8,5	***
Subtotal	29.986	37.324	33.391	31.194	23.247	24.232	21.962	28.982	28.993	32.819	35.667	-0,2	
Culturas temporárias													
Abacaxi	1.906	2.552	4.414	1.735	3.249	2.719	3.394	4.810	6.266	6.578	7.111	13,1	***
Algodão herbáceo	9.086	728	322	420	3.202	6.008	11.385	9.002	6.293	2.093	1.049	9,3	-
Alho	551	259	574	374	472	142	215	583	65	52	123	-16,9	***
Arroz	46	40	41	50	30	38	30	28	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	3.223	2.691	2.330	2.090	1.861	1.986	1.007	1.661	1.330	1.329	1.724	-7,6	***
Cebola	239	149	223	209	205	266	282	704	383	553	525	13,1	***
Feijão	53.999	56.471	97.057	91.098	75.979	43.244	70.881	75.889	48.046	66.230	73.352	-0,3	
Fumo	4.307	3.495	3.280	1.347	3.994	6.328	6.646	4.834	4.367	3.518	2.486	1,1	
Mamona	10.779	8.392	6.330	6.161	4.362	2.859	6.576	8.128	7.267	5.832	9.435	-0,7	
Mandioca	19.227	20.652	20.260	20.548	17.180	16.072	17.954	20.621	16.355	17.011	23.834	-0,3	
Melancia	4.075	4.099	3.308	2.499	2.632	1.656	1.714	4.527	4.071	3.378	5.749	2,1	
Milho	12.643	18.118	26.289	31.826	45.544	14.380	20.152	23.273	15.113	19.253	18.203	-9,0	
Tomate	1.144	825	1.012	1.521	1.474	1.389	1.551	2.098	2.084	2.684	1.906	9,6	***
Subtotal	121.225	118.469	165.441	159.880	160.183	97.086	141.787	156.158	111.639	128.510	145.496	-0,1	
TOTAL	**151.211**	**155.794**	**198.831**	**191.073**	**183.430**	**121.318**	**163.750**	**185.140**	**140.631**	**161.329**	**181.164**	**-0,2**	

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 3

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas - Mesorregião Centro-Sul, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	4.024	3.752	4.541	4.406	2.863	2.416	2.097	1.699	1.837	1.920	1.785	-10,1	***
Cacau	22.781	19.150	23.787	22.856	22.757	21.604	20.785	21.711	21.703	22.309	22.504	0,1	
Café	29.886	29.435	29.926	21.349	18.315	22.777	19.478	20.103	20.229	21.148	24.067	-3,3	***
Coco-da-baía	102	107	138	96	97	101	103	103	129	163	196	4,6	***
Guaraná	-	5	7	-	-	6	5	6	11	5	6	-	-
Laranja	778	701	730	643	560	526	519	385	574	555	439	-5,0	***
Mamão	17	17	21	25	27	38	38	2	3	34	52	-1,8	
Manga	126	118	128	189	201	209	241	264	370	479	521	16,4	***
Maracujá	2	8	33	94	118	483	712	671	421	494	380	68,0	***
Sisal ou agave	1.277	1.277	982	946	470	425	924	783	752	718	671	-5,3	*
Uva	-	-	13	13	11	21	18	39	39	55	85	-	-
Subtotal	58.993	54.569	60.307	50.616	45.420	48.606	44.919	45.767	46.068	47.882	50.706	-2,1	***
Culturas temporárias													
Abacaxi	2.821	2.937	3.002	2.367	2.541	1.546	1.695	2.309	2.882	3.024	1.390	-3,6	*
Algodão herbáceo	64.024	62.794	70.642	51.251	52.301	57.049	43.012	58.085	35.496	9.181	4.916	-18,5	***
Alho	781	733	865	1.243	1.283	455	620	854	794	1.379	1.940	5,0	
Arroz	5.002	4.433	4.661	5.975	4.757	4.739	4.512	5.173	4.388	2.898	1.561	-7,1	***
Cana-de-açúcar	20.612	20.532	17.519	16.856	16.297	14.320	15.747	16.711	16.797	15.887	16.901	-2,0	***
Cebola	904	791	664	642	664	348	319	279	256	1.932	940	-1,3	
Feijão	27.070	26.490	30.237	29.320	27.516	25.121	21.192	25.305	26.001	31.137	30.646	0,2	
Fumo	1.108	1.071	1.300	1.293	1.188	711	782	839	811	784	537	-6,6	***
Mamona	1.299	1.236	1.225	1.048	1.009	635	464	455	679	550	1.204	-6,9	**
Mandioca	41.555	45.456	33.138	28.929	27.353	26.704	22.596	19.968	25.317	26.763	-	-	-
Melancia	13.317	6.895	7.335	6.335	5.978	5.297	4.635	4.773	5.364	5.992	4.828	-6,5	***
Melão	13	15	13	15	19	13	12	-	-	-	-	-	-
Milho	7.793	6.402	6.874	7.762	7.284	5.216	5.459	6.246	5.809	6.250	4.358	-3,8	***
Soja	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomate	7.078	6.583	7.592	4.894	6.426	6.594	9.860	11.532	11.953	11.964	8.796	6,6	***
Subtotal	193.375	186.370	185.066	157.930	154.615	148.747	130.903	152.528	136.548	117.741	78.018	-6,6	***
TOTAL	**252.369**	**240.939**	**245.373**	**208.546**	**200.035**	**197.353**	**175.822**	**198.294**	**182.616**	**165.623**	**128.724**	**-5,3**	*******

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 4

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas

Mesorregião Extremo-Oeste, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	150	152	157	149	159	159	160	168	172	158	135	0,1	
Café	-	-	-	-	-	-	25	113	414	1.794	2.487	-	-
Coco-da-baía	11	11	11	13	13	15	16	18	23	21	38	11,2	***
Laranja	151	154	183	190	198	172	172	170	191	191	165	1,0	
Mamão	25	28	166	249	255	258	260	311	353	353	683	30,6	***
Manga	105	105	101	128	144	154	154	172	194	187	244	8,6	***
Maracujá	-	-	12	24	24	32	37	35	55	55	51	-	-
Uva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	-	-
Subtotal	444	450	630	751	792	790	823	987	1.403	2.760	3.833	21,1	***
Culturas temporárias													
Abacaxi	-	-	497	908	984	1.147	592	545	526	581	566	-	-
Algodão herbáceo	686	2.487	2.632	1.149	1.046	2.186	1.556	3.857	5.411	6.573	18.106	25,8	***
Alho	288	317	276	328	384	418	271	430	347	366	374	2,6	**
Arroz	17.667	32.007	48.214	34.386	20.712	35.973	26.577	28.199	28.054	40.376	33.710	2,2	
Cana-de-açúcar	6.418	3.431	3.552	3.606	3.440	4.479	4.600	4.485	5.370	8.317	9.206	6,9	***
Cebola	21	4	3	34	16	133	193	159	195	164	169	48,0	***
Feijão	5.638	8.038	10.499	13.492	10.256	8.099	7.216	8.719	8.416	8.815	8.707	0,6	
Fumo	143	143	143	143	143	58	53	71	57	68	78	-9,6	***
Mamona	44	-	-	383	-	56	145	197	84	49	76	-	-
Mandioca	5.873	5.414	5.275	5.360	6.671	8.741	8.088	7.689	8.541	8.114	14.383	8,0	***
Melancia	986	3.792	4.284	4.049	3.961	4.135	3.686	3.419	418	454	399	-16,9	**
Milho	5.028	7.125	7.724	11.438	11.437	14.432	12.447	17.039	12.228	16.310	20.585	12,2	***
Soja	2.811	1.640	2.499	2.976	3.390	3.675	3.384	3.565	4.324	4.530	4.907	8,4	***
Tomate	96	330	1.485	2.796	2.868	885	165	198	187	99	121	-15,1	
Subtotal	45.699	64.727	87.085	81.048	65.308	84.417	68.973	78.571	74.158	94.817	111.388	5,1	***
TOTAL	**46.143**	**65.177**	**87.715**	**81.799**	**66.100**	**85.208**	**69.796**	**79.558**	**75.561**	**97.577**	**115.220**	**5,4**	***

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 5

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas

Mesorregião Metropolitana de Salvador, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	593	581	581	562	587	574	555	553	499	450	425	-2,9	***
Cacau	645	655	866	819	979	914	876	1.000	808	798	751	1,5	
Café	5	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	-2,2	
Coco-da-baía	549	552	549	555	547	546	543	537	491	561	524	-0,5	*
Laranja	2.950	3.045	3.378	3.299	3.360	3.247	3.206	3.143	3.123	2.999	2.989	-0,3	
Mamão	50	57	49	47	41	27	28	18	32	21	15	-11,5	***
Manga	65	65	109	108	110	51	51	51	42	39	33	-9,2	***
Maracujá	45	45	45	60	18	17	20	19	19	21	21	-10,1	***
Subtotal	4.902	5.002	5.582	5.453	5.644	5.379	5.281	5.325	5.016	4.893	4.763	-0,6	
Culturas temporárias													
Abacaxi	62	102	102	116	83	120	218	200	316	436	425	20,9	***
Cana-de-açúcar	25.704	26.084	26.010	25.567	24.716	27.292	27.084	27.306	28.085	22.771	20.787	-1,0	
Feijão	522	587	645	541	609	623	817	761	593	792	805	3,8	***
Fumo	3.643	4.173	3.549	3.390	4.087	4.029	3.898	4.051	3.954	3.625	3.660	0,1	
Mandioca	10.351	9.399	9.980	8.022	8.162	8.622	9.819	9.857	9.034	9.346	9.216	-0,3	
Melancia	42	42	38	34	14	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	227	275	297	261	298	288	390	349	324	410	396	5,1	***
Tomate	132	126	82	58	63	63	82	99	181	165	165	5,5	*
Subtotal	40.683	40.788	40.703	37.989	38.032	41.037	42.308	42.623	42.488	37.545	35.453	-0,5	
TOTAL	**45.586**	**45.791**	**46.284**	**43.442**	**43.676**	**46.416**	**47.589**	**47.948**	**47.504**	**42.438**	**40.216**	**-0,5**	

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 6

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas

Mesorregião Nordeste, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	219	224	225	226	149	156	155	143	154	318	311	1,0	
Café	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Coco-da-baía	2.249	2.250	2.368	2.372	2.585	2.566	2.609	2.790	2.846	2.833	2.839	2,7	***
Laranja	5.790	7.446	8.316	8.828	10.897	12.822	13.755	15.501	16.207	13.807	13.825	9,7	***
Mamão 33	35	42	17	15	22	18	-	-	35	44	-	-	
Manga	44	48	52	47	89	103	103	104	109	131	101	11,6	***
Maracujá	648	780	591	425	358	396	406	241	223	178	187	-13,6	***
Sisal ou agave	33.225	36.224	40.892	34.022	21.181	24.324	24.874	23.752	23.948	30.818	31.538	-2,8	*
Subtotal	42.209	47.007	52.486	45.937	35.275	40.390	41.921	42.530	43.487	48.120	48.845	0,3	
Culturas temporárias													
Abacaxi	2.124	2.254	1.133	1.401	991	1.016	1.002	1.133	1.263	1.191	1.285	-4,6	**
Algodão herbáceo	233	219	134	125	94	112	-	9	9	4	-	-	-
Alho	-	-	-	-	10	10	10	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	215	402	220	225	137	159	159	201	219	219	196	-2,7	
Cebola	7	7	99	20	19	4	6	3	-	-	-	-	
Feijão	40.755	63.333	34.925	16.836	43.377	43.765	54.750	60.369	45.846	69.469	60.233	5,5	*
Fumo	2.866	2.862	2.739	2.460	397	546	578	525	444	725	597	-17,8	***
Mamona	51	71	68	23	16	11	11	9	9	120	179	0,3	
Mandioca	13.291	11.120	13.418	11.117	11.225	13.566	12.443	14.054	14.380	15.607	17.389	3,2	***
Melancia	2.441	2.706	2.037	5.827	1.863	1.768	2.495	1.656	409	1.576	861	-12,3	***
Melão	-	-	28	19	38	32	8	4	6	5	-	-	
Milho	20.836	33.390	16.367	7.971	19.242	20.755	29.901	29.129	23.740	33.429	31.032	5,7	*
Tomate	506	313	429	102	322	253	162	165	157	137	214	-9,0	***
Subtotal	83.325	116.677	71.596	46.126	77.730	81.998	101.524	107.258	86.483	122.484	111.986	3,9	*
TOTAL	**125.533**	**163.684**	**124.082**	**92.063**	**113.005**	**122.387**	**143.445**	**149.788**	**129.970**	**170.603**	**160.830**	**2,5**	*****

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 7

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas

Mesorregião Sul, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	5.234	5.201	5.260	5.404	5.151	4.783	4.824	4.627	3.313	2.433	2.774	-7,0	***
Cacau	161.297	163.669	179.769	180.411	171.998	187.642	172.199	187.612	186.282	177.881	181.266	1,0	***
Café	1.900	3.506	4.017	2.746	2.854	2.867	2.926	2.862	3.929	4.240	4.686	5,0	***
Coco-da-baía	664	882	951	872	986	1.011	1.149	1.151	1.577	1.695	2.104	10,1	***
Guaraná	123	165	229	185	207	220	224	240	299	409	480	11,4	***
Laranja	540	552	581	460	469	436	412	423	447	386	385	-3,8	***
Mamão	3.355	3.760	4.549	7.183	7.342	9.002	8.828	11.102	10.915	10.069	10.394	12,8	***
Manga	17	18	17	3	3	2	2	2	2	37	37	-1,0	
Maracujá	54	70	79	55	84	100	106	83	132	137	153	10,0	***
Subtotal	173.182	177.822	195.454	197.319	189.094	206.065	190.671	208.101	206.896	197.288	202.278	1,4	***
Culturas temporárias													
Abacaxi	1.379	1.383	1.361	2.723	4.095	3.503	3.706	3.162	4.309	4.403	4.926	14,2	***
Arroz	142	139	158	95	136	68	74	70	54	36	38	-13,8	***
Cana-de-açúcar	10.757	9.477	9.701	9.108	9.372	10.553	10.069	16.427	22.615	21.988	22.537	10,4	***
Feijão	953	1.011	1.103	1.376	1.280	1.191	1.199	1.225	1.056	1.319	1.332	2,1	**
Fumo	6	7	10	-	18	-	11	14	11	11	11	-	-
Mandioca	16.569	18.069	18.598	14.603	12.952	9.006	10.338	10.907	11.884	11.330	11.682	-5,1	***
Melancia.	1.634	1.708	1.546	2.013	1.620	2.501	2.278	8.804	9.322	9.491	9.659	24,9	***
Melão	137	140	318	264	232	51	45	38	32	9	6	-29,6	***
Milho	256	359	371	327	316	319	320	306	362	352	456	2,4	**
Tomate	119	159	330	316	324	272	284	322	391	255	252	5,7	**
Subtotal	31.953	32.453	33.497	30.824	30.345	27.464	28.325	41.273	50.036	49.195	50.899	5,3	***
TOTAL	**205.135**	**210.276**	**228.951**	**228.143**	**219.439**	**233.529**	**218.996**	**249.374**	**256.932**	**246.483**	**253.178**	**2,0**	***

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

Tabela 8

Número e taxa de crescimento anual da ocupação da mão-de-obra agrícola em Equivalentes-Homens-Ano (EHA), segundo as culturas selecionadas

Mesorregião do Vale do S. Francisco, Bahia, 1990-2000

Culturas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	90-00 taxa%aa	90-00 grau conf
Culturas permanentes													
Banana	110	107	95	100	139	171	269	332	405	-	565	-	-
Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Coco-da-baía	33	27	25	30	46	52	54	75	74	69	129	15,6	***
Laranja	36	39	34	38	22	23	30	40	42	23	29	-1,9	
Mamão	4	10	50	61	61	70	73	60	77	51	43	19,7	***
Manga	114	127	283	547	671	763	877	967	997	815	1.196	24,8	***
Maracujá	9	9	12	21	25	29	55	57	54	37	77	23,8	***
Sisal ou agave	150	79	-	-	49	20	-	-	-	-	-	-	-
Uva	762	1.061	2.445	2.941	3.044	3.181	3.463	3.591	3.738	2.352	3.370	12,0	***
Subtotal	1.217	1.459	2.943	3.738	4.057	4.309	4.821	5.122	5.387	3.346	5.419	13,0	***
Culturas temporárias													
Abacaxi	19	19	14	14	14	-	-	-		-	-	-	-
Algodão herbáceo	10.052	12.260	8.581	3.550	4.407	4.992	3.769	9.317	3.136	1.239	949	-18,3	***
Alho	2	10	15	12	19	15	15	15	12	12	13	9,5	*
Arroz	3.883	3.845	4.041	3.406	1.958	1.145	1.518	1.498	972	495	761	-18,5	***
Cana-de-açúcar	7.940	8.314	8.105	9.376	9.761	12.890	12.336	13.707	14.069	14.006	14.482	7,3	***
Cebola	6.121	8.325	6.313	8.115	6.805	7.177	7.055	5.402	6.208	4.076	4.828	-4,3	***
Feijão	6.236	8.183	9.013	10.336	9.817	9.450	9.876	9.629	6.687	7.641	11.127	1,5	
Fumo	79	93	164	185	98	78	47	86	53	41	49	-9,8	***
Mamona	646	655	563	507	210	233	219	147	106	105	245	-16,3	***
Mandioca	8.751	10.442	6.427	6.567	5.550	7.209	6.026	6.223	6.172	5.305	11.913	-1,2	
Melancia	4.338	4.800	5.667	5.635	6.245	6.676	6.869	7.552	7.194	5.382	6.143	3,3	***
Melão	1.363	1.537	2.251	2.700	2.969	3.099	3.219	3.397	3.301	3.011	3.001	7,9	***
Milho	2.911	2.980	3.191	5.031	4.333	4.274	4.901	5.809	4.505	3.302	5.041	4,3	**
Tomate	12.165	9.921	7.317	10.397	9.179	10.289	9.583	10.292	10.218	6.830	2.706	-7,0	**
Subtotal	64.506	71.385	61.663	65.831	61.365	67.527	65.434	73.075	62.634	51.445	61.258	-1,1	
TOTAL	**65.723**	**72.844**	**64.607**	**69.569**	**65.422**	**71.835**	**70.255**	**78.197**	**68.020**	**54.791**	**66.678**	**-0,6**	

Fonte: SEI/EBDA/SEADE. Cálculos do autor

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Uma análise do Programa Cédula da Terra no Estado da Bahia

Alicia Ruiz Olalde[*]
Geraldo Sampaio Costa[**]
Ana Maria Mascarenhas Eloy Canto[***]

Resumo

O presente trabalho analisa a experiência de crédito fundiário implementada na Bahia, através do Programa Cédula da Terra (PCT), desde 1998. As informações resultaram de uma pesquisa realizada em 2001, por uma equipe da UFBA, que incluiu dados de 26 áreas do PCT na Bahia, sendo utilizado como padrão de comparação assentamentos do INCRA e agricultores fora do processo de reforma agrária. O estudo contemplou a identificação do perfil dos beneficiários e das associações, a caracterização das propriedades adquiridas, a análise do processo de negociação das terras e dos resultados obtidos, em termos de melhora das condições de vida das famílias. A finalidade do estudo foi avaliar a eficiência e a eficácia da estrutura de governança proposta para o PCT, como política complementar à reforma agrária, visando ampliar o acesso à terra e o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: crédito fundiário, reforma agrária, assentamentos rurais, associativismo, agricultura familiar

Abstract

The present work analyzes the experience of the crédito fundiário program implemented in Bahia State, Brazil, through the Cédula da Terra Program (CTP) since 1998. The information resulted from a research carried out in 2001 by a team from UFBA, included data from 26 areas of CTP in Bahia State, being used as comparison pattern INCRA encampments and farmers out of the Agrarian Reform process. The study contemplated the identification of the profile of beneficiaries and associations, the characterization of acquired farms, the analysis of the process of negotiation of lands and of obtained results, in terms of improvement of families' life conditions. The purpose of the study was to evaluate the efficiency and the effectiveness of the governmental structure proposed by the CTP as a complementary politics to the Agrarian Reform, aiming to extend the access to land and the rural sustainable development.

Key words: *Land credit, agrarian reform, rural encampments, business association, household agriculture*

INTRODUÇÃO

O Programa Cédula da Terra (PCT), experiência piloto de crédito fundiário no país, teve início em dezembro de 1997, em cinco estados brasileiros: Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e norte de Minas. O Programa contou com recursos do Banco Mundial, pois esse organismo multilateral vem promovendo políticas de crédito fundiário em vários países, com resultados favoráveis, segundo representantes da entidade. A idéia central seria promover uma distribuição mais eqüitativa de ativos, neste caso, a terra, com a finalidade de reduzir a pobreza rural e promover o desenvolvimento sustentável (STIGLITZ, 1998).

No Brasil, a política de crédito fundiário foi apresentada como complementar da reforma agrária. Na perspectiva de seus mentores, a política de crédito fundiário visa agilizar o acesso à terra. A maior agilidade viria do aumento do número de propriedades ofertadas e da simplificação dos processos burocráticos implícitos nas desapropriações. Além disso, destaca-se o caráter menos conflitivo dessa política em relação aos procedimentos da reforma

* Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura da UFBA, aliruiz@ufba.br

** Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura da UFBA, geraldoc@ufba.br

***Pesquisadora associada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura da UFBA, anacanto@yahoo.com.br

agrária convencional.

No entanto, essa política de crédito fundiário tem causado sérios atritos com os movimentos sociais, que a consideram como substitutiva da reforma agrária e sugerem que a intenção última do governo seria a desarticulação dos movimentos sociais. Por outro lado, do ponto de vista dos princípios, critica-se a introdução de mecanismos de mercado na reforma agrária, pois a mesma é vista como uma questão de justiça social e a "reforma agrária de mercado" sugere a "livre" negociação entre as partes (agricultores sem terra e proprietários rurais), quando as assimetrias são evidentes, e premia os proprietários de terra com o pagamento à vista.

A fase piloto do PCT teve duração de três anos, finalizados os quais o NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) solicitou uma avaliação. Os dados apresentados neste artigo fazem parte da avaliação realizada na Bahia por uma equipe da Escola de Agronomia da UFBA no ano de 2001.

A principal preocupação do estudo apresentado é identificar a dinâmica do programa, perfil das famílias beneficiárias, origem e funcionamento das associações, escolha das propriedades, processo de negociação e características dos projetos produtivos implantados. Também foram analisadas as condições de vida das famílias no momento da realização da pesquisa, embora fique claro que o tempo transcorrido desde a formação dos projetos até a realização da pesquisa (aproximadamente três anos) foi insuficiente para avaliar os resultados do programa no médio e longo prazo.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada foi proposta por uma equipe do Instituto de Economia da UNICAMP, consistindo na aplicação de um questionário detalhado, às famílias beneficiárias em cada projeto selecionado, e entrevistas com lideranças das associações, com os técnicos que dão assistência aos projetos e com os responsáveis pela execução do programa no estado.

Foram entrevistadas cinco famílias, escolhidas mediante sorteio, em 26 projetos do PCT. A amostra para a avaliação inclui apenas os assentamentos do primeiro ano. Utilizou-se, como padrão de comparação, assentamentos do INCRA e "não beneficiários" (grupo de controle), correspondendo a cinco entrevistas para cada município onde houve assentamentos do INCRA e/ou PCT selecionados na amostra. No levantamento dos recursos naturais, foi feito reconhecimento de relevo, tipo de solo, fertilidade, disponibilidade de água e critérios para a demarcação dos lotes.

A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PCT

A "estrutura de governança" do PCT orienta-se por alguns princípios-chave: descentralização, autoseleção dos beneficiários, participação associativa e autonomia das associações para tomar decisões sobre utilização dos recursos e planejamento produtivo a ser seguido (BUAINAIN *et al*., 2000).

As associações são a unidade básica para os agricultores terem acesso ao crédito fundiário, através do Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), e a outros recursos para investimento no Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC). As associações devem escolher as terras, negociar o preço da mesma, definir os projetos produtivos para a aplicação dos recursos do SIC e garantir a unidade do processo organizativo do projeto.

Alguns analistas consideram que a base associativista do PCT é muito frágil. Na opinião de Navarro (1998, p.16):

> "a formação de associações de pequenos agricultores, por exemplo, da forma como está sendo implementada pelo PCT, acarretará uma alta probabilidade de fracasso, pois não garante nenhuma sustentabilidade da organização constituída, tanto para garantir o pagamento do empréstimo como, também, para garantir a viabilidade produtiva e econômica do empreendimento. O mais provável, nestes casos, será a rápida divisão da propriedade adquirida, os conflitos decorrentes, a produção reduzida voltada para a subsistência e, inevitavelmente, o não pagamento dos empréstimos que o programa oferece aos beneficiários".

De acordo com Bunch (1995), muitas instituições que atuam no meio rural não são mais do que "esqueletos", isto é, têm apenas uma existência formal, enquanto uma instituição que está realmente viva consiste não apenas em um arcabouço organizacional, mas em um certo sentimento que exis-

te entre as pessoas, um senso de pertencer, de identidade com a organização. Nesse sentido, o grande desafio das entidades associativas que atuam nos projetos será, exatamente, construir o "capital social", de acordo ao conceito de Putnam (1993), isto é, a rede de relações de confiança, de normas de reciprocidade que facilitam a cooperação e a coordenação entre os indivíduos para seu benefício mútuo.

Até o dia 7 de dezembro de 2001 tinham se inscrito, na Bahia, 609 associações pleiteando o acesso à terra através do PCT. Isso representa um público de mais de 20 mil famílias, o que revela a expressiva demanda por terra que existe no estado, pois, além dessas famílias, muitas outras se encontravam acampadas e/ou organizadas em diversos movimentos sociais de luta pela terra.

De modo geral, observa-se que a maioria das associações beneficiárias no Estado da Bahia foi criada com a finalidade exclusiva de aderir ao programa

A partir dos 26 casos de associações dos projetos do PCT na Bahia, analisados para este estudo, foi possível constatar que há uma grande heterogeneidade de situações, onde algumas organizações apresentam uma estrutura mais ou menos sólida, com projetos bem estruturados, enquanto outras se revelam muito frágeis, com escassas probabilidades de sucesso. A hipótese defendida pela equipe é que, em boa medida, esta heterogeneidade responde à origem diferenciada das associações em relação à existência ou não de organização anterior e ao papel de determinados mediadores.

ORIGEM DAS ASSOCIAÇÕES DO PCT

De modo geral, observa-se que a maioria das associações beneficiárias no Estado da Bahia foi criada com a finalidade exclusiva de aderir ao programa. É comum constatar a coincidência entre o nome da associação e o nome da fazenda adquirida, além da proximidade da data de criação da associação com o efetivo início do projeto. A partir dos 26 casos analisados, podemos estabelecer diversos tipos em relação à origem das associações, e citar esses tipos e alguns exemplos.

Associações que derivam de algum tipo de organização anterior

Foi possível identificar apenas uma única associação formada muito tempo antes do início do programa, no município de Sebastião das Laranjeiras, região da Serra Geral. Já existia a intenção de compra da fazenda pela associação, antes do PCT.

Há que distinguir entre as associações que se formaram para aderir ao PCT, mas constituídas por pessoas de uma mesma comunidade ou que tinham alguma forma de organização anterior, do caso das entidades formadas por agricultores de diversas origens que, muitas vezes, nem se conheciam, nem participavam de nenhuma organização comunitária. As duas primeiras modalidades podem surgir do desmembramento de alguma associação já existente no lugar de origem, no caso em que nem todos os participantes dessa entidade tenham interesse (ou possibilidade) de ser incorporados ao programa.

A "Associação Comunitária do Guarani II", município de Bonito (região da Chapada Diamantina), por exemplo, formou-se a partir do desmembramento da associação comunitária do povoado rural de Guarani, que passou então a se chamar "Associação Comunitária Guarani I".

Outro caso onde existiam antecedentes de organização ocorreu no Litoral Norte do estado, área de atuação da CEALNOR: "Central de Associações do Litoral Norte". O histórico dos primeiros projetos do PCT no Litoral Norte é interessante, pois revela a existência de um processo organizativo anterior relativamente sólido, conforme fica caracterizado no relato seguinte: em 1996, a Associação da Comunidade de Lagoa de Baixo (Rio Real) articulou a compra de uma área de 500 ha da Duraflora S/A, com recursos próprios. Esse projeto incorporou 33 famílias, sendo que a distribuição das áreas foi proporcional ao capital aportado por cada família. Dessa forma conformou-se o que passaria a ser conhecida como a "Colônia Coqueiro". As associações pretendiam comprar mais terras, pois se trata de uma região com o predomínio de pequenas pro-

priedades, aproveitando a retirada das empresas reflorestadoras que atuavam na região, mas dependiam de sua limitada capacidade de poupança. O episódio da "Colônia Coqueiro" também serviu como experiência de negociação com a empresa reflorestadora. Por isso, quando ficaram sabendo do Programa Cédula da Terra, dirigiram-se ao órgão executor no estado e, a partir das comunidades nucleadas na Central, foram formadas várias associações que obteriam o acesso à terra nos projetos. Todos esses assentamentos destacam-se pelo grau relativamente elevado de organização, que se expressa, por exemplo, num sistema diferenciado para distribuição dos lotes, com atividades diversificadas na fruticultura e algum planejamento de médio e longo prazo.

Além dos quatro assentamentos iniciais, foram formados mais seis no Litoral Norte pelo PCT. No total, o programa intermediou a compra de 10.753 ha da área das companhias reflorestadoras, promovendo um verdadeiro processo de reestruturação fundiária na região.

Associações formadas a partir de grupos de agricultores, mas sem organização formal anterior

Podemos citar, nesse sentido, a "Associação dos Assentados de Queimadas", município de Tucano. Esse projeto foi formado por posseiros que foram expulsos da área da reserva indígena dos índios Kiriris.

A reserva foi demarcada em 1985, com uma área de 12.300 hectares, abrigando 1.800 indígenas. Entre 1994 e 1995, ocorreu um aumento da tensão, levando à intervenção da FUNAI. Em janeiro de 1996, começou a efetiva desocupação das terras. Como resultado desse processo foram formados dois grandes assentamentos do INCRA, no vizinho município de Tucano, mas nem todas as famílias puderam ser assentadas. O Projeto do PCT foi formado por um grupo remanescente, de 25 posseiros. Foi a prefeita do município de Banzaê, cujo território ficou 70% dentro da reserva indígena, quem orientou o grupo para o PCT, como forma de resolução do problema.

Outro exemplo de grupo bastante homogêneo que deu origem a um projeto do PCT é a "Associação Comunitária Viva Vida", município de Jussari. Neste caso, um grupo de aproximadamente 20 trabalhadores, que estava na propriedade e poderia perder seu emprego com a venda do imóvel e sua possível transformação em pastagem, articulou-se com o apoio do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: reuniram-se a outros assalariados e desempregados do cacau do mesmo município, formando uma associação de 40 famílias, contando também com o apoio dos padres capuchinhos e da prefeitura de Jussari.

Uma pequena mobilização de agricultores foi identificada no município de Euclides da Cunha, Região Nordeste da Bahia. Na década de 70, no vizinho município de Quijingue, pequenos agricultores da comunidade de Lagoa da Mata compraram duas áreas de um grande proprietário vizinho. Quando estavam prestes a comprar terra pela terceira vez, houve um conflito, devido ao fato do proprietário desistir da venda, mas os agricultores já tinham se instalando na terra, plantando e realizando benfeitorias, pensando que ocorreria tudo como das duas vezes anteriores. Esse conflito exigiu intervenção policial porque os agricultores resistiam a desocupar a área, mas foi resolvido através da mediação do órgão estadual encarregado da regularização fundiária, o INTERBA (Instituto de Terras da Bahia), que intermediou a aquisição da área pelos agricultores. A memória dessa experiência, na comunidade, levou um conjunto de 16 famílias a ocupar uma terra vizinha à comunidade. Segundo relato do líder desse movimento, que hoje é o presidente da associação do PCT, o grupo queria atrair a atenção do INCRA para sua situação de sem terra, não tendo vinculação com nenhum movimento social organizado.

Outro caso de organização incipiente de agricultores foi o Projeto da "Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego da Barriguda", município de Itamaraju, formada por famílias da mesma comunidade, tendo mantido o nome da localidade de origem no PCT. É possível observar que, nesse projeto, o índice de desistência é relativamente baixo em relação à média geral, tendo merecido comentário positivo no relatório de avaliação de desempenho elaborado pelo supervisor da coorde-

nação estadual (CDA) por se tratar de um grupo articulado, com bom nível organizacional e visão de médio e longo prazo.

No município de Senhor do Bonfim, a "Associação dos Produtores Rurais de Rancharia" também foi formada por pessoas de uma mesma comunidade. Os mini produtores e trabalhadores sem terra formaram uma associação de 25 famílias para adquirir uma propriedade vizinha. Cabe destacar que, neste caso, não existia experiência associativista anterior e foram orientados sobre a existência do PCT por extensionistas da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). O projeto, situado na região semi-árida, tem por finalidade desenvolver a caprinocultura, incorporando tecnologias de convívio com a seca, complementada por lavouras de subsistência.

Associações formadas através de reuniões de interessados

A "Associação dos Pequenos Produtores Nova Esperança" (Prado), foi formada a partir de reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamaraju, basicamente composta por trabalhadores diaristas. Outras quatro associações da Região Extremo Sul foram formadas de modo semelhante: "Associação dos Pequenos Produtores Santo Agostinho" (Itamaraju), "Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Itamaraju – São Francisco" (Prado), "Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Lapinha" (Itamaraju) e "Associação dos Pequenos Agricultores Renascer" (Prado). Eles se reuniam em locais como associações de bairro, sindicatos, paróquias ou câmaras de vereadores para formar essas associações. A maior parte dos membros dessas organizações não se conhecia, embora em quase todos os casos é comum o relato de que "um foi chamando o outro", ou seja, cada um convidou parentes e amigos para completar a associação.

Associações formadas a partir da iniciativa de mediadores

Outro procedimento freqüente para a formação de associações foi a sua indução, a partir de mediadores. Nos casos analisados, identificamos os seguintes mediadores: agentes religiosos, políticos e proprietários da terra.

A "Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Irmãos Unidos" foi formada sob orientação de padres capuchinhos, com pessoas da periferia da cidade de Itabuna. A escolha da fazenda foi pouco acertada: 70% da área da propriedade era coberta por Mata Atlântica, com solos fracos, superficiais e alagadiços numa boa parte, distante da sede do município e com acesso deficiente. Por outro lado, a escolha da diretoria foi bastante problemática. Como resultado, de um grupo original de 35 famílias, só restaram 7 na área. No momento da realização da pesquisa estava ocorrendo um processo para substituição das famílias que saíram.

Em relação à participação de políticos locais na formação de PCTs, há diversos tipos de envolvimento. Podemos citar o caso da fazenda São Geraldo, município de Itanhém, Extremo Sul do estado. Esse assentamento foi motivo da visita do Painel de Inspeção do Banco Mundial para a Bahia, a partir de denúncia feita pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Segundo relatos, a "Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda São Geraldo" foi criada por iniciativa do vice-prefeito do município de Itanhém, sendo o primeiro presidente da associação, o seu sobrinho. Os interessados foram convocados pela entidade patronal, Sindicato Rural de Itanhém, através da utilização de alto-falante na rua, reunindo pequenos agricultores, diaristas e trabalhadores rurais de toda a região. O assentamento contou com patrocínio de um deputado estadual e um deputado federal.

A justificativa do projeto era a produção de alimentos básicos para o mercado local, abrindo espaço para os pequenos agricultores, pois predominam, na região, as grandes propriedades que se dedicam à atividade pecuária. Nesse caso, embora as terras da fazenda sejam de boa qualidade (trata-se do maior preço pago pelo programa pela terra), houve falhas no gerenciamento. Em primeiro lugar, o número previsto de famílias, 130, nunca chegou a ser atingido, sendo que, no momento da realização da pesquisa, havia só 55. O primeiro presidente acabou abandonando o projeto, deixando uma dívida no comércio local estimada em R$ 40 mil. Por

outro lado, o projeto inicial teve erros técnicos, perderam a plantação de mamão e maracujá por doenças e plantaram café numa área de solos superficiais, inviabilizando a lavoura.

Outro assentamento cuja origem está ligada à atuação de um político é o da "Associação Sem Terra de Mairi", município de Mairi, região do Paraguaçu. Segundo o relato dos agricultores, um político tradicional da cidade, vereador por vários mandatos, ficou sabendo através do jornal da existência do Programa Cédula da Terra e teve a iniciativa de reunir os agricultores sem terra interessados, procurar uma propriedade rural e negociar com o proprietário da mesma.

O Projeto da "Associação dos Mini-Produtores do Vaquejadouro", município de Piatã, região da Chapada Diamantina, também teve a mediação do poder público. A comunidade de Vaquejadouro, distante 14 km da sede municipal, está composta por agricultores que têm áreas diminutas de terra, onde realizam lavouras de subsistência, basicamente mandioca e feijão. Tradicionalmente, essa comunidade utilizava o sistema conhecido como "fundo de pasto", criando animais soltos, na área situada entre essa localidade e a comunidade vizinha de Porteiras.

A área adquirida, do lado do povoado, já era utilizada pelos moradores de Vaquejadouro, e pelos seus antepassados, como fundo de pasto. A proposta de compra da área para fazer um fundo de pasto foi sugerida pelo então Secretário de Agricultura do município, mesmo antes do surgimento do PCT. Já estava acertada a compra através da prefeitura, quando o Secretário soube da existência do programa e propôs aos agricultores que formassem uma associação para obter o financiamento, pois, com isto, poderiam ter acesso a recursos para o investimento comunitário.

Por último, vamos tratar da interferência dos proprietários de terra na formação de associações. Foi constatado um caso, entre as 26 associações analisadas, onde essa origem ficou claramente evidenciada: trata-se da "Associação dos Produtores Rurais da Coroa do Chico", município de Bom Jesus da Lapa, região do Médio São Francisco. A reunião dos agricultores foi proposta por um empregado do ex-dono, a mando deste, reunindo 40 famílias entre diaristas, trabalhadores da própria fazenda e outros agricultores dos povoados vizinhos.

Em síntese, as origens das associações foram muito diversas, seguindo as especificidades do "capital social" de cada localidade. Em todas as regiões foi possível identificar uma forte demanda por terra, de minifundistas, posseiros, assalariados rurais, diaristas, parceiros e até desempregados urbanos, mas o nível de organização anterior era bastante diferenciado, existindo formas de organização bem estruturadas em alguns casos, reunião de interessados que quase não tinham nenhum vínculo anterior com os outros, até forte interferência de mediadores nos casos mais problemáticos. De modo geral, o nível organizativo anterior era bastante frágil, o que irá interferir na possibilidade de realizar uma seleção adequada dos beneficiários, escolha e negociação das propriedades e gestão dos projetos. Portanto, sendo o associativismo um pilar básico na estrutura de governança do PCT, o mesmo apresenta fragilidades evidentes em vários casos.

As origens das associações foram muito diversas, seguindo as especificidades do "capital social" de cada localidade. Em todas as regiões foi possível identificar uma forte demanda por terra, de minifundistas, posseiros, assalariados rurais, diaristas, parceiros e até desempregados urbanos

PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Gênero

De modo geral, a participação das mulheres como beneficiárias do PCT é muito limitada: 91,3% são homens e 8,7% mulheres. A participação feminina é bastante superior nos assentamentos do INCRA pesquisados, onde 18,4% dos entrevistados são do sexo feminino. A proporção de mulheres também é superior no grupo de controle, correspondendo a 13,9% dos entrevistados, o que poderia estar indicando um viés excludente do programa, em relação a gênero.

O assunto exigiria estudos específicos, mas da forma em que é conduzido o processo, desde a constituição das associações até a instalação na fazenda, há pouco espaço para a inclusão feminina. Em geral, as mulheres entram apenas como beneficiárias quando seus companheiros não têm a documentação em dia, ou têm algum outro tipo de impedimento.[1]

Idade dos beneficiários

O perfil, por idade, do beneficiário do PCT é mais jovem do que o do INCRA e do grupo de controle (Tabela 1).

Tabela 1
Faixas etárias - Entrevistados

	Grupo Amostral					
	PCT		INCRA		CONTROLE	
	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)
21 a 40 anos	60	47,2	52	38,0	22	10,9
41 a 60 anos	65	51,2	65	47,4	109	54,0
61 anos ou mais	2	1,6	20	14,6	71	35,1
TOTAL	**127**	**100,0**	**137**	**100,0**	**202**	**100,0**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2001.

A média de idade dos agricultores do PCT é a menor, com 41,6 anos, em relação ao INCRA, com 46,0 anos, enquanto o grupo de controle tem a maior média de idade, de 55,1 anos.

Neste último grupo é possível constatar a tendência ao envelhecimento dos agricultores, pois 35,1% eram maiores de 60 anos e apenas 10,9% tinham até 40 anos. A baixa participação dos mais idosos, no PCT, onde apenas 1,6% tinha mais de 60 anos, se explica pelos próprios critérios de seleção utilizados, onde foram excluídos os agricultores aposentados.

Nível de escolaridade

O nível de escolaridade dos beneficiários do PCT é, em geral, baixo (Tabela 2). A proporção de analfabetos atinge 34,1%. Somando-se aquelas pessoas que apenas sabem ler e escrever, chega-se a um contingente de 43,9% de pessoas que quase não têm escolaridade. Já os que têm o 1º ciclo, na maioria dos casos incompleto, representam 46,3%. Menos de 10% dos entrevistados chegaram a ou passaram da 5ª série, sendo que menos de 1% chegou ao 2º grau. Isso indica que a maioria dos beneficiários do programa teria dificuldade para se inserir, de outro modo, de forma competitiva no mercado de trabalho.

O perfil educacional dos beneficiários do INCRA não difere significativamente do perfil do PCT, embora apresente uma proporção maior de analfabetos, 41,4%, o que se explica, pelo menos em parte, pela maior proporção de pessoas de idade mais avançada. Somando-se aquelas pessoas que apenas sabem ler e escrever, chega-se a um contingente de 52,5% de pessoas que, praticamente, não possuem escolaridade. Os que têm o 1º ciclo, na maioria dos casos incompleto, representam 35,6%, enquanto

Tabela 2
Nível educacional - Entrevistados

	Grupo Amostral					
	PCT		INCRA		CONTROLE	
	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)
Lê e escreve, 1ª a 4ª série	57	46,4	48	35,7	77	40,1
Lê e escreve, 5ª a 8ª série	11	8,9	13	9,6	27	14,1
Lê e escreve, médio ou superior	1	0,8	3	2,2	53	27,6
Lê e escreve, alfabetização adultos	7	5,7	10	7,4	1	0,5
Lê e escreve, não freqüentou escola	5	4,1	5	3,7	9	4,7
Analfabeto, freqüentou escola	8	6,5	11	8,1	7	3,6
Analfabeto, não freqüentou escola	34	27,6	45	33,3	18	9,4
TOTAL	**123**	**100,0**	**135**	**100,0**	**192**	**100,0**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2001.

[1] Essa situação também foi constatada em assentamentos do INCRA.

só 11,8% cursou além da 5ª série.

O nível de escolaridade do grupo de controle é diferenciado em relação aos outros dois grupos, com menor proporção de analfabetos, 13,0%, e uma maior proporção de pessoas com escolaridade superior à 5ª série, 41,7%, sendo que 27,6% chegaram até ao ensino médio.

Ocupação anterior

A grande maioria dos beneficiários trabalhava em atividades ligadas à agricultura: 82,8% no PCT, 80,1% no INCRA e 60,5% para o grupo de controle. Das demais atividades, apenas as atividades industriais (basicamente construção civil) tinham alguma importância para os agricultores ligados ao INCRA e, em menor medida, ao PCT. No grupo de controle, as atividades agropecuárias têm uma importância menor, existindo, também, outras ocupações, como as ligadas ao comércio e às atividades administrativas.

Dos beneficiários do PCT e do INCRA que trabalhavam na agricultura, a maioria o fazia na condição de trabalhador temporário, correspondendo a 46,2% e 34,3% respectivamente. Há também um grupo expressivo de ex-trabalhadores permanentes entre os beneficiários do INCRA e do PCT, 10,4% e 14,6% respectivamente.

A renda anterior das famílias ligadas ao PCT era baixa, com uma média de R$ 134,53 mensais. Os agricultores do INCRA tinham uma renda ainda inferior, de R$ 87,58 mensais. Já a renda dos não beneficiários é bem superior, de R$ 506,60 ao mês, mas esse grupo tem um alto desvio padrão.

A participação dos auxílios na renda total era insignificante para o grupo de controle, enquanto, para os beneficiários do PCT, representava 1,46% da renda e 5,18% para as famílias ligadas ao INCRA. Conclui-se que essas famílias, de baixa renda, também não eram assistidas por outros programas governamentais de combate à pobreza.

Local de origem

A maioria dos beneficiários nasceu na Bahia, tanto no caso do PCT como nos assentamentos do INCRA (Tabela 3). A existência do PCT, na Bahia, não parece ter atuado como estímulo para o deslocamento de agricultores de outros estados, com exceção de alguns agricultores na área limítrofe com o Espírito Santo.

É mais freqüente que os agricultores do PCT sejam filhos de pequenos proprietários de terra, correspondendo a 59,8% dos casos, em relação ao INCRA, onde 41,6% dos entrevistados eram filhos de pequenos proprietários. No entanto, nos dois casos trata-se de proporções elevadas, confirmando que a maior parte dos “sem terra” são produto da fragmentação por herança da pequena propriedade familiar. No caso do grupo de Controle, 82,4% dos agricultores eram filhos de proprietários de terra e 59,6% dos cônjuges eram filhos de agricultores.

É possível ratificar a origem agrícola do público do PCT, sendo que, em mais de 90% dos casos, os pais dos beneficiários e/ou dos seus cônjuges realizavam tarefas no meio rural. Essa proporção é semelhante no caso dos agricultores ligados ao INCRA, sendo um pouco inferior para o grupo de controle.

GESTÃO ASSOCIATIVISTA

A escassa consolidação das associações e certa precipitação na escolha dos beneficiários foram fato-

Tabela 3
Local de nascimento - Entrevistados

	Grupo Amostral					
	PCT		INCRA		CONTROLE	
	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)
Nasceu no município onde vive atualmente	54	42,5	52	37,7	119	59,5
Nasceu no estado onde vive atualmente	59	46,5	69	50,0	68	34,0
Não nasceu no estado onde vive atualmente	14	11,0	17	12,3	13	6,5
TOTAL	**127**	**100,0**	**138**	**100,0**	**200**	**100,0**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2001.

res que contribuíram para a elevada rotatividade que se observa na maioria dos projetos. Muitos dos beneficiários iniciais desistiram, não chegando sequer a se instalar, ou abandonaram o projeto logo no início. A proporção de desistências dos titulares, até o momento da realização da pesquisa, ficou, em média, em 36%, com um mínimo de 10% e máximo de 80% para os projetos estudados.

A organização do trabalho coletivo é problemática na maioria dos projetos. A manutenção de uma área coletiva foi sugerida pela CDA, como estratégia para pagar o financiamento da terra, mas essa idéia não parece estar fundamentada em nenhum princípio filosófico da maioria dos agricultores. Vale salientar que as dificuldades para cuidar da área coletiva viram-se acentuadas no momento em que acabaram os recursos do SIC e, conseqüentemente, o pagamento de diárias.

As estratégias implementadas para administrar o trabalho coletivo foram diversas. A mais freqüente foi a divisão da área coletiva em pequenas parcelas, cujo cuidado é de responsabilidade de cada família. Outros projetos estabeleceram a sistemática de dedicar um ou dois dias por semana para a área coletiva. Uma nova estratégia, que parece estar dando resultados favoráveis, é a formação de pequenos grupos, onde o controle social é mais eficiente.

SELEÇÃO DAS PROPRIEDADES

Apesar da maior parte do território baiano estar localizado na região semi-árida, mais da metade dos 26 projetos analisados (14) situa-se na região litorânea: 2 no Litoral Sul, 8 no Extremo Sul e 4 no Litoral Norte. Isso está indicando que a condição edafoclimática de muitos projetos é superior à média do estado.

Ao mesmo tempo, não se observa a existência de projetos onde o agronegócio é mais dinâmico, pois este leva ao rápido encarecimento das terras e, conseqüentemente, inibe a compra das mesmas através do crédito fundiário, cujo teto é relativamente baixo.

Não se observa a existência de projetos onde o agronegócio é mais dinâmico, pois este leva ao rápido encarecimento das terras e, conseqüentemente, inibe a compra das mesmas através do crédito fundiário, cujo teto é relativamente baixo

A questão da localização foi considerada por muitas associações como aspecto primordial na escolha das propriedades. Outro critério utilizado para definir a localização foi a aquisição de propriedades vizinhas ao antigo local de moradia. Esse critério é evidentemente favorável, pois diminui a necessidade de deslocamento, que é uma das principais causas de desistência, mas, por outro lado, restringe a capacidade de escolha da propriedade e a negociação do valor da mesma.

Existe uma situação comum na maioria das fazendas adquiridas através do Programa Cédula da Terra: o uso anterior caracterizava-se pela exploração extensiva ou pelo relativo abandono das propriedades. A exceção é composta por algumas das fazendas cacaueiras, cujas vendas foram impulsionadas pela aguda crise deste produto; e a fazenda São Francisco (Prado), que se dedicava à fruticultura. As demais se dedicavam predominantemente à exploração da pecuária extensiva, enquanto outras estavam cobertas pela vegetação primária (mata ou caatinga) ou por capoeira.

Uma problemática séria é a convivência com a Mata Atlântica e com a promulgação da Lei que proíbe a sua derrubada, de 1997. Boa parte dos proprietários passou a ver a existência de matas como um problema. Entre os projetos analisados, há dois casos de fazendas que têm a maior parte da área coberta por mata: a Fazenda Linhares, no município de Canavieiras, de 398 hectares, tinha uma área de 267 hectares de Mata Atlântica, ou seja, 67% da fazenda; o restante estava ocupado por 40 ha de cacau e uma pequena área de pastagem; e a propriedade adquirida pela associação Nova Esperança, com uma área total de 978 ha, que apresentava 435 ha de Mata Atlântica, isto é, 45% da área. Nesse imóvel há, ainda, o fator agravante da proximidade da reserva indígena do Parque do Monte Pascoal.

Em síntese, trata-se, em vários casos, de áreas anteriormente improdutivas, resultado de empreendimentos mal sucedidos, do extrativismo predatório, da utilização extensiva e de restrições legais ou

agroecológicas para a exploração agrícola. A compra desse tipo de propriedade apresenta várias desvantagens: a) alto custo para torná-las produtivas; b) muitas dessas áreas seriam passíveis de desapropriação; e c) importante impacto ambiental pela remoção da vegetação nativa.

Os mecanismos de mercado não foram determinantes para uma diferenciação positiva da qualidade das terras adquiridas pelos beneficiários do PCT em relação aos beneficiários do INCRA. Essa diferenciação parece ocorrer muito mais no quesito localização e infra-estrutura (água e proximidade de energia elétrica).

Nas entrevistas, foi possível perceber que a seleção das terras é determinada principalmente pelo seu preço, localização e pela pressão do tempo em fazer o negócio. É possível perceber que as áreas adquiridas estão na média do encontrado nessas regiões, com nenhuma propriedade se destacando positivamente do contexto regional. Por outro lado, alguns destaques negativos podem ser pontuados.

Com base na média da relação módulo fiscal/família, de 0,51 para os projetos que compõem a amostra, é possível afirmar que a sustentabilidade econômica das famílias demandará o uso intensivo dos recursos naturais das propriedades. Esses recursos podem, se corretamente manejados, prover uma cadeia de benefícios. Entretanto, eles podem ser degradados por comportamentos predatórios.

NEGOCIAÇÃO DAS TERRAS

De modo geral, a iniciativa de aquisição das terras coube à associação. Pode-se citar, como exceções, os três casos de projetos por iniciativa de políticos, onde foram estes que procuraram os proprietários para sugerir a venda da fazenda e o único caso em que o proprietário fomentou a criação da associação para vender a fazenda.

Foi constatado, através das entrevistas com agricultores e com técnicos, que os beneficiários do PCT têm dificuldades para procurar terras. Em primeiro lugar, trata-se de um mercado bastante imperfeito, com circulação incompleta da informação; e, em segundo lugar, a visita dos membros da associação às fazendas para avaliação de várias propostas tem um custo elevado, se comparado ao poder aquisitivo dos agricultores.

O número de imóveis analisados varia bastante em cada caso. Em alguns deles, a própria idéia de criar a associação foi originada a partir do reconhecimento de algum imóvel com condições apropriadas, pelo que praticamente não se avaliaram outros imóveis. Nos outros casos, a resposta mais freqüente é que estudaram, no máximo, três a quatro alternativas.

Daí os laudos técnicos passarem a constituir a peça-chave no processo de negociação e na própria seleção das propriedades. Conseqüentemente, o bom andamento do programa depende da capacidade, responsabilidade e honestidade dos profissionais que elaboram os laudos.

RESULTADOS OBTIDOS

Condições de habitação

Em relação ao tipo de instalação para moradia disponível no projeto, pode-se observar que os assentados do PCT tinham casa em 93,0% dos casos, o que evidencia que os recursos destinados à construção de casas foram efetivamente utilizados. Comparando com a situação do INCRA, observa-se que, neste último caso, o percentual é inferior (72,0%). Para o INCRA, a instalação tipo barraco ainda inclui 23,0%, o que pode indicar uma condição inferior de moradia. A disponibilidade de recursos do SIC agilizou a construção das casas para as famílias beneficiárias do PCT. Observa-se que antes do projeto, muitos agricultores do PCT residiam em casas de adobe ou taipa.

Os questionários aplicados revelam que a disponibilidade de banheiro nas casas atinge um índice de 82,0% para o PCT, melhorando bastante a condição anterior de vida (59,0%). O mesmo não pode ser dito para o INCRA que, no momento de realização da pesquisa, tinha 50,4 % das famílias sem banheiro.

As questões referentes ao acesso à água indicam que ocorreu uma melhora de 7,5% no PCT. No entanto, há 41,7% sem a disponibilidade de água, e isso se reflete nas condições inadequadas de vida, como, também, nas limitações agrícolas. As condições do INCRA são bem inferiores (quase 60% não

têm acesso adequado à água), enquanto que o grupo de controle tem acesso à água em 82,5% dos casos.

Em relação ao destino do esgoto, 22,7% dos beneficiários do PCT ainda jogam a céu aberto, mas em 43,0% dos casos já existe a fossa séptica. Para o lixo domiciliar, 66,4% tem como destino a queima, já que não possuem um sistema de coleta. Essa melhoria, em todos os índices analisados em relação às condições de moradia, embora distem do ideal, colaboram para amenizar os problemas de saúde existentes e melhorar as condições de vida.

Capacitação e assistência técnica

A capacitação constitui importante recurso para a sustentabilidade do programa. Na Tabela 4 observa-se que a participação dos agricultores nas atividades de capacitação foi mais intensa para os do PCT do que do INCRA e do grupo de controle: isso indica uma eficiência relativa do programa em promover atividades de capacitação. Porém, a participação de outros membros da família foi baixa em todos os casos, o que reforça a idéia da exclusão das mulheres e da baixa participação dos filhos dos agricultores nas atividades de capacitação.

Tabela 4
Participação do entrevistado em cursos/reuniões de capacitação entre Agosto/1999 e Julho/2000

	Grupo Amostral					
	PCT		INCRA		CONTROLE	
	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)
Sim	77	61,6	61	44,9	67	33,7
Não	48	38,4	75	55,1	132	66,3
TOTAL	**125**	**100,0**	**136**	**100,0**	**199**	**100,0**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2001.

A Tabela 5 revela que 74,6% dos agricultores do PCT declararam ter recebido assistência técnica até o momento da pesquisa, proporção significativamente superior ao INCRA (45,6%) e ao grupo de Controle (24,0%). Além disso, 46,0% dos beneficiários do PCT receberam assistência técnica semanal ou mensal, frente a 22,2% do grupo do INCRA e 7,1% do Controle, na mesma situação.Todavia, essa assistência técnica estava atrelada aos projetos do SIC, não estando prevista a sua continuidade quando esgotados os recursos dessa fonte.

Tabela 5
Agricultores que receberam assistência técnica entre Agosto/1999 e Julho/2000

	Grupo Amostral					
	PCT		INCRA		CONTROLE	
	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)	Freq (n)	Freq (%)
Sim	94	74,6	62	45,6	48	24,0
Não	32	25,4	74	54,4	152	76,0
TOTAL	**126**	**100,0**	**136**	**100,0**	**200**	**100,0**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2001.

Atividades produtivas

Os investimentos realizados com recursos do SIC referem-se, basicamente, além da construção das casas, à recuperação das fazendas, compra de máquinas e equipamentos, plantio na área coletiva, criação de caprinos e bovinos de leite.

As informações relativas à produção individual dos beneficiários do PCT mostram que predominam as lavouras temporárias, consideradas de subsistência, principalmente feijão, milho e mandioca. Dos 127 entrevistados, 97 plantavam feijão; 95, milho; 51, mandioca; 13, abóbora; e, 8, melancia. No caso dos beneficiários do INCRA, a situação é semelhante: de 140 entrevistados, 87 plantavam feijão; 97, milho; 61, mandioca; 10, abóbora; e, 5, melancia. Em média, a área cultivada é de 1,5 ha, o que revela o caráter de subsistência da agricultura realizada. As culturas de feijão, milho e abóbora são realizadas, em geral, de modo consorciado.

Quanto às lavouras permanentes, destaca-se a produção de café, consorciado com banana (para sombreamento), em quase todos os projetos da Região Extremo Sul, Sudoeste e em Bonito (Chapada Diamantina); e as lavouras de maracujá, coco e laranja no Litoral Norte.

Deve ser ressaltado que, no período avaliado na pesquisa, praticamente nenhum projeto tinha recebido os recursos do PRONAF A. Nos assentamentos do INCRA analisados, é baixa a freqüência de lavouras permanentes e também há pouca diversificação dessas culturas.

O nível tecnológico é, em geral, baixo. Não se observam casos de utilização de irrigação nos lotes individuais no PCT e muitos poucos casos no INCRA. Todavia, a utilização de irrigação também é pouco comum no caso do grupo de controle, o que

reforça a idéia de que os projetos do PCT não foram desenvolvidos nas regiões de agricultura mais dinâmica.

Em relação à produção animal, constata-se que poucos têm rebanho, se restringindo, em muitos casos, a algumas galinhas para o consumo doméstico. Em alguns casos, os agricultores do PCT já tinham alguns bovinos, ou compraram com o resultado das roças coletivas. A freqüência de animais como suínos, caprinos e ovinos é baixa, o que revela o caráter ainda incipiente da exploração, pois vários projetos têm, como principal finalidade, desenvolver a ovino-caprinocultura.

Quanto às lavouras permanentes em sociedade, é marcante o plantio de café. O cacau também está presente em algumas áreas coletivas e a banana está associada ao sombreamento do cacau e do café. Nos quatro projetos do Litoral Norte, foi cultivado coco na área coletiva.

Até o momento da realização da pesquisa, era muito limitada a possibilidade de agroindustrialização nos assentamentos, seja do PCT ou do INCRA, restringindo-se aos poucos casos em que há casa de farinha. Deveria se promover uma maior parceria com as instituições e programas que financiam esse tipo de investimento.

Renda obtida

A pesquisa indica que a renda obtida, no período de 1999/2000, não difere expressivamente para os beneficiários do INCRA e do PCT, sendo, em geral, baixa: R$ 151,4 por mês para o PCT e R$ 183,5 para o INCRA.

O trabalho assalariado representa 25% da renda do entrevistado para o PCT e 30% para o INCRA. Foi constatado, durante a pesquisa de campo, que os agricultores que têm alguma outra profissão, como eletricista ou pedreiro, por exemplo, têm uma situação diferenciada em relação aos que são exclusivamente agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos aspectos positivos do PCT na Bahia, deve ser destacada a relativa melhora nas condições de moradia, principalmente pela construção de casas de alvenaria com banheiro, e o acesso à infra-estrutura comunitária. A disponibilidade de recursos através do SIC acelerou alguns investimentos, como essa construção das casas, que normalmente têm sido realizadas com certa morosidade nos assentamentos do INCRA. Também merece destaque a presença da assistência técnica nas primeiras fases do assentamento no PCT.

Como pontos frágeis do programa destaca-se o baixo grau de organização de algumas associações, além da interferência de mediadores externos que podem ter, em alguns casos, distorcido a finalidade do programa, embora isso não possa ser generalizado, como previam certos críticos.

Também se destaca o desinteresse pela área coletiva, a elevada rotatividade dos beneficiários e a falta de planejamento para a sustentabilidade. Nesse último ponto, deve ser citada a não consideração sobre a continuidade da assistência técnica quando esgotados os recursos do SIC.

Outra falha está relacionada à demora na liberação de recursos do PRONAF A, que impede que os agricultores estruturem seus lotes para ter um retorno monetário pelo menos no médio prazo (três a quatro anos), comprometendo a obtenção de um fluxo de renda que permita a sustentação das famílias e o efetivo pagamento da terra. Essa situação se vê agravada pelo perfil socioeconômico extremamente carente dos beneficiários do PCT na Bahia.

Como reflexão geral, observamos que a estrutura de governança idealizada para o PCT não foi o que operou na prática, na Bahia. No caso dos primeiros assentamentos, localizados no Litoral Norte, com associações organizadas, com capacidade de negociar e bem orientadas tecnicamente para selecionar terras e elaborar o projeto técnico, houve, sim, efetiva operação da estrutura de governança prevista para o PCT. Todavia, na medida em que foram se apresentando situações com dificuldades de diversa natureza (perfil pouco adequado dos agricultores, associações criadas de última hora, escolha inapropriada das terras, laudos técnicos duvidosos, áreas com limitações ambientais, escassa capacidade de negociação das associações, desvio de recursos do SIC e outros), o órgão da coordenação estadual tornou cada vez maior a intervenção no PCT, reproduzindo práticas utilizadas

em outros programas, de assentamento e combate à pobreza rural, implementados no estado. Houve intervenção ativa da CDA na seleção dos beneficiários, nos laudos técnicos, na negociação da compra-venda e na elaboração dos projetos do SIC. Assim, a avaliação realizada leva em conta o PCT como realmente operou e, não, a estrutura que inicialmente tinha sido prevista a partir de formulações teóricas.

A pesquisa revelou que alguns pressupostos da "estrutura de governança" prevista, muitas vezes não operam na prática, como a capacidade das associações para escolher terra, negociar com os proprietários e formular projetos sustentáveis de exploração. Ocorrerá, então, a substituição desses princípios de "mercado" e "auto-gestão" pelas tão criticadas intervenção estatal e gestão burocrática?

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. (Coord.) *Avaliação do Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos*. Campinas: UNICAMP/NEAD, 2000. Mimeografado.

BUNCH, R. *Duas espigas de milho*: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 206 p.

NAVARRO, Z. *O projeto-piloto "Cédula da Terra" – comentários sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente*. 1998. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 05 dez. 2001.

PEREIRA, J.; PAULA, L. Projeto Cédula da Terra: modelo alternativo de Reforma Agrária ? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, *Anais*... Foz do Iguaçu, 1999. 1 CD-ROM.

PUTNAM, R. *La tradizione cívica nelle regioni italiene*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1993. 279 p.

STIGLITZ, J. *Distribuição, eficiência e voz*: elaborando a segunda geração de reformas. Conferência sobre distribuição e crescimento econômico, patrocinada pelo Ministério da Reforma Agrária e Banco Mundial. Brasília, jul. 1998. Disponível em: <www.dataterra.org.br>. Acesso em: 05 dez. 2001.

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano

*Márcia da Silva Pedreira**

Resumo

Interpretações sobre a recente dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro, marcada pela inserção competitiva no mercado em globalização, apontam para o aumento da heterogeneidade espacial no país, com o surgimento de *ilhas de modernidade*. À luz desses marcos analíticos, este trabalho examina o caso concreto da região do Extremo Sul da Bahia que, a partir dos anos 1980, emerge enquanto *locus* de expansão do complexo florestal motorizado por grandes empresas do setor de papel e celulose. Busca-se, mais especificamente, revelar que a implantação e desenvolvimento desses empreendimentos, ao tempo em que proporciona a integração competitiva da região ao circuito global, provoca modificações nas estruturas socioprodutivas do espaço rural, alterando as relações locais e redefinindo o *status* dos grupos sociais ali presentes.

Palavras-chave: desenvolvimento, território, complexo florestal, competitividade, transformações e reestruturação socioeconômica.

Abstract

Interpretations on the recent spatial dynamics of the development of Brazil, characterized for competitive insertion in the global market, indicate an increasing spatial heterogeneity in the country, and the emergence of islands of modernity. Based on these analytical studies, this work examines the case of the extreme south of Bahia. This area, from the eighties on, emerges as a locus of expansion of the forest complex, pulled by large paper and pulp companies. More specifically, the aim of this work is to show that the implantation and development of these enterprises strength the competitive integration of the area into the global circuit, as well as transform the social-productive structures of the rural space, changing the local relationships and reordering the status of social groups.

Key words: *development, territory, forest complex, competitiveness, social-economical transformations.*

INTRODUÇÃO

É crescente a importância que vem assumindo a problemática do desenvolvimento territorial/regional associada à expansão de atividades econômicas, sejam elas industriais, agroindustriais ou agrícolas, em novos espaços, notadamente em áreas rurais, ou, até há pouco tempo, relativamente distantes dos principais circuitos da economia nacional e internacional.

Essa problemática tem se refletido, teoricamente, na valorização das dimensões espacial, organizacional e institucional dos processos de desenvolvimento. Valorização que se desdobra em várias vertentes analíticas.

Entre essas abordagens podemos destacar as contribuições originadas dos autores ligados à corrente *neoschumpeteriana* e ao modelo de competitividade sistêmica. Tais análises salientam a interdependência entre os fatores de determinação da territorialização dos investimentos e as características das dinâmicas competitivas dos setores econômicos.

* Economista, Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Diretora de Políticas Econômicas da SPE/SEPLAN. mspedreira@yahoo.com.br

Um outro conjunto de interpretações procura realçar o caráter institucional do desenvolvimento. Destaca-se, nessa visão, a contribuição de Putnam (1996), que enfatiza o acúmulo territorial de capital social, entendido como características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas e, conseqüentemente, o desenvolvimento local.

Por outro lado, pesquisas recentes sobre a espacialidade dos fenômenos econômicos e sociais revelam que, embora existam elementos comuns resultantes da globalização, não há uniformidade em termos de padrões locacionais no conjunto das atividades econômicas. Esses padrões variam de acordo com as características competitivas setoriais, que levam as empresas a privilegiar estes ou aqueles fatores. Assim, ao contrário do que se poderia esperar, a globalização reforça as estratégias de especialização regional, resultantes da dinâmica da produção regionalizada das grandes empresas (atores globais).

As análises recentes da dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro tendem, também, a valorizar uma visão mais próxima da escala microrregional ou local, ao tempo que relativizam as tendências concentradoras da globalização. De acordo com esses estudos, a atual dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro, marcada pela inserção competitiva no mercado em globalização, tem levado a um aumento da heterogeneidade espacial no país, com o surgimento de ilhas de modernidade.

Esse novo contexto aponta para a necessidade de pesquisas que permitam captar e ilustrar a atual dinâmica espacial do país, assim como analisar e apreender os recentes processos de integração e desenvolvimento de subespaços regionais.

À luz desses marcos históricos e analíticos, este trabalho examina o caso concreto da Região do Extremo Sul da Bahia que, a partir dos anos 1980, emerge enquanto *locus* de expansão do complexo florestal, liderado por grandes empresas do setor de papel e celulose. A implantação e desenvolvimento das novas atividades florestais e agroindustriais, ao tempo em que proporciona a inserção competitiva da região nos circuitos dinâmicos da economia nacional e internacional, provoca transformações significativas na estrutura econômica e social local, particularmente no espaço rural.

A implantação e o desenvolvimento das novas atividades florestais e agroindustriais, ao tempo em que proporciona a inserção competitiva da região nos circuitos dinâmicos da economia nacional e internacional, provoca transformações significativas na estrutura econômica e social local, particularmente no espaço rural

GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Estudos recentes sobre o desenvolvimento urbano e/ou regional, revelam que os efeitos espaciais decorrentes do processo de globalização e das novas tecnologias não são uniformes e homogêneos. Na verdade, frente ao novo paradigma, observam-se tanto fatores que levam à dispersão dos meios de produção para espaços periféricos, como fatores que sugerem novos vetores de concentração espacial (STORPER, 1994; GALVÃO; VASCONCELOS, 1995).

Os fatores que indicariam um movimento de deslocação industrial, segundo Galvão e Vasconcelos (1995), seriam o avanço nos setores de telecomunicações, telemática e transportes; a resistência sindical, nas áreas de concentração operária; mercados regionais com potencial, mão-de-obra barata, investimentos a jusante e a existência de grandes projetos. Já os determinantes da concentração compreenderiam a necessidade de maior proximidade de centros de produção de P&D, qualidade de vida, menor peso relativo nos custos da mão-de-obra, disponibilidade de fatores complexos e especializados (infra-estrutura de comunicações, mão-de-obra especializada), redes ágeis e flexíveis de fornecedores e sofisticação do mercado consumidor.

Storper (1994/1997) argumenta que a compreensão do processo de globalização deve levar em conta tanto a ocorrência de processos vinculados à *desterritorialização* das atividades, quanto aqueles em que a *territorialização* continua a exercer um papel importante. No primeiro caso, as atividades

se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicas de um local. No segundo, continuam enraizadas em aspectos locais. Só analisando os mutáveis e complexos processos de *territorialização* e *desterritorialização* das atividades se pode desenhar um quadro específico da natureza da globalização.

As abordagens teóricas, vinculadas às correntes neoschumpterianas e ao modelo de competitividade sistêmica,[1] enfatizam a articulação entre progresso técnico, desenvolvimento econômico e organização industrial. Os processos de desenvolvimento regional estariam associados à capacidade de criar e renovar vantagens competitivas sustentadas no local, que, por sua vez, articular-se-iam ao padrão concorrencial dos setores produtivos polarizadores da economia regional.

De acordo com essa visão, o desenvolvimento regional corresponde a um processo de transformação, fortalecimento e qualificações das estruturas internas de uma região. O objetivo é criar um ambiente ótimo e atrativo para implantar e consolidar um desenvolvimento local sustentado, seja pela atração de novas atividades econômicas, seja via exploração e atualização das já existentes. Nessa ótica, as firmas e seus modelos de operação desempenham um papel central para atingir o objetivo de desenvolvimento econômico de regiões. O fortalecimento da capacidade inovacional das empresas torna-se, cada vez mais, um requisito insubstituível para aquisição de condição de competitividade sustentada e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional.

Entretanto, o estabelecimento de um círculo virtuoso entre empresas competitivas e desenvolvimento auto-sustentado de regiões, não parece ser nada automático, mormente em países/regiões de desenvolvimento tardio (LOIOLA, 1998). A presença, em determinados espaços/territórios, de empresas competitivas e líderes de seus setores, apesar de inserir competitivamente esses espaços nos circuitos econômicos, não significa que isso se traduza em desenvolvimento societal das regiões. Essa questão nos leva a outras vertentes do pensamento socioeconômico, que salientam a importância da dimensão institucional do desenvolvimento econômico.

Destaca-se, entre essas novas contribuições, a abordagem de Putnam (1996). Para esse autor, o capital social, expresso no conjunto de instituições sociais e sistemas de participação cívica, ocupa um papel central no desempenho socioeconômico das sociedades, constituindo um ingrediente fundamental para a promoção do desenvolvimento. A riqueza e a tecnologia são recursos importantes para a melhoria do bem-estar, mas se esses recursos não estiverem embasados por redes de confiança, emanadas de regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica, a promoção do desenvolvimento torna-se uma tarefa árdua.

Evans (1996a e 1996b), por sua vez, centra sua análise nas relações de sinergias entre os atores públicos e privados enquanto uma arma valiosa para o desenvolvimento. Para esse autor, mesmo em espaços onde ainda não existam capital social acumulado, mas cujas dotações não representam, *a priori,* constrangimentos, poderiam ser construídas relações de sinergia em prol do desenvolvimento. Nesse caso, a sinergia torna-se uma possibilidade latente na maioria dos contextos, esperando vir à tona através de iniciativas institucionalmente empreendedoras.

No conjunto das análises sobre a problemática, observa-se, também, a valorização da noção de território como uma unidade de referência importante para estudar os processos de desenvolvimento rural. Chama-se a atenção para categorias como espaço rural alargado em substituição ao setor agrícola (ou agricultura) e para a importância da variável ambiental e das sinergias entre as atividades agrícolas e não-agrícolas (rurais e urbanas), enquanto elementos fundamentais para o desenvolvimento rural (SCHINEIDER, 2003).

Em que pese as diferentes perspectivas analíticas, essas vertentes trazem para o centro do debate o lugar ocupado pelos territórios, empreendimentos e instituições no desenvolvimento econômico. Independentemente da ênfase escolhida – tecnológica, competitividade ou institucional – identifica-se, em relação ao passado, uma mudança de percepção

[1] Destaca-se, como representante da teoria neoshumpteriana, Nelson e Winter, Freeman e Dosi, entre outros; já no modelo de competitividade sistêmica, salienta-se a contribuição de Porter.

sobre a organização das atividades econômicas, assinalando a importância do espaço/território nos processos de desenvolvimento, particularmente em suas escalas regional e local.

Em sintonia com esse movimento, as interpretações recentes sobre a dinâmica espacial do desenvolvimento no Brasil enfatizam seu caráter heterogêneo e fragmentado, ao tempo em que apontam para a necessidade de análises mais voltadas às escalas regional/microrregional ou local. No que refere à temática rural, as análises tendem, também, a valorizar as dimensões territorial e institucional do desenvolvimento rural. Veiga (1999), por exemplo, focaliza as dimensões territoriais e ambientais, do desenvolvimento rural, definindo-o como um fenômeno intrinsecamente local e regional. As localidades e regiões que melhor conseguem se desenvolver são as que apresentam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para a ampliação da autonomia local na tomada de decisões, para o desenvolvimento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o incremento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente.

Relativamente à dinâmica recente do desenvolvimento espacial no país, Pacheco (1999) salienta a tendência ao aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões. Isso porque há subespaços, cuja dotação de fatores, complexidade produtiva, localização estratégica etc., podem beneficiar a acumulação de capital. Dessa forma, o autor defende a tese de que, embora a globalização reforce a concentração econômica, não há uniformidade em termos de padrões locacionais no conjunto das atividades econômicas. Esses padrões variam de acordo com as características competitivas setoriais que levam as empresas a privilegiar estes ou aqueles fatores.

Nessa mesma linha, Bacelar (2000) aponta a importância da natureza recente da inserção internacional da economia brasileira que, ao privilegiar a integração competitiva no mercado, tende a favorecer o dinamismo localizado em alguns focos competitivos, reforçando a tendência à maior heterogeneidade intra-regional. Assim, conclui a autora, sob o ponto de vista da dinâmica regional, mais relevante do que o debate sobre a concentração e desconcentração, é a discussão do processo de integração-desintegração dos diversos espaços econômicos no país.

Diniz (2000) e Guimarães Neto (1995) chamam a atenção para a diferenciação seletiva segundo segmentos industriais e agroindustriais. Os segmentos ligados, sobretudo, a bens de consumo final não durável ou insumos de uso generalizado, os quais têm menor exigência ou capacidade de gerar efeitos de encadeamentos intersetoriais ou complexos industriais amplos e diversificados, tendem a seguir uma localização mais dispersa ou menos concentrada, ora influenciada pela disponibilidade de matérias-primas (cimento, papel e vários tipos de agroindústrias); ora pela densidade do mercado regional (bebidas, alimentos, móveis, confecções); ou pela disponibilidade de trabalho barato (têxtil, confecções, calçados) ou por combinações destas.

Em decorrência desse aspecto, percebe-se o fortalecimento da especialização em outros espaços e estados fora da região industrial tradicional, os quais conseguiram, pelos mais diferentes fatores (recursos naturais, incentivos regionais, condições de infra-estrutura), atrair segmentos específicos, que definem sub-áreas dinâmicas e modernas, muitas vezes em contextos nos quais prevalecem, ainda, sub-áreas tradicionais e estagnadas (GUIMARÃES NETO, 1995). Embora muitos desses investimentos tenham características de enclave exportador e baixo grau de encadeamentos intersetoriais, abrem a possibilidade para alguma integração produtiva, através do efeito local sobre o emprego e a renda ou, mesmo, pela implantação de atividades voltadas para o abastecimento de insumos ou processamento da produção local (DINIZ, 2000).

Muitas das questões acima assinaladas apontam para a necessidade de compatibilizar as interdependências entre as especificidades locais, os fatores determinantes da territorialização dos investimentos e as características competitivas setoriais. Por outro lado, a dinâmica recente de desenvolvimento indica uma maior complexificação e heterogeneidade espacial no país. Esse

novo contexto requer novos recortes analíticos, que apreendam melhor essa configuração territorial. Entre as possibilidades de pesquisas, nesta direção, destaca-se o estudo sobre as formas atuais de integração e o desenvolvimento de subespaços regionais, a partir de casos concretos. O Estado da Bahia, e em particular a Região do Extremo Sul baiano, constitui um exemplo revelador da expansão de determinados setores produtivos e da reorganização do espaço rural no Brasil.

De fato, o desenvolvimento de várias regiões da Bahia reflete, em grande medida, o movimento recente de reordenamento das atividades econômicas do país. Salienta-se, nesta direção, a emergência de subespaços dinâmicos, denominados de ilhas de modernidade, motorizados pela implantação e expansão de atividades vinculadas ao *agribusiness* moderno. Dentre esses subespaços dinâmicos e integrados competitivamente no mercado global, destaca-se a Região do Extremo Sul baiano que, a partir dos anos 1980, emerge enquanto área de expansão do complexo florestal, liderado por grandes empresas do setor de papel e celulose.[2] O segmento florestal e a agroindústria de celulose, ao tempo que têm proporcionado a inserção competitiva da região na economia nacional e internacional, têm gerado um grande impacto na região, particularmente na organização socioeconômica do meio rural.

A OCUPAÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO: do isolamento à inserção competitiva

A configuração do espaço regional

Embora seja uma das mais antigas áreas de ocupação e povoamento da Bahia e do Brasil, o desenvolvimento socioeconômico e a expansão demográfica do atual Extremo Sul baiano só assumiram características e patamares expressivos no século XX. Até essa época, a região se integra de forma periférica na estrutura primário-exportadora, modelo vigente no período colonial, não se constituindo parte integrante dos centros dinâmicos da economia colonial.

A exploração extrativista, a pesca e a policultura de alimentos constituíam as principais atividades da região, especializando-se como fornecedora de alimentos para o Recôncavo baiano e de outras regiões. A afirmação dessa função possibilitou certa expansão demográfica e a criação de diversas vilas situadas no litoral, delineando um padrão de ocupação concentrado na costa, que perdurou muito tempo. A existência de terras livres e a ausência de coerção de força de trabalho, associadas ao papel marginal da região na economia nacional, favoreceram a formação e consolidação da pequena agricultura familiar. (CEI, 1982; MIRANDA, 1992).

Só a partir da segunda metade do século XX que o Extremo Sul começou a ganhar maior expressividade demográfica e socioeconômica. Destaca-se, nesta fase, a expansão do cultivo do cacau, da pecuária e da exploração da madeira. Mas é, sobretudo a partir dos anos 1970, que o movimento de integração econômica e de expansão do capitalismo no país atinge o Extremo Sul da Bahia, tendo como marco principal a inauguração da BR 101, em 1973.[3]

Este fato constituirá o grande divisor de água na história regional, rompendo seu isolamento físico e econômico, e contribuindo para um novo desenho espacial da área, com a redefinição da hierarquia da rede de cidades,[4] ao tempo em que impulsiona uma série de transformações na estrutura socioeconômica.

As facilidades de transporte rodoviário, a existência de terras de baixo valor, os incentivos dos governos estadual e federal e as altas potencialidades naturais da região foram atraindo para lá

[2] Além do complexo florestal no Extremo Sul, são exemplos deste fenômeno as atividades ligadas à expansão e industrialização da soja, na Região do Oeste baiano, e a fruticultora irrigada no Submédio São Francisco (Pólo Juazeiro/Petrolina).

[3] O discurso do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, quando da inauguração da estrada, em 22/04/73, é bastante revelador da nova fase que se implanta na região. Em um trecho desse discurso, conforme citado em Koopmans (1999), o governador destacou que o Extremo Sul estava sendo redescoberto. Um novo tempo ia chegar e o esquecimento seria substituído pelos benefícios advindos do progresso e do desenvolvimento.

[4] A construção da BR 101 induziu o crescimento de centros urbanos como Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju (situados ao longo da rodovia), deslocando, do litoral para o interior, o centro de referência da região.

diversos agentes econômicos, tais como madeireiros, pecuaristas, agricultores, empresas reflorestadoras e, por fim, as indústrias do setor de celulose e papel (CAR, 1994).

Destaca-se, nessa fase, um novo ciclo madeireiro, marcado pela utilização de tecnologias mais modernas (motomecanização) e pela participação de grandes e pequenos empresários. Esses grupos intensificaram o processo de destruição da Mata Atlântica que, apesar de vir sendo explorada desde os primórdios da colonização, ainda se encontrava relativamente preservada nos anos 1960, em função do próprio povoamento rarefeito e das técnicas rudimentares utilizadas pelos antigos madeireiros.

Além das atividades madeireira e pecuária, desenvolve-se a agricultura moderna (hortifruticultura), especialmente o cultivo do mamão. A cultura do mamão expandiu-se de forma expressiva, colocando a região entre as principais produtoras do país. Posteriormente, o ataque de algumas doenças levou a diminuição das áreas dedicadas ao cultivo, reduzindo, assim, sua importância na economia regional (CEI, 1982; CAR, 1994).

A devastação desencadeada pela extração madeireira e pela expansão da pecuária, nos anos 1970, favoreceu o avanço das reflorestadoras. Além disso, a saturação das terras na Região do Centro-Sul, onde se concentraram tradicionalmente as atividades de reflorestamento e produção de celulose, e a conseqüente elevação dos preços das terras, implicou a busca de novas áreas, necessárias tanto para dar conta da capacidade instalada, quanto para a expansão do setor de papel e celulose no país.

Destaca-se também, nesta época, a modificação na legislação de incentivos fiscais ao reflorestamento no país - decreto lei n. 1.338/74, que beneficiava os contribuintes de todo o país, autorizando-os a deduzir até 50% do imposto de renda para aplicação no Norte e Nordeste, enquanto, para outras regiões, a permissão era de apenas 35% desse tributo. Esse fato estimulou a migração das empresas reflorestadoras para os estados do Nordeste[5] e, em particular, para a Bahia. Conforme documento do CEI (1983), beneficiando-se das modificações do Fundo de Investimento Setorial - FISET, a Bahia começou a inserir-se na área florestal, absorvendo, já em 1979, 10,3% da área aprovada para o reflorestamento no Brasil. Em 1982, o Estado da Bahia consolida-se como o segundo pólo florestal do país.[6]

As facilidades de transporte rodoviário, a existência de terras de baixo valor, os incentivos dos governos estadual e federal e as altas potencialidades naturais da região foram atraindo para lá diversos agentes econômicos, tais como madeireiros, pecuaristas, agricultores, empresas reflorestadoras e, por fim, as indústrias do setor de celulose e papel

Por outro lado, a dinâmica concorrencial do setor de papel e celulose é bastante influenciada pelos custos de produção, principalmente no que se refere ao item madeira e disponibilidade de terras para novos plantios. Daí a importância da verticalização, pois, produzindo sua própria madeira, a empresa pode se apropriar de ganhos de produtividade da área florestal. Podemos depreender, portanto, que esse setor se desloca espacialmente em função de condicionantes locacionais, que possibilitem a obtenção de uma estrutura de custos vantajosa e elevadas margens de lucros. Ou seja, conforme Storper (1994), estaríamos diante uma atividade com forte conteúdo territorial.

A conjunção de fatores, como a existência de áreas aptas ao reflorestamento, excelentes condições edafoclimáticas,[7] os incentivos fiscais, além do padrão concorrencial do segmento de papel e celulose, condicionaram-se mutuamente para que o Extremo Sul da Bahia se tornasse uma área privilegiada para a expansão e o desenvolvimento de atividade florestal e da agroindústria de celulose.

Assim, no contexto das estratégias de expansão empresarial, instalam-se na região vários empreendimentos do segmento florestal e de papel e celulo-

[5] Enquanto entre 1970 e 1980, a área plantada com florestas para fins industriais cresceu em 18,6% em todo o Nordeste, entre 1980 e 1985, essa expansão alcançou 176%, contra 18% verificados em todo o país. (GONÇALVES, 1999).

[6] Nesta época são criados 3 Distritos Florestais no estado: o Distrito Florestal Litoral Norte, o Distrito Florestal do Além do São Francisco e o Distrito Florestal do Extremo Sul.

[7] As condições edafoclimáticas da região (precipitação pluviométrica, insolação e solo) proporcionam uma alta produtividade das plantações de eucalipto, posicionando-a como a mais competitiva do mundo.

se, a exemplo da Bahia Sul Celulose, da Aracruz, da Veracel e da CAF Florestal. Esses empreendimentos totalizam, uma área de, aproximadamente, 300.000 ha de eucalipto, cultivados em terras próprias (em sua maioria) e em projetos de fomentos com produtores rurais.

Atualmente, embora as atividades tradicionais (pecuária, pesca e agricultura de subsistência) ocupem um peso importante na estrutura econômica regional, a exploração florestal constitui o vetor mais dinâmico da economia regional e o principal responsável pelas recentes transformações socioprodutivas.[8]

A atividade florestal e a reorganização do padrão agrário e agrícola

A implantação e o desenvolvimento dos empreendimentos florestais e agroindustriais (celulose/papel e produtos sólidos de madeira) têm gerado um grande impacto na organização socioeconômica regional, alterando as estruturas socioprodutivas e redefinindo o espaço e *status* dos grupos sociais ali presentes.

Concentramos nossa análise[9] sobre o espaço agrário, examinando as transformações operadas na estrutura de propriedade e uso da terra e associando-as à evolução populacional e da mão-de-obra ocupada na agricultura. Para tanto, utilizou-se de fontes secundárias, pesquisa bibliográfica e censos agropecuários do IBGE, e fontes primárias, coletadas a partir de entrevistas com alguns "atores" representativos da sociedade local.

Considerando o crescente avanço das áreas ocupadas com reflorestamento, associado à implantação de empreendimentos agroindustriais de celulose e papel, que transformações podemos observar na estrutura agrária e produtiva da região?

No que se refere à evolução da área ocupada pelos estabelecimentos, segundo estratos, os dados do IBGE, no período de 1970 a 1995/96 (Tabelas 1 e 2), revelam duas grandes tendências.

A primeira é que, ao longo de todo o período (à exceção do intervalo de 1980/85), a área ocupada

Tabela 1
Número e área de estabelecimento, segundo estratos
Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96

(Em hectares)

Grupos de Área		menos de 50 ha	50 -100 ha	100 - 500 ha	500 - 1000ha	1000 – 5000ha	5.000 - 10000ha	10.000ha e mais	s/ declaração	Total
1970	Estab.	6.746	3.443	1.242	274	141	8	2	-	13.856
	Área	155.753	226.911	583.916	173.995	243.189	54.808	86.975	-	1.525.547
1975	Estab.	5.979	2.756	3.033	305	179	11	3	-	12.266
	Área	134.175	180.636	570.435	199.202	303.239	80.915	38.645	-	1.507.247
1980	Estab.	7.103	2.012	2.327	272	215	10	4	77	12.020
	Área	122.008	135.586	464.118	182.855	385.933	66.879	54.668	-	1.412.047
1985	Estab.	7.982	1.986	2.400	385	257	13	7	1	13.030
	Área	140.367	132.674	494.643	257.204	464.306	85.974	100.814	-	1.675.982
1995/96	Estab.	4.232	881	1.239	209	143	9	4	-	6.717
	Área	66.595	61.518	268.839	143.366	241.464	55.103	88.410	-	925.296

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985 ,1995/96

Tabela 2
Índice de Gini
Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96

Anos	1970	1975	1980	1985	1995/96
Índice	0,575	0,603	0,696	0,717	0,744

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985,1995/96

[8] Além dessas atividades, o turismo constitui outro importante vetor de crescimento da economia regional, centrado na área litorânea, em especial nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

[9] A identificação e análise das transformações contidas neste item tomaram como delimitação da Região do Extremo Sul, a área correspondente aos seguintes municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Itabela, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália e Teixeira de Freitas. A opção por esta delimitação deve-se tanto à concentração de maciços florestais, quanto à localização dos principais empreendimentos agroindústrias, a exemplo da fábrica de celulose, instalada especificamente no município de Mucuri, da Aracruz Produtos de Madeira, em Nova Viçosa, e da Veracel, em Eunápolis.

pelos estabelecimentos agropecuários é declinante, evidenciando que a região já se encontrava com sua fronteira externa praticamente fechada desde os anos 1970. Convém ressaltar que a significativa redução da área ocupada, entre 1985/96, explica-se, em parte, pela criação de novos municípios, a partir de 1985 (não inclusos na nossa delimitação), reduzindo área original de alguns municípios e, conseqüentemente, da região. É o caso dos municípios de Prado e Itamaraju, que compõem a região, e cujas áreas foram reduzidas em função da criação dos municípios de Jucuruçu e Vereda, criados em 1988, mas que não fazem parte da delimitação da região adotada neste trabalho. Por outro lado, tal decréscimo também decorre da mudança do período referência do censo Agropecuário 1995/96, que passou a ser ano agrícola, em lugar de ano civil. Em conseqüência dessa mudança, muitos estabelecimentos de natureza precária e transitória (particularmente no caso de arrendatários e parceiros), não foram computados.

A segunda, indica a intensificação, o grau de concentração fundiária, refletido na elevação contínua e significativa do índice Gini, de 0,575 em 1970, para 0,744 em 1995/96.

Os indicadores de uso de terras, expressos na Tabela 3, nos aportam outros *insights* quanto às principais mudanças no padrão fundiário e produtivo da região. Um primeiro ponto a destacar é a redução significativa e contínua das áreas com matas e florestas naturais, reflexo do processo de devastação da Mata Atlântica (capitaneado inicialmente pela exploração madeireira e agropecuária, e, posteriormente, pelo reflorestamento, que se intensifica na região a partir dos anos 1980). Enquanto em 1970, a área ocupada com matas e florestas representava 30,12%, em 1995/96 essa participação cai a metade, 15,25%. O segundo ponto refere-se ao incremento contínuo da área com reflorestamento, cuja participação, na área ocupada, sai de apenas 0,11% para 6,8%, entre 1970 e 1995, atingindo, neste último ano, em alguns municípios, uma participação superior a 20%, a exemplo de Mucuri (27,5%) e Belmonte (22,3%). Já as pastagens, apesar de elevar sua participação de 42% para 59,53% e apresentar uma tendência crescente até 1985 (à exceção de 1975/80), assiste a uma redução absoluta da área ocupada, saindo de 861.662 ha, em 1985, para 550.867 ha, em 1995/96. Ou seja, as pastagens e, por conseguinte, a atividade pecuária, parecem ter perdido o dinamismo observado até meados dos anos 1980.

A comparação dos ritmos de variação da área, segundo os diferentes tipos de uso da terra, tomando os três períodos censitários, 1970/80, 1975/85 e 1985/95 (ver Tabela 4), nos fornece uma visão temporal das diferenciações e/ou "rupturas" operadas na dinâmica socioprodutiva regional. Ressaltamos que, apenas no período 1975/85, observa-se um aumento da área total ocupada: os demais se caracterizam pela redução absoluta da área.

Considerando o período 1970/80, os dados indi-

Tabela 3
Utilização das terras
Extremo Sul da Bahia, 1970-1995

(Área em hectares)

	Anos									
	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras permanentes	54.605	3,58	56.146	3,73	80.110	5,67	111.468	6,65	59.809	6,46
Lavouras Temporárias	47.465	3,11	66.053	4,38	60.285	4,27	76.078	4,54	35.339	3,82
Pastagens naturais	258.217	16,93	380.620	25,25	297.131	21,04	348.920	20,82	160.487	17,34
Pastagens plantadas	377.262	24,73	448.007	29,72	381.332	27,01	512.742	30,59	390.380	42,19
Matas e florestas naturais	459.470	30,12	347.999	23,09	300.866	21,31	321.833	19,20	141.078	15,25
Matas e florestas plantadas	1.679	0,11	8.542	0,57	30.748	2,18	53.275	3,18	62.704	6,78
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	185.790	12,18	118.123	7,84	172.700	12,23	181.212	10,81	43.950	4,75
Terras inaproveitáveis	141.059	9,25	81.757	5,42	88.875	6,29	70.454	4,20	31.549	3,41
Total	**1.525.547**	**100,00**	**1.507.247**	**100,00**	**1.412.047**	**100,00**	**1.675.982**	**100,00**	**925.296**	**100,00**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985,1995/96

cam que a área com lavouras e pastagens apresenta um incremento de 37,5% e 6,8%, respectivamente. Ressalta-se, entretanto, que apesar do maior dinamismo da lavoura, as pastagens mantêm a sua predominância na estrutura de uso da terra, abocanhando, em 1980, 48% da área total. Já com relação à silvicultura, apesar da sua pouca expressividade, a tendência é de crescimento, expressa pelo aumento da participação das matas e florestas plantadas, passando de, apenas 0,1%, em 1970, para 2,2%, em 1980. Tendo em vista a queda na área total ocupada, podemos inferir que grande parte do crescimento destas atividades (pecuária, agrícola, reflorestamento) se deu sobre as áreas de matas e florestas naturais que apresentam uma redução de 158.604 ha. Ou seja, como já assinalamos, a ocupação agrícola, nesse período, se dá, fundamentalmente, a partir do desmatamento da floresta nativa.

A análise do período de 1975/85, quando ocorre a expansão da área total ocupada, indica um grande dinamismo das lavouras, cuja área eleva-se em 53,5%. É também nesse período que estratos, de 0 a 50 ha, aumentam sua área ocupada. Esses dados sugerem uma associação entre crescimento da área de lavouras e da agricultura familiar e, desses, com a existência e possibilidades de ocupação das novas áreas de fronteira.

Já entre 1985/95, à exceção da área de matas e florestas artificiais, que apresenta um aumento de 9.429 ha, ou 17,7%, a área ocupada com demais usos, apresenta uma redução. Ou seja, a partir de meados da década 1980, a atividade silvícola assume mais plenamente a dinâmica da ocupação produtiva, substituindo o papel ocupado até então, pelas explorações agrícola e pecuária.

Em síntese, podemos inferir que a expansão dos maciços florestais se deu, fundamentalmente, sobre as áreas ocupadas com matas e florestas naturais, avançando, posteriormente, nas áreas ocupadas com pastagens e, em menor proporção, nas terras dedicadas ao cultivo. Sendo assim, poderíamos ser tentados a concluir que a atividade de reflorestamento teve reduzido impacto sobre a agricultura familiar, ocupadas primordialmente com lavouras. Entretanto, essa conclusão escamoteia um aspecto muito importante, qual seja: a implantação de eucalipto, ao ocupar áreas passíveis de serem utilizadas pela agricultura familiar, a exemplo das terras improdutivas, cobertas com matas e florestas naturais, e, mesmo, aquelas ocupadas com pastagens naturais, termina bloqueando as possibilidades de reprodução dos agricultores familiares.

A expansão da atividade florestal, associada à modernização da pecuária, com incremento de pastagens plantadas, ao eliminar as relações de meação, acaba por inviabilizar a reprodução de um amplo segmento de agricultores familiares

A redução do papel ocupado pela atividade pecuária, comparativamente à florestal, também atinge negativamente os pequenos agricultores familiares.

Tabela 4
Variação da Área Ocupada segundo usos
Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96

(Em hectares)

	Períodos					
	1970/80		1975/85		1985/95	
	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras	38.325	35,55	65.347	53,47	(92.398)	(49,30)
Pastagens	42.984	6,76	33.035	3,99	(310.795)	(36,10)
Matas e florestas naturais	(158.604)	(34,52)	-26.166	(7,52)	(180.755)	(56,16)
Matas e florestas plantadas	29.069	1.731,33	44.733	523,68	9.429	17,70
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	(13.090)	(7,05)	63.089	53,41	(137.262)	(75,75)
Terras inaproveitáveis	(52.184)	(36,99)	-11.303	(13,83)	(38.905)	(55,22)
Total	**(113.500)**	**(7,44)**	**168.735**	**11,19**	**(750.686)**	**(44,79)**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

A despeito do avanço da pecuária, na região, ter contribuído para a concentração fundiária, a forma tradicional de condução das propriedades/unidades pecuaristas, diferentemente da atividade florestal, ao abrigar/conviver com relações de meação/parceria, garantia, ainda que de forma precária, a manutenção à sobrevivência de grande parte do campesinato. Nesses termos, a expansão da atividade florestal, associada à modernização da pecuária, com incremento de pastagens plantadas, ao eliminar as relações de meação, acaba por inviabilizar a reprodução de um amplo segmento de agricultores familiares.

A evolução da condição de posse de terras atesta essa tendência: de acordo com a Tabela 5, os parceiros, ocupantes e arrendatários apresentam uma queda no número de estabelecimentos e da área ocupada. De fato, essas categorias, que participavam, em conjunto, com 9,2% no número de estabelecimentos e 4,5% em área ocupada, em 1970, passam, em 1995/96, para 5,4% e 2,6% respectivamente.

No período de 1970/80, quando a pecuária constituía um importante vetor da ocupação regional, as categorias de arrendatário e parceiro aumentaram suas áreas, denotando que, apesar de haver um processo concentracionista, a agricultura familiar ainda encontrava espaço de expansão/reprodução. Já no período 1985/95, quando a dinâmica regional passa a ser motorizada pela atividade florestal, há uma queda acentuada da área total ocupada pelos parceiros e ocupantes, acompanhada pela redução 'área média' desses estabelecimentos (Tabela 6). É também nesse período que ocorre um declínio mais significativo dos estratos abaixo de 100 ha.

Entre 1975/85, quando ocorre um aumento da área total ocupada, todas as categorias (à exceção dos ocupantes) conseguem ampliar o seu espaço, em particular os arrendatários. Esse dado corrobora com a afirmativa anterior de que, em face da existência de fronteira externa, a pressão sobre a pequena propriedade é reduzida, ampliando assim as possibilidades de sua reprodução.

Os relatos a seguir, extraídos do trabalho de Miranda (1992), ao tempo em que ilustram a importância das figuras do "aposseante" e "agregado", revelam a desagregação dessa forma de organização social:

Tabela 5
Distribuição percentual dos estabelecimentos e área segundo condição do produtor
Extremo Sul, 1970-1995/96 (%)

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
Municípios	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1970	90,8	95,5	0,2	0,1	2,1	0,8	6,9	3,6	100,0	100,0
1975	97,3	97,5	0,1	0,0	0,1	0,2	2,5	2,3	100,0	100,0
1980	93,0	97,0	0,7	0,5	1,1	1,0	5,2	1,5	100,0	100,0
1985	89,5	97,1	1,1	0,4	0,4	0,7	9,0	1,8	100,0	100,0
1995	94,6	97,4	0,8	1,1	0,3	0,2	4,3	1,3	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985 ,1995/96

Tabela 6
Variação no número de estabelecimentos e área, segundo condição do produtor
Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96 (%)

	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
Períodos	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1980/70	(11,2)	(5,9)	203,4	287,8	(55,6)	7,7	(34,2)	(62,2)	(13,3)	(7,4)
1985/75	(2,2)	10,8	1.612,5	2.587,3	225,0	317,6	277,4	(13,5)	6,2	11,2
1995/85	(45,6)	(44,6)	(58,4)	77,9	(55,8)	(87,2)	(75,6)	(60,8)	(48,5)	(44,8)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985 ,1995/96

"Naquele tempo[10]..., nós chegava na beira do córrego e abria um traçadozinho, labrava: aqui tem dono. Ali era respeitado". Naquele tempo também o pessoal não ligava muito para terra, a terra era tão fácil, quase um negócio sem interesse. Quase todo mundo tinha terra, então arrumava um cara para trabalhar, produzir e não cobrava nada. Morar, ficar a vontade. (...) (MIRANDA,1992, p.23).

".... Já tendo a estrada na região, começa a ficar mais fácil para ter pecuária... Agora, vou assegurar minha fazenda porque, agora, estou com mais facilidade de permanecer aqui e manter a minha fazenda. Não tinha mais interesse em ter gente ali". (MIRANDA, 1992, p.32).

"Tinha fatura demais... agora a maioria está capinando eucalipto". (MIRANDA,1992, p. 75).

Dadas as alterações nas relações de posse e uso da terra, que modificações podemos identificar na evolução e estrutura de ocupação de mão-de-obra rural na região? O primeiro indicativo, considerando os dados referentes à estrutura do pessoal ocupado na agropecuária, revela duas grandes tendências. A primeira aponta a queda na participação da categoria responsável e membro não-remunerado da família, no conjunto ocupação da mão-de-obra agrícola regional, que sai de 82%, em 1970, para cerca de 57%, em 1995/96. Em contrapartida, os empregados (permanente e temporário) aumentam sua participação, saindo de 15,8%, para 35%. Esses indicadores assinalam duas faces de um mesmo processo: o declínio e desagregação de formas de produção camponesa, associado ao crescimento das relações de assalariamento.

Outro dado importante é a expressiva queda de 65%, no número de pessoas ocupadas, entre 1985 e 1995/96, quando se intensificam as atividades vinculadas ao complexo florestal na região. A fala de um morador do município de Caravelas, comparando os recentes empreendimentos na área de florestal e a produção de celulose, com a época de expansão da hortifruticultura (em especial mamão), revela, em parte, essa mudanças:

"A maioria, todo mundo, trabalhava com os japoneses e, quando era no final da colheita, trazia duas caixas de melancia, melão...Hoje, infelizmente, a maioria do pessoal, está saindo para fora. Somente as mulheres ficam aqui, porque a mão-de-obra exigida [pela Bahia Sul Celulose] é de homens. E, aí, o pessoal da área agrícola trabalhava ...com os japoneses, ganhava a metade do salário, mas, em compensação, tinha mais serviço, empregava mais gente, emprega criança, menino pequeno..." (MIRANDA, 1992, p. 78).

Nestes termos podemos inferir que o processo de modernização das relações de produção e de trabalho, expresso pelo incremento da participação da categoria "empregado", em especial "empregado permanente", não se faz acompanhar por incremento de oportunidades de trabalho no segmento agropecuário, em particular na silvicultura.

Comparando o período anterior à expansão do eucalipto, um morador da região salienta:

"*Nas fazendas, os jovens, mulheres, mãe, irmãos, colhiam mamão e, [em] outras lavouras, trabalhavam como bóias- fri-*

Tabela 7
Pessoal Ocupado segundo categorias
Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96

	Anos									
	1970		1975		1980		1985		1995	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Responsável e membro não remunerado da Fam	57.159	82,15	52.839	68,07	43.242	59,10	44.137	48,24	18.335	56,81
Empregados Permanentes	3.875	5,57	11.883	15,31	15.123	20,67	20.249	22,13	8.914	27,62
Empregados Temporários	7.105	10,21	8.072	10,40	12.193	16,66	23.111	25,26	2.398	7,43
Parceiros	440	0,63	551	0,71	574	0,78	1.026	1,12	276	0,86
Outra Condição	997	1,43	4.275	5,51	2.040	2,79	2.981	3,26	2.351	7,28
Totais	**69.576**	**100**	**77.620**	**100**	**73.172**	**100**	**91.504**	**100**	**32.274**	**100**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980, 1985,1995/96

[10] A menção a "naquele tempo" se refere ao período que se estende do final do séc. XIX a meados do século XX, quando as terras eram "livres" e abundantes.

as. Apesar das condições precárias de trabalho, tinha ocupação no campo. Não sei o que era pior, mas esses jovens tinham ocupação no campo. Na medida que avança o eucalipto, deixa de ter as lavouras que empregam bóias-frias, porque é lógico que, antes o bóia-fria, do que nada; mas esse emprego (de bóia-fria), não consegue gerar desenvolvimento, só gera subsistência". (Relato de um morador local – entrevista realizada pela autora, em nov/2002).

Em sendo assim, fica uma questão: para onde a população, que não encontra espaço de trabalho e/ou subsistência nas atividades agrícolas, está se dirigindo?

A evolução da população residente segundo domicílio pode nos apontar alguns caminhos com relação a essa questão. Os dados demonstram um significativo crescimento populacional acompanhado por uma elevação brutal dos índices de urbanização regional e pelo esvaziamento do campo. Enquanto, em 1970, a população urbana representava apenas 17% do total da população, em 1991 passa para 71%, atingindo 77% em 2000. Entre 1970 e 2000, a despeito do aumento populacional de 104%, a população rural experimentou uma queda de cerca 44%.

Tabela 8
População residente segundo domicílio
Extremo Sul da Bahia, 1970-2000

	População (hab)				
Anos	Urbana	%	Rural	%	Total
1970	47.366	17,6	221.320	82,4	268.686
1980	77.828	23,1	259.631	76,9	337.459
1991	271.394	66,9	134.101	33,1	405.495
1996	342.263	70,8	140.990	29,2	483.253
2000	423.943	77,3	124.833	22,7	548.776

Fonte:IBGE/Censos Demográficos/Contagem Populacional

O esvaziamento do campo sugere que um percentual significativo da população rural tem se dirigido para áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho. Infelizmente não dispomos de dados sistematizados quanto à evolução da estrutura ocupacional segundo os setores. Entretanto, alguns estudos, informações e observações recolhidas na região, apontam para a elevação dos índices de favelização e violência nos principais centros urbanos, denotando, assim, a precarização das condições de trabalho e de vida de grande parte da população urbana. De qualquer forma, este aspecto requer uma maior investigação.

Se, de um lado, podemos observar uma ruptura das estruturas socioprodutivas tradicionais, impondo limites cada vez maiores à reprodução dos agricultores familiares, de outro, fica o reconhecimento do que há de novo quanto aos processos técnicos e as relações sociais e políticas no cenário regional.

O significativo processo de urbanização, a ampliação do mercado de trabalho assalariado e a sua maior complexificação constituem uma das faces mais visíveis da nova configuração regional. Há, também, indicativos de emergência de movimentos e práticas sociais inovadoras e voltadas para com a geração de novas oportunidades de renda, como revela relato abaixo:

"Em relação ao passado, a sociedade era mais apática. Há pontos importantes do eucalipto. O eucalipto está pressionando o povo a se mexer, a inquietação já é uma grande vantagem. Se as pessoas não se modernizarem o eucalipto vai ocupar o espaço. Em vez de ficar lamentando o avanço do eucalipto, acreditamos que também se pode ganhar dinheiro com ele... Tenho dito que tem de aprender a tirar leite do eucalipto. Tem que fazer alguma coisa de concreto. Estamos trabalhando para o aproveitamento de oportunidades de atividades potenciais a partir do eucalipto, como a apicultura, a movelaria, o carvão e a essência de eucalipto". (Relato de um morador local – entrevista realizada pela autora em nov/2002).

INSERÇÃO COMPETITIVA E DESENVOLVIMENTO: reflexões e desafios

Conforme exposto, podemos concluir que os atributos territoriais (excelentes condições climáticas, disponibilidade de terras) apropriados e mobilizados pelas grandes empresas foram fundamentais para a expansão do complexo florestal na região, inserido-a competitivamente no circuito econômico nacional e internacional. Entretanto, sob a perspectiva do desenvolvimento regional, os indicativos examinados no item anterior, sugerem que o segmento florestal e a agroindústria de celulose têm provocado, fundamentalmente, uma reorganização da estrutura social e econômica local. Seu papel, enquanto indutor de um processo sustentado de desenvolvimento regional, não tem se mostrado tão relevante para as comunidades locais, particularmente no que se refere às expectativas criadas em torno da geração de empregos.

De fato, a grande maioria dos estudos aponta tanto para o baixo grau de encadeamento do setor

de papel e celulose, quanto para sua limitada capacidade de geração de empregos. Entretanto, a ausência desses impulsos não significa que os efeitos dos empreendimentos sejam nulos em todos os níveis. A instalação de tais empreendimentos em regiões pobres acaba por representar uma elevação do nível médio de renda da população local, já que surge um volume razoável de empregos formais, modificando as relações vigentes.

Por outro lado, sob o ponto de vista do crescimento e da inserção da economia regional e estadual aos fluxos econômicos e do comércio nacional e internacional, os efeitos mostram-se quase sempre positivos. De fato, a agroindústria de celulose e papel, no Extremo Sul, trouxe muitos benefícios para a economia baiana em função da arrecadação de ICMS, da balança comercial do estado e dos indicadores de produção do setor. Conforme Viera e Souza (2002), entre 1993 e 1999, o segmento de papel e celulose aparece como o mais dinâmico da pauta de exportação do estado, elevando suas vendas externas de US$ 50 milhões para US$ 240 milhões, consolidando-se como terceiro segmento exportador e o quarto da indústria de transformação do estado.

A grande maioria dos estudos aponta tanto para o baixo grau de encadeamento do setor de papel e celulose, quanto para sua limitada capacidade de geração de empregos. Entretanto, a ausência desses impulsos não significa que os efeitos dos empreendimentos sejam nulos em todos os níveis

Nessa direção, Vainer, a partir de estudos realizados sobre os GPIs,[11] salienta que:

> *"Embora seja impossível não reconhecer que a implantação de grandes complexos industriais ou hidrelétricos, envolve a introdução de tecnologias e relações de trabalho modernas, em locais onde dominavam, muitas vezes, práticas sociais e produtivas atrasadas, tem sido constatado que essa modernidade fica circunscrita aos espaços internos do projeto. Em outras palavras: o pólo não realiza seu suposto - ou esperado - potencial indutor do desenvolvimento no espaço socioeconômico imediato".* (VAINER, 1990, p. 182).

> *"Se os GPIs não colocam em movimento efeitos positivamente indutores, estão longe de serem neutros, do ponto de vista regional: pelo contrário, sua irrupção provoca extraordinárias modificações nas estruturas e dinâmicas socioprodutivas e demográficas do espaço regional*". (VAINER, 1990, p. 184).

Nesse sentido, as possibilidades, no que se refere a uma adequada inserção regional, implicariam a busca de um certo equilíbrio ou, mais realisticamente falando, uma melhor distribuição entre as necessidades geradas nas esferas local/regional e setorial/nacional, incluindo aí a empresarial. Isso significa o estabelecimento de formas de negociação - institucionalizadas ou não - entre os interesses ligados à sociedade local e às esferas pública e privada/empresarial. Como salienta Abramovay (1999, p. 2),

> *"Mais que vantagens competitivas, dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais, é o fenômeno da proximidade social, que permite uma forma de coordenação entre atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, convertê-lo em base para empreendimentos inovadores".*

A implantação do segmento de movelaria, utilizando os maciços florestais de eucalipto, constitui um importante vetor de fortalecimento da cadeia florestal, com rebatimentos significativos na geração de emprego e renda. Entretanto, como assinalado acima, essa alternativa depende da capacidade de mobilização da sociedade local e das articulações entre os atores envolvidos no processo.

[11] Conforme Laurelli (1987), citado por Vainer (1990, p. 179/180), os Grandes Projetos de Investimento (GPI) formam uma expressão não muito precisa, que abrange grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, grandes represas e obras de infra-estrutura, complexos portuários e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas etc.

REFERÊNCIAS

ABDELMALKI, L.; COURLET. Les nouvelles logiques du développement. Globalisation vesus localisation. (Introduction Génerale). Paris: L'Harmattan, 1996.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 4º. Porto Alegre: UFRS, 1999. (Mimeografado).

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: *CASSIOLATO*, J. E.; *LASTRES*, H. (Ed.) Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

AZZONI, Carlos Roberto. *Tendências recentes da concentração regional no Brasil*: a reversão da "reversão da polarização". São Paulo: USP, 1998. Mimeografado.

BACELAR, T. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e di-

nâmica regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, mar. 2000.

BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. (Org). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÖMICO E SOCIAL. *Papel e celulose de mercado*: diagnóstico da competitividade brasileira. São Paulo, 1994.

CARNEIRO, A. F. *Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo-Sul*: principais vetores de crescimento. Salvador: CPE, 1994.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Perfis Regionais*: Extremo-Sul. Salvador: CEI, 1982.

_____. *Reflorestamento na Bahia*: avaliação e perspectivas. Salvador: CEI, 1983.

CEPEMAR. *Relatório de impactos ambientais - Bahia Sul*. Salvador: CEPEMAR/JPE, 1988. Mimeografado.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Política de desenvolvimento para o Extremo-Sul da Bahia*. Salvador: CAR, 1994. (Série cadernos da CAR, 3).

COUTINHO, L.; FERRRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas SP: Papirus, 1994.

DINIZ, Clélio Campolina, *A nova geografia econômica do Brasil*: condicionantes e implicações. Maio 2000. Mimeografado.

DOSI, G.; TEECE, D. J.; WINTER, S. Toward a theory of corporate coherence preliminary remarks. In: DOSI, G.; GIANETTI, R. TOMINELLE, A. (Ed.). *Technology and enterprise in a historical perspective*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

EVANS, P. Introduction: development across the public-private divide. *World Development*, v. 24, n. 6, 1996a.

_____. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the evidence on Synergy. *World Development*, v. 24, n. 6, 1996b.

GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELOS, Ronald R. *Elementos para repensar o planejamento regional*. Brasília/DF: IPEA, jan.1995. (Mimeografado).

GONÇALVES, M. T. *Tons do verde no Brasil*: subordinação da política florestal à lógica da plantation. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA,1999. Mimeografado.

GUIMARÃES NETO, L Desigualdades regionais e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: IPEA, n. 15, jun. 1995.

IBGE. *Censos Agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE 1970, 1975, 1980, 1985, 1996.

IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970,1980, 1991, 2000.

KOOPMANS, José. *Além do eucalipto*: o papel do Extremo-Sul. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

LOIOLA, E. *Agroindústria, competitividade e desenvolvimento regional*. 1998. Tese (Doutorado) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. Mimeografado.

MIRANDA. Moema M. Marques de. *O Extremo-Sul da Bahia e a avassaladora chegada da modernidade,* FASE/IBASE. Rio de Janeiro, 1992. (Relatório de Pesquisa).

PACHECO, C. A. *Novos padrões de localização industrial?* Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, 1999. (TD. n. 633).

PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

RODRIGUES, Denise Andrade. *A distribuição setorial e estadual dos novos investimentos*: 1996/1998. S.l., 1999. Mimeografado.

SCHINEIDER, Sérgio. Desenvolvimento rural regional e articulações extra-regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA, Fortaleza, nov. 2003.

STORPER, M. Territorialização numa economia global. Possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In**:** LAVINAS, L.; CARLEAL, L. M; NABUCO, M. R. (Org.). *Integração, região e regionalismo*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1994.

STORPER, M. *The regional world*: territory in a global economy. New York: Guiford Press, 1997.

SUPERITENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes*: Extremo-Sul da Bahia. Salvador: SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas, 40).

UDERMAN, Simone; MENEZES, Vladson. O novo ciclo de industrialização na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *A industria baiana nos anos 90*. Salvador: SEI, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: *MAGULIS*, S. (Org). *Meio Ambiente*: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27º, dez. 1999, *Anais* v. 2.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta L. Comércio exterior baiano: uma análise das empresas exportadoras 1992-1998, In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002.

ÍNDICE GERAL*

v.13, n.1-4 e n.especial, jun.2003/mar.2004

ASSUNTO

ABERTURA ECONÔMICA – BRASIL
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003

ACORDO COMERCIAL
v.13, n.3, p.791-800, dez.2003

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL
v.13, n.2, p.275-81, set.2003

AGRICULTURA – MÃO - DE - OBRA – BAHIA
v.13, n.4, p.969-90, mar.2004

AGRICULTURA FAMILIAR – BAHIA
v.13, n.4, p.921-30, mar.2004
v.13, n.4, p.933-50, mar.2004
v.13, n.4, p.951-67, mar.2004
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

AGROINDÚSTRIA – BAHIA
v.13, n.4, p.889-905, mar.2004
v.13, n.4, p.907-19, mar.2004

AGRONEGÓCIO – BAHIA
v.13, n.4, p.835-49, mar.2004
v.13, n.4, p.851-67, mar.2004
v.13, n.4, p.969-90, mar.2004

AGROPECUÁRIA – BAHIA
v.13, n.4, p.835-49, mar.2004
v.13, n.4, p.851-67, mar.2004

ÁGUA
v.13, n.especial, p.341-45, 2003
v.13, n.especial, p.347-55, 2003
v.13, n.especial, p.371-82, 2003
v.13, n.especial, p.391-402, 2003
v.13, n.especial, p.403-9, 2003
v.13, n.especial, p.411-37, 2003
v.13, n.especial, p.481-96, 2003
v.13, n.especial, p.533-41, 2003

ÁGUA – ADMINISTRAÇÃO
v.13, n.especial, p.357-70, 2003
v.13, n.especial, p.441-51, 2003

ÁGUA – CUSTOS
v.13, n.especial, p.441-51, 2003
v.13, n.especial, p.467-80, 2003
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

ÁGUA – INDÚSTRIA
v.13, n.especial, p.557-66, 2003

ÁGUA SUBTERRÂNEA-BAHIA
v.13, n.especial, p.391-402, 2003

ALCA ver ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

APA ver ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

APOSENTADORIA
v.13, n.3, p.751-55, dez.2003

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
v.13, n.3, p.791-800, dez.2003

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – BAHIA
v.13, n.3, p.641-52, dez.2003

ARTESANATO – PORTO SAUÍPE – BAHIA
v.13, n.3, p.615-22, dez.2003

ASSENTAMENTO RURAL – BAHIA
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

ASSOCIATIVISMO ver COOPERATIVISMO

AVICULTURA – RECÔNCAVO SUL – BAHIA
v.13, n.4, p.889-905, mar.2004

BACIA DO RIO GRANDE – BAHIA
v.13, n.especial, p.403-9, 2003

BACIA DO RIO JIQUIRIÇÁ – BAHIA
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

BACIA HIDROGRÁFICA
v.13, n.especial, p.453-66, 2003
v.13, n.especial, p.497-513, 2003
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

BAÍA DE TODOS OS SANTOS
v.13, n.2, p.203-19, set.2003

BARRAGEM
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

BIODIVERSIDADE ver RECURSOS BIOLÓGICOS

BLOCO ECONÔMICO
v.13, n.1, p.73-83, jun.2003

CACAU – BAHIA
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

CACAUICULTURA
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

CAPITAL – ZONA RURAL – BRASIL
v.13, n.4, p.819-31, mar.2004

CAPITALISMO – AMÉRICA LATINA
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

CAPITALIZAÇÃO
v.13, n.3, p.751-55, dez.2003

CAPRINOCULTURA – REGIÃO SEMI-ÁRIDA – BAHIA
v.13, n.4, p.921-30, mar.2004

CENTRO INDUSTRIAL
v.13, n.2, 305-15, set.2003

CINEMA – BRASIL
v.13, n.1, p.127-32, jun.2003

COMÉRCIO EXTERIOR
v.13, n.1, p.73-83, jun.2003
v.13, n.3, p.591-99, dez.2003
v.13, n.3, p.693-99, dez.2003

CONSTRUÇÃO CIVIL
v.13, n.2, p.275-81, set.2003

COOPERATIVISMO – BAHIA
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

CRÉDITO RURAL – BAHIA
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

CRISE ECONÔMICA – AMÉRICA LATINA
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – BAHIA
v.13, n.2, p.187-201, set.2003
v.13, n.2, p.221-23, set.2003
v.13, n.2, p.317-31, set.2003
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – BRASIL
v.13, n.3, p.757-68, dez.2003
v.13, n.3, p.769-76, dez.2003

DESENVOLVIMENTO LOCAL – BAHIA
v.13, n.3, p.635-40, dez.2003

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
v.13, n.2, p.187-201, set.2003
v.13, n.2, p.305-15, set.2003
v.13, n.4, p.1005-18, mar.2004

DESENVOLVIMENTO RURAL – BAHIA
v.13, n.4, p.951-67, mar.2004

*Trabalho realizado por Marília Torres, bibliotecária da SEI

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
v.13, n.especial, p.371-82, 2003
v.13, n.especial, p.403-9, 2003

DISPARIDADE REGIONAL
v.13, n.2, p.317-31, set.2003
v.13, n.3, p.635-40, dez.2003

DISPARIDADE SOCIAL – AMÉRICA LATINA
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

ECONOMIA – BRASIL
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003

ECONOMIA INTERNACIONAL
v.13, n.3, p.693-99, dez.2003

ECONOMIA REGIONAL
v.13, n.2, p.285-303, set.2003
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

ECONOMIA RURAL – BRASIL
v.13, n.4, p.819-31, mar.2004

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – BAHIA
v.13, n.especial, p.533-41, 2003
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

EMPRESAS ESTRANGEIRAS – AMÉRICA LATINA
v.13, n.1, p.45-57, jun.2003

ENERGIA ELÉTRICA
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003
v.13, n.especial, p.403-9, 2003
v.13, n.especial, p.467-80, 2003

ESGOTO
v.13, n.especial, p.411-37, 2003

EXPORTAÇÃO – BAHIA – 1998/2001
v.13, n.3, p.601-14, dez.2003

EXTREMO SUL – ZONA RURAL – BAHIA
v.13, n.4, p.1005-18, mar.2004

FEDERALISMO FISCAL
v.13, n.3, p.801-12, dez.2003

FERROVIAS
v.13, n.2, p.161-67, set.2003
v.13, n.2, p.179-86, set.2003
v.13, n.2, p.203-19, set.2003

FLORESTA – BAHIA
v.13, n.4, p.1005-18, mar.2004

FORD – BAHIA
v.13, n.2, p.253-65, set.2003

FRANGO DE CORTE ver AVICULTURA

GEOFÍSICA
v.13, n.especial, p.391-402, 2003

GEOMORFOLOGIA
v.13, n.especial, p.385-89, 2003

GLOBALIZAÇÃO
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003
v.13, n.1, p.23,29, jun.2003
v.13, n.1, p.31-41, jun.2003
v.13, n.2, p.239-46, set.2003
v.13, n.2, p.305-15, set.2003

HIDROVIAS ver RIOS

HISTÓRIA AGRÁRIA
v.13, n.1, p.87-97, jun.2003

IMPOSTOS – MUNICÍPIOS
v.13, n.3, p.801-12, dez.2003

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA – BAHIA
v.13, n.2, p.239-46, set.2003
v.13, n.2, p.253-65, set.2003

INDÚSTRIA DA MADEIRA
v.13, n.2, p.247-51, set.2003

INSTITUIÇÕES
v.13, n.1, p.99-105, jun.2003

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA – AMÉRICA LATINA
v.13, n.3, p.791-800, dez.2003

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA – BAHIA/ PORTUGAL
v.13, n.1, p.73-83, jun.2003

INTEGRAÇÃO REGIONAL – BAHIA/ MERCOSUL
v.13, n.3, p.601-14, dez.2003

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO
v.13, n.1, p.31-41, jun.2003
v.13, n.1, p.45-57, jun.2003
v.13, n.1, 59-71, jun.2003

IRRIGAÇÃO
v.13, n.especial, p.371-82, 2003
v.13, n.especial, p.467-80, 2003

LATICÍNIOS – BAHIA
v.13, n.4, p.907-19, mar.2004

LEITE – BAHIA
v.13, n.4, p.907-19, mar.2004

LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL
v.13, n.2, p.285-303, set.2003

LOGÍSTICA
v.13, n.2, p.179-86, set.2003
v.13, n.2, p.187-201, set.2003
v.13, n.2, p.239-46, set.2003
v.13, n.2, p.247-51, set.2003
v.13, n.2, p.267-74, set.2003
v.13, n.2, p.275-81, set.2003

MADEIRA – TRANSPORTE
v.13,n.2, p.247-51, set.2003

MÃO - DE - OBRA – AGRICULTURA – BAHIA
v.13, n.4, p.969-90, mar.2004

MERCOSUL
v.13, n.3, p.601-14, dez.2003

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA – BAHIA
v.13, n.4, p.851-67, mar.2004

PELT ver PROGRAMA ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE

PETROQUÍMICA
v.13, n.3, p.665-75, dez.2003

PGRH ver PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

POLÍTICA AMBIENTAL
v.13, n.especial, p.347-55, 2003
v.13, n.especial, p.453-66, 2003
v.13, n.especial, p.467-80, 2003

POLÍTICA ECONÔMICA
v.13, n.3, p.717-38, dez.2003
v.13, n.3, p.757-68, dez.2003

POLÍTICA INTERNACIONAL
v.13, n.1, p.99-105, jun.2003

PÓLO DE DESENVOLVIMENTO – BAHIA
v.13, n.2, p.187-201, set.2003
v.13, n.2, p.239-46, set.2003

POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA – BAHIA
v.13, n.especial, p.533-41, 2003

PORTOS
v.13, n.2, p.161-67, set.2003
v.13, n.2, p.187-201, set.2003
v.13, n.2, p.203-19, set.2003
v.13, n.2, p.225-38, set.2003

POSSE E USO DA TERRA
v.13, n.1, p.87-97, jun.2003

PREVIDÊNCIA SOCIAL
v.13, n.3, p.717-38, dez.2003
v.13, n.3, p.739-49, dez. 2003
v.13, n.3, p.751-55, dez.2003

PRIVATIZAÇÃO
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003
v.13, n.1, p.31-41, jun.2003
v.13, n.1, p.59-71, jun.2003

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
v.13, n.2, p.179-86, set.2003
v.13, n.especial, p.371-82, 2003
v.13, n.4, p.851-67, mar.2004

PRODUÇÃO EM CADEIA
v.13, n.3, p.665-75, dez.2003

PROGRAMA CÉDULA DA TERRA – BAHIA
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

PROGRAMA ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE – BAHIA
v.13, n.2, p.221-23, set.2003
v.13, n.2, p.225-38, set.2003

PROJETO BRASKEM/ÁGUA – BAHIA
v.13, n.especial, p.557-66, 2003

PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – BAHIA
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

RECURSOS BIOLÓGICOS
v.13, n.3, p.641-52, dez.2003

REFORMA ADMINISTRATIVA
v.13, n.3, p.757-68, dez.2003

REFORMA AGRÁRIA - BAHIA
v.13, n.4, p.933-50, mar.2004
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

RELAÇÕES CULTURAIS
v.13, n.1, p.107-118, jun.2003
v.13, n.1, p.121-26, jun.2003
v.13, n.1, p.133-37, jun.2003

RELAÇÕES ECONÔMICAS
v.13, n.1, p.23-9, jun.2003
v.13, n.1, p.31-41, jun.2003
v.13, n.1, p.45-57, jun.2003

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
v.13, n.1, p.99-105, jun.2003
v.13, n.1, p.107-18, jun.2003
v.13, n.1, p.121-26, jun.2003
v.13, n.1, p.127-32, jun.2003
v.13, n.1, p.133-37, jun.2003

RENDA – MUNICÍPIOS – BAHIA
v.13, n.2, p.317-31, set.2003

RENDA – SETOR INFORMAL – SALVADOR - BAHIA
v.13, n.3, p.653-64, dez.2003

RIOS – TRANSPORTE
v.13, n.2, p.169-75, set.2003

SANEAMENTO
v.13, n.especial, p.341-45, 2003
v.13, n.especial, p.533-41, 2003
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

SETOR SERVIÇOS
v.13, n.3, p.701-13, dez.2003

SIMULAÇÃO
v.13, n.2, p.267-74, set.2003

TECNOLOGIA LIMPA
v.13, n.especial, p.557-66, 2003

TELECOMUNICAÇÃO
v.13, n.3, p.777-89, dez.2003

TERRITÓRIO – BAHIA
v.13, n.4, p.933-50, mar.2004

TOMADA DE DECISÃO
v.13, n.2, p.267-74, set.2003

TRANSPORTE
v.13, n.2, p.221-23, set.2003
v.13, n.2, p.225-38, set.2003
v.13, n.2, p.285-303, set.2003

TRANSPORTE – FERROVIAS
v.13, n.2, p.203-19, set.2003

TRANSPORTE – RIOS
v.13, n.2, p.169-75, set.2003

TRANSPORTE DE CARGA ver TRANSPORTE DE MERCADORIAS

TRANSPORTE DE MERCADORIAS
v.13, n.2, p.153-60, set.2003
v.13, n.2, p.179-86, set.2003
v.13, n.2, p.247-51, set.2003

TURISMO – PORTO SAUÍPE – BAHIA
v.13, n.3, p.615-22, dez.2003

AUTOR

ABREU, Hélio
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

ALMEIDA, Giovana S.
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

ANDRADE, Tadeu Mussi de
v.13, n.2, p.247-51, set.2003

ÂNGELO, José Geraldo Magela
v.13, n.3, p.641-52, dez.2003

AQUINO, Edson Tomaz
v.13, n.1, p.133-37, jun.2003

ARAÚJO, Rogério Dias de
v.13, n.3, p.757-68, dez.2003

AZEVEDO, Luiz Gabriel T.
v.13, n.especial, p.481-96, 2003

AZEVEDO NETO, Vasco
v.13, n.2, p.161-67, set.2003
v.13, n.2, p.169-75, set.2003

BAIARDI, Amílcar
v.13, n.4, p.951-67, mar.2004

BALANCO, Paulo
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

BALTAR, Alexandre M.
v.13, n.especial, p.481-96, 2003

BARRETO, Eduardo F,
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

BARRETO, Ranieri Muricy
v.13, n.3, p.665-75, dez.2003

BISPO FILHO, Leormínio M.
v.13, n.3, p.653-64, dez.2003

BRITTO, Elissandra Alves de
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003
v.13, n.3, p.701-13, dez.2003

BURGOS, Helena dos Anjos
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

CANTO, Ana Maria Mascarenhas Eloy
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

CARRERA - FERNANDEZ, José
v.13, n.especial, p.467-80, 2003
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

CARVALHO, Leonardo Sanches de
v.13, n.2, p.267-74, set.2003

CASTRO, Maria Eneida Ribeiro de
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

CAVALCANTE, Luiz Ricardo
v.13, n.2, p.317-31, set.2003

CERQUEIRA, Neli B.
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

CHRISTOFIDIS, Demetrios
v.13, n.especial, p.371-82, 2003

CORDEIRO NETTO, Oscar de M.
v.13, n.especial, p.357-70, 2003

COSTA, Geraldo Sampaio
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

COUTO, Vitor de Athayde
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

COUTO FILHO, Vitor de Athayde
v.13, n.4, p.835-49, mar.2004
v.13, n.4, p.969-90, mar.2004

CUNHA, Eneida Leal
v.13, n.1, p.121-26, jun.2003

DAMASCENO, Aderbal Oliveira
v.13, n.3, p.757-68, dez.2003

DAMÁSIO, João
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

DOUROJEANNI, Axel
v.13, n.especial, p.347-55, 2003

DUFUMIER, Marc
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

FARIA, Sérgio Fraga Santos
v.13, n.2, p.153-60, set.2003

FERREIRA, Alexandre Santana de Miranda
v.13, n.3, p.635-40, dez.2003

FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura
v.13, n.3, p.777-89, dez.2003

FERREIRA NETO, Alberto de Magalhães
v.13, n.especial, p.533-41, 2003

FIGUEIREDO, Maria das Graças
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

FILGUEIRAS, Luiz
v.13, n.3, p.717-38, dez.2003

FONSECA, Manoel Justiniano Melo da
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003

FONTANA, Daniela
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

FREITAS, Rosana Leal Simões de
v.13, n.2, p.275-81, set.2003

GARRIDO, Raymundo José S.
v.13, n.especial, p.467-80, 2003
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

GAVIÃO, Afrânio Benjoíno
v.13, n.especial, p.403-09, 2003

GENTIL, Luiz Mário
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

GOMES, Regina
v.13, n.1, p.127-32, jun.2003

GUEDES, Cezar
v.13, n.1, p.45-57, jun.2003

GUERRA, Antonio José Teixeira
v.13, n.especial, p.385-89, 2003

HESPANHOL, Ivanildo
v.13, n.especial, p.357-70, 2003
v.13, n.especial, p.411-37, 2003

HORI, Jorge
v.13, n.2, p.239-46, set.2003

IZERROUGENE, Bouzid
v.13, n.3, p.693-99, dez.2003
v.13, n.3, p.751-55, dez.2003

JOURAVLEV, Andrei
v.13, n.especial, p.347-55, 2003

KALID, Ricardo de Araújo
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

KIPERSTOK, Asher
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

LANNA, Antonio Eduardo
v.13, n.especial, p.441-51, 2003

LEAL NETO, Leonel
v.13, n.1, p.31-41, jun.2003

LIMA, Olivar A. L. de
v.13, n.especial, p.391-402, 2003

LOBATO, Ronald Arantes
v.13, n.2, p.187-201, set.2003

LOBO, Breno
v.13, n.3, p.717-38, dez.2003

LOURENÇO, Roberta
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

LUZ, Adilson Bastos
v.13, n.2, p.285-303, set.2003

MACHADO, Gustavo Bittencourt
v.13, n.4, p.933-50, mar.2004

MACHADO, Márcio Pimenta
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

MAGALHÃES, Abal Simões de
v.13, n.especial, p.533-41, 2003

MASSARRA, Godofredo
v.13, n.3, p.701-13, dez.2003

MENDONÇA, Emanuel Silveira
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

MENDONÇA, Joseanie
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

MENEZES, Ana Maria Ferreira
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003
v.13, n.3, p.801-12, dez.2003

MENEZES, Wilson F.
v.13, n.2, p.305-15, set.2003
v.13, n.3, p.653-64, dez.2003

MILANI, Ana Maria
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

MISI, André
v.13, n.1, p.99-105, jun.2003

NASCIMENTO, Carla Janira do
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

NEVES, Erivaldo Fagundes
v.13, n.1, p.87-97, jun.2003

NOËL, Naomi
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

OLALDE, Alicia Ruiz
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

OLIVARES, Mario Gómez
v.13, n.1, p.45-57, jun.2003

OLIVEIRA, Meire Jane Lima de
v.13, n.3, p.601-14, dez.2003

OLIVEIRA, Sandra Cristina de
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

OLIVEIRA, Sandra Cristina Santos
v.13, n.1, p.73-83, jun.2003
OLIVEIRA, Tiago
v.13, n.3, p.739-49, dez.2003

PACHECO, Fabiana
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

PACHECO FILHO, José Geraldo A.
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

PÁDUA NETO, Antônio de
v.13, n.3, p.665-75, dez.2003

PEDRÃO, Fernando
v.13, n.especial, p.453-66, 2003
v.13, n.4, p.819-31, mar.2004

PEDREIRA, Márcia da Silva
v.13, n.4, p.1005-18, mar.2004

PERAZZO, Christiane
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

PEREIRA, Maria do Carmo Nunes
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

PEREIRA, Osvaldo Soliano
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

PHILIGRET, Celeste
v.13, n.3, p.769-76, dez.2003

PINHEIRO, Rogério
v.13, n.1, p.59-71, jun.2003

PINTO, Eduardo Costa
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

PORTO, Ruben
v.13, n.especial, p.481-96, 2003

REBOUÇAS, Aldo da C.
v.13, n.especial, p.341-45, 2003

REGO, Manuel F.
v.13, n.especial, p.481-96, 2003

REIS, Andréa Campos
v.13, n.especial, p.403-09, 2003

REIS, Tereza Mousinho
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

RÉNARD, Mathilde
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

RIBEIRO, Elivan R.
v.13, n.1, p.59-71, jun.2003

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia
v.13, n.1, p.107-18, jun.2003

RIVA, Joaquim Carlos Teixeira
v.13, n.2, p.179-86, set.2003

ROCHA, Alynson dos Santos
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003
v.13, n.4, p.907-19, mar.2003

ROCHA, Ana Virgínia Figueiredo
v.13, n.3, p.701-13, dez.2003

ROSA, Mara da Silva
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

SALES, Emerson Andrade
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

SANTANA, Lídia
v.13, n.2, p.225-38, set.2003

SANTOS, Almir
v.13, n.2, p.221-23, set.2003

ASAKI, Karen
v.13, n.3, p.615-22, dez.2003

SILVA, Bruno Jardim da
v.13, n.especial, p.403-09, 2003

SILVA, João Carlos Domingos da
v.13, n.2, p.253-65, set.2003

SILVA, Joaquim Ramos
v.13, n.1, p.23-29, jun.2003

SILVA, Moisés
v.13, n.especial, p.557-65, 2003

SILVEIRA, Antônio Henrique P.
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

SOUZA, Laumar Neves de
v.13, n.3, p.739-49, dez.2003

SOUZA, Nádia Vieira de
v.13, n.3, p.665-75, dez.2003

SOUZA, Ricardo Luciano
v.13, n.4, p.921-30, mar.2004

SOUZA, Roberta Lourenço de
v.13, n.1, p.73-83, jun.2003
v.13, n.3, p.601-14, dez.2003
v.13, n.3, p.791-800, dez.2003

SOUZA, Warli Anjos de
v.13, n.4, p.889-905, mar.2004

TEIXEIRA, Luiz Alberto Lima
v.13, n.3, p.777-89, dez.2003

TORRES, Armando J. G.
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

TORRES, Damiana Pinto
v.13, n.3, p.591-99, dez.2003

TUCCI, Carlos E. M.
v.13, n.especial, p.357-70, 2003

VALENÇA, Antônio Alberto Machado Pires
v.13, n.2, p.179-86, set.2003

VALENTE, Ricardo
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

VIANA, João Aurélio Soares
v.13, n.4, p.851-67, mar.2004

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

VIEIRA FILHO, Carlos Cesar Meireles
v.13, n.2, p.179-86, set.2003

VILLA, Paulo
v.13, n.2, p.203-19, set.2003

XAVIER, Amaury
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

TÍTULO

Administração de materiais na construção civil habitacional: um problema de logística, de suprimentos ou de engenharia?
v.13, n.2, p.275-81, set.2003

Agricultura familiar e pluriatividade no semi-árido baiano.
v.13, n.4, p.921-30, mar.2004

A agroindústria de leite e laticínios da Bahia: inserção e reestruturação da atividade.
v.13, n.4, p.907-19, mar.2004

Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa.
v.13, n.4, p.851-67, mar.2004

Agropecuária baiana: transformações e impactos.
v.13, n.4, p.835-49, mar.2004

Água, ética, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.
v.13, n.especial, p.371-82, 2003

Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez.
v.13, n.especial, p.341-45, 2003

Análise crítica do macro-planejamento de transporte de cargas no Brasil: uma releitura da obra de Vasco Neto.
v.13, n.2, p.153-60, set.2003

Análise do perfil das exportações de serviços brasileiros a partir da "Rodada Uruguaia" do GATT.
v.13, n.3, p.701-13, dez.2003

Uma análise do Programa Cédula da Terra no Estado da Bahia.
v.13, n.4, p.991-1003, mar.2004

Arranjos produtivos locais – uma abordagem socioeconômica no Estado da Bahia.
v.13, n.3, p.635-40, dez.2003

Nas asas da globalização: uma avaliação do desenvolvimento regional e dos distritos industriais.
v.13, n.2, p.305-15, set.2003

A autonomia e os recursos tributários municipais no Brasil: uma análise à luz das constituições republicanas.
v.13, n.3, p.801-12, dez.2003

Avanços e desafios para a universalização dos serviços de energia elétrica noEstado da Bahia.
v.13, n.3, p.623-33, dez.2003

A Bahia como um pólo logístico dentro da globalização.
v.13, n.2, p.239-46, set.2003

A "Bahia" de Todos os Santos: a plataforma logística do eixo leste-oeste.
v.13, n.2, p.203-19, set.2003

O Brasil e a ALCA: acordo comercial em negociação.
v.13, n.3, p.791-800, dez.2003

Cadeia produtiva petroquímica: ressurge o debate.
v.13, n.3, p.665-75, dez.2003

Cadeias logísticas de transporte.
v. 13, n.2, p.179-86, set.2003

Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a "Visão mundial da água".
v.13, n.especial, p.357-70, 2003

O comércio da Bahia com o Mercosul: uma aplicação do modelo gravitacional.
v.13, n.3, p.601-14, dez.2003

Competitividade da cadeia agroindustrial de frango de corte do Recôncavo Sul da Bahia.
v.13, n.4, p.889-905, mar.2004

Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano.
v.13, n.4, p.1005-18, mar.2004

A conservação da biodiversidade através da gestão de unidades de conservação do Estado da Bahia.
v.13, n.3, p.641-52, dez.2003

Considerações sobre a atual crítica ao cinema brasileiro exibido em Portugal.
v.13, n.1, p.127-32, jun.2003

A contribuição da geomorfologia no estudo dos recursos hídricos.
v.13, n.especial, p.385-89, 2003

Contribuições das abordagens institucionalistas para a análise da política internacional.
v.13, n.1, p.99-105, jun.2003

O controle social das bacias hidrográficas no Brasil.
v.13, n.especial, p.453-66, 2003

Crescimento econômico e reformas: a economia brasileira na década de 90 e perspectivas.
v.13, n.3, p.757-68, dez.2003

A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: o endividamento estrutural.
v.13, n.3, p.677-91, dez.2003

O desempenho da economia baiana em 2003.
v.13, n.3, p.575-89, dez.2003

Desenvolvimento endógeno e concentração municipal de renda na Bahia: uma análise da década de 1990.
v.13, n.2, p.317-31, set.2003

Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar no Oeste baiano: de colonos a *neo-farmers*.
v.13, n.4, p.951-67, mar.2004

Diferenciais de rendimentos na ocupação não registrada de Salvador.
v.13, n.3, p.653-64, dez.2003

Educação ambiental em saneamento e gestão de recursos hídricos na sub-bacia do Rio Jiquiriçá.
v.13, n.especial, p.545-54, 2003

Um enfoque da logística no arranjo produtivo do Complexo Ford no Estado da Bahia.
v.13, n.2, p.253-65, set.2003

Evolución de políticas hídricas en América Latina y el Caribe.
v.13, n.especial, p.347-55, 2003

Familiaridade lusófona.
v.13, n.1, p.121-26, jun.2003

Geosistemas e recursos hídricos: água subterrânea no Estado da Bahia.
v.13, n.especial, p.391-402, 2003

"A grande hidrovia": alternativa para a transposição Amazonas-Prata.
v.13, n.2, p.169-75, set.2003

Impactos da cobrança pelo uso da água: uma metodologia de avaliação.
v.13, n.especial, p.497-513, 2003

Impactos da nova política nacional de águas sobre os setores usuários de recursos hídricos.
v.13, n.especial, p.467-80, 2003

Os incentivos ao investimento no Estado da Bahia e as oportunidades para o investimento direto português.
v.13, n.1, p.59-71, jun.2003

A integração econômica e seus efeitos sobre o livre comércio: o caso da Bahia e Portugal.
v.13, n.1, p.73-83, jun.2003

O investimento das grandes empresas ibéricas na América Latina.
v.13, n.1, p.45-57, jun.2003

A logística da madeira da Aracruz Celulose.
v.13, n.2, p.247-51, set.2003

A logística e a estratégia de desenvolvimento da Bahia.
v.13, n.2, p.187-201, set.2003

Minimização do uso da água na indústria através da parceria entre universidade e empresas: o Projeto Braskem-Água.
v.13, n.especial, p.557-66, set.2003

Modelagem e simulação: poderosa ferramenta para a otimização de operações logísticas.
v.13, n.2, p.267-74, set.2003

O modelo previdenciário por capitalização: ganhos e perdas.
v.13, n.3, p.751-55, dez.2003

A mundialização do capital e seus rebatimentos na economia brasileira: análise dos processos de abertura econômica e de privatização.
v.13, n.1, p.9-21, jun.2003

O PELT e o desenvolvimento da Bahia.
v.13, n.2, p.221-23, set.2003

Perspectivas para o comércio internacional da Bahia.
v.13, n.3, p.591-99, dez.2003

Política e economia na reforma da previdência
v.13, n.3, p.717-38, dez.2003

Portos e ferrovias: projeção para o III milênio.
v.13, n.2, p.161-67, set.2003

Portugal e Brasil: mais que um passado colonial.
v.13, n.1, p.31-41, jun.2003

Potencial de reuso de água no Brasil: agricultura, indústria, municípios, recarga de aqüíferos.
v.13, n.especial, p.411-37, 2003

De previdente a imprevidente: notas para melhor compreender a reforma da Previdência no Brasil.
v.13, n.3, p.739-49, dez.2003

Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 1990.
v.13, n.4, p.969-90, mar.2004

Propriedade fundiária: Península Ibérica e América Latina, século XIX.
v.13, n.1, p.87-97, jun.2003

Projeto de educação sanitária em comunidades de baixa renda.
v.13, n.especial, p. 533-41, 2003

Projeto de gerenciamento de recursos hídricos do Estado da Bahia – PGRH/BA.
v.13, n.especial, p.517-30, 2003

O recente desempenho da economia mundial e a inserção brasileira.
v.13, n.3, p.693-99, dez. 2003

Reestruturação da cacauicultura.
v.13, n.4, p.869-85, mar.2004

A reforma nos serviços de telecomunicações: universalização do acesso e exclusão digital.
v.13, n.3, p.777-89, dez.2003

Relações Bahia-Portugal na contemporaneidade: memória e esquecimento; encontros e desencontros.
v.13, n.1, p.107-118, jun.2003

Revitalização de áreas portuárias: referências para Salvador.
v.13, n.2, p.225-38, set.2003

O "risco" do crescimento.
v.13, n.3, p.769-76, dez.2003

Salvador, a Lisboa brasileira.
v.13, n.1, p.133-37, jun.2003

Significado e perspectivas do reencontro econômico entre Brasil e Portugal.
v.13, n.1, p.23-9, jun.2003

Sistemas de suporte à decisão para a outorga de direitos de uso da água no Brasil: uma análise da situação brasileira em alguns Estados.
v.13, n.especial, p.481-96,2003

Do território produtivista ao território multifuncional.
v.13, n.4, p.933-50, mar.2004

Tradição e modernidade no litoral norte da Bahia: o caso do artesanato de Porto Sauípe.
v.13, n.3, p.615-22, dez.2003

As transformações rurais do capital no Brasil.
v.13, n.4, p.819-31, mar.2004

Transportes, localização e aglomeração – uma introdução informal.
v.13, n.2, p.285-303, set.2003

O uso compartilhado da água – a necessidade de integração operacional.
v.13, n.especial, p.403-09, 2003

Uso de instrumentos econômicos na gestão das águas no Brasil.
v.13, n.especial, p.441-51, 2003